

Lucas Magno

**ESPACIALIDADE E IDENTIDADE POLÍTICA
DOS ATINGIDOS POR MINERAÇÃO NO BRASIL:
TEORIAS, ESCALAS E ESTRATÉGIAS**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia
Orientadora: Profa Dra. Leila Christina Dias

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Magno, Lucas
ESPACIALIDADE E IDENTIDADE POLÍTICA DOS
ATINGIDOS POR MINERAÇÃO NO BRASIL: TEORIAS, ESCALAS
E ESTRATÉGIAS / Lucas Magno ; orientadora, Leila C.
Duarte Dias, 2017.
382 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis,
2017.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. espacialidade. 3. identidade
política. 4. movimentos sociais. 5. mineração. I.
Dias, Leila C. Duarte . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

Lucas Magno

Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil: teorias, escalas e estratégias.

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Geografia”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

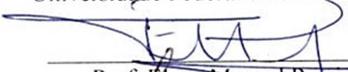
Florianópolis, 14 de agosto de 2017.

Prof. Dr. Elson Manoel Pereira
Coordenador do PPGG/UFSC

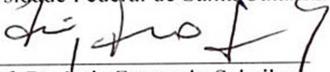
Banca Examinadora:



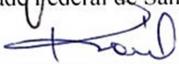
Prof.ª Dra. Leila Christina Duarte Dias
Universidade Federal de Santa Catarina



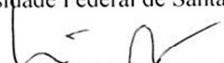
Prof. Elson Manoel Pereira
Universidade Federal de Santa Catarina



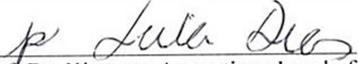
Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Raúl Burgos
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Henri Ayselrad
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

Desde o início do século XXI o Brasil vive um *boom* da indústria mineral com expansão de minas e empreendimentos correlatos a esta atividade em diversos locais do país. Nesse contexto, o governo encaminhou um conjunto de planos e projetos de lei para apoiar a mineração e alavancar mais uma rodada de crescimento econômico baseada na exportação de recursos naturais. Os estados de Minas Gerais e Pará ocupam lugar de destaque nesse processo, concentrando as maiores taxas de exploração e exportação mineral e também os maiores impactos socioambientais oriundos desta atividade. Expropriação de populações do campo e das cidades, poluição de recursos hídricos, do ar e da terra estão entre eles, que tem causado indignação e contestação por parte de diversas categorias sociais que vivem nos arredores das mineradoras, sobretudo de agricultores, comunidades quilombolas e indígenas. Tais categoriais passaram a construir ações coletivas de resistência a esses empreendimentos, articulando um discurso de enfrentamento à mineração e ao modelo mineral brasileiro e, em 2012, criaram o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), um movimento social que debate a construção da categoria atingido por mineração. Atualmente, tal categoria está em disputa, não havendo subsídios na literatura acadêmica e na prática política brasileira, ao contrário da categoria atingido por barragem que já vem sendo debatida no âmbito nacional e até no internacional. Considerando o incipiente debate a esse respeito, o objetivo geral desta tese foi compreender como foi construída a espacialidade e a identidade política dos atingidos por mineração no Brasil. Para realizar esta tarefa, em termos metodológicos, o trabalho partiu das premissas da pesquisa-ação, e entre as técnicas de coleta de dados estão: a realização de entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação participante; operacionalizadas a partir do que denominamos de “prática articulatória”. As análises iniciaram-se na Região da Zona da Mata mineira, compreendendo o surgimento e consolidação da “Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous”, primeira ação coletiva de resistência à mineração bem-sucedida no Brasil, e seguiu este ator coletivo em suas relações com o MAM a fim de compreender como foi articulado um discurso sobre a questão mineral no país. Como resultado, apontamos que os atingidos por mineração surgem no Brasil a partir da retomada dos investimentos por parte do Estado nos últimos anos, que esteve relacionada à construção de infraestruturas e sistemas logísticos que possibilitassem a redução de custos de transporte e a ampliação das exportações em

setores estratégicos para a economia, tais como o mineral. Nesse contexto, empreendimentos correlatos a esta atividade (minas, barragens de rejeitos, minerodutos, ferrovias, portos, etc.) foram se expandindo, e, da mesma forma, conflitos e mobilizações contrários a eles também passaram a ser evidenciados. Para encamparem suas estratégias de contestação, tais ações coletivas tomam como unidade básica de mobilização o território-rede, a partir do qual constroem suas articulações discursivas. Assim, o argumento que defenderemos na tese é o de que não só o espaço é socialmente produzido como o social também é espacialmente construído, e os movimentos sociais contestatórios das atividades de mineração mostram isso muito bem.

Palavras-chave: espacialidade; identidade política; movimentos sociais; mineração

ABSTRACT

Since the beginning of the 21st century, there has been a boom of mining industries in Brazil with the expansion of mines and the correlate enterprises to this practice in several areas of the country. In this context, the government has forwarded a set of plans and bills to support mining, and boost another round of economic growth based on the export of natural resources. The states of Minas Gerais and Pará occupy a prominent place in this process, concentrating the highest rates of mineral exploration and its export, and the greater socio-environmental impacts resulting from this activity. Expropriation of rural and urban populations, pollution of water resources, air and land are among them, which have caused indignation and contestation on the part of various social categories living in the outskirts of mining areas, especially family farmers, *quilombola* and indigenous communities. Such groups started to build collective actions of resistance to these enterprises, articulating a discourse to combat mining and the Brazilian mineral model, and in 2012, they founded the *Movimento pela Soberania Popular na Mineração* (or MAM, Movement for Popular Sovereignty in Mining), a social movement that discourse for those people affected by mining. In academic literature and in Brazilian political practice, this category has not received any adopted classifications, unlike the one reached people affected by dams that has been discussed both nationally and internationally. In this sense, taking into account our strangeness regarding the absence of studies related to the theme and which could support a political debate, the general objective of this thesis was to understand how the spatiality and the political identity of those people affected by mining in Brazil were constructed. To accomplish this task, in methodological terms, the work started from the premises of the action-research, having semi-structured interviews, documental analysis and participant observation as data collection techniques. The analysis began in the *Zona da Mata mineira* area, comprising the emergence and consolidation of the *Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous* (or Campaign for Water and Against Ferrous Mining), the first successful collective action of resistance to mining in Brazil, and followed this collective agent in its relations with MAM in order to understand how an objectionable discourse of mining was articulated in the country. As a result, we have pointed out that those people affected by mining have appeared in Brazil since the resumption of investments by the State in recent years, which was related to the construction of infrastructures and logistical systems that enabled the reduction of

transportation costs, and the expansion of exports in strategic sectors for the economy, such as the mineral one. In this context, projects related to this activity (mines, tailings dams, pipelines, railroads, harbors, etc.) were expanding, and in the same way, conflicts and mobilizations against them have also become evident. In order to defend their strategies of contestation, such collective actions take the network territory as a basic unit of mobilization, from which they construct their discursive articulations. Thus, the argument we will argue in the thesis is that not only is space produced socially, but also is the social spatially constructed, and the objectionable social movements of mining activities demonstrate this very well.

Keywords: spatiality; political identity; social movements; mining projects.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Representação da ideia de articulação sócio-espacial dos movimentos sociais	147
Figura 2. Sobreposição: mineração/TP's/UC's/Faixa de fronteira na Amazônia brasileira.....	195
Figura 3. Placas indicando área de servidão do mineroduto da Ferrous no município de Viçosa-MG, 2012.	228
Figura 4. Mineroduto Minas-Rio em processo de instalação no município de Nova Era, Minas Gerais, 2014.	234
Figura 5. A) Jornal Folha da Mata do dia 16 de fevereiro de 2012 destacando a falta d'água em alguns bairros de Viçosa; B) Jornal Folha da Mata do dia 8 de março de 2012 destacando a necessidade de nova Estação de Tratamento de Água (ETA) no município.	236
Figura 6. A) Reunião na paróquia Nossa Senhora de Fátima em Viçosa-MG para debater impactos socioambientais do mineroduto nos bairros que sofrem com a falta d'água neste município; B) oficinas realizadas pelo Levante em escolas municipais de Viçosa-MG para mobilização social contra o empreendimento; e C) mutirão informativo sobre os impactos socioambientais do mineroduto da Ferrous na feira livre de Viçosa.....	237
Figura 7. Assembleia Popular realizada em Viçosa-MG, 2012.	240
Figura 8. Marcha em defesa das Águas, Viçosa, 2012.....	243
Figura 9. Audiência pública com o MPMG e MPF em Viçosa, 2012.	245
Figura 10. Ato de "enterro" do mineroduto da Ferrous em Viçosa, 2016.	268
Figura 11. Palavras que guiam as ações do MAM grafadas em um dos vagões do trem da empresa Vale.....	292

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Rede Global de Produção (RGP) do minério de ferro na Região Sudeste do Brasil.....	175
Mapa 2. Rede Global de Produção (RGP) do minério de ferro na Região Norte do Brasil.	177
Mapa 3: Trajeto proposto para o mineroduto da empresa Ferrous Resources do Brasil.....	219
Mapa 4. Espacialidade da resistência à mineração a partir da Zona da Mata mineira, 2016.	263

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Brasil: evolução da produção mineral (1975 – 2015) - Mt.	165
Gráfico 2. Brasil: composição das exportações de bens minerais primários (%) – 2009 a 2015.	166
Gráfico 3. Brasil: participação do setor de mineração no PIB (em %) - 1980 a 2014.	167
Gráfico 4. Brasil: investimento no setor mineral, 2007-2014 (em Bilhões de US\$).	170
Gráfico 5. Brasil: investimento no setor mineral por estado, 2014 (em %).	170
Gráfico 6. Produção mundial e produção brasileira (Mt) de Minério de Ferro (2000- 2014).	171
Gráfico 7. Brasil: produção e exportação de minério de ferro - Mt (2004 - 2014).	172
Gráfico 8. Brasil: financiamento das campanhas eleitorais dos deputados titulares da comissão especial sobre o NMM (2014).	209
Gráfico 9. Produção e consumo interno de Metais Ferrosos no Brasil entre 2009 e 2013.	353
Gráfico 9. Brasil: evolução (%) das exportações por categoria de uso (2005 – 2013).	353
Gráfico 10. Composição (em %) das Exportações Brasileiras por Categoria de Uso (2014).	354
Gráfico 11. Composição das Exportações do Setor Mineral Brasileiro (%) - 2009 a 2013.	354
Gráfico 12. Evolução da Participação (%) das Importações Brasileiras por Categoria de Uso (2005-2013).	355
Gráfico 13. Composição das Importações do Setor Mineral Brasileiro (%) entre 2009 e 2013.	355
Gráfico 14. Composição das Importações Brasileiras de Bens Minerais Primários (%) – 2009 a 2013.	356
Gráfico 15. Brasil: produção de minério de ferro (Mt) entre 2000 e 2014.	356

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Síntese das tendências analíticas sobre os movimentos sociais na Geografia brasileira entre as décadas de 1980 e 2000.	51
Quadro 2. Síntese das dimensões espaciais dos movimentos sociais propostas por Renato Emerson dos Santos (2006).	83
Quadro 3. Planos orientadores da atividade de mineração no Brasil (1964-2011).	184
Quadro 4. Diretrizes e objetivos do Plano Nacional da Mineração - 2030.	185
Quadro 5. Texto base de lançamento do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.	203
Quadro 6. Audiências públicas realizadas pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional para debater o Novo Marco Regulatório da Mineração do Brasil.	204
Quadro 7. Síntese das ações na Campanha pelas Águas no período entre 2012 e 2016.	249
Quadro 8. Pautas e propostas do MAM e do Comitê a respeito do debate sobre o modelo mineral brasileiro.	295
Quadro 9. Concepção do MAM quanto aos seus objetivos, bandeiras de luta e composição social.	302
Quadro 10. MAM: orientações gerais, linhas políticas de atuação e estrutura organizativa.	303

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Brasil: classificação da produção e das reservas de minerais selecionados em termos mundiais (2014).....	164
Tabela 2. Brasil: previsão de crescimento de minerais e de produtos minerais selecionados ente 2015 e 2030.	187
Tabela 3. Zona da Mata mineira: população total, população urbana e população rural dos municípios que seriam atingidos pelo mineroduto da Ferrous.....	221
Tabela 4. Zona da Mata mineira: Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios que seriam atingidos pelo mineroduto da Ferrous.	222

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

ABAL – Associação Brasileira da Indústria do Alumínio
ABEEF – Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal
ABIROCHAS – Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais
ABRAMINER – Associação de Pequenos e Médios Mineradores do País
ADIMB – Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral
AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
AIAV – Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale
ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ANAPEC – Associação de Entidades Produtoras de Agregados da Construção Civil
ANM – Agência Nacional de Mineração
ANPEGE – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia
AP – Assembleia Popular
APA – Área de Proteção Ambiental
Campanha pelas Águas – Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da *Ferrous*
Campanha pelas Águas de Viçosa – Campanha pelas Águas de Viçosa e Contra o Mineroduto da *Ferrous*
CESPSH – Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos
CETEM – Centro de Tecnologia Mineral
CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
Comitê – Comitê Nacional em Defesa dos Território Frente à Mineração
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPAM – Conselho de Política Ambiental
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRAM – Comissão Regional dos Atingidos pela Mineração de Bauxita
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DIT – Divisão Internacional do Trabalho
DNPM – Departamento Nacional de Propriedade Mineral
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais

ENEBio – Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia
EOP – Estruturas de Oportunidades Políticas
FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente
Ferrous – Ferrous Resources do Brasil
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
LEMTO – Laboratório de Estudos sobre Movimentos Sociais e Territorialidades
Levante – Levante Popular da Juventude
LI – Licença Instalação
LO – Licença Operação
LP – Licença Prévia
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MPF – Ministério Público Federal
MPMG – Ministério Público de Minas Gerais
MPOG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
Mt – Milhões de Toneladas
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária
NMM – Novo Marco Legal da Mineração do Brasil
NPMS – Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais
NPMS – Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais
NRM – Núcleo de Resistência à Mineração
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização Não-Governamental
PA – Projeto de Assentamento Rural
PACAB – Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens
PESB – Parque Estadual da Serra do Brigadeiro
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei

PMD – Plano Mestre Decenal
PNM – Plano Nacional da Mineração
PoEMAS – Grupo de Pesquisa sobre Política, Economia, Meio Ambiente e Sociedade
Poloamazônia – Polo Agroindustrial e mineral da Amazônia
PPDSM – Plano Plurianual de Desenvolvimento do Setor Mineral
PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia
RGP – Rede Global de Produção
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SEMAD – Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SGM – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
SINGA – Simpósio Internacional de Geografia Agrária
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPCE – Sistema de Prestação de Contas Eleitorais
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUPRAM – Superintendência Regional do Meio Ambiente
TI – Terra Indígena
TMR – Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP – Teoria do Processo Político
UC – Unidade de Conservação
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFV – Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	7
Operacionalização da pesquisa.....	10
PARTE I – Movimentos sociais e Geografia	19
Capítulo 1. A produção teórica sobre movimentos sociais	21
1.1. O debate clássico a respeito dos movimentos sociais: breves comentários	21
1.1.1. A abordagem marxista.....	21
1.1.2. A corrente clássica norte-americana.....	24
1.2. Teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais.....	26
1.2.1 Teoria da Mobilização de Recursos.....	26
1.2.2. Teoria do Processo Político	29
1.2.3. Teoria dos Novos Movimentos Sociais	31
1.2.4 Teoria(s) dos movimentos sociais na América Latina.....	34
1.3 Geografia e movimentos sociais.....	40
1.3.1 Tendências das análises geográficas sobre movimentos sociais.....	41
Capítulo 2. O espaço importa no estudo dos movimentos sociais.....	55
2.1 Território, rede (território-rede) e escala.	55
2.1.1 O território	55
2.1.2 Redes	58
2.1.2.1 Território-rede.....	62
2.1.3 Escala.....	64
2.2 Proposições teóricas e conceituais nos estudos geográficos dos movimentos sociais.....	69
2.2.1 A abordagem socioterritorial	69
2.2.2 Natureza sócio-geográfica dos movimentos sociais	76
Capítulo 3. Pressupostos teóricos da tese	91
3.1. O pós-estruturalismo em debate	92
3.2. Apreendendo a teoria do discurso	97
3.2.1. Questionando a objetividade do “dado”	97

3.2.2. O caráter relacional e diferencial de toda identidade	98
3.2.3. Discurso: articulação, ponto nodal, significante vazio e cadeias de equivalências.....	99
3.2.4. Hegemonia	105
3.3. A espacialidade das relações sociais: “pelo espaço” na teoria do discurso.	110
3.3.1. Com e contra Laclau e Mouffe: a proposta de Doreen Massey.....	110
Capítulo 4. Articulação sócio-espacial: construção de uma proposta para analisar os movimentos sociais.	121
4.1. Alcances e limites da abordagem socioterritorial e sobre redes de movimentos sociais	121
4.2. Natureza sócio-geográfica e espacialidade dos movimentos sociais: ampliando a perspectiva analítica.....	128
4.3. A construção de uma proposta de leitura geográfica dos movimentos sociais	135
4.3.1. <i>Assemblage</i> : a emergência da ideia de articulação sócio-espacial.....	136
PARTE II – Mineração e movimentos sociais no Brasil	149
Capítulo 5. A Mineração no Brasil: passado e presente.....	151
5.1. O passado: breves comentários acerca da mineração no Brasil	152
5.2. Ordenamento territorial da mineração no Brasil nos anos recentes.....	164
Capítulo 6. A Constituição do campo de discursividade sobre a questão mineral no Brasil.....	183
6.1. O Plano Nacional da Mineração: mineração para quê e para quem?.....	183
6.1.1. Assegurar a governança pública e eficaz do setor: para quê?	187
6.1.2. “Áreas livres da mineração” ou “áreas livres para a mineração”: para quem?.....	190
6.2. PL 5.807/13: “Novo Marco Legal da Mineração do Brasil”.196	

Capítulo 7. “A água vale mais que o minério”: a Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da <i>Ferrous</i>	215
7.1. “Viva as águas do São Bartolomeu, fora <i>Ferrous!</i> ”: mineração e conflito ambiental na Zona da Mata mineira.....	217
7.2. A Campanha pelas Águas de Viçosa: articulando o discurso da resistência a partir do território (zona).....	238
7.2.1. A Assembleia Popular em Viçosa	239
7.2.2. Manifestação pública: a marcha em defesa das águas. ...	242
7.2.3. A Audiência com os ministérios público estadual e federal	243
7.3. A Campanha pelas águas e contra o mineroduto da <i>Ferrous</i> : a articulação discursiva da resistência a partir do território (rede)	247
Capítulo 8. O Movimento pela Soberania Popular na Mineração.....	279
8.1 Conjuntura sobre a questão mineral brasileira e a emergência de um movimento dos atingidos por mineração.	279
8.2. Discurso e geometrias de poder dos atingidos por mineração no Brasil.	297
Considerações Finais.....	307
REFERÊNCIAS.....	313
ANEXOS.....	339
APÊNDICES.....	351

APRESENTAÇÃO

Esta tese tem dois pontos de partida que advêm de duas trajetórias interdependentes, uma social e outra acadêmica. Isto é, um início que tem uma dimensão que se refere à participação em lutas políticas e territoriais, e outro que partiu da elaboração de processos teóricos e conceituais. Uma trajetória é inseparável da outra, o que possibilitou a emergência de formas específicas de aproximação e interpretação da realidade. Não é por outra razão que a apresentação do trabalho se inicia com um olhar mais geral sobre os passos e as experiências que levaram ao envolvimento direto e pessoal do autor com lutas de resistência a empreendimentos minerários e, como produto dessa relação, à pesquisa em tela.

O ponto de partida social tem a ver com minha trajetória enquanto assessor de comunidades atingidas por empreendimentos hidrelétricos na Região da Zona da Mata mineira. Ela teve início no ano de 2006, quando ingressei no Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (PACAB) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), criado em 1996. Trata-se de um projeto de extensão pioneiro no país que visou a assessoria técnica, social e ambiental aos atingidos por barragens. Mais recentemente, o PACAB procurou parcerias com outros grupos, como o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG), ampliando sua atuação também junto aos atingidos por mineração (ZHOURI; ROTHMAN, 2008). Desde então, participei de diversas atividades de extensão com populações atingidas por grandes empreendimentos neste estado. A título de exemplificação, citamos o trabalho com a comunidade de Casa Nova no município de Guaraciaba (MG) que resiste à implantação de sete hidrelétricas em seu território ao longo dos últimos 20 anos; a assessoria à comunidade de Cachoeira da Providência em Pedra do Anta (MG) que, da mesma forma, luta há 15 anos contra três empresas “barrageiras”; e, mais recentemente, o trabalho técnico-ambiental e de mobilização social de atingidos por um mineroduto, organizados em torno da Campanha pelas Águas e Contra o mineroduto da Ferrous.

Esse último trabalho, que foi iniciado ainda no ano de 2010, tinha por objetivo construir a articulação da resistência das comunidades atingidas pelo mineroduto da empresa transnacional *Ferrous Resources do Brasil* no município de Viçosa (MG). No entanto, no decorrer das ações empenhadas nessa empreitada percebemos que elas eram

limitadas já que o mineroduto pretendia atravessar 22 municípios em três estados brasileiros (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo). A especificidade do empreendimento, que o diferenciava dos demais assistidos pelo PACAB quando assessorávamos comunidades atingidas por barragens e que impactavam áreas contíguas, colocava a necessidade de construir uma articulação social e política para além de uma localidade e de buscar respaldos técnicos que abrangesse toda a área atingida, aproximadamente 480 km.

Foi a partir desse desafio, e conforme íamos construindo as ações coletivas contrárias ao empreendimento, que várias questões práticas emergiram, principalmente com relação à mobilização social e sua abrangência espacial, tais como: como articular o discurso de um movimento de resistência ao mineroduto para além da localidade de Viçosa? Como manter contato com organizações sociais geograficamente afastadas? Que elemento poderia organizar a resistência social de maneira ampla já que estávamos diante do desafio de articular uma diversidade de grupos em áreas longínquas? Essas questões, portanto, indicavam que a construção da espacialidade e identidade política do atingido pelo mineroduto precisava de atenção.

Nesse processo, e depois de várias reuniões e encontros com movimentos sociais, um elemento foi se constituindo como possível articulador da resistência para além do local. Tratava-se da questão da água, de um argumento territorial. Lideranças e assessores da Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous perceberam, através da leitura do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento e também de notícias de jornais sobre falta d'água em Viçosa e região, que o mesmo pretendia passar justamente nas áreas de nascentes dos cursos d'água que abasteciam tanto os atingidos mais diretamente quanto as cidades ao longo do seu trajeto, onde a água é destinada para o consumo da população urbana. Ou seja, eles se atentaram para o fato de que, caso este empreendimento minerário fosse implantado, as populações das cidades sofreriam consequências diretas que envolvia o risco de desabastecimento hídrico e a vulnerabilidade social de algumas populações para além daquelas que o EIA designava como atingidas.

A partir dessa relação entre falta d'água e mineroduto, os atingidos e organizações sociais parceiras começaram a fazer reuniões para discutir a questão com os moradores de cidades que poderiam ser afetados pelo desabastecimento na Região da Zona da Mata, com especialistas em recursos hídricos da UFV, com técnicos de outras entidades e com comunidades rurais. Vários encontros foram realizados para articular o discurso político que estava sendo construído tomando

como referência principal o argumento territorial e também evocando a ideia de atuação em rede, entendendo ser esta a forma mais apropriada para a interação de diferentes grupos em distintas localidades.

Como resultado desse processo de mobilização social o discurso contrário ao mineroduto ganhou contornos espaciais mais amplos, ou seja, ele saiu da escala local e passou a articular atores e instituições no âmbito estadual e até nacional. A identidade em construção, então, passou a não ser apenas representada através do atingido pelo mineroduto, mas começou a ser articulada também em torno do discurso do atingido por mineração e passou a agregar diversas categoriais sociais contrárias ao modelo mineral brasileiro. A mudança de narrativa espacial, portanto, veio acompanhada por um redirecionamento de um fenômeno social e isso nos chamou a atenção.

Foi no decorrer desse trabalho de assessoria a atingidos por grandes empreendimentos que reorientamos as questões práticas vivenciadas no sentido de transformá-las em questões de pesquisa para a construção do projeto de doutorado. Ou seja, os problemas evidenciados com relação à articulação social e política da resistência ao mineroduto levantados anteriormente foram reconstruídos e adequados aos objetivos de um trabalho científico. Foi assim que cheguei a um segundo ponto de partida desta tese, o relativo às reflexões desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGG/UFSC).

Antes da entrada no curso de doutorado propriamente dito, realizei leituras de bibliografias relativas aos conceitos de rede (DIAS, 2005; 2006; SCHERER-WARREN, 1993; 2009) e de território (HAESBAERT, 2011; SOUZA, 2006), com o intuito de melhor compreender como eles poderiam ajudar a analisar o contexto apresentado. E foi justamente a partir dessa breve revisão bibliográfica, iniciada ainda no ano de 2012, que tomei conhecimento do PPGG/UFSC e, mais especificamente, da linha de pesquisa “Redes, Organização Territorial e Políticas Públicas” inserida na área de concentração “Desenvolvimento Regional e Urbano”.

Quando do ingresso no curso em 2013, direcionei o plano de estudos para disciplinas que pudessem ajudar na compreensão das questões expostas. Algumas delas levantaram pontos importantes sobre conflitos ambientais e participação social, relação política e econômica envolta na ideia de rede técnica, papel das redes sociais na mobilização e sobre formação de identidades políticas na contemporaneidade. Essas questões foram debatidas, respectivamente, nas seguintes disciplinas: “Planejamento Regional e Urbano”, “Geografia das Redes e dos

Territórios”, “Movimentos Sociais: Perspectiva das Redes e da Pós-Colonialidade” e “Democracia Radical e Democracia Agonística no Pensamento de Chantal Mouffe”; cursadas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Sociologia Política da UFSC.

Outras três atividades realizadas no curso de doutorado também foram importantes para a construção do trabalho, quais sejam: o “Estágio de Docência”; a participação no grupo de pesquisa “Redes e Organização Territorial”; e a inserção no “Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais” (NPMS).

O “Estágio de Docência” permitiu que eu revisitasse muitas questões pendentes em minha formação com relação à história do pensamento geográfico e às teorias e aos métodos da Geografia, o que também incluía uma melhor compreensão dos conceitos de rede e de território. A proposta da minha orientadora de construção conjunta das disciplinas as quais estagiava (a propósito, foram elas: “História do Pensamento Geográfico”, “Teoria e Método da Geografia” e “Geografia das Redes e dos Territórios”) foi importante também para minha formação enquanto licenciado em Geografia.

O grupo de pesquisa “Redes e Organização Territorial” foi importante para desenvolver algumas das discussões que serão apresentadas na tese, tais como as relativas à escala geográfica e à rede de associações. Alguns dos trabalhos que tomamos como referência nas reflexões (COX, 1998; SWYNGEDOUW, 2004; MASSEY, 2008; SOUZA, 2013) foram, basicamente, apresentados nas reuniões deste grupo.

Por fim, a inserção junto ao NPMS foi riquíssima para o desenvolvimento da tese. Este núcleo tem a circulação de diversos pesquisadores que estudam uma variedade de temáticas relativas aos movimentos sociais, ao associativismo civil, à democracia, às relações étnico-raciais, dentre outras. De tal modo, o NPMS possibilitou o contato com temas, teorias e contextos empíricos um tanto quanto desconhecidos, mas, do ponto de vista da ampliação das lentes analíticas, de fundamental importância. Além disso, ele permitiu uma maior aproximação com a teoria do discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, da qual extraímos várias contribuições.

Assim, o segundo ponto de partida esteve ligado à exploração de questões postas pelas Ciências Sociais de forma geral e particularmente pela Geografia à compreensão dos movimentos sociais que têm suas existências construídas por e articulada através do espaço geográfico. Ou seja, ele tratou de dar conta de construir um caminho teórico e metodológico para compreender a espacialidade da ação social. Esta

segunda localização, mais propriamente acadêmica, embora ela também o seja política, toma como referência principal o argumento de Massey (2008) que afirmou que é preciso entender que não só o espaço é socialmente produzido como o social também é espacialmente construído. Defender essa proposição, portanto, é o que esse trabalho pretende fazer.

INTRODUÇÃO

A tese se propõe a refletir sobre a espacialidade e a identidade política de movimentos sociais, em particular daqueles de contestação das atividades de mineração no Brasil. Tais movimentos passaram a ocupar, num período muito curto, o centro do debate político que tem como um dos seus elementos centrais demandas que giram em torno da emergência da categoria atingido por mineração.

Embora casos de conflitos envolvendo empreendimentos minerários fossem registrados desde os anos 2000¹, foi somente em 2015 que as ações coletivas contestatórias deste setor se tornaram mais visíveis entre os brasileiros de forma geral. Neste ano, mais especificamente no dia cinco de novembro, ocorreu o maior desastre tecnológico² do país: o rompimento de uma barragem de contenção de rejeitos de minério de ferro da empresa Samarco Mineração S.A., controlada pelas transnacionais Vale e BHP Billiton, matando 20 pessoas e causando inúmeros impactos socioambientais em toda a bacia hidrográfica do rio Doce. De Mariana-MG à Regência-ES, milhares de comunidades rurais e urbanas sofreram e ainda sofrem as consequências deste desastre, o que tem provocado um amplo debate sobre quem é e de onde emerge o atingido por mineração no país³.

¹ A Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2015) registrou, entre 2000 e 2015, 463 casos de conflitos no campo brasileiro envolvendo o setor mineral.

² Pesquisadores brasileiros têm classificado esse acontecimento como desastre tecnológico, uma vez que a ele foi atribuído em parte ou no todo uma intenção humana, erro, negligência, ou envolvendo uma falha de um sistema humano, resultando em danos significativos ou mortes. Sobre isso, ver Zhouiri *et. al.* (2016).

³ Várias associações de pesquisa e pós-graduação no país publicaram nota de repúdio sobre o desastre e nelas constantemente eram pautadas a necessidade de se conhecer mais a fundo essa atividade industrial e os atingidos por empreendimento minerários no país. A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), por exemplo, sugeriu que: “(...) todos os docentes da Geografia no Brasil abordem estes assuntos com seus estudantes e familiares, e com isso promovam o debate necessário a construção da cidadania, seja em espaços formais ou informais e, para que possamos construir uma sociedade com justiça social e cuidado ao meio ambiente, denuncie para o Brasil a falta de sensibilidade de todos os setores envolvidos que permanecem com discursos vazios e falta de iniciativas concretas para a resolução de tão

Assim, neste trabalho, veremos que essa categoria social (e política) surge a partir da retomada dos investimentos por parte do Estado brasileiro nos últimos anos, que esteve relacionada à construção de infraestruturas e sistemas logísticos que possibilitassem a redução de custos de transporte e a ampliação das exportações em setores estratégicos para a economia, tais como o agroindustrial e o de mineração. Particularmente as relacionadas à atividade de mineração, elas tomaram forma e se materializaram a partir de 2003, quando o país experimentou grande crescimento na produção do setor. Nesse contexto, empreendimentos correlatos a esta atividade (minas, barragens de rejeitos, minerodutos, ferrovias, portos, etc.) foram se expandindo, e, da mesma forma, conflitos e mobilizações contrários a eles também passaram a ser evidenciados.

A dinâmica de ocupação, disputa e defesa do território aparece de maneira explícita nas formas de ações coletivas contestatórias à mineração, e a emergência de tais contendas ressalta um conjunto de experiências orientadas a uma recriação radical da esfera política. Além disso, elas se articulam em diversas escalas geográficas a partir da construção de redes de articulações que as permitem saírem de seus localismos e assinalarem os distintos usos e apropriações espaciais de maneira ampla.

Esse é o ponto de partida da tese, que tem como objetivo geral compreender a espacialidade e a identidade política dos atingidos por mineração no Brasil. Nesse sentido, o foco de análise empírica recaiu sobre as mobilizações sociais que evidenciam a emergência de uma questão mineral no país. Em termos mais específicos, a análise teve início na Zona da Mata mineira a partir do entendimento de um conflito ambiental entre populações rurais e urbanas contra um empreendimento de uma mineradora transnacional que deu origem à “Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da *Ferrous*” (Campanha pelas Águas), primeira experiência exitosa de resistência à mineração no Brasil, e

grave problema nacional e, mesmo para evitar outros, que poderão ocorrer em dimensões não previsíveis, embora com riscos já anunciados; (...) [que] a tragédia que envolve moradores e ecossistemas ao longo da bacia do rio Doce seja amplamente discutida, seus responsáveis punidos, mas, sobretudo, devem promover a reversibilidade da situação causada, para que tais acontecimentos sirvam de ensinamento e nunca mais venham a ocorrer no Brasil” (ANPEGE, 2015, disponível em: <http://www.anpege.org.br/>). Além disso, alguns pesquisadores, a exemplo de Wanderley (2012) e Losekann (2015), têm se empenhado em realizar análises sobre essa categoria social.

segiu este ator coletivo em suas relações com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

Os aportes da literatura especializada, de corte relacional e pós-estruturalista, com forte referência nos trabalhos de Laclau e Mouffe (1989[2015]) e de Massey (2008), formaram a base teórica do trabalho. A construção teórica-metodológica que procedemos levou à seguinte hipótese: a identidade política de movimentos sociais contestatórios da mineração no Brasil é baseada numa articulação de elementos heterogêneos que são essencialmente geográficos, pois pressupõem uma dualidade entre instituir e subverter discursos que definem determinado projeto de ordenamento territorial.

Para discutir essa hipótese, estruturamos o trabalho em um conjunto de questões cujas respostas estão sistematizadas ao longo dos capítulos da tese, dividida em duas partes, distintas, porém articuladas. Na primeira delas estão os capítulos de número 1 ao 4, que são de cunho teórico-conceitual e se propõem a refletir sobre duas questões, a saber: como interpretar os movimentos sociais contemporâneos a partir de novas referências teórico-conceituais? e; o espaço importa no estudo dos movimentos sociais? Daí, estabelecemos alguns dos objetivos específicos, quais sejam: i) refletir sobre as orientações teóricas nos estudos dos movimentos sociais, sobretudo aquelas que incidiram diretamente na Geografia (capítulo 1); ii) entender os novos usos que os conceitos geográficos têm incorporado para explicar as ações coletivas (capítulo 2); iii) apresentar uma perspectiva analítica para o estudo dos movimentos sociais (capítulo 3); e iv) realizar apontamento metodológicos sobre este fenômeno (capítulo 4).

Já a segunda parte do trabalho, que trata especificamente do ordenamento territorial da mineração no Brasil e dos conflitos por ele desencadeados, tem como objetivo descrever como se estruturou a atividade mineral no país, como ela se organiza atualmente em termos econômicos, políticos e espaciais e quais ações de contestação a este setor estão em curso. De maneira mais específica, pergunta-se: se no passado a mineração contribuiu para o alavanque econômico do país, o que tem ocorrido atualmente no Brasil em relação ao ordenamento territorial desse setor?

Veremos que ele experimentou um *boom* mineral nos últimos anos e tem se consolidado como um dos carros-chefes da economia brasileira (capítulo 5). Além disso, não era de se estranhar que este processo fosse acompanhado por um debate político sobre nova proposta legiferante, denominada de “Novo Código da Mineração” (analisado no capítulo 6).

Entretanto, mais do que propostas econômicas e políticas para alavancar essa atividade, também pode-se dizer que o crescimento da mineração no Brasil veio acompanhado por conflitos e contestações sociais diversas. Assim, também nessa parte da tese pretendeu-se problematizar o fato de que, embora nos últimos anos ações coletivas de resistência a empreendimentos minerários em diversos locais do país estivessem em andamento, vide o caso analisado no capítulo 7, a construção de um movimento social nacional dos atingidos por mineração é algo recente. Nesse sentido, no capítulo 8 apresentaremos caminhos para interpretar a emergência do MAM.

Por fim, faremos as considerações a respeito do trabalho realizado e também indicações de pesquisas futuras a respeito da temática envolvendo grandes empreendimentos e a emergência de movimentos sociais no Brasil.

Operacionalização da pesquisa

Como indicado na apresentação, as questões de pesquisa e objetivos delineados na tese fizeram parte das atividades de militância do autor junto à Campanha pelas Águas. Portanto, no âmbito de uma rede de pessoas e organizações sociais com as quais existiam laços de colaboração, apoio mútuo e afinidade política, o trabalho se caracterizou como uma pesquisa-ação, cujas experiências deram forma e conteúdo ao mesmo.

A pesquisa-ação tem este nome tanto por ser, enquanto pesquisa, uma ação militante engajada, quanto pelo fato de ser também uma investigação exercida em um contexto de militância por alguém envolvido nos/com os processos pesquisados. E como foi justamente da participação ativa nos movimentos sociais de resistência a empreendimentos minerários que surgiram as questões para nossas reflexões, o princípio básico que tornou possível esta pesquisa foi a participação na ação investigando-a a partir de questões que dela surgiam.

No Brasil, a pesquisa-ação esteve ligada inicialmente a projetos emancipatórios e autogestionados, principalmente no âmbito dos movimentos sociais e de iniciativas de educação popular das décadas de 1960 e 1970. Ela fundamentou-se na preocupação com a participação ativa de grupos/organizações sociais no processo de construção do conhecimento e em assuntos (“problemas”) que lhes diziam respeito, com vistas à transformação social (FREIRE, 1988); e foi definida por

Thiollent (1985, p. 14) como uma pesquisa empírica “(...) realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

Entendida com uma opção metodológica que busca mudanças na realidade através da participação social, a pesquisa-ação centra-se no agir, através de uma metodologia exploratória e que tem seus objetivos definidos pelo pesquisador e pelos participantes da pesquisa. Assim, a identificação de um “problema de pesquisa” é, ao mesmo tempo, um processo de identificação de um “problema prático” e, como resultado, o estabelecimento de ações conjuntas para enfrentá-los constituem procedimentos indispensáveis à pesquisa-ação. Essa perspectiva metodológica, portanto, sugere que as intervenções sociais e a produção do conhecimento se inter-relacionem (BRANDÃO, 1988; FREIRE, 1988).

Brandão (1988) sugere ainda que a origem de uma pesquisa-ação deve estar situada na realidade social, e mesmo que a ação de pesquisa e as intervenções sociais a ela associadas sejam localizadas, isto é, que incidam sobre um aspecto da vida social, não se deve perder de vista as integrações e interações que compõem uma dinâmica mais ampla. Por isso, as questões e os desafios que emergem ao longo da pesquisa/intervenção social é que definem a necessidade e o estilo de procedimentos metodológicos, e o processo e os resultados da pesquisa, por sua vez, interferem nas práticas sociais.

Seguindo esse raciocínio, esse autor propôs quatro princípios norteadores de uma pesquisa-ação, por nós levados em consideração para a construção do problema de pesquisa da tese, a saber: i) responder, de maneira direta, às finalidades práticas e sociais a que se destina; ii) ser um instrumento pedagógico e dialógico de aprendizado e, como tal, politicamente formadora; iii) aspirar participar de processos mais amplos e contínuos de construção de um saber mais sensível ao conhecimento popular; e iv) identificar-se como um serviço para fortalecimento de movimentos populares.

Na América Latina, especialmente através de Orlando Fals Borda (1980; 1988), a pesquisa-ação se difundiu como um método, postulando o envolvimento do pesquisador com o agente/processo que estuda. Assim, para este autor, a construção de um problema de pesquisa no âmbito da pesquisa-ação se dá não apenas através da observação, mas do próprio trabalho com as pessoas com quem o pesquisador se identifica e, para isso, precisa: i) autenticidade e compromisso, pelo qual os intelectuais, técnicos e cientistas devem demonstrar honestamente seu

relacionamento com a transformação social proposta; ii) antidogmatismo, pelo qual é garantido ao grupo com o qual estuda a liberdade política, religiosa e organizacional; iii) *feedback*, através da qual se garante que os trabalhos gerem contribuição prática e/ou política à transformação desejada; iv) ritmo e equilíbrio de ação e reflexão, que garante a articulação do conhecimento científico com problemas concretos da realidade social; e v) subverter o cotidiano do pesquisador, sugerindo uma pesquisa como uma forma de militância, de denúncia e de anúncios de possibilidades para o mundo.

Brandão (1988) corroborou essa argumentação, quando afirmou que a pesquisa-ação visa a transformação de uma ciência, que durante muito tempo ocultou o seu comprometimento político, em uma prática que visa justamente afirmar-se política. Neste caso, é necessário que a pesquisa-ação evidencie uma tomada de posição, um compromisso e a participação com os trabalhos e projetos de lutas populares.

Apesar da aplicabilidade da pesquisa-ação nos campos da Educação, Psicologia, Agronomia ou Administração terem mais destaque na literatura acadêmica (vide, por exemplo, Molina, 2007), a ênfase neste trabalho será dada à Geografia, dentro de um contexto em que o pesquisador esteve intimamente relacionado com os processos pesquisados. Mas, para além de localizar a aplicabilidade da pesquisa-ação no âmbito de uma ciência, dadas as nossas escolhas teóricas e conceituais, também se faz necessário justificar a escolha de tal método.

Mediante análises de pesquisas empíricas existentes sobre movimentos sociais e que empregaram o referencial teórico desenvolvido por Laclau e Mouffe (1989[2015]), Howarth (2005) argumentou em favor da construção de um método denominado “prática articulatória”. Com isso, o autor objetivou mostrar que as escolhas metodológicas não devem ser encaradas como um conjunto de regras e técnicas neutras que podem ser aplicadas mecanicamente a todos os objetos empíricos. A construção metodológica na perspectiva pós-estruturalista deve suscitar questões concernentes à relação apropriada para descrição, compreensão e explicação de um problema, que tem como pressuposto a articulação do pesquisador com os sujeitos pesquisados. Com isso, a descrição, a compreensão e a explicação de um problema, mais do que partir de análises de condições estruturais e históricas que lhes deu origem, serve também para prover meios para a construção de críticas e ações de contestação.

Ao contrário do empirismo puro e neutro, Howarth (2005) argumentou que não pode existir um “abismo” entre o sujeito e o objeto do conhecimento, isto é, um acesso mediado sobre o “real-concreto”.

Tal proposta implica na compreensão de que os pesquisadores estejam concatenados com as crenças e desejos dos atores sociais investigados, isto é, que exista uma relação compartilhada entre ações sociais e significados subjetivos dos envolvidos na situação pesquisada. Na linguagem da Teoria do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015), significa dizer que os fatos empíricos e teóricos devem ser situados dentro de campos de significação mais amplos, e que a interpretação dos mesmos se baseia em uma lógica e em conceitos definidos por sua ontologia social.

Ao nosso ver, quando aliados aos referentes à pesquisa-ação, tais apontamentos podem oferecer um caminho profícuo de interpretações de problemas políticos contemporâneos. Isto é, a proposta metodológica da “prática articulatória” evita o estabelecimento, a priori, de uma hierarquia de distintos níveis de abstração do real-concreto e entre sujeito e objeto da pesquisa, oferecendo a possibilidade de articular-se com os sujeitos da pesquisa para produzir uma cadeia explicativa coerente em termos científicos e políticos.

O que estamos sugerindo é que as lógicas explicativas (e políticas) desempenham o que poderia ser chamado de uma articulada explicação de fatos e processos, dados que eles são partes integradas da construção de questionamentos de relações políticas. Nesse sentido, além de técnicas “mais tradicionais” de pesquisa empírica, o próprio envolvimento do pesquisador, através da prática articulatória, pode ser considerado uma forma de aproximação do real para posterior exploração, descrição e explicação de um problema de pesquisa.

Tendo em mente esse breve debate a respeito da perspectiva metodológica escolhida, é importante destacar que, mesmo antes do início do curso de doutorado, o pesquisador estava inserido na articulação política que deu origem à Campanha pelas Águas. Isto é, desde 2010 havia um processo de colaboração entre instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais, igreja, grupos de pesquisa e associações profissionais que visavam construir ações de contestação a um empreendimento minerário na Zona da Mata mineira. Desde então, houve um envolvimento do pesquisador com a prática articulatória da resistência política e social ao mineroduto da Ferrous, e foi este envolvimento que proporcionou a construção da pesquisa na perspectiva metodológica apresentada.

Aliadas à prática articulatória, empregamos outras técnicas de coleta de dados para a construção da tese. Na primeira parte, que trata da relação entre os estudos dos movimentos sociais nas Ciências Sociais e na Geografia e sobre como esta última tem interpretado esse fenômeno

ao longo do tempo, foram realizadas revisões bibliográficas. No primeiro capítulo tomamos como principais referências Scherer-Warren (1996), Alonso (2009) e Gohn (2012) a fim de destacar, no âmbito das Ciências Sociais, as teorias clássicas e contemporâneas sobre movimentos sociais e para apreender como os cientistas brasileiros têm participado desse debate. A seguir, a partir de Santos (2006), Souza (2008) e Pedon (2009), explorou-se especificamente as tendências de análises geográficas sobre o assunto.

No capítulo 2 realizamos breve revisão bibliográfica sobre os conceitos de território, rede e escala para compreender como eles têm sido mobilizados nos estudos geográficos sobre os movimentos sociais, tendo como norte as tendências de pesquisa identificadas anteriormente.

Já o capítulo 3 tratou de dar conta de compreender o debate pós-estruturalista a respeito das ações coletivas, evidenciando uma proposta teórica, conceitual e metodológica neste campo temático. Esta tarefa foi realizada tomando como referência a obra de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015 [1985]) denominada “Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical”. Em momento posterior, destacamos ainda o diálogo destes autores com Doreen Massey (2008), objetivando a construção de um caminho teórico, conceitual e político no âmbito da Geografia para interpretar os movimentos sociais contemporâneos.

Por fim, ainda na primeira parte da tese, realizamos apontamentos próprios no que tange à construção de um caminho para a análise dos movimentos sociais, estruturando uma proposta de corte transversal e articulando perspectivas teóricas distintas, geográficas e de outras ciências sociais. O resultado foi a ideia de articulação sócio-espacial dos movimentos sociais.

Na segunda parte da tese, direcionada mais especificamente para compreender o contexto relativo ao ordenamento territorial da mineração, os conflitos e as mobilizações sociais de contestação desta atividade no Brasil, diferentes técnicas de coleta de dados foram empregadas em cada capítulo. Todas elas, em maior ou menor grau, foram orientadas a partir da opção metodológica pela pesquisa-ação e fizeram parte das atividades do pesquisador junto com os grupos pesquisados, apresentando, debatendo e validando os dados. Assim, no que se refere aos instrumentos de coleta de dados adotados nesta parte

da pesquisa temos: levantamento de dados secundários, entrevistas semiestruturada, análise documental e observação participante⁴.

A fim de compreender a organização territorial do setor de mineração no Brasil, um aspecto metodológico considerado, além da revisão bibliográfica, abrangeu o levantamento de dados secundários em sítios eletrônicos de órgãos governamentais e de institutos ou grupos de pesquisa, tais como o Departamento Nacional de Propriedade Mineral (DNPM) do Ministério de Minas e Energia (MME), o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) e dos grupo de estudos “Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade” da Universidade Federal de Juiz de Fora (PoEMAS/UFJF) e “Grupo de Estudos em Temática Ambientais” da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG).

Essa investida nos permitiu traçar o perfil da atividade mineral do país (principais recursos explorados, localização das jazidas, empresas extratoras, regiões de mineração, investimentos financeiros, dentre outras características) a partir da correlação dos dados (capítulo 5). Ela também levou em conta as principais proposições políticas em debate atualmente no Congresso Nacional a respeito da expansão da atividade de mineração nos próximos anos e sobre nova regulamentação para o setor. Especificamente para isto, também foram realizadas análises documentais do Plano Nacional da Mineração - 2030 (MME, 2011) e do Projeto de Lei 5.807/13 e seu Substitutivo⁵ (capítulo 6).

⁴ A observação participante levanta preocupação entre alguns pesquisadores pelo fato de não ser considerada como pesquisa-ação. Embora concordemos com este posicionamento (o de não entender observação participante necessariamente como sinônimo de pesquisa-ação, uma vez que a primeira é entendida como um instrumento e a outra como abordagem metodológica), cabe salientar que, ao adotarmos a observação participante como técnica de coleta de dados nessa pesquisa também a consideramos como um instrumento de modificação social do meio estudado, conforme destacou Thiollent (2005).

⁵ Disponível, respectivamente, em:
<http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/plano-nacional-de-mineracao-2030/pnm-2030>,
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2013/msg248-junho2013.htm
 e
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=581696>. Vale destacar que, especificamente em relação ao PL 5.807/12 e seu Substitutivo, estas propostas sofreram alterações em decorrência da mudança de relator da Comissão Especial que debatia o Novo Código da Mineração ocorrida

Uma segunda etapa da pesquisa, particularmente à relativa aos capítulos 7 e 8, visou delimitar o universo empírico da investigação. No capítulo 7, optamos por escolher um caso que fosse representativo dos conflitos ambientais envolvendo o setor mineral no país. Assim, selecionamos para análise a Campanha pelas Águas, já que: i) ela representava embates entre uma empresa transnacional que tem como carro-chefe o minério de ferro; ii) ela foi a primeira experiência bem-sucedida de resistência a um empreendimento minerário no Brasil; e iii) participamos, desde 2010, de sua construção.

Após definido o caso a ser analisado, com a ajuda das organizações sociais participantes da Campanha pelas Águas, selecionamos alguns informantes-chaves para realizar as entrevistas, a saber: i) três atingidos diretamente pelo mineroduto; ii) dois representantes da coordenação da Campanha pelas Águas; iii) um representante da coordenação estadual do MAM.

Ao longo do trajeto de investigação, percebemos que era necessário entrevistar também representantes de organizações sociais que mantinham relacionamento com a Campanha pelas Águas e que possibilitaram sua (re)articulação discursiva em termos políticos e espaciais. Por isso também selecionamos para compor essa amostra (i) três representantes de movimentos sociais atuantes na Zona da Mata mineira, sendo um da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dois de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) e (ii) um representante da coordenação nacional do MAM.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro previamente construído em função dos objetivos da pesquisa, mas que, quando oportuno, era flexível para agregar novas questões e informações advindas com as entrevistas⁶. Em momento posterior, elas foram transcritas e submetidas à análise de discurso (ORLANDI, 1999)⁷.

Análises documentais também compuseram as técnicas de coleta de dados nessa parte da tese, e os documentos selecionados para serem analisados foram: i) relatórios técnicos construídos pelas organizações sociais participantes da Campanha pelas Águas; ii) relatorias de reuniões de planejamento e articulação desta ação coletiva; iii) o blog da

em fevereiro de 2016. Porém, até esta data (maio de 2017), não foi publicada nova versão ou alterações no que se refere à proposta em análise nesta tese.

6 Os roteiros utilizados encontram-se em anexo.

7 Para uma diferenciação entre análise do discurso e Teoria do Discurso, consultar Howarth (2005).

Campanha pelas Águas (disponível em: <http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br/>); iv) arquivos do PACAB envolvendo as ações da Campanha pelas Águas entre o período de 2010 e 2016 (fundamentalmente e-mails e relatórios de pesquisa); e vi) documentos relativos ao MAM (a saber: “Elementos Constitutivos do MAM”, “Documento Básico do MAM” e “Linhas Políticas do MAM 2015-2016”)⁸.

Por fim, como última etapa metodológica, o pesquisador, que já estava inserido nos debates e espaços de articulação dos atores sociais envolvidos no processo de resistência à mineração na Zona da Mata mineira, empregou também a observação participante. Com ela pudemos compreender as manifestações nas esferas públicas dos atores sociais mobilizados, principalmente da inserção destes nos fóruns de discussão sobre mineração e perceber as negociações, os desafios e as possibilidades desses espaços de engajamento, que são o encontro “aqui e agora” de diferentes trajetórias sociais articulando um discurso unitário contra um antagonista comum. Além disso, como temos como pressuposto metodológico a pesquisa-ação, nestes espaços assumimos determinados compromissos com a ação coletiva a fim de contribuir com a luta política⁹.

Essas técnicas de coleta de dados e a prática articulatória nos possibilitaram estudar as articulações políticas e sociais a partir das redes de associações da Campanha pelas Águas e do MAM. Elas também nos habilitaram compreender as estratégias que permitiram estabelecer pontos nodais de conexão entre diferentes lutas locais e um antagonista no plano mais geral, engendrando novas geometrias de poder. Tal compreensão, por sua vez, nos capacitou a empregar a ideia de articulação sócio-espacial dos movimentos sociais nas análises.

Por fim, é importante ressaltar que a opção metodológica pela pesquisa-ação e todas as técnicas de coleta de dados descritas foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da

⁸ A análise documental, muito mais do que ajudar a localizar, identificar, organizar e avaliar textos, mídias digitais, dentre outras fontes de informação, funcionou como expediente eficaz para contextualizar situações ou, para empregar o termo de Laclau e Mouffe (2004), “momentos” de articulação política.

⁹ Esses compromissos foram variados, como, por exemplo, construções de relatórios técnicos evidenciando falhas em processos de licenciamento ambiental de empreendimentos minerários e tarefas relativas à mobilização social de comunidades atingidas por mineração.

Universidade Federal de Santa Catarina (CESPSH/UFSC), registrado na Plataforma Brasil sob número 46044915.5.0000.0121 (número do parecer 1.257.719, Anexo); e, atendendo à legislação brasileira, em especial à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a identidade dos entrevistados, bem como das pessoas citadas por eles, será mantida em sigilo. Sua identificação será feita a partir de letras do alfabeto seguida de uma numeração, diferenciadas por categorias, a saber: i) A - atingidos pelo mineroduto entrevistados; ii) B - pessoas atingidas pelo mineroduto citadas nas entrevistas; e iii) C – representantes de organizações sociais entrevistadas.

Porém, considero que a habilitação necessária para iniciar a pesquisa foi dada pelas organizações sociais participantes da ação coletiva a ser analisada. Isto é, o próprio envolvimento com a construção da resistência à mineração na Zona da Mata mineira foi o que, de fato, autorizou a investigação, já que o tema escolhido para a pesquisa, bem como seus métodos, por um lado, tem relevância para a prática social e política, e, por outro lado, permite o estabelecimento de contatos contínuos e permanentes entre o pesquisador e as organizações sociais. Da mesma forma, tal inserção nos habilitou a acompanhar e analisar as ações contestatórias da mineração no âmbito nacional, através do diálogo com integrantes do MAM, nos legitimando enquanto pesquisador e, ao mesmo tempo, ativista de questões socioambientais.

PARTE I – MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA

A partir da década de 1990 o quadro referente aos estudos dos movimentos sociais se tornou mais complexo. Se, desde os anos de 1960, o debate sobre a temática era bastante delimitado tanto em termos disciplinares quanto em relação ao local de anunciação das teorias, nos anos recentes ele passou por maior abertura disciplinar e dinamismo espacial. Isto é, se antes a Sociologia era o campo científico no qual o estudo sobre movimentos sociais tinha maior proeminência e os Estados Unidos e Europa os centros de produção teórica a esse respeito, a partir da segunda metade da década de 1990 outras disciplinas passaram a interagir nesse campo e outros polos de construção de conhecimentos se sobressaíram (GOHN, 2012). Com efeito, nesse contexto, ganharam destaque a ciência geográfica e a produção latino-americana.

Nesta primeira parte da tese propõe-se não apenas refletir sobre as orientações teóricas nos estudos dos movimentos sociais, mas também assinalar a importância de uma abertura acadêmica ainda maior. Em particular, busca-se indicar elementos a partir do resgate das principais contribuições teóricas tanto da Sociologia como da Geografia para pensarmos as seguintes questões: como interpretar os movimentos sociais contemporâneos a partir de novas referências teórico-conceituais? O espaço importa no estudo dos movimentos sociais?

CAPÍTULO 1. A PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS

Este capítulo trata de dar conta de compreender o debate acadêmico sobre movimentos sociais no âmbito das Ciências Sociais de maneira geral e da Geografia particularmente. Assim, ele destaca as principais correntes teóricas empregadas para analisar este fenômeno social ao longo do tempo e também como elas influenciaram a construção de uma reflexão própria sobre o assunto na ciência geográfica. Para isso, o capítulo foi dividido da seguinte maneira: primeiramente apresenta-se algumas orientações teóricas sociológicas a respeito das ações coletivas, especialmente as de origem europeia e norte-americana; após, destaca-se os termos deste debate no âmbito da América Latina; por fim, expõe-se as tendências de análise geográficas sobre a temática.

1.1. O debate clássico a respeito dos movimentos sociais: breves comentários

1.1.1. A abordagem marxista

No campo das Ciências Sociais os estudos pioneiros sobre movimentos sociais seguiram uma perspectiva marxista. Nela, esse fenômeno foi identificado como mobilizações de massa que visavam apossar-se do poder de um Estado antagonico. As análises sob esse prisma se referiam a processos e lutas sociais voltadas para a transformação das condições econômicas da sociedade. Além de uma teoria explicativa, a perspectiva marxista também era uma orientação política e, por isso, as análises muitas vezes se assemelhavam a um guia para a ação (GOHN, 2012).

Essa perspectiva parte do pressuposto da existência de diferentes classes sociais no contexto capitalista e foi utilizada para compreender a origem dos participantes, os interesses dos movimentos sociais e o programa ideológico que fundamentavam as suas ações. As análises incluíam o entendimento do processo histórico da luta de classe, de camadas sociais em situação de subordinação e opressão.

Os aspectos organizacionais dos movimentos interessavam na medida em que eram considerados um dos fatores geradores de

consciência social. Organização e consciência social são, portanto, conceitos-chaves dentro dessa perspectiva. Gohn (2012) destacou que noções como socialização, processos educativos, interação social, identidade coletiva e individual baseadas em gênero, etnia, raça, dentre outras esferas permaneceram alheias a ela. Os pontos de partida das análises marxistas, segundo essa autora, eram as questões estruturais, entendidas como as bases dos conflitos. Havia, assim, “uma subordinação de outros movimentos” ao movimento de classe.

Segundo Gohn (2012), essa maneira de encarar os movimentos sociais delimitou o foco dos atores revolucionários ao campo da Economia e como consequência entendeu que somente após o estabelecimento de novas formas de estrutura, ou seja, só depois que as transformações técnicas e econômicas permitissem a redistribuição equitativa de bens e serviços, é que as considerações de ordem ética e cultural seriam levadas em conta.

Marx ([1852] s.d.) e Marx e Engels (1845; [1848], s.d.) são as principais referências que, embora não tenham se preocupado em criar uma teoria a respeito dos movimentos sociais, desenvolveram pujantes estudos sobre a sociedade capitalista a partir de sua gênese histórica e que foram apropriados posteriormente para analisar a temática das mobilizações e ações coletivas. Eles apontaram como um dos problemas da formação da classe a subjetividade coletiva e pensaram as lutas do proletariado nos planos econômico e político como uma suposição de que as lutas locais se transformariam, em momento posterior, em lutas internacionais.

O desenvolvimento dessa interpretação sobre a sociedade capitalista e luta de classe levou à reflexão sobre uma categoria que se tornou central no estudo dos movimentos sociais sob a ótica do marxismo, qual seja: práxis. Scherer-Warren (1987, p.34) observou que Marx, ao trabalhar com o conceito de práxis, articulou a atividade prática (ação do movimento) e a teórica (concepção do movimento) num conjunto unitário voltado a entender e intervir na transformação social da realidade. Segundo esta autora, há um ator privilegiado ao qual se atribuiu a missão de transformação histórica: a classe; determinada a partir das suas condições objetivas no processo produtivo.

Disso se depreende sinteticamente que, na abordagem marxista, todas as lutas no seio do Estado são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes entre si, o que remete, por sua vez, a análise das forças sociais que atuam na sociedade e no interior do próprio Estado.

Partindo do entendimento de Gohn (2012), que examinou mais detalhadamente o trabalho de Marx, constatou-se que este inspirou duas grandes correntes de pensamento a respeito dos movimentos sociais no âmbito das Ciências Sociais. A primeira delas, denominada pela autora de ortodoxa, foi inspirada nos seus trabalhos elaborados após 1850 sobre o desenvolvimento do capitalismo. Essa corrente privilegiou os fatores econômicos e macroestruturais da sociedade nas suas análises. Como expoentes destacaram-se Lenin e Trotsky.

A influência de Lenin nas análises dos movimentos sociais problematizou a questão da organização. Isto é, ele primou pelo tratamento das concepções e estratégias políticas básicas sobre os processos de mudanças e de transformação da sociedade e, principalmente, sobre a necessidade de organização do movimento operário. Nesse sentido, Lenin preconizava a necessidade de uma direção política dos movimentos ancorada nos partidos e formada a partir das elites das vanguardas operárias e intelectuais (GOHN, 2012).

Outra abordagem importante dessa “etapa” do pensamento marxista foi a de Trotsky, principalmente no que se refere à construção de táticas de enfrentamento pelos movimentos sociais. Trotsky atribuiu importância ao aprendizado das massas e, embora concorde com o papel das lideranças externas na condução do processo de transformação social, ele preconizava a necessidade de um trabalho junto às bases (GOHN, 2012).

Em que pese às diferenças nas abordagens marxistas ortodoxas, pode-se afirmar, a partir de Gohn (2012), que essa corrente foi predominante nas Ciências Sociais na primeira metade do século XX, principalmente em função da influência política da Revolução Russa. Seus pressupostos gerais baseavam-se no entendimento das determinações econômicas e macroestruturais e presumiam que o conceito de classe era um a priori.

Já a segunda corrente, ainda de acordo com Gohn (2012), aproximou-se mais dos estudos marxistas sobre consciência, alienação e ideologia. Destes, originou-se a tradição histórica-humanista ou heterodoxa, tendo como expoentes Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács e integrantes da Escola de Frankfurt. Embora esses autores tenham tido influência nas primeiras décadas do século XX, seus trabalhos foram valorizados após 1960, quando foram difundidas críticas à corrente ortodoxa e a temática dos movimentos sociais se afirmou no âmbito das

Ciências Sociais¹⁰. Hegemonia, contra-hegemonia, Estado ampliado, meios de consumo coletivo, experiência, dentre outros conceitos emergiram a partir dessa interpretação.

De um modo geral, pode-se considerar que o estudo dos movimentos sociais sob o prisma marxista analisou os processos históricos macroestruturais, as condições objetivas existentes e as lutas entre as classes sociais presentes no processo produtivo. As mudanças foram concebidas como fruto das contradições geradas pela oposição entre capital e trabalho que contrapunham burguesia e proletariado numa luta ininterrupta considerada o “motor da história” (SCHERER-WARREN, 1996).

O dirigente do proletariado é, no esquema marxista, o partido político. Assim, esta concepção “amarra” os movimentos sociais aos partidos, e aqueles são considerados incapazes por si só de realizarem processo de transformação estrutural da sociedade. Para Gohn (2012), na abordagem marxista os movimentos sociais não existem à priori, eles colocam-se em movimento e tornam-se movimento a partir da organização e da consciência social.

Os teóricos marxistas debatiam sobre a questão das classes e das condições estruturais da sociedade, porém partindo do pressuposto de que essas categorias eram suficientemente claras e transparentes em distintos contextos. Em outras palavras, não era questionado os conceitos em si, mas outros aspectos como, por exemplo, se seriam as classes realmente os agentes das mudanças históricas, se a classe trabalhadora estaria em extinção, ou ainda reflexões sobre a superestrutura. Este tipo de análise pressupunha que a posição de um ator coletivo na estrutura do sistema capitalista seria uma das principais chaves interpretativas dos movimentos sociais, o que gerou críticas e possibilitou a emergência de outras abordagens teóricas.

1.1.2. A corrente clássica norte-americana

Nos anos de 1960 várias teorias a respeito dos movimentos sociais para além da marxista emergiram e diversificou esse campo de

¹⁰ A revisão crítica dos trabalhos das correntes ortodoxa e humanista deu origem tanto às abordagens que viriam a ser denominadas “neomarxistas”, quanto motivou, no estudo dos movimentos sociais, a emergência do paradigma dos “Novos Movimentos Sociais”.

investigação. O eixo da produção teórica se deslocou, e os EUA despontaram como um dos principais centros de produção acadêmica sobre a temática.

Nesse período, e no contexto norte-americano, os comportamentos coletivos passaram a ser interpretados como tensões sociais e insatisfações a respeito da organização da sociedade. As ideias de anomia social bem como explicações centradas em reações psicológicas e nos mecanismos de quebra da ordem vigente emergiram.

Ao considerar a produção teórica norte-americana desse contexto, Gohn (2012) a dividiu em cinco grandes correntes interpretativas, quais sejam: i) Escola de Chicago; ii) Teorias sobre a Sociedade de Massa; iii) Interpretações sobre Mudanças na Ordem Política; iv) Abordagens Funcionalistas; e v) Abordagem Organizacional-Institucional. O entendimento dessas correntes a partir de Gohn (2012) nos permitiu fazer a seguinte leitura: a Sociologia norte-americana proporcionou mudanças nas teorias sobre movimentos sociais vigentes até então, ou seja, se antes predominavam arcabouços marxistas baseados nas “teorias da revolução e de classe”, a partir desses novos referenciais muitos autores com heterogêneas perspectivas analíticas surgiram.

Presentes em maior ou menor grau nas cinco correntes teóricas apresentadas, as abordagens psicossociais e sobre a anomia ganharam relevância a partir de então; houve uma ruptura com os referenciais anteriores e a própria denominação que o fenômeno ganhou, “movimentos sociais”, no plural, indicava uma diversidade de movimentos descontentes com variadas ordens sociais (GOHN, 2012).

No entanto, mesmo inovando em termos teóricos, essas correntes interpretativas não ficaram isentas de críticas. Muitas dos autores do período analisavam o comportamento das massas como uma espécie de patologia social, o que não agradou seus sucessores que se depararam com novos contextos de contestação social, a exemplo do movimento pelos direitos civis nos EUA e do feminista nas décadas de 1960 e 1970. Nesse sentido, nos anos posteriores (1970) novas teorias sobre o fenômeno entraram em cena, entre elas a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria dos Processos Políticos (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos sociais (TNMS).

1.2. Teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais

1.2.1 Teoria da Mobilização de Recursos

Ao final dos anos de 1960 e início de 1970 as ações coletivas demandavam explicações mais complexas. Nesse período, os movimentos sociais passaram a se diferenciar dos partidos políticos, o que exigiu novo marco interpretativo que afastasse as análises da abordagem marxista predominante e também das teorias clássicas norte-americanas em fase de afirmação. Nesse sentido, outra corrente teórica também de origem norte-americana se destacou, e McCarthy e Zald são considerados os fundadores dessa nova proposta denominada de “Teoria da Mobilização de Recursos” (TMR).

Esses autores destacavam o oposto do que era colocado pelas correntes clássicas norte-americanas. Ou seja, se antes os movimentos sociais eram considerados como ações não-rationais, McCarthy e Zald enfatizavam justamente o contrário, afirmando que a racionalidade era a principal característica dos mesmos (GOHN, 2012).

A TMR identificou que os movimentos sociais, sobretudo o dos direitos civis nos EUA, tinham um sentido claro e organização política bem definida, e que, por isso, a Sociologia deveria se voltar a explicar o processo mobilizatório. Isto é, esse campo científico deveria se restringir a analisar como se formam e porque se estruturam os movimentos sociais.

Segundo Gohn (2012), em um primeiro momento, a variável mais importante para explicar esse processo foi “recurso” (humanos, financeiros, de infraestrutura, dentre outros). Com isso, o entendimento foi o de que os movimentos sociais emergiriam somente quando os recursos se tornassem viáveis, no sentido de darem sustentação à ação coletiva. Porém, em um momento posterior, essa variável foi ampliada dentro dessa teoria e em seu lugar foi lançada a seguinte hipótese: os movimentos sociais surgem quando se estruturam oportunidades políticas para ações coletivas e a partir do estoque de recursos que possuem. Então, “Estruturas de Oportunidades Políticas” (EOP) passa a ser outra variável em questão, sugerindo que contextos políticos podem oferecer oportunidades de contestação, o que favoreceria as mobilizações de movimentos sociais (GOHN, 2012).

Considerando essas duas variáveis, a ênfase das análises oriundas da TMR foi colocada quase que exclusivamente numa visão

economicista, ou seja, numa lógica racional de escolhas individuais que avaliavam custos e benefícios das ações coletivas em um contexto político. Segundo Gohn (2012), a pergunta posta à mesa era a seguinte: como envolver indivíduos em possíveis interesses por determinados bens coletivos?

O conceito empregado nas análises foi o de “organização de movimentos sociais”, porque eles eram vistos como possuidores de atributos de uma organização formal, tal como uma empresa: indivíduos, entidades particulares e muitas outras organizações que estariam interessadas no resultado da ação coletiva e que concorriam com outros grupos ou “organizações de movimentos sociais” por recursos dentro de determinadas oportunidades políticas. Alonso (2009, p.52) nos ajudou com essa interpretação, quando afirmou que:

A TMR aplicou a sociologia das organizações ao seu objeto, definindo os movimentos sociais por analogia com uma firma. A racionalização plena da atividade política fica clara no argumento da burocratização dos movimentos sociais, que, gradualmente, criariam normas, hierarquia interna e dividiriam o trabalho, especializando os membros, com os líderes como gerentes, administrando recursos e coordenando as ações. Quanto mais longevos, mais burocratizados os movimentos se tornariam. A longevidade, por sua vez, dependeria da capacidade de os movimentos vencerem a concorrência. Isto é, vários movimentos podem se formar em torno de um mesmo tema, compondo uma “indústria de movimento social”, na qual haverá cooperação, mas também competição em torno de recursos materiais e de aderentes a serem garimpados num mercado de consumidores de bens políticos. Daí a emergência de conflitos internos que gerariam faccionalismo, com dissolução de movimentos grandes e formação de subunidades em torno de uma mesma causa.

Nas análises que seguiram essa perspectiva teórica os movimentos sociais não eram vistos como ameaças ao sistema político,

ao contrário, foram considerados sinal de vitalidade do mesmo já que eles estariam “participando” de um determinado projeto político¹¹.

Em síntese, pode-se argumentar que a TMR analisou os movimentos sociais como uma organização social qualquer na estruturação de determinado projeto político. Sua explicação dava ênfase à racionalidade e à organicidade, negando a ideologia, os valores subjetivos e identidades coletivas como variáveis importantes nos estudos das mobilizações. Ela primou por uma análise conjuntural (as oportunidades políticas), e, de modo geral, não vinculou os processos mobilizatórios a macroestruturas numa perspectiva histórica (GOHN, 2012).

Partindo dessa constatação, não é difícil imaginar críticas a essa corrente. Segundo Gohn (2012), a maior delas foi justamente direcionada à teoria que deu sustentação à TMR, qual seja: a das escolhas racionais. Tal teoria, que tem suas bases nas ciências naturais, tratou os indivíduos como seres universais e sugeriu um tipo particular de ser humano: branco, classe média, situado em países de capitalismo avançado e ocidental. Assim, as críticas foram direcionadas à TMR pelo fato de ela restringir sua proposta a um determinado contexto social e espacial.

Outra crítica importante, ainda de acordo com Gohn (2012), foi com relação a sociedade vista como sendo formada apenas por elites e não-elites, isto é, por grupos relativamente homogêneos. Nesse sentido, o objetivo dos grupos excluídos seria a inclusão, sendo o Estado o agente maior desse processo que tinha o objetivo de institucionalizar os movimentos sociais reconhecendo sua legitimidade a partir de demandas concretas.

É importante destacar que essas críticas vão subsidiar o aparecimento de duas outras propostas de análise sobre movimentos sociais, quais sejam: a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS); que surgiram como forma de contrapor as explicações economicistas da ação coletiva e contra a ideia de sujeito histórico universal. Elas construíram explicações macro históricas combinando política (maior ênfase dada pela TPP) e cultura (aspecto destacado pela TNMS).

¹¹ Para uma análise sobre variações da TMR, consultar Alonso (2009) e Gohn (2012).

1.2.2. Teoria do Processo Político

Considerada por Gohn (2012) como um segundo momento da TMR, a Teoria do Processo Político (TPP) que também foi construída no contexto norte-americano, porém na década de 1970, buscou lacunas existentes na abordagem economicista. Enquanto a primeira destacou o aspecto organizacional presidido pela lógica econômica, a TPP deu ênfase ao desenvolvimento do processo político e, certa medida, também incorporou aspectos culturais.

Essa abordagem destacou as EOP's, as linguagens, as ideias, os símbolos, as ideologias e as práticas de resistência cultural presentes nos movimentos sociais. Nesse contexto, alguns autores tributários da TMR reformularam suas abordagens e passaram a interagir com os pressupostos e proposições da TPP. Entre eles estão Tilly, McAdams, Gusfield e o próprio McCarthy (GOHN, 2012). Segundo Gohn (2012, p.71):

(...) os protestos, descontentamentos, ressentimentos e outras formas de carências existentes na comunidade - tão caras aos teóricos clássicos das teorias da ação social e desenhadas inicialmente pela (T)MR - foram também reconhecidas como fontes de recursos. Ou seja: houve uma recuperação dos clássicos para explicar omissões que a (T)MR não tratara. A ênfase na mobilização de recursos, como grande eixo articulador da teoria, continuou, mas a nova etapa não considera apenas os recursos econômicos, e a lógica instrumental-racionalista deixou de ser o eixo central condutor das análises. As táticas não convencionais - tratadas como atos anômalos pelos clássicos - passaram a ser vistas como tendo um lado positivo para o entendimento da mudança social. Isto porque os protestos, por exemplo, são construídos socialmente e como tal geram energias novas.

Três elementos foram recuperados nas análises, quais sejam: a reconceituação da figura do ator; as micro relações sociais de proximidade; e os elementos específicos gerados dentro de uma cultura sociopolítica. O olhar foi redirecionado para compreender a construção de identidades coletivas dos movimentos sociais e também para a

interação deles com a cultura política. Com isso, raça, gênero e etnia, que eram vistos como elementos residuais nas abordagens anteriores, passaram a ser considerados como variáveis importantes dentro da TPP.

A política era associada à cultura dos grupos organizados e como fator que poderia criar espaços sociais próprios que incorporariam ideologias e símbolos culturais. Esse elemento tomou como parâmetro o conceito de EOP's e partiu do pressuposto de que, quando ocorrem alterações no ambiente político, há possibilidade de abertura ou de criação de canais para absorção das reivindicações dos grupos organizados em movimentos sociais. E uma forma de isso ocorrer é através do aumento da permeabilidade política institucional e administrativa, ou através de mudanças na interação política entre o Estado e a sociedade (GOHN, 2012).

No entanto, para além do elemento político, a TPP também operou com um segundo: o cultural. Dentro dessa abordagem a permeabilidade institucional ou administrativa dependeria de uma maior abertura política às demandas dos movimentos sociais e de sua coesão grupal. Contudo, de acordo com Alonso (2009), a solidariedade em si não gera ação e, por isso, esse fator ainda continuava a depender das EOP's e de recursos, tal como proposto pela TMR anteriormente.

Também na esfera cultural de explicação dos movimentos sociais, a TPP operou com outros dois conceitos, o de “repertório” e o de *frame*. Charles Tilly é o autor que trouxe para o debate o conceito de repertório. A partir de uma perspectiva histórica e comparada, ele argumentou que é bastante limitado o conjunto de formas de ação política disponíveis para os agentes de determinada sociedade e, por isso, pode-se defini-lo como “(...) um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolhas” (TILLY, 1995, p.26 *apud* ALONSO, 2009, p.57).

Com relação ao conceito de *frame*, Gohn (2012, p.87) o definiu como “(...) marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva”. Segundo a autora, essa definição se fez em detrimento das dificuldades de tradução para a língua portuguesa de um termo em inglês. Mas, importa registrar que o seu emprego foi feito para analisar as condutas da vida cotidiana e as experiências passadas que são basilares para construção de ações coletivas. Assim, ele foi aplicado não apenas numa perspectiva cognitiva, mas político-cultural.

A partir dessa contextualização, percebemos que, embora a TPP abrisse mais espaço para os aspectos culturais na explicação das ações coletivas de movimentos sociais, ela não se manteve isenta de críticas já

que sustentou algumas premissas da sua antecessora. Uma delas foi dirigida ao conceito de EOP's, considerado abrangente demais e, por isso, pouco explicativo. EOP's não são as mesmas para todos, pois os territórios possuem formações distintas e os agentes políticos e as instituições, da mesma forma, são diferentes. Além disso, com relação ao conceito de cultura, este foi visto como pouco dinâmico, já que ele continua sendo pensado para sociedades brancas, ocidentais e de países de capitalismo avançado (ALONSO, 2009).

As críticas, tanto à TMR quanto à TPP, começaram a mostrar que havia a necessidade de “espacializar” as ações coletivas e os movimentos sociais. Tal como a TMR, a TPP pressupunha “espaços” homogêneos, desconsiderando a dimensão estritamente geográfica inerente às oportunidades políticas em distintas formações socioespaciais. O elemento geográfico era visto como um contexto onde ocorrem as interações sociais, isto é, como um pano de fundo não problematizado, palco das ações coletivas. Esta crítica, ao nosso ver, foi importante para abrir a perspectiva de análise para outras disciplinas e o pontapé inicial foi dado pela Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

1.2.3. Teoria dos Novos Movimentos Sociais

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) surgiu na Europa, principalmente a partir das contribuições de Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci, todos eles críticos da ortodoxia marxista e, em maior ou menor grau, das abordagens norte-americanas. Sua singularidade está em produzir uma interpretação dos movimentos sociais de crivo cultural.

Embora os três autores considerados como expoentes dessa corrente teórica tenham suas particularidades, eles confluem para um postulado geral sobre os movimentos sociais da segunda metade do século XX. Para eles, houve uma mudança macrossocial que gerou novas formas de dominação cultural as quais conduziram a mudanças nas subjetividades e a novos conflitos sociais. Isto é, as reivindicações teriam se deslocado das demandas redistributivas para aquelas que permeavam a vida cotidiana como as relativas às identidades coletivas de gênero, raça, credo e à dimensão ambiental da sociedade (SCHERER-WARREN, 1996; ALONSO, 2009; GOHN, 2012). Com isso, estaria em curso a politização da vida privada.

Portanto, os conflitos relativos às esferas trabalhistas teriam se diluído através da construção de instituições democráticas e também

pela expansão de direitos e a dominação cambiara para a esfera da cultura. Isso teria feito com que os confrontos políticos passassem do plano econômico e adentrassem a dimensão simbólica. Os novos atores da ação coletiva não seriam, então, apenas as classes sociais, mas também grupos marginalizados em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Estes movimentos sociais tinham a missão de mudar orientações valorativas da sociedade, sendo os portadores de novos projetos culturais. Os movimentos ambientalista, feminista e negro ganharam destaque nesse contexto e em vez de demandarem democratização política ao Estado, eles requeriam a democratização social que deveria ser construída pela sociedade civil (SCHERER-WARREN, 1996; ALONSO, 2009; GOHN, 2012).

Touraine, Habermas e Melucci, de maneira geral, argumentaram que no contexto do capitalismo industrial o modelo de ação coletiva esgotou-se e, com a passagem para a sociedade de massa, houve a necessidade de novos mecanismos que possibilitassem a realização da mudança social. Assim, mais do que reivindicar uma redistribuição, os movimentos sociais contemporâneos concentraram-se nos códigos culturais, no conhecimento e na linguagem. O conflito baseado na opressão também se tornou simbólico e sua análise requeria métodos interpretativos (ALONSO, 2009).

Essa argumentação foi direcionada tanto às explicações psicológicas para a formação da ação coletiva, quanto às macro explicações nas quais as condições sociais comuns determinam o comportamento dos atores sociais. Melucci (1989), especificamente, afirmou que em ambas as perspectivas criticadas faltariam explicações sobre os comportamentos individuais e o fenômeno coletivo “movimento”. Assim, surgia a principal pergunta desse autor: como um ator coletivo é formado ou quais relações e processos levam os indivíduos a se envolverem coletivamente numa ação política? Para respondê-la, Melucci recorreu a uma argumentação construcionista e processual, indicando que os atores edificariam a ação coletiva à medida que se comunicavam, produziam e negociavam significados culturais, avaliavam e reconheciam os aspectos comuns e, a partir daí, tomavam decisões. A identidade coletiva foi entendida, portanto, como interativa e compartilhada, produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual ela acontece.

A proposta da TNMS envolvia, assim, três dimensões da ação coletiva, quais sejam: a identidade coletiva que seria construída a partir da definição de um *framework* cognitivo acerca dos fins, meios e campo

de ação social (identidade e projeto político); a ativação prática de relações entre diferentes atores e entre eles e um antagonista (adversário); e do investimento emocional que os leva a reconhecerem como membros de um grupo (identificação social) (MELUCCI, 1989).

Apesar do avanço teórico em relação à incorporação dos aspectos culturais às análises, críticas não deixaram de ser direcionadas a essa corrente teórica. Alonso (2009) afirmou que alguns cientistas sociais, a exemplo de Calhoun, não concordavam com o adjetivo “novo” relegado aos movimentos sociais da segunda metade do século XX. Calhoun (1995 *apud* ALONSO, 2009) argumentou que características as quais a TNMS atribuía aos “novos movimentos sociais” já estavam presentes naqueles movimentos do século XIX, tais como multidimensionalidade, demandas não materiais, criação de identidades, dentre outras. A ênfase econômica das correntes teóricas anteriores é que impedia os analistas de as perceberem. Assim, de acordo com essa crítica, a “novidade” na agenda de pesquisa estaria muito mais nas lentes analíticas dos pesquisadores do que no objeto de estudo propriamente dito.

A TNMS também foi criticada por negligenciar a relação dos movimentos sociais com a dinâmica política-institucional. Ela estaria muito mais preocupada com a organização da sociedade do que com o canal de interação entre ela e o Estado. Isto é, a TNMS, por ser “subjetivista”, relegou a política a um segundo plano e enfatizou sobremaneira a intencionalidade, os valores e as identidades dos agentes mobilizados em torno da categoria movimentos sociais. A TPP e TNMS, portanto, dualizavam uma reflexão sobre os movimentos sociais, em que a primeira falhava ao não considerar a cultura como elemento importante na formação da ação coletiva, e a segunda por negligenciar a interação com o Estado (ALONSO, 2009).

Em que pese essas críticas, o fato é que ela abriu a perspectiva analítica ao considerar a cultura como um dos principais elementos na construção de ações coletivas. Nesse sentido, a TNMS possibilitou maior diferenciação de entendimento dos movimentos sociais em diferentes contextos espaciais, e muitos estudiosos, inclusive da América Latina, incorporaram conceitos geográficos nas análises. E na esteira dessa influência, outras abordagens foram sendo edificadas e, agora, não apenas na Europa e nos Estados Unidos. Entre essas abordagens, a das redes sociais ganhou proeminência, especialmente na América Latina. Não que as outras abordagens deixaram de ser empregadas, mas, a partir dos anos de 1990, nova proposta foi colocada à mesa.

1.2.4 Teoria(s) dos movimentos sociais na América Latina

Como forma de sistematizar a produção das Ciências Sociais latino-americanas relativas à teorização dos movimentos sociais, Scherer-Warren (1996) construiu a seguinte periodização: i) meados do século XX até a década de 1970; ii) os anos de 1970; iii) os anos de 1980; e iv) anos de 1990.

O primeiro período foi caracterizado pela autora como aquele no qual concentravam estudos em que o pensamento sociológico polarizava em torno de duas correntes teóricas: a marxista e a funcionalista. Na primeira, as referências eram as questões do desenvolvimento do capitalismo e da dependência. Na outra, predominavam abordagens sobre a modernização.

Embora houvesse alguma influência das teorias norte-americanas, de longe a abordagem marxista foi predominante nesse período na América Latina. Ela concebia a realidade latino-americana como parte de uma totalidade, como um problema macroestrutural. O elemento privilegiado nas interpretações sobre a ação social era a classe, determinada a partir de sua condição objetiva no processo produtivo. Todavia, nos lembrou Scherer-Warren (1996), como havia um consenso sobre a dificuldade de constituição de uma unidade classista fundamental na América Latina (proletariado urbano e/ou rural), vários estudos foram levados a buscar sua fundamentação na sociedade política como aquela com potencial de transformação social. Isso concentrou as análises das ações coletivas no Estado e partidos políticos.

O segundo período, os anos de 1970, teve como marco importante o Seminário de Mérida (1971), no México. Ele introduziu novas considerações paradigmáticas aos estudos dos movimentos sociais na Sociologia a partir da influência europeia. Com ele uma perspectiva heterodoxa do marxismo e de diferentes leituras das realidades latino-americanas foi evidenciada, e as determinações econômicas cederam lugar a uma multiplicidade de fatores que influenciavam as análises sobre a sociedade civil. Nas palavras de Ilse Scherer-Warren (1996, p.16), “(...) o enfoque do período anterior nas lutas de classe cede lugar às interpretações em termos de lutas históricas nacional-populares”.

No período seguinte, referente à produção sociológica dos anos 1980, a categoria movimentos sociais foi a referência central nas reflexões teóricas e nos estudos de caso na América Latina. Houve uma substituição das análises em termos de processos históricos mais gerais por estudos de grupos específicos, o que acabou por fragmentar a

produção e dificultou a construção de um conceito genérico de movimento social. Por exemplo, para analisar movimentos sociais urbanos, Castells e Lojkin eram referências quase que obrigatórias. Já para tratar das ações coletivas dos “novos movimentos sociais” de forma geral, Touraine teve mais influência.

Nessas três fases do pensamento latino-americano a respeito dos movimentos sociais percebe-se que as teorias europeias tiveram maior influência, principalmente as de cunho marxista. Como hipótese para isso, Gohn (2012) levantou que, por conta do contexto da época, os anos de 1970 e 1980 marcaram a emergência de vários movimentos populares estratégicos para o processo de redemocratização dos Estados latino-americanos e, assim, as reflexões teóricas sobre o fenômeno embasaram-se muito mais nos pressupostos da “nova esquerda” por serem considerados críticos. A extensa produção norte-americana foi ignorada por que “(...) diante da realidade pujante de movimentos engajados na luta social em toda a América Latina, o paradigma norte-americano então vigente, da Mobilização de Recursos, não fazia o menor sentido (GOHN, 2012, p.216).

Portanto, a influência teórica nas Ciências Sociais da América Latina se fez, inicialmente, através da perspectiva marxista. Ao longo dos anos de 1980, porém, tal influência foi sendo substituída pela da TNMS. Por intermédio da mobilização e da pressão da sociedade civil, os Estados latino-americanos redirecionaram suas políticas internas e os regimes militares foram substituídos por regimes democráticos. Nesse contexto, os movimentos sociais se multiplicaram, ganhando diferentes tipos e nuances e lançaram demandas específicas, o que possibilitou que sociólogos latino-americanos encabeçassem nova proposta teórica para os estudos dos movimentos sociais. Assim, se inaugura um quarto período, o dos anos de 1990 em que novas temáticas tomaram conta da cena teórica latino-americana e a abordagem das redes de movimentos sociais se tornou proeminente.

Scherer-Warren (1996) destacou que foram quatro os elementos deste pensar dos movimentos sociais que fundamentaram a abordagem das redes no mundo, de maneira geral, e na América Latina particularmente. O primeiro deles foi a preocupação em articular as abordagens macro e micro sociais. Assim, o mais relevante dentro desta perspectiva metodológica não é tanto o entendimento dos movimentos enquanto partes estruturantes da realidade, mas sim como processos de ação política, práticas sociais em construção. O foco recaiu, portanto, em analisar as articulações das ações coletivas localizadas. Nas palavras da autora: “Trata-se de entender as interconexões de sentido entre o

local (comunitário) e o global (supranacional, transnacional) numa conjuntura em que havia a proliferação de mobilizações sociais” (SCHERER-WARREN, 1996, p.22).

Em segundo lugar, a autora destacou o fato de que a divisão heurística entre novos movimentos sociais e os tradicionais não era mais apropriada quando o que importava era analisar os elementos culturais emergentes nos movimentos de maneira geral, sejam eles “velhos” (como, por exemplo, o operário) ou “novos” (movimento ecológico, pela paz, de gênero, etc.). Entre esses elementos Ilse Scherer-Warren (1996) deu relevância para o étnico e o de cultura política nos estudos latino-americanos.

O terceiro ponto destacado pela socióloga se referiu às novas articulações entre movimentos sociais e o Estado no período de redemocratização. A autora argumentou que, neste período, foi necessário investigar em que medida as organizações da sociedade civil, nas relações que estabeleceram com o Estado, foram modificadas por este ou comportavam efeitos político-institucionais relevantes para a ação coletiva. Com isso, ela destacou a falsa dualidade estabelecida pela teoria entre movimento social e Estado, principalmente nas abordagens marxistas ortodoxas.

Por fim, Scherer-Warren (1996) considerou importante também analisar o papel que as tecnologias de informação e comunicação tiveram nas formas de ação coletiva que, nos anos de 1990, foram fundamentais para alguns movimentos sociais latino-americanos. Nesse contexto, e partindo da definição de movimento social de Touraine, Scherer-Warren (2012) afirmou que a ideia de rede foi apropriada pelos atores sociais como uma estratégia de ação coletiva na América Latina e, assim, as teorias voltaram-se para o entendimento do processo articulatório. O conceito em voga a partir de então seria o de rede de movimentos sociais que

(...) pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o movimento social, definido enquanto uma rede de caráter político, pressupõe a construção de uma identidade coletiva ou identificação grupal, a definição de conflitos, de adversários ou opositores e um projeto ou utopia de mudanças (...). A rede de movimento social tende a ser o

nível da sociedade civil mais complexo, mais politizado e orientado por um desejo de transformação do status quo de grupos sociais que se consideram em situação de exclusão, desigualdade ou discriminação, ou mesmo que lutam por mudanças sistêmicas mais amplas. A ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo, portanto, as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos. O movimento propriamente dito resulta, enfim, da dinâmica articulatória entre diversos atores da sociedade civil em nome de um projeto ou utopia de mudança social (...) (SCHERER-WARREN, 2012, p. 25).

Com esse conceito a socióloga se referiu às conexões de diversos atores sociais que tem o objetivo de difundir informações, buscar apoio e estabelecer estratégias de ação coletiva diante de um adversário enfrentado em várias escalas geográficas. Assim, de acordo com Scherer-Warren,

Nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania incluem, frequentemente, múltiplas dimensões do self: de gênero, étnica, de classe, regional, mas também dimensões de afinidades ou de opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais, etc. As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações –, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um

sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural (SCHERER-WARREN, 2006, p.115-116).

De uma forma geral, pode-se argumentar que, tributária tanto das pesquisas que compunham uma abordagem marxista quanto às da TNMS, a abordagem das redes de movimentos sociais, especialmente na América Latina, expressou essa dupla conciliação, teórica e metodológica, e ambicionou compreender as dimensões estratégicas e simbólicas da ação coletiva, a formação de identidades sociais e os incentivos e constrangimentos sociopolíticos à mobilização. Tratava-se, portanto, de passar da análise das organizações sociais singulares para a compreensão do movimento que ocorre entre organizações. A própria definição de movimento social de Gohn (2012) é reflete essa dupla filiação:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio de solidariedade e construída a partir de base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações na esfera pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Os movimentos participam da mudança social e histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos

políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem a problemática conflituosa da sociedade onde atuam (GOHN, 2012, p. 251-252).

Mesmo a literatura indicando que a América Latina não tenha “lançado” uma teoria inovadora a respeito da temática dos movimentos sociais, o fato que a produção “do Sul” passou a figurar na cena teórica mundial a partir de então, principalmente com a abordagem das redes de movimentos sociais encabeçada por Scherer-Warren (1996). Não que ela fosse uma prerrogativa apenas dos cientistas latino-americanos, pois, a exemplo de Diani (1992), autores de diferentes nacionalidades também interagiram com essa perspectiva.

Mas, com base nessa breve revisão, o que se pode afirmar é que na década de 1990 o debate sobre movimentos sociais exigiu maior abertura disciplinar e diversificou o local de enunciação teórica. Nesse contexto, sociólogos, especialmente brasileiros, passaram a incitar o debate com outras ciências para ampliar o entendimento da abordagem das redes de movimentos sociais. Dentre as ciências provocadas a participar desse debate, ganhou destaque o convite feito à Geografia; e entre os cientistas sociais que passaram a dialogar com ela citamos Bringel (2007; 2010).

Analisando as ações dos movimentos sociais transnacionais, Bringel (2007; 2010) apontou que nos últimos anos consolidou-se duplo processo de expansão da política. Se, por um lado, houve a proliferação de intercâmbios políticos desde abaixo, ou seja, a exploração da arena política para além dos marcos institucionais e partidaristas, o que abriu espaços e possibilidades de construções identitárias dentro da sociedade civil, por outro lado, a irrupção da política “de fora”, isto é, no âmbito supranacional, alterou fronteiras territoriais da ação coletiva.

Nesse contexto, o autor sugeriu dois ângulos de análise para ampliar a compreensão dos movimentos sociais na atualidade a partir da abordagem das redes. O primeiro se refere à ampliação de instrumentos conceituais que nos permitam aproximação com esse duplo processo, já que, ao mesmo tempo em que as redes ampliam o entendimento sobre a escala política das ações coletivas, elas também fortalecem determinados territórios. Além disso, é necessário debater os limites das

teses sobre dissolução de fronteiras territoriais, pois nem tudo que emerge em termos de ações coletivas é transnacional.

Nota-se que, implicitamente ou explicitamente, os conceitos de escala geográfica e de território são chamados para o debate. Como observou Bringel (2007), muitos teóricos das mobilizações e das ações coletivas na atualidade apropriam-se de alguns conceitos com larga tradição na ciência geográfica para explicar a “revitalização” do local em tempos de globalização, mas a difusão desses conceitos fortemente arraigados na Geografia ou são empregados com pouco rigor teórico ou mesmo na forma de metáforas espaciais. Por isso, segundo o autor, é necessário estreitar laços com a Geografia para ampliar o arcabouço teórico-conceitual sobre ações coletivas contemporâneas.

Mas, em que pese esse convite da Sociologia feito à ciência geográfica, o fato é que a revitalização de conceitos espaciais em época de globalização e a nova “onda” de mobilizações sociais no século XXI nos incita a buscar respostas para um tema ainda pouco explorado na Geografia, qual seja: o da espacialidade da ação social. Nesse contexto, cabe uma pergunta: qual a contribuição da Geografia nos estudos dos movimentos sociais?

1.3 Geografia e movimentos sociais

Relações sociais são essencialmente relações espaciais ou, como já argumentara Lefebvre (1991[1974]), o espaço é a materialização da existência humana.

Essa afirmação vem acompanhando a ciência geográfica desde os anos de 1970. A partir desta década, a Geografia passou a se interessar pelos confrontos políticos e, nesse contexto, pelos movimentos sociais. De acordo com Nicholls (2009), o que tem chamado a atenção dos geógrafos desde então não é apenas como e por que os movimentos sociais têm emergindo na cena política, mas também como o lugar, a escala geográfica e o espaço de maneira geral afetam as escolhas das pessoas em participarem das ações coletivas de contestação.

No decorrer dos últimos anos sucessivas leituras sobre aspectos espaciais das relações sociais têm sido elaboradas por várias disciplinas, com destaque especial para a Geografia. De acordo com Jessop, Brenner e Jones (2008), quatro distintos léxicos espaciais têm tido destaque em maior ou menor grau, são eles: território, lugar, escala e redes; os quais estão associados a específicas “viradas espaciais” de interpretação dos fenômenos sociais, permitindo que se problematize um conjunto

diferente de questões de cada época. Partindo desta constatação, neste tópico abordar-se-á como a Geografia, em especial a brasileira, tem conduzido interpretações a respeito dos movimentos sociais.

1.3.1 Tendências das análises geográficas sobre movimentos sociais.

Ao investigar as tendências analíticas da Geografia sobre movimentos sociais, percebemos, de maneira geral, que Renato Emerson dos Santos (2006), Souza (2008) e Pedon (2009) consideraram a década de 1980 como aquela que marca o início dos estudos de geógrafos sobre a temática. Milton Santos, Yves Lacoste e Henri Lefebvre foram importantes teóricos que lançaram os pressupostos da Geografia Crítica nos anos de 1970 e influenciaram estes primeiros estudos. Grande parte do referencial teórico adotado para analisar os movimentos sociais na Geografia neste período provinha de outras ciências e eram de origem estrangeira. Dentre eles, os mais representativos foram: Manuel Castells, Jean Lojkine e Alexander Chayanov.

São representantes dessa tendência, por exemplo, as pesquisas de Julia Adão Bernardes e de Satiê Mizubuti, que trataram das associações de moradores no Rio de Janeiro na década de 1980 (SANTOS, R. E. dos, 2006; SOUZA, 2008; PEDON, 2009). Eles foram importantes referências para análises posteriores, principalmente sobre movimentos sociais urbanos, e marcaram a “entrada geográfica” no debate a respeito dos movimentos sociais.

Neles havia uma preocupação em estabelecer correlações entre a configuração espacial das cidades (divididas entre centro e periferia) e o surgimento das associações de moradores, revelando a importância da localização espacial como potencializadora de iniciativas de contestação social. O espaço urbano era entendido enquanto *locus* privilegiado da acumulação capitalista e que contém a materialização das esferas de produção e reprodução social. A segregação sócio-espacial marcaria, portanto, as contradições e as desigualdades da urbanização, grafando também no espaço a luta de classes. As associações de moradores emergiriam, assim, como expressão das contradições do capitalismo na cidade e dos conflitos sociais (SANTOS, R. E. dos, 2006; SOUZA, 2008; PEDON, 2009). Nas palavras de Pedon (2009, p.81, destaques no original), esses primeiros trabalhos

Grosso modo, entendem que toda a problemática que envolve os movimentos sociais urbanos está

inserida dentro da *questão urbana*, gerada nas contradições mais amplas do modo de produção capitalista. No cotidiano dos habitantes das cidades, esta problemática se manifesta na forma de escassez e da precariedade da habitação, educação, saúde, transporte, saneamento básico e lazer, todos interligados ao processo de consumo coletivo.

No entanto, conforme destacaram Souza (2008) e Pedon (2009), os movimentos sociais rurais não ficaram de fora dessa tendência. No âmbito da Geografia Agrária também houve debates envolvendo a temática dos movimentos sociais. Nesta área especificamente ganhou destaque os trabalhos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1986), Ruy Moreira (1985) e Manuel Correia de Andrade (1986). Todos os três autores trouxeram para o debate um quadro teórico no qual a luta de classe surge como elemento central para o entendimento da organização espacial brasileira, especialmente a rural. O argumento deles era o de que o espaço exprime a divisão social do trabalho, estando presente e sendo elemento importante em todas as etapas dos circuitos de reprodução social, tanto no urbano como no rural. Nesse sentido, são preocupações dos mesmos a natureza do campesinato como classe social e a modernização da agricultura como referência para o entendimento do desenvolvimento desigual do capitalismo no campo.

Na tentativa de sistematizar as discussões sobre movimentos sociais no âmbito da Geografia feitas por Renato Emerson dos Santos (2006), Souza (2008) e Pedon (2009) nesse período, resumimos as mesmas destacando que: i) a década de 1980 marcou a entrada da ciência geográfica brasileira nas discussões envolvendo contestação social; ii) houve uma diferenciação nas abordagens dos movimentos sociais entre os urbanos e os rurais, o que acabou por levar a especializações¹²; iii) os recortes analíticos, principalmente dos estudos urbanos, quase sempre eram o local; iv) os movimentos sociais rurais ganham destaque na segunda metade da década de 1980, mas, ao contrário dos estudos dos movimentos urbanos, eles eram mais gerais; v) destaca-se a ausência de uma articulação teórico-conceitual própria da Geografia; e vi) o caráter empírico-descritivo dos trabalhos.

¹² Esse apontamento corrobora o que Scherer-Warren (1996) destacou em relação aos estudos sociológicos sobre movimentos sociais na América Latina no mesmo período.

Portanto, percebe-se que o espaço emergiu nas análises geográficas sobre movimentos sociais nos anos de 1980 não como reflexo da sociedade, mas como um dos elementos que é condicionante de sua dinâmica. O destaque dado à dimensão organizativa e locacional dos movimentos acabou dificultando o desenvolvimento de outras esferas espaciais de análises no período. Entretanto, esses trabalhos “abriram caminho” para pesquisas posteriores. Tais pesquisas vão compor a segunda tendência identificada a partir de Renato Emerson dos Santos (2006), Souza (2008) e Pedon (2009), que não envolve análises sobre os movimentos sociais especificamente, embora eles fossem considerados motivadores das mesmas. As lentes dos geógrafos que dela fizeram parte, iniciada no final dos anos de 1980 e predominante nos anos de 1990, estavam voltadas para o entendimento da espacialidade dos conflitos.

Segundo Renato Emerson dos Santos (2006), as análises desse período foram fundamentadas pelo comprometimento político com a transformação social que seus expoentes tinham. Diversos geógrafos trabalharam em suas pesquisas com a ideia de que o conhecimento deve “desvendar máscaras sociais”¹³. Portanto, na segunda tendência analítica identificada na literatura brasileira a respeito da temática, a utilidade da Geografia deve estar atrelada à emancipação social, o que vai colocar na pauta das pesquisas a luta política, e atenção vai ser dada à ação dos movimentos sociais.

A partir da ideia de que o arranjo espacial não apenas reflete, mas é a expressão das relações sociais que se estabelece uma relação entre os elementos espaciais (objetos e fatos espaciais) e a categoria de totalidade social, e um caminho analítico é traçado e que toma como referência as contradições das formações sócio-espaciais (SANTOS, R. E. dos, 2006). Ou seja, tais análises foram influenciadas pela ideia de conflitividade das relações sociais entre, de um lado, os burgueses/capitalistas e, de outro lado, os subordinados/oprimidos; e que estas relações são possíveis de interpretação a partir do espaço geográfico.

¹³ Renato Emerson dos Santos usa essa expressão em alusão a um artigo de Ruy Moreira que leva o título “A Geografia serve para desvendar máscaras sociais”. Segundo o autor: “Desvendar as máscaras sociais significa então desvelar os arranjos espaciais enquanto expressão “concreta” das relações sociais de dominação, o que, dentro da influência hegemônica do marxismo estruturalista sobre tal corrente era compreendido como as relações de classe (...) (SANTOS, R. E. dos, 2006, p. 47).

Para Santos, R. E. dos (2006) e Souza (2008), um dos principais autores dessa tendência foi Ariovaldo Umbelino de Oliveira que construiu uma proposta de análise para todo o campo da Geografia Agrária e que colocou os movimentos sociais como peça chave para a interpretação do espaço, especialmente o rural. Numa sociedade marcada por desigualdades, pela concentração de renda, pela violência como fator estratégico no processo de reprodução capitalista a proposta dos trabalhos deste geógrafo, por exemplo, esteve em demonstrar as contradições e as formas como se materializam os conflitos sociais no espaço. Para isso, os indicadores utilizados pelo autor foram: confrontos, ocupações de terras, assentamentos rurais, assassinatos, trabalho escravo, dentre outros.

No espaço urbano as análises sobre as contradições da reprodução social apontaram para a ideia de “caos urbano”, ou seja, a segregação das cidades brasileiras alimentou a ideia sobre gestão empresarial e sobre as contradições sociais das mesmas e, com isso, um modelo analítico emergiu, aquele que versava sobre a mercantilização do espaço urbano e sua outra face: a segregação sócio-espacial. Ele indicava que a sociedade caminhava em direção à construção de uma morfologia urbana que exclui, segrega e degenera a vida, e, na contrapartida, a reforma urbana e os ativismos sociais apareciam nas análises como forma de renovação das cidades. Vários autores tiveram destaque nesse debate no âmbito da Geografia Urbana brasileira, dentre eles citamos (somente a título de exemplificação para não esquecer de importantes autores/trabalhos) Souza (1988) e Carlos (1994).

Renato Emerson dos Santos (2006) chamou atenção para um aspecto importante nessa tendência, a saber: mesmo ela não consolidando categorias propriamente geográficas sobre movimentos sociais, seus trabalhos contribuíram na proposição teóricas acerca das relações sociais, fortalecendo o status teórico e ontológico do espaço como dimensão das experiências sociais. Ou seja, ela foi decisiva para a incorporação e para a afirmação da temática dos movimentos sociais na Geografia brasileira de maneira geral, indicando caminhos teóricos e metodológicos para a leitura dos conflitos.

E foi da influência dessa segunda tendência que surge uma terceira, que dá início às proposições de categorias de análises no debate sobre Geografia e movimentos sociais. Esta se diferencia das anteriores porque as pesquisas dos geógrafos partem de teorizações e de construções conceituais sobre os movimentos sociais e elaboram instrumentos heurísticos para a leitura geográfica dos mesmos. Renato Emerson dos Santos (2006) afirmou que esta terceira tendência se

constitui numa extensão do projeto político de transformação social evidenciado anteriormente, muito embora as análises sejam diferenciadas. Assim, ele sugeriu que:

(...) embebidos pela historicidade contemporânea, marcada pela releitura crítica dos discursos utópicos de pretensão totalizante, chamados de grandes utopias, os trabalhos que vêm colocando este desafio da construção de categorias a partir dos movimentos sociais são marcados pela busca da construção de referenciais teóricos que tenham estreitado seus vínculos com as experiências sociais concretas. A própria valorização dos movimentos sociais como possíveis portadores de utopias, por algumas tradições discursivas (acadêmicas e políticas) já soa como um apelo à experiência em sua concretude. Não que os movimentos necessariamente tenham conseguido consubstanciar os anseios apontados pelas utopias, mas a decepção destas com outros atores eleva os movimentos. No caso da Geografia, emerge a preocupação com o território e com as territorialidades (hegemônicas, subalternas, alternativa), com o espaço e as espacialidades. Os movimentos sociais vão emergir, em diversas leituras, como potenciais portadores de novas territorialidades (SANTOS, R. E. dos, 2006, p. 56-57).

Seguindo essa argumentação, três autores têm destaque, quais sejam: Bernardo Mançano Fernandes (2000); Carlos Walter Porto Gonçalves (2003) e Marcelo Lopes de Souza (2002; 2006).

De acordo com Santos, R. E. dos (2006), Fernandes parte de uma “Geografia das lutas sociais” para interpretar os movimentos sociais como categoria geográfica, argumentando em prol da categoria movimentos socioterritoriais. Com ela o autor incorporou nas suas análises: i) a proposição da transformação social através da inclusão de outros projetos para o espaço; e ii) o território como elemento fundamental na constituição das estratégias dos movimentos sociais. Este último aspecto é importante na medida em que indica que o espaço é um elemento central na ação social e que os movimentos sociais que utilizam do repertório espacial são, na verdade, movimentos socioterritoriais, pois eles têm o território como trunfo. Pedon (2009,

p.168) vai denominar o esforço teórico-conceitual de “Abordagem Socioterritorial”. Para ele, ela

(...) compreende um conjunto maior de questões que envolvem o desenvolvimento da sociedade e sua relação com o território. Nesse ínterim, os movimentos socioterritoriais constituem um elemento orgânico dessa abordagem.

A abordagem socioterritorial centra suas atenções no e sob o território dos/conquistados pelos movimentos sociais. Assim, o conceito de território assume centralidade e significado vinculado à projeção espacial do poder. A referência explícita é Raffestin (1993), para quem o espaço é anterior ao território. Ou seja, nesse campo analítico, o espaço tem um significado amplo e complexo e constitui uma das referências fundadoras da ciência geográfica. Já o território é mais específico, e pode ser considerado como espaço usado pela sociedade, tanto do ponto de vista analítico intelectual, quando como uma expressão concreta das ações humanas.

Entretanto, nem todo movimento social pode ter o território como trunfo. Podem ser considerados socioespaciais na perspectiva de Fernandes (2000), já que lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, mas não tomam o espaço, transformado em território, como trunfo de sua luta. Portanto,

Os movimentos socioespaciais são formas de mobilização social. A sua espacialidade está vinculada com a capacidade de gerir determinadas demandas no âmbito de um determinado espaço, sem buscar introduzir nenhum elemento novo, seja material ou imaterial. Um movimento socioterritorial, por outro lado, é uma organização que tem como objetivo criar as capacidades de introduzir novas formas de apropriação e uso dos territórios. Seu objetivo é a instauração de uma nova territorialidade (PEDON, 2009, p.174).

Para além de uma classificação ou diferenciação entre movimento socioterritorial e movimento socioespacial, o que estamos querendo evidenciar é que, para Renato Emerson dos Santos (2006), a ideia de território como trunfo em Fernandes (2000) concebe que a experiência de luta política é fundamentalmente espacial. Nesse sentido, o território é base da recriação de experiências de resistência e transformação das relações sociais, pois é quando se materializa o movimento. E isso, na

perspectiva de Fernandes, fica evidente com as ocupações de terras, com os acampamentos e assentamentos rurais que são territórios conquistados pelos movimentos e que, portanto, não são apenas sociais, mas socioterritoriais¹⁴. O território é o movimento! Segundo Santos, R. E. dos (2006, p.64-65), nesta abordagem

A consideração das ações coletivas como momentos de convergência de diferentes experiências (espaciais) de luta nos coloca diretamente o desafio de pensar não somente os espaços construídos com o fim de socialização política, mas também os impactos nesta socialização, dos atos de luta do movimento, como as ocupações de terras, mas também as marchas e caminhadas, as ocupações de prédios públicos, as manifestações em frente a agências bancárias e shopping centers, etc., e, sobretudo, os canais de interlocução junto aos órgãos de poder. Cada uma destas ações confronta diretamente quem as vivencia a um interlocutor (que, não necessariamente, é seu antagonista mais direto), além de serem pensadas como atos sensibilizadores da "opinião pública", para assim pressionar órgãos públicos municipais, estaduais e/ou federais. São, portanto, múltiplas experiências espaciais da luta, do fazer da política.

Outro trabalho de destaque nessa tendência analítica é o de Carlos Walter Porto Gonçalves (2003) que buscou a “geograficidade dos movimentos sociais”¹⁵. Sua abordagem tem origem a partir do conceito-síntese de “natureza sócio-geográfica dos movimentos”. Com ele Gonçalves não busca uma única dimensão como Fernandes (2000), mas intenciona evidenciar as múltiplas dimensões espaciais constitutivas dos movimentos sociais. E, de acordo com Renato Emerson dos Santos (2006), é com essa diretriz que Gonçalves constrói um arcabouço conceitual que se caracteriza pela indissociabilidade analítica entre

¹⁴ É necessário destacar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) foi a referência empírica de Fernandes (2000). Por isso, as ações coletivas que remetem ao espaço rural são tomadas como exemplos.

¹⁵ Este é o nome da agenda de pesquisa do Grupo de Trabalho “Hegemonias e Emancipações” coordenado pelo geógrafo no Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

materialidade da configuração espacial e os constructos sociais, econômicos, políticos e culturais.

A perspectiva que guiou suas análises é aquela que assevera que o espaço geográfico não é apenas reflexo dos movimentos, das contradições e da conflitividade do social, ele é, sobretudo, uma instância da vida social. Deste modo,

(...) todo movimento social é portador de uma nova ordem em potencial não sendo destituído de sentido o fato daqueles que se colocam em posição hegemônica numa determinada ordem estigmatizar como desordeiro todo aquele que questiona essa (sua) ordem. Aqui, sem dúvida, geografia e sociologia se tornam imbricadas (GONÇALVES, 2003, p. 18).

E é essa possibilidade de “construção” do fato espacial pelos movimentos em que se encontra o cerne do conceito de “natureza sócio-geográfica”. Renato Emerson dos Santos (2006, 71-71) argumentou que essa abordagem:

(...) pode ser vista, então, enquanto instrumento heurístico e também enquanto dimensão utópica dos movimentos, na medida em que os aponta como potenciais portadores de possibilidades de construção de um outro mundo a partir de sua espacialidade. Estabelece-se, portanto, uma relação analítica (e, evidentemente, política) entre espacialidade e relações sociais que, dentro dos movimentos sociais, é a relação entre as suas espacialidades e o estabelecimento de ordens e relações democráticas.

Para Gonçalves (2003), os atributos que devem ser levados em consideração nas análises geográficas dos movimentos sociais a partir da ideia de natureza sócio-geográfica são: i) motivo/objeto do conflito (terra, território, questões trabalhistas, habitação, saneamento, recursos naturais, etc); ii) protagonistas (camponeses, indígenas, assalariados rurais ou urbanos, pescadores, mulheres, etc); iii) antagonista (Estado, empresa privada, latifúndio, agronegócio, hidrelétrica, etc); iv) tipos de organização (sindicatos, associações, ONG's, partidos políticos, igrejas, etc); e v) formas de manifestações (ocupação de terra, acampamento, piquete, bloqueio de estradas, greve, etc).

Por fim, os trabalhos de um terceiro geógrafo também foram mencionados na literatura como importantes referências dessa tendência

analítica. Trata-se de Marcelo Lopes de Souza (2002; 2006), que (re)interpretou as ações dos movimentos sociais urbanos no Brasil e tem construído todo um arcabouço teórico e conceitual para a leitura geográfica das ações coletivas e que vem “fazendo escola”.

O ponto de partida desse autor é a ideia de que o espaço e as relações sociais são indissociáveis, isto é, espaço é relação social. Com esse pressuposto em mente, Souza (2006) deixa claro que o espaço não é simplesmente “palco” das ações humanas, e que também não é um ator autônomo, independente da dinâmica social. Nas suas palavras, “há um sentido de imanência aí embutido, posto que as relações sociais se fazem não apenas no/sobre o espaço, mas pelo espaço e com referência ao espaço” (SOUZA, 2006, p.319).

E é nesse sentido que ele lança sua proposta de como deve ser tratado conceitualmente os movimentos sociais: pelo processo de produção social do espaço, conforme destacara Lefebvre (1991). E é por isso que ele se pergunta: “(...) se o espaço não é meramente um “palco”, em que medida, o fato de não o levar em conta adequadamente empobrece e dificulta a compreensão da dinâmica e das práticas dos movimentos sociais?” (SOUZA, 2008, p. 368).

Para responder essa indagação, Souza (2008) vai propor alguns pontos que devem ser levados em consideração para compreender a dimensão espacial dos movimentos sociais e que enriqueceria a teoria crítica de maneira geral, quais sejam: i) a abordagem do espaço enquanto espaço vivido, dotado de simbolismos identitários; ii) a maneira como o espaço é codificado e instrumentalizado de modo a servir de referência organizacional e estratégia; iii) o espaço enquanto materialidade; iv) a expressão espacial dos fenômenos sociais (sua localização, sua materialização e sua manifestação na paisagem); v) quais escalas de abordagem possíveis do fenômeno; e vi) a representação cartográfica do fenômeno social, quando possível.

A partir dessa explanação, Souza (2006) afirmou que o seu propósito é o de apresentar e discutir alguns conceitos fundamentais que distingue, na medida do possível, mas não separe o espaço das relações sociais. O seu objetivo foi o de iluminar aspectos espaciais da realidade recorrendo às relações sociais, e estas recorrendo ao espaço, em uma dialética constante para indicar releituras de conceitos geográficos aplicados ao estudo dos movimentos sociais.

Junto com Bernardo Mançano Fernandes e Carlos Walter Porto Gonçalves, Marcelo Lopes de Souza criou uma agenda de pesquisa na Geografia brasileira a respeito dos movimentos sociais, e, tal como os

autores “dos movimentos sociais rurais”, encabeça uma proposta de leitura geográfica desse fenômeno social no espaço urbano.

Assim, Fernandes (2000), Gonçalves (2003) e Souza (2002; 2006) ampliaram as perspectivas analíticas da Geografia para além do que predominava até então. Nos seus trabalhos pode-se perceber que a abordagem marxista ortodoxa não é predominante, e são apresentadas perspectivas pós-estruturalista, pós-coloniais e, ou, anarquistas que dialogam com variados autores, geógrafos ou não, tanto da vertente heterodoxa do marxismo, quanto de outras abordagens. É importante mencionar que ao apontar essa renovação não queremos indicar que esses autores abandonaram uma perspectiva crítica para analisar as questões espaciais relacionadas à ação coletiva. O que objetivamos foi apenas evidenciar a abertura teórica que eles proporcionaram para a ciência geográfica interpretar as ações coletivas contemporâneas, o que, consequentemente, ampliou a possibilidade de diálogo interdisciplinar.

A partir dessa breve discussão sobre as tendências analíticas referentes às abordagens geográficas dos movimentos sociais, sintetizamos as ideias apresentadas por Santos, R. E. dos (2006), Souza (2008) e Pedon (2009) no quadro 1.

Nele, é possível perceber que a “guinada crítica” na Geografia brasileira, verificada na segunda metade do século XX, levou a um processo de transformação teórica, metodológica e política desta ciência. E esta transformação consistiu, entre outras coisas, em uma renovação própria e à incorporação de novas questões de pesquisa e, dentre elas, àqueles referentes aos movimentos sociais.

Quadro 1. Síntese das tendências analíticas sobre os movimentos sociais na Geografia brasileira entre as décadas de 1980 e 2000.

DÉCADAS	SÍNTESE
1980	Os movimentos sociais se constituem como objeto de estudo na Geografia brasileira, influenciados pela “virada crítica” dos anos de 1970. A Geografia Crítica foi o movimento que mais teve influência teórica nos primeiros estudos, muito embora várias referências viessem de outras ciências sociais e, mais especificamente, de uma vertente marxista de origem estrangeira. Além disso, pôde-se perceber a predominância de abordagens descritivas e “localistas”.
1980/1990	Inicialmente os movimentos sociais urbanos estavam no centro das análises, mas, posteriormente, os rurais também ganharam destaque. Os estudos continuavam a ter um caráter empírico descritivo, sem maiores preocupações em construir conceitos ou teorias interpretativas. Enquanto as abordagens sobre movimentos sociais urbanos eram mais delimitadas espacialmente, as que versavam sobre os movimentos rurais eram mais amplas. As análises tinham como objetivo desvendar as consequências do avanço do capitalismo no espaço urbano e no rural e suas contradições.
1990	Os movimentos sociais não eram motivadores das análises, mas resultado das contradições do capitalismo. As teorias que eram utilizadas vinham, quase que na sua totalidade, de fora do país, o que causava certo desconforto com relação à adequação desse cabedal teórico à realidade brasileira.
2000	Autores como Bernardo Mançano Fernandes (2000), Carlos Walter Porto Gonçalves (2003) e Marcelo Lopes de Souza (2000; 2006) têm destaque. Eles passaram a propor conceitos e abordagens metodológicas próprias para analisar os movimentos sociais no âmbito da Geografia e, a partir daí, multiplicaram-se os estudos, tanto no espaço rural como no urbano.

Fonte: Organizado pelo autor com base em Santos, R. E. dos (2006), Souza (2008) e Pedon (2009).

Podemos dizer, portanto, que a “institucionalização acadêmica” da temática dos movimentos sociais no âmbito da Geografia brasileira se deu na década de 1980, atrasada em relação à incorporação da temática pela Sociologia. Nesta disciplina, as elaborações iniciais, que remetem aos anos de 1960, eram muito heterogêneas, baseadas na abordagem marxista, na teoria da ação social e impulsionadas pela compreensão dos comportamentos coletivos como desviantes. Assim, a influência teórica de outras ciências nos estudos geográficos sobre movimentos sociais não foi inesperada. Mas, se os anos posteriores marcaram a elaboração de novas propostas sociológicas para os estudos dos movimentos sociais, estas não tiveram influência na Geografia tal como a marxista.

Percebemos que tanto Santos, R. E. dos (2006) como Souza (2008) e Pedon (2009) consideraram os anos de 1980 como marco dos estudos geográficos sobre movimentos sociais. Nesta década, os movimentos urbanos ganharam a atenção dos geógrafos e os estudos de caso se sobressaíram. Os autores pioneiros no tratamento analítico dos movimentos sociais na Geografia brasileira empenharam-se em produzir ensaios de considerável peso político, apoiando-se principalmente na abordagem de cientistas sociais estrangeiros, mas não inovaram no que se refere à construção de um arcabouço teórico-conceitual próprio.

A década de 1990 também foi tomada como referência, quando, segundo Souza (2008), houve a consolidação da produção geográfica sobre o tema quando novos estudos sobre os movimentos sociais foram sendo construídos. Notamos, com base em Renato Emerson dos Santos (2006) e Pedon (2009), que Ariovaldo Umbelino de Oliveira contribuiu significativamente para o crescimento da produção geográfica referente aos movimentos sociais, trazendo questões sobre reforma agrária e luta pela terra no Brasil, e, no que tange aos movimentos sociais urbanos, Souza (1988) lançou importantes reflexões sobre os ativismos sociais.

A década de 2000 foi apontada como proeminente para os estudos da Geografia. Nesse período, alguns geógrafos brasileiros, mantendo um viés de análise crítico, conseguiram certa maneira romper com o caráter estruturalista e empirista que marcou os períodos anteriores e produziram reflexões teóricas mais preocupadas com a construção de conceitos geográficos para interpretar os movimentos sociais, e seu diferencial está justamente neste fato: reformularam com um tipo de reflexão que tem sido predominante no campo da Geografia crítica desde a década de 1970 e, com isso, trazer para o debate questões que incorporaram a ação social nesta ciência.

Porém, seja nos anos de 1980 ou nos anos 2000, o que se pôde perceber a partir dessa revisão bibliográfica é que, tal como sugeriu Scherer-Warren (1996) para a Sociologia latino-americana, a Geografia brasileira incorporou muito mais o arcabouço teórico e conceitual de uma vertente marxista nas suas análises. Embora houvessem variadas perspectivas analíticas sobre movimentos sociais, principalmente no âmbito da Sociologia norte-americana e europeia, foi a vertente clássica que preminou enquanto influência teórica e política. Acreditamos que esta tendência marxista tenha se sobressaído em função da renovação crítica pela qual passou a Geografia, além, é claro, do contexto político dos anos de 1980, atrelado à redemocratização.

Nesse sentido, as tendências de análises geográficas sobre movimentos sociais apresentadas permitiram-nos discernir diferentes

formas de abordagens que esta disciplina conferiu a esse fenômeno. Essa diferenciação se mostrou útil para iluminar uma reflexão sobre o tratamento que esta ciência vem conferindo aos movimentos sociais ao longo do tempo. Nesse sentido, por ora, é relevante argumentar, tal como fez Renato Emerson dos Santos (2006), que diferentes formas de aproximação da Geografia em relação à temática dos movimentos sociais é recente, e que o fato de que duas ou mais tendências existirem não significa que uma “apagou” a outra. Mais do que isso, o que podemos indicar a partir desse capítulo é que os movimentos sociais aparecem nas reflexões da Geografia a partir do pensamento social crítico, de maneira distinta das Ciências Sociais, mas, em vários pontos, com convergências analíticas. Os cientistas sociais, que trabalham há mais tempo com a temática, se aproximaram dos debates sobre o espaço geográfico a fim de ampliar a compreensão sobre os movimentos sociais, ao passo que os geógrafos, “cientistas espaciais”, se aproximaram dessa temática para ampliar a teoria sócio-espacial crítica contemporânea.

CAPÍTULO 2. O ESPAÇO IMPORTA NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Debates contemporâneos no campo que articula Geografia e Política vêm arquitetando novos marcos discursivos e conceitos que rondam as análises geográficas e de outros cientistas sociais¹⁶. Nesse contexto, diversos léxicos espaciais estão sendo evocados para explicar relações sociais e políticas que fogem aos arcabouços conceituais tradicionais. Iniciaremos este capítulo apresentando um breve panorama dos debates recentes envolvendo conceitos geográficos para, a seguir, e a partir das tendências analíticas da Geografia identificadas no capítulo anterior, perceber como esta ciência avançou no que concerne às novas proposições teóricas e metodológicas no estudo dos movimentos sociais.

2.1 Território, rede (território-rede) e escala.

2.1.1 O território

O conceito de território é hoje alvo de inúmeros usos, teóricos e instrumentais. Seja para analisar a projeção espacial das relações de poder propriamente ditas, seja como referência em políticas públicas, o fato é que ele tem sido mobilizado por diversos cientistas sociais que, a rigor, propõem novos marcos discursivos para o mesmo. No entanto, a utilização de raciocínios, estratégias e ações políticas que tomam o território como elemento central não é nada novo. Como afirmou Castro (2013), eles estão no cerne da fundação da Geografia enquanto ciência.

Essa argumentação considera o fato de que a Geografia tenha se institucionalizado na segunda metade do século XIX e na Europa, em um contexto de grandes disputas territoriais e de consolidação de uma territorialidade política. Assim, Castro (2013) afirmou que os estudos geográficos ofereceram importante recurso para as necessidades de controle territorial, que se consubstanciavam no exercício do poder através tanto da expansão dos impérios da Antiguidade quanto pelo aparato burocrático-institucional do Estado moderno. Nesse sentido, o

¹⁶ A esse respeito consultar Bringel (2007), Santos, R. E. dos (2006), Nicholls (2009), Low (2013) e Souza (2013).

vínculo tradicional na definição do território nesta ciência é o que o associa aos fundamentos materiais do Estado.

Souza (2006) e Haesbaert (2011) apresentaram o quanto a Geografia avançou nesse debate, desvinculando esse conceito única e exclusivamente da esfera estatal e estendendo seu emprego às mais variadas escalas geográficas e temporais. Nesse processo, esses autores destacaram que há a necessidade de definir primeiramente o conceito de poder para se referir, posteriormente, ao de território.

Fundamentado em Foucault, Haesbaert (2011) entendeu que o poder é relacional, isto é, que ele não se adquire, mas é exercido a partir de inúmeros pontos; que ele não está em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, culturais, etc.), mas é inseparável delas. Assim, pode-se afirmar que o território,

(...) enquanto *mediação espacial do poder*, resulta da interação diferenciada entre múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociável da esfera jurídico-política (HAESBAERT, 2011, p. 93, destaques no original).

Souza (2006), por sua vez, tomou como referência o conceito de poder de Arendt, e definiu território como:

(...) um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geocológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz e um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por toma-lo ou mantê-lo (...), mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Este Leitmotiv traz embutido, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de

exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (SOUZA, 2006, p. 78-79, destaques no original)

O que ambos os autores destacaram nas suas definições de território foi a multidimensionalidade do poder enquanto o principal componente desse conceito. Tanto na definição de território de Haesbaert (2011) quanto na de Souza (2006), percebemos que há um questionamento sobre o uso do conceito enquanto circunscrito apenas à esfera estatal e também à abordagem dele enquanto materialidade, ainda que ele seja indissociável dela. No bojo dessa discussão é importante compreender qual é o conceito que expressa geograficamente essa relação social que possibilita o entendimento do território sem, contudo, confundi-lo com materialidade. Ou seja, é necessário apreender o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados.

Seguindo as pistas de Souza (2006), que argumentou que territórios são relações sociais projetadas no espaço mais do que sua materialidade física, ele sugeriu que esta última característica é apenas o substrato daquilo que definiria o conceito de território: a territorialidade. Esta remeteria a algo muito abstrato: “(...) aquilo que faz de qualquer território um território” (SOUZA, 2006, p. 99).

Também a partir de uma perspectiva multidimensional e multiescalar, Sack (2013[1986], p. 75) afirmou que territorialidade é “(...) a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”. Com essa definição, este autor indicou importantes efeitos do conceito em termos políticos. O primeiro deles é a desnaturalização da territorialidade, mostrando que ela diz respeito, sobretudo, às relações sociais. O segundo é a fixação de fronteiras para o território, servindo, ao mesmo tempo, para incluir e excluir algo ou grupos.

O que essa brevíssima discussão a respeito do conceito de território indica é que a partir de meados do século XX este conceito teve sua abrangência analítica ampliada, isto é, que o uso do território apenas tomando como referência o poder do Estado em determinada área foi, aos poucos, cedendo lugar ao emprego dele nas mais variadas escalas geográficas e temporais. Não que a abordagem territorial sobre o Estado tenha saído de cena, ao contrário, ainda hoje ela continua a protagonizar as análises geográficas com enorme vigor. Mas, neste percurso, outras problemáticas de pesquisa emergiram e elas também recorreram ao território para tecer suas explicações. Cita-se, a título de

exemplificação, os estudos de Souza (2006 [1995]) sobre o território da prostituição e do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, de Haesbaert (1996) que disserta sobre a “reinvenção” de territórios gaúchos no Nordeste brasileiro, e também Oliveira (2007) sobre os territórios de restrição à cidadania em grandes cidades do país.

Portanto, pode-se argumentar que no processo de repensar o conceito a partir de diferentes contextos espaço-temporais, a Geografia incorporou variadas problemáticas de pesquisa sobre a rubrica do território. Não é de se estranhar que o uso do mesmo nos estudos dos movimentos sociais também tenha ganhado destaque.

Por hora, podemos indicar que ao analisar um território as proposições de recente literatura advertem que é preciso levar em consideração as estratégias de poder (político, econômico e simbólico) realizadas no e com o espaço em diferentes escalas geográficas e por distintos atores sociais. Mas isso ainda não é satisfatório. Controlar o espaço necessário à reprodução social não significa, apenas, controlar áreas e definir fronteiras, afirmaram Haesbaert (2011) e Souza (2006; 2013). Atualmente o “viver em redes” se tornou um imperativo mais evidente do que em outros períodos da história da humanidade, quando nossas próprias identificações e referenciais espaço-temporais são conduzidos não apenas através do enraizamento e da estabilidade, mas também na e através da mobilidade. Esse processo levou Haesbaert a afirmar que “(...) as redes contemporâneas, enquanto componentes dos processos de territorialização (...), configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante (...) modernidade clássica” (HAESBAERT, 2011, p. 281).

Mas, então, o que são redes? Essa mesma questão foi lançada por Souza (2013) que, para respondê-la, recorreu aos trabalhos de Dias (2005; 2006 [1995]).

2.1.2 Redes

Leila Christina Dias (2005; 2006) problematizou a historicidade do conceito de rede e mostrou que ele esteve presente desde a antiguidade clássica, quando era empregado em analogia ao tecido, isto é, a um conjunto de fios entrelaçados. Posteriormente, a analogia entre a ideia de rede e o corpo humano assumiu centralidade no debate sobre a história desse conceito.

Foi no século XIX que o socialista utópico Saint-Simon inaugurou uma grande onda de desenvolvimento conceitual,

especialmente a respeito do que ficou conhecido como redes técnicas (infraestruturas em geral, tais como estradas, redes de esgotamento sanitário, de telecomunicação, etc.). Em suma, o projeto sansimonista era de integração territorial dos mercados franceses pela quebra de barreiras físicas, obstáculos à circulação das mercadorias, matérias primas e capitais. Estradas de ferros, canais fluviais e outras formas de integração passaram, então, a fazer parte da temática das “redes”. Foi nessa época que a rede “saiu do corpo”, isto é, que esse conceito deixou de ser associado ao corpo humano e ocupou definitivamente o território (DIAS, 2005).

Nesse contexto, Dias (2006) argumentou que a primeira propriedade incorporada pela ideia de rede foi a conectividade. Os “nós” das redes são locais de conexão, pontos de encontros onde circulam poder, informação, mercadorias, etc. Recorrendo à Dupuy (1984, p. 241 *apud* DIAS, 2006, p. 148), ela afirmou que “os organismos de gestão da rede, quer se trate de gestão técnica, econômica ou jurídica não são neutros, eles colocam em jogo relações sociais entre elementos solidarizados e aqueles que permanecem marginalizados”. A inclusão, portanto, é sempre acompanhada de seu par indissociável: a exclusão.

Entretanto, esse conceito não destaca apenas os artefatos técnicos instalados no território. Há outros possíveis sentidos como, por exemplo, rede social, rede urbana, rede de movimentos sociais, etc. E é justamente essa polissemia que fez com que Souza (2013) se perguntasse: quando uma rede é geográfica?

Recorrendo à Corrêa (1997, p. 107), para quem uma rede geográfica pode ser designada como “(...) um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações”, Souza destacou que uma rede na perspectiva da Geografia deve evidenciar, antes de mais nada, as trocas, os fluxos e as ligações entre diferentes pontos no espaço (certa maneira a qualidade de conexão referida por Dias [2006]). Para ele, se, por um lado, as análises referentes à rede urbana e às redes técnicas em geral compõem o repertório da Geografia há algum tempo, por outro lado, a abordagem sobre rede de movimentos sociais ainda se constitui como um desafio dentro dessa ciência, especialmente no cenário brasileiro¹⁷. Na

¹⁷ Sobre essa temática as análises sociológicas têm tido mais destaque. Scherer-Warren (2005) argumentou que, no âmbito das ciências sociais, a noção de rede oscilava entre abordagens micro e macrosociais, isto é, entre aquelas que destacavam redes de proximidade geográfica (parentesco, vizinhança, etc.) e as que tentavam desvendar e descrever padrões da estrutura social. Além disso, a

Geografia anglo-saxônica, entretanto, as análises de redes sociais têm tido maior destaque.

Recentemente pesquisadores da ciência geográfica do Reino Unido tem dado atenção à abordagem das redes de movimentos sociais lançando uma robusta agenda de pesquisa sobre a temática. Featherstone (2003; 2005; 2011) e Nicholls (2009), por exemplo, têm apresentado como as redes sociais ajudam a compreender a dinâmica trans-local, conectando indivíduos, instituições e ativistas no mundo para planejar ações contestatórias e iniciar lutas simultâneas em distintos locais. Esses trabalhos têm direcionado suas questões a Harvey (1996), especificamente às limitações que este autor coloca em relação à ideia de “particularismo militante”.

Featherstone (2003) argumentou que Harvey sugere uma concepção de lugar na qual as relações locais são impossibilitadas de ultrapassar fronteiras, e, também, universaliza as práticas locais de contestação sem, contudo, considerar as diferentes estratégias dos atores sociais. Isso é importante, mas não satisfatório. As redes possibilitam conexões com aliados mais ou menos distantes e estas conexões, por sua vez, possibilitam angariar informação, recursos e estratégias políticas. Assim, Featherstone (2003, p. 405) sugeriu que os geógrafos precisam “*transcend a tendency in political geography to counterpose local and global, of space and place*”¹⁸.

O tipo de leitura binária criticada por Featherstone é problemática tanto por razões normativas quanto por analíticas. Em primeiro lugar, ela privilegia relações locais distantes umas das outras e assume que o “lugar” tem sua autenticidade incontestada, sendo este mais legítimo politicamente do que relações e forças políticas distantes e “universais”, o que reforça localismos e nacionalismos.

Em segundo lugar, tal perspectiva traz a ideia de rigidez nos interesses de atores sociais de diferentes locais e, consequentemente, congela as representações sociais como essencialmente diferentes umas das outras. Por outro lado, a perspectiva das redes de relações sociais entre diferentes atores e distintos locais é válida por destacar os

autora chamou a atenção para o fato de que, a partir da década de 1970, a perspectiva de análise das redes também ter sido apropriada pela teoria geral dos sistemas. Contudo, foi a partir dos anos de 1990 que a abordagem das redes passou a integrar definitivamente o campo de estudos dos movimentos sociais, particularmente na Sociologia Política.

¹⁸ Traduções próprias: “transcender a tendência em Geografia Política em contrapor local e global, o espaço e o lugar”.

interesses em comum nos “nós” da rede, o que permite interpretar um movimento social nem como simplesmente local e nem apenas como global. Por isso

Imaging spatial relations in this way becomes a condition for thinking about the political as the site of multiple conflicts and antagonisms. For actors craft their political identities through the ways they engage with geographies of power relations. They do not have fixed interest constituted in relation to already existing spatial configurations of power (FEATHERSTONE, 2003, p. 408)¹⁹.

Com essa perspectiva relacional, a possibilidade de interpretação que as redes colocam é a de propiciar uma análise “em movimento”, de encontros ao longo de linhas de equivalências construídas a partir de componentes similares de outras localidades. A construção de tais equivalências, um constante processo de negociação, é uma prática política fundamentada não apenas em características positivas que os locais compartilham, mas, sobretudo, numa instância antagônica comum.

Nicholls (2009), que dialogou com a proposta de Featherstone (2003), afirmou que esse processo de conexão entre diferentes ativismos em distintos locais leva à formação de “movimentos sociais espaciais”, para os quais o espaço é muito mais do que o somatório de locais que estão participando de ações de contestação política, ele é parte da estratégia do movimento. As redes, portanto, estabeleceriam a espacialidade do movimento.

O que esses estudos apresentam, a nosso ver, é que a espacialidade não se reduz à materialidade, e as redes exemplificam isso muito bem. Como colocou Souza (2013), especialmente se referindo à Geografia brasileira,

Se os que sempre pensaram o espaço (re)começaram a pensar as redes, seria, agora, também de todo desejável que aqueles que se

¹⁹ Traduções próprias: “imaginar relações espaciais desta forma torna-se uma condição para se pensar o político como local de vários conflitos e antagonismos. Para os atores isso é uma habilidade para construir identidades políticas através das formas em que se envolvem com geografias de relações de poder. Eles não têm interesses fixos constituídos em relação a configurações espaciais de poder já existentes”.

sentem à vontade para pensar em termos de redes conseguissem, igualmente, visualizar a presença complexa e multifacetada da dimensão espacial da sociedade (SOUZA, 2013, p. 171-172).

Mas o que o espaço tem a ver com esse debate a respeito de redes sociais e, mais especificamente, sobre rede de movimentos sociais? Uma perspectiva territorialista não excluiria uma relacional? Passemos a compreender essa articulação conceitual a partir do que Haesbaert (2011) e Souza (2013) denominaram de território-rede e, com isso, melhor situar a temática dos movimentos sociais no âmbito da Geografia.

2.1.2.1 Território-rede

Elucidando melhor a relação entre redes (social, técnica, etc.) e espaço geográfico, Haesbaert (2011) propôs uma distinção conceitual entre território-zona e território-rede. No primeiro caso, de maneira geral, o território estaria associado a uma concepção absoluta de espaço, dissociado da ideia de movimento e visto enquanto materialidade: uma determinada área delimitada por e partir de relações de poder. No segundo, a “rede” estaria, da mesma maneira que as “zonas”, compondo o território. Nessa concepção, o autor pensou a rede não apenas enquanto mais uma forma abstrata de composição do espaço, mas fundamentalmente como um componente territorial que enfatiza uma dimensão fluida e que, quando conjugada com a lógica “zonal”, ressalta o dinamismo e sua qualidade de conexão. Assim, para o autor:

Teríamos então duas formas ou lógicas básicas de territorialização: uma, pela lógica zonal, de controle de áreas e limites ou fronteiras, outra, pela lógica reticular, de controle de fluxos e polos de conexão ou redes. A diferença entre zona e redes tem origem (...) em duas concepções e práticas distintas do espaço, uma que privilegia a homogeneidade e a exclusividade, outra que evidencia a heterogeneidade e a multiplicidade, inclusive no sentido de admitir as sobreposições espaço-temporais (HAESBAERT, 2011, p. 290).

Portanto, ampliando a proposta de Sack (2013[1986]), Haesbaert (2011) afirmou que, para além do controle e da estratégia de influenciar

ou afetar determinada superfície através de fronteiras, o território-rede possibilita compreender o controle ou a “proteção” através do movimento articulado (a rede), seja ele virtual com apoio de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s), ou ainda o baseado na proximidade geográfica, nas relações “face a face”.

Souza (2013) foi outro autor que discutiu o binômio território-rede. Para ele, a ideia subjacente a este conceito permite uma ponte entre duas lógicas, quais sejam: a da continuidade com a da descontinuidade. A primeira propiciada pela lógica zonal e a segunda pela lógica das redes. As duas conjugadas possibilitam ao pesquisador vislumbrar análises políticas novas no sentido de superar a noção “clássica” de exclusividade do poder em um determinado espaço e caminhar em direção à ideia de diferentes formas articuladas de poder, superpostas e descontínuas.

É necessário frisar que com o conceito de território-rede não se está anulando o de território baseado numa perspectiva zonal, mais tradicional no âmbito da Geografia. O que se busca é ampliar a sua abrangência política. O território-rede, como afirmou Haesbaert (2011), não perde sua feição areal na medida em que ele corresponde à área de influência com limites não muito claros de um poder organizado em rede, articulado a partir de vários pontos. O autor argumentou ainda que quanto mais presos ficarmos a um território (ou a uma de suas modalidades, em especial o território-zona) e a uma escala específica, mais estaremos sujeitos a perder o poder de controlar ou influenciar fenômenos e ações políticas que se dão em outras escalas.

Uma importante conclusão a que o autor chega com esse desenvolvimento conceitual é que o território mobilizado através das redes continua mantendo suas características singulares, mas eles engendram também uma nova experiência que não é somente a soma de diversos territórios e sim a multiterritorialidade. E essas novas articulações territoriais em rede possibilitam territorialidades mais flexíveis nas quais o mais importante é ter acesso aos pontos de conexão que permitem acessar diferentes escalas geográficas, criando, assim, uma territorialidade mais ampla, ou a multiterritorialidade que, para Haesbaert

(...) implica assim a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma “mobilidade concreta”, no sentido de um deslocamento físico, quanto “virtual”, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico,

como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço (HAESBAERT, 2011, p. 343-344).

A nosso ver, esta perspectiva está afinada com a de redes sociais proposta por Featherstone (2003; 2005; 2011), já que Haesbaert argumentou que o ideal quando estamos trabalhando com controle territorial nas análises geográficas é “jogar” ora com o território-zona, resguardando-nos ao território como abrigo, ora com o território-rede, articulando-nos com outros pontos e ampliando nossa “presença” no espaço.

Da mesma forma que a ideia ampliada e reformulada de território, a de multiterritorialidade também foi incorporada na Geografia, em especial na brasileira, problematizando um conjunto de questões tais como hibridismo cultural, mobilidade populacional, dinâmica turística, dentre outras. A temática dos movimentos sociais também incorporou essa ideia (ver, por exemplo, Rua, 2006 e Poletto, 2009).

2.1.3 Escala

A escala é atualmente uma chave interpretativa para a compreensão dos formatos das relações referentes ao fazer político e os seus conteúdos territoriais. É diversa a literatura, nacional e internacional, que tem mobilizado este conceito em seus estudos (ver, por exemplo, Harvey, 1996; Cox, 1998; Vainer, 2001; Smith, 2002; Swyngedouw, 2004; e Santos, R. E. dos, 2006). Embora o conceito esteja em voga, o debate envolvendo a questão da escala tem em sua centralidade a obra de Yves Lacoste “A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, publicada na França na década de 1970.

Lacoste (1997 [1976]) iniciou a discussão pautando a dimensão política como fundamento do próprio fazer geográfico, que orienta todas as formas e olhares dentro desta ciência. A escala, nesse sentido, encontra espaço na sua obra através daquilo que ela revela ou que oculta e sobre quem define o que se revela e o que se oculta. A dimensão do real que é objeto no trabalho de Lacoste é a organização do espaço, cujo controle é fundamental para a dominação. Assim, esse autor afirmou a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço que, em sua abordagem, reificam o primado da localização.

Nessa perspectiva, Lacoste construiu uma problematização da escala enquanto um fenômeno espacial a partir do princípio de ordenamento do real que remeteu à definição de diferentes “ordens de grandeza” (sete, ao todo, segundo ao autor), isto é, como espaços prévios de análise e de concepção da realidade espacial. A escala aparece, portanto, como medida de proporção entre a realidade e sua representação, vinculando a escala geográfica com a cartográfica.

No Brasil, a principal referência a respeito do debate sobre o conceito de escala na Geografia é Castro (2006). Esta autora afirmou que é imprescindível desvincular esse conceito única e exclusivamente da cartografia que, embora seja fundamental para os geógrafos, atrapalha o avanço do debate teórico e político sobre a escala geográfica. Assim, ela teceu uma crítica contundente à abordagem de Lacoste (1997), apontando que

O problema metodológico levantado (por Lacoste) é, sem dúvida, pertinente, embora sua solução não tenha ido além do estabelecimento de sete ordens de grandeza, que, segundo ele “*classificam as diferentes categoriais de conjuntos espaciais, não em função das escalas de representação, mas em função de seus diferentes tamanhos na realidade*” (LACOSTE, 1976, p.68), ou seja, são estabelecidos, empiricamente, espaços prévios de análise e de concepção, mapeáveis segundo critérios amplamente conhecidos e recortados a partir de fenômenos tradicionalmente estudados na geografia. Além disso, ao tentar separar as acepções de escala, nível de análise e espaço de concepção, indicando o “delicado problema” que cada uma representa, o autor voltou ao ponto de partida, isto é, à ideia fundamental de que a escala é uma medida de superfície (CASTRO, 2006, p.122, grifos no original).

Castro argumentou que a ideia de escala geográfica deve ser abordada como estratégia de aproximação do real a partir da inseparabilidade entre tamanho, forma e também a partir de sua dimensão fenomenal. Nas palavras da autora,

A escala é, na realidade, a medida que confere visibilidade ao fenômeno. Ela não define, portanto, o nível de análise, nem pode ser confundida com ele, estas são noções independentes conceitual e empiricamente. Em

síntese, a escala só é um problema epistemológico enquanto definidora de espaços de pertinência de medida dos fenômenos, porque enquanto medida de proporção ela é um problema matemático (CASTRO, 2006, p. 123).

Partindo desse pressuposto, podemos afirmar, com o auxílio de Castro, que a escala se apresenta como mediadora entre a intenção e a ação, o que aponta o poder como um dos componentes da definição desse conceito. Assim,

(...) qualquer abordagem, quando se trata de estudar a distribuição do poder entre diversos grupos da sociedade, impõe-se o recurso a uma problemática do poder, de influência e de análise dos processos de tomada de decisão nas escalas adequadas. (...) isso indica a espacialidade do processo decisório em diferentes escalas (...) (CASTRO, 2006, p. 128).

Em outras palavras, a mudança de determinado fenômeno de escala não se trata apenas de uma mudança quantitativa, ela é, sobretudo, qualitativa. Ela precisa ser explicitada a fim de desvendar quais narrativas ou discursos sofreram alterações nesse processo e por que eles se alteraram. Nestes termos, podemos dizer que o debate sobre a escala na Geografia pode partir do entendimento desse conceito enquanto uma construção que não é apenas sobre tamanho e forma (matemática/cartográfica), mas, fundamentalmente, sobre o fenômeno que se pretende fazer presente em uma análise.

Swyngedouw (2004) explicitou ainda mais essa relação de poder envolvendo a construção social da escala geográfica a partir do debate sobre o discurso da globalização que, segundo ele, faz parte de uma estratégia hegemônica de narrativa espacial. Para esse autor, uma importante mudança discursiva tem tido lugar ao longo das últimas décadas e essa mudança é parte de uma ideologia que intensifica uma luta política, socioeconômica e cultural sobre a organização espacial da sociedade. Nessa estratégia discursiva a proeminência do “global” em boa parte da literatura ofusca, marginaliza e silencia uma luta que disputa a (re)configuração da escala geográfica da ação política.

Ainda de acordo com essa linha de interpretação, Swyngedouw argumentou que até a década de 1960, globalização não era uma palavra de ordem. Nesse período existiam outros conceitos com teor político semelhante, tais como imperialismo, neoimperialismo, neocolonialismo,

desenvolvimento desigual, nova divisão internacional do trabalho, dentre outros. Foi durante a década de 1980 que a mudança discursiva que prioriza a narrativa global ganhou lugar na literatura e na retórica política, e foi também quando novas estratégias econômicas foram articuladas. Nesse contexto, a globalização foi assumida estrategicamente como um novo discurso escalar.

Swyngedouw foi categórico ao afirmar, tomando como pressuposto os argumentos de Harvey (1996), que essa construção social da escala privilegiada da ação não é neutra. Ela faz parte de um processo maior de mudanças graduais da modernidade e que os “ismos” (localismos, nacionalismos, regionalismos, internacionalismos, etc.) são estratégias discursivas do capital para desenvolver e ampliar sua ação territorial e privilegiar determinada política espacial em um dado momento histórico. E esta estratégia ideológica discursiva, ora regionalista, ora globalista, torna-se um veículo para a suspensão e controle das possibilidades de resistências e de trajetórias alternativas.

Entretanto, ainda de acordo com Swyngedouw (2004), estudos mais recentes têm sugerido que o poder social e de mobilização de projetos alternativos ao hegemônico são dependentes do nível espacial em que os atores sociais conseguem operar a resistência. Consequentemente, o sucesso ou eficácia das estratégias políticas e sociais estão relacionados com as formas em que a escala geográfica é ativamente construída. Ou seja, a reformulação das escalas espaciais como forma de enfrentamento do discurso hegemônico da globalização e sua articulação interlocais são fundamentais em um processo de reorganização geográfica das relações de poder, pois com a circulação dos atores sociais em diferentes níveis a ação social pode representar uma possibilidade de (re)construção de “arenas” de disputa e favorecer uma “narrativa escalar” contra hegemônica (SWYNGEDOUW, 2004).

O principal instrumento para ultrapassar o local e chegar a outros âmbitos políticos e espaciais (o que Swyngedouw [2004] denominou de “salto de escalas”), nesse sentido, é dado pela articulação em rede que aproveita das porosidades normativas das jurisdições estatais para penetrá-las. Assim, “mover-se” politicamente de uma escala à outra é um processo de desenvolvimento de redes sociais (redes associativas, redes de movimentos sociais, etc.) que permitam que os atores sociais possam se deslocar entre vários níveis escalares, seja apropriando-se de redes técnicas como, por exemplo, a internet, seja através de encontros, fóruns, seminários, reuniões, manifestações, etc., conforme apontamos anteriormente a partir de Haesbaert (2011).

Com esse entendimento pode-se, em certa medida, superar discursos ortodoxos sobre ações políticas que envolvem argumentos ora “globalistas”, ora “localistas” ou ainda argumentos nacionalistas (VAINER, 2001), e passar a um entendimento da escala possível de ação política como sendo construída no próprio processo de luta social. Segundo Swyngedouw (2004), é a transformação no entendimento das escalas espaciais, reformuladas com os conflitos sociais, que se inicia um processo fundamental para reorganizar geograficamente as relações de poder e que pode fornecer um terreno fértil para confrontação política. Nas palavras de Swyngedouw:

Geographical configurations as a set of interacting and nested scales (...) become produced as temporary stand-offs in a perpetual transformative, and on occasion transgressive, socio-spatial power struggle. These struggles change the importance and role of certain geographical scales, reassert the importance of others, sometimes create entirely new significant scale, but – most importantly – these scale redefinitions alter and express changes in the geometry of social power by strengthening the power and control of some while disempowering others (SWYNGEDOUW, 2004, p. 34)²⁰.

O que percebemos com essa breve revisão de literatura sobre escala é que hoje esse conceito talvez seja o mais proeminente no que tange à leitura geográfica dos confrontos políticos nos quais estão envolvidos movimentos sociais. Geógrafos e cientistas sociais recorrem, explicitamente ou implicitamente, à noção de escala para explicar as ações coletivas transnacionais (BRINGEL, 2007), as lutas por justiça global (SCHERER-WARREN, 2012), a interação de lutas locais com o contexto político e econômico internacional (GONÇALVES, 2003; SANTOS, R. E. dos, 2006).

²⁰Traduções próprias: “Configurações geográficas como um conjunto em interação de escalas reorganizadas produzem transformações permanentes, e, na ocasião, transgressivas, conflito socioespacial. E esse conflito altera a importância de certas escalas geográficas e passam a reafirmar a importância de outras, às vezes criam novas escalas significativas, mas - o mais importante - é que essas alterações escalares alteram a geometria do poder social por reforçar o poder e controle de alguns enquanto desempodera outros”.

Assim, a desvinculação da escala como um conceito exclusivamente da cartografia foi importante para abrir as perspectivas analíticas no que tange à Geografia, lançando as bases das discussões sobre escala geográfica. Neste processo, também não era inesperado a incorporação dos movimentos sociais nos estudos através dessas lentes. Com isso, a discussão sobre a escala foi incorporada nos estudos sobre a temática e, a partir daí noções como “salto escalar”, “vivências de escalas”, “reescalonamento” e “narrativa escalar” passaram a compor o repertório geográfico das ações coletivas.

Nesse sentido, é interessante observar como o delineamento dos debates geográficos, mesmo que de maneira superficial, evidenciam quais temáticas foram sendo incorporadas pela Geografia como problemáticas de pesquisa a partir de um repensar conceitual próprio a esta ciência. A dos movimentos sociais, sem dúvida, foi uma delas, seja no que concerne à ampliação da abrangência do conceito de território, seja na abertura analítica relativa às redes, ou ainda no que tange à reformulação do debate envolvendo escala geográfica.

O fato é que a temática das ações coletivas de contestação políticas foi incorporada ao debate geográfico dos últimos 20 anos e contribuiu sobremaneira para a ampliação das lentes teóricas, conceituais e metodológicas dessa ciência. No entanto, ainda cabe uma pergunta mais específica para os interesses deste capítulo: como os estudos dos movimentos sociais no âmbito da Geografia brasileira incorporaram tais conceitos em suas análises?

2.2 Proposições teóricas e conceituais nos estudos geográficos dos movimentos sociais.

2.2.1 A abordagem socioterritorial

Como visto no capítulo anterior, Fernandes (2000) foi um dos geógrafos pioneiros de uma perspectiva própria para os estudos dos movimentos sociais na Geografia brasileira nos anos 2000. Nas palavras do autor, o seu trabalho teve o objetivo de “(...) propor análises dos movimentos sociais a partir de dois processos geográficos: a espacialização e a territorialização” (FERNANDES, 2000, p. 59); sendo o primeiro um processo mais amplo de projeção das ações e sua reprodução no espaço, e o segundo como a construção específica de territórios dos/pelos movimentos sociais.

Essa proposta se justifica pelo fato de que os movimentos produzem espaço e esta produção acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para a transformação de suas realidades. Sobre o conceito de intencionalidade, Fernandes (2005, p.27) sugere que

A intencionalidade é um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço, como bem definiu Lefebvre. A Intencionalidade é uma visão de mundo, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. Por esta condição, precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada. Assim, por meio dela, é possível a construção de uma leitura parcial do espaço que é apresentada como totalidade.

Assim, movimentos sociais são, também, territoriais, sendo que o território se configura como a principal demanda dos mesmos através de suas intencionalidades. Daí decorre a proposição de conceituar geograficamente esse fenômeno de movimentos socioterritoriais.

O pressuposto que orientou a argumentação do autor está em Milton Santos (SANTOS, M., 2006 [1996], p.87), quando este afirmou que: “conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são *flashes* isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações”. Nesse sentido, embora a temática dos movimentos sociais já viesse fazendo parte do repertório analítico da Geografia desde a década de 1980, Fernandes percebeu que os geógrafos careciam de teorizações próprias. Assim, afirmou o autor:

Estamos iniciando uma reflexão fundamental para compreendermos os movimentos sociais além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem, pelos territórios que dominam. Desse modo, nosso desafio é elaborar ensaios que sirvam como referências para construções teóricas (FERNANDES, 2000, p. 60).

No plano prático, essa proposta proporcionou um ambiente acadêmico para discussões específicas sobre os movimentos sociais como agentes de transformação do espaço geográfico. No plano teórico,

ela favoreceu um debate mais acurado sobre a espacialidade da ação social dentro da Geografia.

E é justamente nesse contexto que se localiza o trabalho de Fernandes (2000). Publicado com o título “Movimento social como categoria geográfica” ele lançou as bases iniciais de uma proposição própria à Geografia no que concerne aos estudos dos movimentos sociais.

Esse autor partiu do entendimento de que para os movimentos o território é um trunfo e, portanto, a razão da sua existência. Evidentemente que não existem movimentos sociais “fora” do espaço, no entanto, nem todos eles têm o território como trunfo. Tendo esse pressuposto como norte Fernandes (2000; 2005) elaborou o conceito de movimento socioterritorial. Trata-se de uma reflexão que permite compreender os movimentos sociais para além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem, pelos territórios que dominam. Assim,

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais (...) (FERNANDES, 2005, p. 31).

Portanto, o movimento de repensar os conceitos geográficos influenciou uma proposta específica de leitura dos movimentos sociais na Geografia brasileira no final do século XX e início do século XXI. O território, conceito privilegiado nas análises de Fernandes (2000; 2005), foi entendido como produto de relações sociais de grupos subalternos, o que exemplifica a desvinculação única e exclusiva do conceito da esfera do Estado-Nação como apontamos com base em Souza (2006) e em Haesbaert (2011).

Os movimentos socioterritoriais seriam para a Geografia o mesmo que os movimentos sociais para a Sociologia. No entanto, segundo Fernandes (2005), não existe um ou outro. O que de fato acontece é uma leitura geográfica a partir do conceito de movimentos socioterritórios e uma leitura sociológica que toma como referência o conceito de movimento social. Os dois são o mesmo objeto de estudo, porém resguardando as especificidades teóricas e metodológicas. Ainda de acordo com Fernandes (2005, p. 33), o conceito de território “(...) nos ajuda a compreender como a Geografia pode utilizar uma leitura

autônoma, para compreender melhor a realidade dos movimentos e contribuir com outras áreas do conhecimento”.

Em termos teóricos, essa abordagem parte das ideias de autores como Lefebvre (1991), Santos (SANTOS, M., 2006 [1996]) e Raffestin (1993) a respeito, respectivamente, da produção social do espaço, do espaço como sistema de objetos e sistemas de ações e do território como projeção espacial de relações de poder. E para levar a cabo essa proposta, Fernandes (2005) argumentou em prol do entendimento dos processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R) dos movimentos sociais, entendidos como a criação, destruição e refluxo de territórios, que também foi teorizado por Haesbaert (2011).

De maneira geral, pode-se dizer que essa abordagem do fenômeno movimento social trouxe para o debate à assunção da base territorial como condicionante do mesmo. Os geógrafos que trabalham com esta perspectiva assumem a tarefa de analisar os movimentos sociais pela ótica do território, considerando que é no e a partir do território que a sociedade civil pode mudar sua condição de existência. Ela foi fundamental para fazer com que os pesquisadores dessem “um passo a mais” na interpretação propriamente geográfica dos processos sociais e para abrir as perspectivas de análise por um viés crítico.

Com efeito, Fernandes encabeçou uma proposta original dentro da Geografia no que concerne aos estudos dos movimentos sociais e ela influenciou (e influencia ainda) muitas pesquisas. O grupo NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária) da Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/campus Presidente Prudente), coordenado por ele é exemplo disso. Neste grupo diversas teses de doutorado e dissertações de mestrado são realizadas a partir da abordagem socioterritorial (ver, por exemplo, Pedon, 2009; Sobreiro Filho, 2013 e Origuéla, 2014). De maneira geral, percebemos que o conceito de território tem figurado como o principal pilar das análises, seja através do entendimento dos processos de T-D-R, seja através do conceito de movimento socioterritorial. Os próprios títulos dos trabalhos enunciam sua filiação à abordagem socioterritorial quando anunciam: a territorialização do movimento “x” na região “y”; O movimento “x” como movimento socioterritorial; e a desterritorialização e a reterritorialização do movimento “x”.

Particularmente o trabalho de Pedon (2009) avançou um pouco mais nesse debate. Para dar continuidade às reflexões sobre os movimentos socioterritoriais, esse autor lançou mão de dois processos para o entendimento dos mesmos, quais sejam: o de apropriação e o de

dominação do território. Enquanto que os territórios apropriados são aqueles que servem às necessidades e às possibilidades de um grupo subalterno e expressam sua identidade através dos símbolos que ele contém, a dominação é um processo instrumental, cuja função é controlar os aspectos naturais e sociais por meio das técnicas. Assim, esse autor vai argumentar, baseando-se em Fernandes e Martin (2004) e em Fernandes (2005), que um movimento socioterritorial seria aquele cujo objetivo é a conquista de um território através da apropriação do mesmo, e sua forma de realização se daria pela ação de ocupação de terras/prédios urbanos, por exemplo. Portanto,

A ocupação compreende um processo social e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência às lógicas hegemônicas de reprodução da sociedade e, por consequência, do espaço. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos desterritorializados (PEDON, 2009, p.173).

A transformação do espaço em território é, ao mesmo tempo, a transformação da realidade dos que se empenham na ação de ocupação e um processo de reconstrução de imaginários sociais. Nesse sentido, ela tem um caráter material e também está vinculada à ordem de valores simbólicos. A espacialização dessa ação coletiva envolve novas formas de uso do espaço e de relação da sociedade com a natureza, diferentes da que eram empregadas e que presumiam o caráter instrumental do espaço, ou seja, diferente da que era dada anteriormente quando a porção de terra/prédio urbano ocupada era dominada ou por um latifundiário, ou por uma grande empresa ou mesmo se configurava como área devoluta.

Assim, as ocupações são, na perspectiva de Pedon (2009), formas de ação social que transformam o espaço em território por meio da conflitualidade, definida como um estado permanente de conflitos no enfrentamento entre forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar territórios. E esse processo de conquista de territórios acontece com a desterritorialização de um determinado segmento social e com a reterritorialização de outro. E foi com essa argumentação que esse autor reafirmou que o território é parte constitutiva dos movimentos sociais e que, por isso, podem ser entendidos na Geografia como movimentos socioterritoriais. Portanto,

Um movimento socioterritorial, (...), é uma organização que tem como objetivo criar as capacidades de introduzir novas formas de apropriação e uso dos territórios. Seu objetivo é a instauração de uma nova territorialidade (PEDON, 2009, p.174).

Ampliando ainda mais o debate, Pedon (2009) lança mão de duas outras dimensões de análise constitutivas dos movimentos socioterritoriais no que concerne ao planejamento das ações de ocupação, quais sejam: a agenda e a escala de ação.

A agenda como elemento definidor do movimento socioterritorial está vinculada à capacidade de articulação e organização do mesmo. Ou seja, se o movimento está articulado para além do local e de como sua organização, hierárquica e horizontalmente, incorpora a conquista do território. Nas palavras do autor:

A formulação da agenda de um movimento socioterritorial é uma prática política e corresponde a um processo caracterizado por três momentos: o primeiro é o da comunicação, no qual ocorrem as reuniões e nas quais os membros socializam valores e ideias; o segundo é o da constituição de um “espaço interativo”, no qual se dá o processo de aprendizado por meio da interação, baseada na troca de experiências, conhecimentos e trajetórias de vida. Elementos basilares à conscientização da condição de excluídos e subordinados. Nesse sentido, a agenda de um movimento socioterritorial traz em si a identidade de seus membros, a identidade dos expropriados, dos “sem” (terra e moradia). A interação é responsável por mobilizar as condições subjetivas da agenda do movimento socioterritorial. Por último, temos a constituição de espaços geradores de sujeitos, no qual eles constroem suas próprias experiências. Este momento é o da reflexão e da redefinição das estratégias e objetivos, mostrando que as agendas não se dissociam da ação, permanecendo numa contínua reformulação (PEDON, 2009, p.185-186).

Nesse sentido, os movimentos socioterritoriais são mobilizações coletivas com certo nível de organização para além da localidade e, por

isso mesmo, possuem uma agenda que sintetiza as propostas e demandas do movimento em diferentes escalas. Segundo Pedon (2009), por isso é que as agendas do movimento podem ser entendidas como a manifestação e planejamento da sua intencionalidade.

A outra dimensão definidora de um movimento socioterritorial de acordo com Pedon (2009) é a escala da ação social. O domínio da ação, construída a partir da agenda do movimento, delimita a(s) escala(s) da mesma. E é justamente a partir dessa delimitação que a ação social tem desdobramentos. Baseando-se em Milton Santos (2006), Pedon vai argumentar sobre a necessidade de compatibilização das “escalas de origem” na produção da ação com a “escala de impacto” político da mesma. E essa compatibilidade se daria através de dois tipos de solidariedade. A primeira é aquela que tem como base a origem da ação, e a segunda é a que tem como base o local de objetivação dessa ação. No primeiro caso, temos a escala das forças operantes e no segundo temos a área de ocorrência, a escala do fenômeno (SANTOS, M., 2006).

Assim, de acordo com Pedon (2009), a escala de origem é aquela da ação do movimento socioterritorial que é conduzida a partir das intencionalidades que compõem a agenda do mesmo. Mas essa ação não está voltada apenas para as transformações locais, elas se encontram articuladas com ações em outras escalas. Ou seja, a escala de origem de um movimento socioterritorial está em consonância com a mobilização que ocorre em outras escalas, que definam o impacto da ação local e também para além dele²¹.

A argumentação de Pedon (2009) é que a escala geográfica se torna uma prerrogativa organizacional do movimento, na qual instâncias menores se relacionam com instâncias maiores com objetivos políticos comuns. É nesse sentido que as ocupações superam os limites locais e se engajam com outras instâncias do movimento socioterritorial através da relação entre “escala de origem” e “escala de impacto”. A articulação escalar, nesse caso, é estratégica.

Ao melhor apreender as contribuições da “abordagem socioterritorial” fica nítido o argumento por nós lançado anteriormente que versa sobre como a ampliação do debate geográfico a respeito da abrangência e de como alguns conceitos influenciaram novas proposições de pesquisa. Neste caso, o repensar sobre o território, juntamente com o relativo ao conceito de escala, ganhou destaque. Mas,

²¹ Um exemplo evocado pelo autor são as marchas nacionais do MST que, para se concretizarem, devem estar presentes primeiramente nas agendas locais desse movimento e, em momento posterior, se materializam no âmbito nacional.

outras abordagens também realizaram este mesmo movimento. Àquela sobre a “natureza sócio-geográfica dos movimentos sociais” encabeçada por Gonçalves (2003) também teve grande destaque, muito embora o caminho seguido por esse autor tenha sido diferente.

2.2.2 Natureza sócio-geográfica dos movimentos sociais

Se Fernandes (2000), como argumentou Renato Emerson dos Santos (2006), partiu da perspectiva de uma “Geografia das lutas sociais” para propor uma leitura propriamente geográfica dos movimentos sociais, Gonçalves (2003) parte de uma perspectiva marxista heterodoxa e pós-colonial de interpretação do mundo. Para ele, o território na perspectiva moderno-colonial é considerado como suporte, como algo no qual a sociedade se estabelece e que não tem nenhuma implicação sobre o devir. No entanto, afirmou o autor, é preciso considerar que a sociedade é antes de tudo um modo próprio de estar-junto, o que implica que ela, ao se estabelecer, o faz constituindo o seu-espaço, não cabendo uma distinção entre o social e o geográfico. Sendo assim, no conceito de movimento social, é a palavra “movimento” que importa para a Geografia, uma vez que ela indica mudança de lugar.

Em diversos trabalhos, Gonçalves (2002; 2003; 2004; 2009) vem se dedicando à construção de categorias de análises de movimentos sociais. Neste percurso, ele tem contribuído para leituras geográficas sobre o fenômeno por meio da identificação do que ele chama de “natureza sócio-geográfica dos movimentos”. Com essa denominação ele quer chamar a atenção para a inscrição espacial de um conflito social. E dentro dessa proposta de análise, a sociedade, no seu devir histórico, não pode ser considerada a-geográfica.

Da mesma forma que Fernandes (2000), Gonçalves tomou como um de seus teóricos Milton Santos (2006), principalmente quando este afirmou que o espaço geográfico é uma condição para a ação, uma estrutura de controle, um limite à ação e, também, um convite à mesma e que considerar a geograficidade da história é perceber que o espaço possibilita essa conexão materialística de um homem com o outro. Nas palavras de Gonçalves (2003, p.33): “Deste modo, é possível dizer-se que a Geografia é mais do que um substantivo; é, sim, um verbo que indica o ato de marcar, grafar (grafia) a terra (geo)”.

Em síntese, sua perspectiva trata de, a partir do estudo de caso dos seringueiros no Acre,

(...) dar conta de como, na tessitura das relações sociais, um determinado movimento social constrói sua identidade de modo territorializado. Como a territorialidade não é algo em si, mas construído na própria tessitura das relações sociais, trata-se de tentar fazer a reconstituição de como o movimento social dos seringueiros foi elaborando sua própria identidade política, apropriando-se material e simbolicamente do espaço, nas suas relações com/contra outros sujeitos sociais (GONÇALVES, 2003, p.37)

Gonçalves (2003) se afasta dos referenciais marxistas ortodoxos na interpretação da ação social, o que abre novas perspectivas de análises centradas, sobretudo, nas interpretações da subjetividade e da construção de identidades políticas. Na passagem a seguir isso fica nítido quando o autor afirmou que:

É importante esclarecer que o que se recusa aqui é o estabelecimento de uma racionalidade *a priori* do comportamento de um determinado sujeito social relacionada com a sua condição diante dos meios de produção. Não se recusa, ao contrário, a considerar essa condição numa determinada relação concreta na qual sujeitos sociais explicitamente as manifestam. Mais claro ainda, o que se recusa é: (1) o *a priori*; e (2) o reducionismo, seja ele qual for. A condição de proprietário ou não dos meios de produção nunca *age* isoladamente, pois considerar, por exemplo, a terra com meio de produção não é natural, mas de natureza de um determinado *magma de significações* (GONÇALVES, 2003, p. 40 – destaques no original).

Percebemos também que além dos autores da vertente heterodoxa do marxismo, outro grande teórico que influenciou a abordagem de Gonçalves (2003) foi Pierre Bourdieu, principalmente no que tange aos escritos sobre espaço social.

Foi Bourdieu quem argumentou, a partir de Durkheim, que, num primeiro momento, a Sociologia apresenta-se como uma topologia do social, isto é, que a princípio pode-se representar o mundo social com base na insígnia da diferenciação de áreas, constituída pelo conjunto das propriedades que *actuam* no universo social. Na medida em que as

propriedades levadas em consideração para construir este espaço são propriedades *actantes*²², ele pode ser descrito como um campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de forças objetivas colocadas a todos os que entrem nesse espaço e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes.

Com esse pressuposto, Gonçalves (2003) argumentou que a expressão movimento social ganha um sentido geográfico muito preciso. Assim, o autor afirmou que movimento social é um processo através do qual um determinado grupo social recusa o lugar que, num determinado contexto espaço-temporal, outros grupos melhor situados no campo de forças pelos capitais (sociais, políticos, culturais, etc. – [BOURDIEU, 2004]) que já dispõem tentam impor e, rompendo a inércia relativa em que se encontram, se mobilizam movimentando-se em busca de afirmação de qualidades que acreditam justificarem sua existência naquela fração do espaço geográfico. O movimento (social) é, assim, mudança de lugar (social) sempre indicando que aqueles que se movimentam estão recusando o lugar que lhes estava reservado numa determinada ordem de significação (GONÇALVES, 2003).

Ao tomar como pressuposto essa argumentação, esse autor cria uma imbricada relação entre a Sociologia e a Geografia para o entendimento das ações coletivas contemporâneas. E tal relação, ainda segundo Gonçalves, está no cerne do que Milton Santos (2006) propôs quando se remeteu ao espaço geográfico como um conjunto indissociável, contraditório e também solidário de sistemas de objetos e sistemas de ações.

Gonçalves objetivou compreender a construção de identidades político-culturais e também o ordenamento territorial a partir das lutas para afirmar o modo de percepção legítima do espaço geográfico. Mais uma vez percebe-se a influência de Bourdieu na sua proposta, pois Gonçalves evoca o princípio de “di-visão” para explicar as lutas sociais por território na América Latina²³. Portanto, o objetivo de uma análise

²² A ideia de *actante* diz respeito à uma competência social pré-estabelecida que fundamenta a ação de determinado agente ou de um grupo de agentes. Nas práticas sociais, os *actantes* de um determinado espaço social se mobilizam em diversos graus de colaboração e comprometimento, mas sempre fazendo uso de pré-constructos que constituem os termos de acordos lógicos e ontológicos que limitam e, ao mesmo tempo, organizam as possibilidades de ação (BOURDIEU, 2004).

²³ Bourdieu (2008) denominou de princípio de “di-visão” do espaço como “(...) lutas em torno da identidade étnica ou regional, quer dizer, em torno das

geográfica a respeito dos movimentos sociais, dentro desta perspectiva, deve ser as lutas a respeito da identidade, as lutas pelo domínio e pelos usos dos territórios “de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer grupos” (BOURDIEU, 2008, p. 113); o foco da análise recai, portanto, no poder de construir uma visão do mundo social e do território por diferentes grupos, nas suas capacidades de gerar e gerir identidades e representações sociais. Por isso que, para Gonçalves (2003), movimentos sociais de resistência são, na mesma medida, movimentos de (re)existência territorial.

Para o autor, em diferentes movimentos sociais é possível identificar algumas características que permitem levar à cabo essa proposta, tais como: i) a luta pela apropriação das condições materiais de produção (água, solo, gás natural, energia, biodiversidade, etc.); assim como pela ii) criação das condições para sua própria reprodução simbólica (escolas, rádios comunitárias, festas religiosas, etc.); e pela iii) articulação em diversas escalas geográficas para construir a ação política nos seus territórios. É na junção destas dimensões que a invenção de territórios pelos movimentos sociais ganha sentido na medida em que comporta as dimensões materiais e simbólicas contidas no espaço geográfico.

Ainda segundo Gonçalves (2003), é na relação analítica entre espacialidade e relações sociais que está a base para o estabelecimento de novas ordens pelos movimentos sociais e na qual a Geografia pode-se debruçar para avançar no debate teórico e conceitual a respeito desse fenômeno, isto é, sobre a “natureza sócio-geográfica dos movimentos sociais”. Aqui, portanto, fica claro também como o movimento de ampliação conceitual a respeito do território e das escalas interferiu na construção de agendas de pesquisa relativas à temática dos movimentos sociais na Geografia brasileira.

Tal como Fernandes (2000), a proposta de Gonçalves (2003) abriu as perspectivas analíticas a respeito dos movimentos sociais e influenciou novas pesquisas, seja através da rubrica do território, seja

propriedades (estigmas ou emblemas) ligados à origem através do lugar de origem, bem como das demais marcas que lhes são correlatas, (...), constituem um caso particular de luta entre classificações (...). O móvel de toda essa luta é o poder de impor uma divisão de mundo social através do princípio de di-visão que, tão logo se impõe ao conjunto de um grupo, estabelecem o consenso ou dissensos sobre o sentido de tal representação. (BOURDIEU, 2008, p. 108).

pela análise das escalas geográficas, ou ainda tomando como referência a ideia de conflitividade territorial. Através do LEMTO/UFF (Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense), formado por pesquisadores do Brasil e da América Latina, novos trabalhos a respeito da temática apareceram na cena geográfica nacional e internacional. Cita-se, a título de exemplo, Antongiovanni (2006), Santos (SANTOS, R. E. dos, 2006), Mazetto Silva (2006) e Maracci (2008) que analisaram, respectivamente, os conflitos territoriais envolvendo movimentos sociais rurais e empresas de celulose no norte do estado do Espírito Santo, as vivências escalares do movimento negro no estado do Rio de Janeiro, a territorialidade do movimento camponês no norte de Minas Gerais e o processo de reterritorialização de comunidades indígenas também no Espírito Santo.

Especificamente o trabalho de Renato Emerson dos Santos (2006) levou a cabo essa proposta teórica e influencia a construção de uma agenda de pesquisa sobre a temática no país. Tributário da abordagem sobre a natureza sócio-geográfica dos movimentos sociais, ele pensou a multiplicidade de agenciamentos da ação social que são, na mesma medida, ação espacial, e se localizou na discussão envolvendo Geografia e movimentos sociais nos anos recentes. Seus apontamentos visam uma abertura ainda maior na perspectiva de análise de Gonçalves (2003) a partir do que o autor chamou de dimensões espaciais dos movimentos, ou espacialidade dos movimentos sociais.

As espacialidades dos movimentos sociais são, portanto, as múltiplas dimensões espaciais que regulam, condicionam, são inerentes, oferecem possibilidades, orientam as ações elaboradas (ou não) como estratégias de intervenção dos/nos movimentos (SANTOS, R. E. dos, 2006, p.15).

Essa espacialidade que Santos (SANTOS, R. E. dos, 2006) sugere foi baseada em diferentes raciocínios espaciais com o objetivo de interpretar as relações sociais estruturadas e estruturantes da arena política, isto é, foi baseada em conceitos da análise espacial, tais como: lugar, região, escala, rede, território, etc.

Nesse sentido, Santos (SANTOS, R. E. dos, 2006) sugere oito possíveis dimensões espaciais entrelaçadas que o raciocínio centrado no espaço deve considerar e que sustentam a interpretação dos movimentos sociais a partir da Geografia (tais dimensões foram sintetizadas no quadro 2). Com elas o autor evoca a necessidade de interpretar a

dinâmica do movimento, considerando a organização do movimento social enquanto uma organização espacial do fazer político. Ele apontou ainda a necessidade de uma abertura radical de perspectiva de análise espacial dos movimentos, denominada de espacialidade(s) dos movimentos sociais. Nas palavras do autor:

Isto significa falar não apenas *sobre* o espaço na leitura das diferentes formas de ação política convergentes na construção dos movimentos sociais. Significa, além disso, falar sobre os movimentos sociais e sobre a ação política *a partir* do espaço, interpretar as relações estruturadas e estruturantes dos jogos que constroem os movimentos sociais e a ação política através de raciocínios espaciais, raciocínios centrados no espaço, tensionamentos analíticos baseados nos conceitos da análise espacial (lugar, região, escala, território, entre outros). Falar não apenas *sobre* o espaço e falar mais *a partir* do espaço significa considerar formas e estruturas espaciais, mas considerar como também sendo passíveis de leitura a partir de raciocínios espaciais os processos, funções, sujeitos, relações, comandos, etc (SANTOS, R. E. dos, 2006, p. 136).

A partir da passagem transcrita e do quadro 2 podemos dizer que o autor sugere que a leitura geográfica dos movimentos sociais seja conduzida a partir do arcabouço de conceitos com larga tradição na Geografia, seja ela a partir do território, das redes ou da escala. O importante não é a unidimensionalidade conceitual, mas, sim, como relacionar diferentes maneiras de pensar os movimentos sociais a partir do espaço. Ao nosso ver, Renato Emerson dos Santos avança teoricamente com essa proposta, pois ele parte do pressuposto da multiplicidade das dimensões constitutivas do real para propor sua abordagem sobre os movimentos sociais.

Santos (SANTOS, R. E. dos, 2006) pensou a multiplicidade de agenciamentos da ação social que são, na mesma medida, ação espacial, e, assim, ele se localizou nas tendências analíticas envolvendo Geografia e movimentos sociais. E é nesse sentido que seus apontamentos visam a abertura de perspectivas de análise espacial dos movimentos, que o autor chamou de dimensões espaciais dos mesmos, ou espacialidade da

ação social. Nesse percurso, ele vai dar destaque especial à questão da escala geográfica.

Para Santos (SANTOS, R. E. dos, 2006), escala é um conceito chave para a compreensão e intervenção dos/nos possíveis formatos das relações de poder, bem como nos/dos diferentes modos do fazer político e, conseqüentemente, de seus conteúdos territoriais. O renovado interesse por esse conceito, segundo o autor, tem como ponto de partida a ideia de que no período recente a escala vem se tornando central na construção de raciocínios espaciais, como mencionamos anteriormente.

Quadro 2. Síntese das dimensões espaciais dos movimentos sociais propostas por Renato Emerson dos Santos (2006).

Dimensão espacial	Síntese
Materialização/manifestação	É a representação espacial do movimento social em ação, que compreende diferentes formas que o movimento se torna presente no espaço e tempo. Ela apresenta a importância dos locais onde o movimento social ocorre e que tem significação simbólica e instrumental para o mesmo. Exemplos são: acampamentos, ocupações de terras, passeatas, etc.
Recortes espaciais e a constituição de identidades	Conjunto de elementos estruturados da ação social que estão baseados em alguma delimitação espacial específica e que contém símbolos e signos identitários. Exemplos são encontrados nas lutas indígenas que têm nos símbolos do território o sentido de suas identidades e nas lutas de ribeirinhos que têm relação com os rios para além do significado econômico.
Território e territorialidade	Conjunto de ações que têm na territorialidade as fontes de embate social e de mobilização. São lutas pela existência, materializada através do território. Perder o território e transformar determinada identidade significa que a territorialidade será extinta. Mas é importante destacar que ela não necessariamente se vincula com o recorte espacial, haja vista suas articulações com outras escalas geográficas.
Ação e temário, agendas	Abarca as pautas mobilizatórias dos movimentos através da constituição de agendas de lutas.
Ação e interlocutores	Compreende o problema da escala geográfica, envolvendo a escala de origem de um fenômeno e a de impacto, a depender das articulações com interlocutores e outros grupos sociais. A escala condiciona a estratégia de ação, define inimigos/adversários e estabelece as escalas de ação possível.
Ação e desdobramentos, impactos, efeitos, causas, origem	Diz respeito à proporção do espaço que será impactada pela ação social, à origem da ação, seus efeitos, causas e desdobramentos.
Esferas institucionais como distintas dimensões espaço-temporais	Abarca as disputas e as relações de poder que constituem arenas de disputas internas e externas ao movimento social. Nesse sentido, o autor propõe que o próprio movimento possa ser interpretado como um campo de disputa.
Sujeitos da construção dos movimentos sociais e suas experiências espaciais do fazer político	Dimensão relacionada com as escalas geográficas e arenas onde são construídos os sujeitos do movimento social.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Santos, R. E. dos (2006).

Nesse sentido, ele se pergunta: o que é, hoje, escala? O autor argumenta que, enquanto conceito da Geografia, escala sempre funcionou como uma estratégia de aproximação do real, permitindo a associação à dinâmica dos fenômenos e indicando o campo de referência dos mesmos fenômenos, conforme argumentou Castro (2006). Mas quando diversos autores (COX, 1998; VAINER, 2001; SMITH, 2002; SWYNGUEDOW, 2004) chamam a atenção para a questão das narrativas escalares e para as políticas de escalas, o que eles parecem estar acionando não é apenas um recurso analítico, mas uma forma de fazer política que aponta os raciocínios espaciais como trunfos na definição e proposição de um projeto de sociedade que é, ao mesmo tempo, um projeto de organização espacial. A partir dessa constatação, Santos (SANTOS, R. E. dos, 2006, p.88) argumenta que seu objetivo é tratar a escala enquanto

(...) arena e nível de regulação, o que tem sua concretização mais evidente na estruturação do Estado. Tentaremos discutir como a construção dos aparelhos de Estado, enquanto aparatos de organização da esfera política são escalas de organização do social, politicamente construídos e eleitos como as escalas privilegiadas, mas não são as únicas, que o agir político se dá em arenas e que estas são marcadas pela multiplicidade, e que elas são objeto de manipulação pelos agentes e sujeitos, compondo assim uma dimensão estratégica fundamental para o fazer da política, que merece ser compreendido e dominado pelos movimentos sociais.

Assim, ele coloca dois problemas teórico-metodológicos à compreensão da espacialidade dos movimentos sociais, quais sejam: i) a pluriescalaridade dos fenômenos, que introduz grandes problemas aos ordenamentos hierárquicos espaciais tradicionais; e ii) a emergência de novos padrões de relacionamento espacial que diminuem o papel das distâncias, reconstruindo hierarquias a partir de territórios móveis, ou territórios-redes, arranhando os discursos escalares que estão baseados na ideia de contiguidade.

Esses problemas chamam a atenção dos pesquisadores para: i) que os fenômenos são multiescalares, isto é, agentes, ações, objetos, etc. sempre contêm em si relações com diferentes escalas espaciais; ii) que o plano do real, que contém elementos que são separados pelas narrativas escalares através de abstrações e discursos (políticos), é na verdade uma

mistura de relações sócio-espaciais em diversas escalas, institucionais e não-institucionais, o que nos coloca o desafio de compreender o autor chama de arenas ocultas; e iii) que no mesmo local coexistem atores, fatores, ações, processos cujos desdobramentos operam em diversas escalas, o que confere complexidade aos processos espaciais.

E é justamente a partir dessa complexidade que a ideia de território-rede ganha notoriedade, pois ele é um território descontínuo, multifacetado, seguindo o princípio das redes que são múltiplas, superpostas e emaranhadas. Assim, a geografia apontada nessa abordagem (re)define a escala de um fenômeno pelas suas relações (econômicas, sociais ou políticas) com arenas mais ou menos locais ou mais ou menos globais. Essa leitura esclarece, portanto, que o que determina a escala de um fenômeno não é o recorte espacial, mas as relações que o fenômeno engendra. Para Santos (SANTOS, R. E. dos, 2006, p.110):

Isto significa afirmar a escala como algo além de uma forma de representação ou um instrumento heurístico-analítico, significa afirmá-la como um dado do real, intrinsecamente vinculado à dinâmica dos fenômenos – no caso, dos fenômenos políticos.

Nesse sentido, a hipótese levantada por Renato Emerson dos Santos (2006) em seu trabalho é que escala é um conceito indissociável das dimensões espaciais e temporais de um fenômeno. Ele argumentou que a operação de construção/definição/identificação de escalas se constitui como um momento privilegiado para perceber: i) a indissociabilidade entre espaço e tempo; ii) o quanto espaço e tempo são dimensões constitutivas dos fenômenos sociais; e iii) o modo em que a relação entre objetos e ações são expressadas. Isto é, escala é espaço e tempo. Para o autor:

O que tal instrumental nos oferece, defendemos aqui, é um profícuo caminho para pensarmos a constituição de escalas como um problema de coordenação de relações, ou, de instauração de ordenamentos espaço-tempo enquanto conjuntos coerentes de objetos e ações, que podem estar distantes entre si na superfície terrestre e adjacentes a outros objetos e ações que não participam dos mesmos ordenamentos, ou seja, em situação de desencaixe, não tendo suas dinâmicas reguladas pelos mesmos processos.

Neste sentido, um elemento no espaço pode, na verdade, ser integrante de uma ordem espaço-tempo (escala) e estar adjacente (ou, para utilizar a terminologia de Giddens, em plena relação de presença) a outro pertencente a uma outra ordem espaço-tempo (SANTOS, R. E. dos, 2006, p. 120-121).

Com essa proposta o autor reconhece que uma escala é construída a partir da associação de coerências espaço-temporais (de objetos e de ações). Mas afirmar que escalas são espaciais e temporais não abre perspectivas metodológicas para interpretar os fenômenos sociais, por isso ele recorre às formulações de Milton Santos (SANTOS, M., 2006) para fundamentar metodologicamente sua abordagem, argumentando em prol da necessidade de interpretar os eventos que, segundo este autor, é a própria matriz do espaço e do tempo. Ou seja, o evento reúne um aqui e um agora.

Os eventos são pensados, na proposta em tela, como “nós” de redes de acontecimentos interdependentes, por isso eles agregam diferentes escalas, justamente o que Milton Santos (2006) vai denominar de escala de origem do fenômeno (concernentes às forças operantes, ao recorte espacial, geográfico, econômico ou político de onde emanam as variáveis que influenciam na construção de um evento) e escala de impacto do mesmo (que é a própria escala do fenômeno, sua área de desdobramento político). A escala, nesse sentido, aparece como uma arena possível de regulação, de produção de ordenamentos nas vinculações entre objetos e ações. Mas Renato Emerson dos Santos (2006, p. 125) faz uma advertência:

Esta perspectiva analítica sobre a escala requer, primeiro, uma leitura ampla e aberta sobre poder, sobre as relações de poder e as práticas de poder, conduzindo a uma indissociabilidade entre poder, práticas (ações) e escala (que emerge vigorosamente como ação). As noções (de níveis) tradicionalmente associadas à idéia (*sic*) de escala (tanto as já consagradas e não raro cristalizadas por reificações, como local, regional, nacional e global, quanto àquelas vinculadas à ordem estatal federalista) são então transformadas em marcos referenciais que alicerçam complexos jogos e processos que fundam novas escalas, ao mesmo tempo em que ressignificam, refuncionalizam, anulam ou ignoram estas "antigas". (...) A segunda

consideração acima coloca drasticamente as esferas institucionais do Estado na condição de (mais uma) arena de conflitos políticos, que dialoga com outras arenas.

Isso coloca a obrigação de interpretar as arenas constitutivas do Estado em paralelo com outras arenas, muitas das vezes ocultadas pelo próprio Estado. É nesse sentido que compreendemos a argumentação de Santos (SANTOS, R. E. dos, 2006, p.130):

Articular escalas, se articular em escalas, reconstruir escalas não pode, portanto, ser um exercício estratégico do fazer da política que se restrinja a assumir como legítimas as escalas existentes e já dadas: elas são resultado e instrumento de territorializações dos grupos dominantes, territorializações que precisam ser desconstruídas também pelo jogo escalar. Mais do que articular (as e nas) escalas, torna-se crucial construir escalas, construir territorialidades, desterritorializar e reterritorializar poder!

Subjacentes aos diversos arranjos escalares que são, na mesma medida, arranjos políticos, Renato Emerson dos Santos (2006, p. 132-133) propõe ainda um conceito para análises de processos escalares, qual seja: vivências de escalas. Este conceito remete

À escalaridade dos jogos e arranjos (espaço-temporais) da política dos quais os indivíduos participam: indivíduos vivem o local. Indivíduos participam da política local; indivíduos participam de jogos políticos municipais, estaduais, nacionais, internacionais. As instituições, os campos do fazer político nos quais os indivíduos se envolvem, se estruturam através da lógica escalar, ou, dialogam com interlocutores em distintas escalas. As vivências de escala correspondem, portanto, à forma como se os indivíduos se posicionam no mundo - no duplo sentido de compreender a sua posição nos arranjos de poder e tomar posição nestes arranjos. Esta tomada de posição pode representar a operação da escala pelo sujeito, sendo esta operação um salto escalar, a reconstrução escalar, entre outras possibilidades. A escala é, portanto, um profícuo instrumento de compreensão da experiência do

fazer político e dos processos de constituição de sujeitos.

Assim, mais uma vez, destacamos que o desenvolvimento dos conceitos geográficos ampliou as abordagens de determinados fenômenos sociais. O trabalho de Gonçalves (2003) e, com maior ênfase, o de Santos (SANTOS, R. E. dos, 2006) mostraram isso claramente. Se, por um lado, Gonçalves partiu do diálogo interdisciplinar com a Sociologia para, a partir do repensar conceitual própria à Geografia, propor dimensões de análises que compõem a “natureza sócio-geográfica dos movimentos sociais”, Santos, R. E. dos (2006), a nosso ver, amplia ainda mais essa proposta, lançando mão de oito dimensões geográficas constitutivas dos movimentos contemporâneos e, com isso, incita o debate entre os geógrafos.

Especificamente Santos (SANTOS, R. E. dos, 2006), que embora tenha privilegiado o conceito de escala no seu trabalho, não fechou as “portas” de entrada para o debate. Isto é, ao mesmo tempo em que ele amplia a agenda de pesquisa a respeito dos movimentos sociais, ele também aprofunda sua análise abrindo margem para novos diálogos a respeito da temática. Digamos que isso tem duplo mérito: o primeiro de encampar uma análise original a respeito da escala política da ação social e, em segundo lugar, de brindar os geógrafos que pretendem entrar nessa seara com novas possibilidades analíticas a partir das dimensões espaciais constitutivas dos movimentos sociais ainda pouco exploradas. E como Santos, R. E. dos (2006) mesmo sugeriu, longe de ser um fechamento nas perspectivas, as dimensões de análise geográficas visam abrir o debate dentro da Geografia.

Fernandes (2000; 2005), Gonçalves (2003), Pedon (2009) e Santos (SANTOS, R. E. dos, 2006) avançaram teórica e conceitualmente na proposição de categorias geográficas para o estudo dos movimentos sociais, não resta dúvidas quanto a isso. Mas ainda há muito o que discutir e avançar. Uma literatura internacional recente, principalmente de origem anglo-saxônica, tem chamado atenção para um fato que diz respeito à abordagem das ações coletivas pelo viés da Geografia (LEITNER; SHEPPARD; SZIARTO, 2007; JESSOP, BRENNER; JONES, 2008; NICHOLLS, 2009). Tal alerta é oportuno, já que o que ela tem questionado é o seguinte: qual será o próximo léxico espacial a ser mobilizado nas pesquisas geográficas a respeito dos movimentos sociais?

Trata-se, na verdade, muito mais de uma crítica às divisões conceituais para abordar o fenômeno do que propriamente da construção de novas agendas de pesquisa. Ou seja, essa literatura chama atenção para o fato de que seja através do conceito de território, seja pelo viés das redes ou ainda tomando como referência a escala geográfica, o que está em jogo nas análises das relações sociais numa perspectiva geográfica de maneira geral é a espacialidade da ação. Por isso, ao invés de operar com conceitos de maneira isolada, há a necessidade de uma articulação conceitual mais ampla que dê conta de interpretar os fenômenos sociais.

Jessop *et. al.* (2008) indicaram que há um interesse crescente dos geógrafos em interpretar os movimentos sociais contemporâneos. Este interesse, no entanto, carece de maiores teorizações. Se, por um lado, há inúmeros estudos empíricos sobre o fenômeno que destacam uma dimensão geográfica apenas, por outro lado, ainda falta um esforço teórico que dê conta da multidimensionalidade desse fenômeno social dentro da Geografia. Focar uma única dimensão espacial das relações sociais é negligenciar inúmeras proposições a respeito das arenas, dos produtos e do processo de produção das ações sociais. Assim, interpretar os movimentos sociais a partir de uma única esfera geográfica se torna uma tarefa incompleta.

Nesse contexto, também merece destaque o alerta sobre um risco iminente nas abordagens que elegem o território como o conceito privilegiado para analisar os movimentos sociais. Como argumentaram Jessop *et. al.* (2008), o uso desse conceito de maneira limitada destaca ideias de “limites”, “fronteiras”, “fechamento” de parcela do espaço a partir de interpretações sobre o território, o que acaba por reduzir as análises dualismos, seja entre o local e o global, ou ainda entre os “de dentro” e os “de fora”. Algumas abordagens delineadas neste tópico como sendo os novos expoentes de uma forma de ler os movimentos sociais a partir da Geografia foram (e ainda são) importantes e, sem dúvida nenhuma, problematizaram um conjunto de questões que afligia muitos geógrafos nos anos de 1990 e 2000, quando a Geografia carecia de teorizações próprias a respeito da temática. No entanto, o debate precisa avançar e como ponto importante pauta-se a necessidade de realizar uma interpretação dos movimentos sociais a partir de multidimensionalidade espaço-temporal.

É necessário lembrar que essa crítica se faz em outro contexto espaço-temporal, e que quando houve a proposição das “leituras geográficas” havia uma necessidade clara de interpretar os movimentos

sociais pelo viés da Geografia e não existiam elementos para pensar uma crítica à unidimensionalidade conceitual porque não existia uma proposta conceitual para ler os movimentos geograficamente até então. Esse alerta é oportuno, pois sabemos dos riscos de tecer comentários sobre algo construído em outro contexto.

Gonçalves (2003) e Santos (SANTOS, R. E. dos, 2006) começaram a ampliar a agenda de pesquisa quando sugeriram as dimensões analíticas dos movimentos sociais a partir de raciocínios centrados no espaço. A partir delas, percebemos que, juntos, os conceitos geográficos oferecem uma variedade de co-implicações da espacialidade da ação social que tornam as análises geográficas mais complexas.

Por fim, resta-nos indicar que o território, a rede e a escala importam nas análises dos movimentos sociais. Entretanto, há a necessidade evidente de compreender como a co-implicação desses e de outros conceitos geográficos podem oferecer análises mais aprofundadas dos movimentos sociais e também como “abrir” a perspectiva analítica.

CAPÍTULO 3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA TESE

O recurso metodológico utilizado no capítulo 1, o de delinear um panorama das teorias e dos estudos sobre movimentos sociais articulando Sociologia e Geografia, permitiu-nos indicar possíveis respostas às duas perguntas lançadas inicialmente. A primeira delas, de caráter mais abrangente, pretendeu traçar uma rota de interpretação que nos permitisse lançar luz sobre as principais teorias a respeito da temática dos movimentos sociais. Nesse sentido, percebemos que, a partir dos anos de 1960, variadas perspectivas de análise, principalmente no âmbito das Ciências Sociais, foram “postas à mesa”. Particularmente no que tange à Sociologia latino-americana, entendemos que esta incorporou muito mais o arcabouço teórico e conceitual de uma vertente marxista nas suas análises do que as novas teorias que estavam em construção e que somente nos anos recentes tem dialogado com outras disciplinas.

Já a segunda pergunta, voltada para os estudos no âmbito da Geografia brasileira, objetivou indicar como a temática dos movimentos sociais apareceu e se consolidou como objeto de reflexão nesta ciência. O pensamento social crítico também foi a linha de interpretação predominante na trajetória de análises geográficas, seja nos anos de 1980, quando os movimentos sociais se tornaram objeto de reflexão na Geografia, seja nos anos 2000, quando houve a consolidação da temática nesta ciência.

O capítulo 2 mostrou que a predominância da teoria social crítica nas pesquisas sobre movimentos sociais na Geografia nos anos recentes não se fez a partir de uma única vertente, e sim de variadas perspectivas. Mais ou menos ortodoxas ou mais ou menos heterodoxas, o fato é que essa perspectiva de análise sempre “rondou” as pesquisas geográfica, o que indica a importância desse legado.

Contudo, outras lentes teóricas e políticas estão em construção nas Ciências Sociais em geral e na Geografia particularmente. Dentre elas destacam-se os estudos pós-estruturalistas, pós-coloniais e também os humanistas, que, da mesma forma que as anteriores, também compõem uma perspectiva crítica de análise.

Na Conferência de Abertura do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA – Goiânia-GO), Gonçalves (2015) afirmou que vivemos em uma época de crises. Crises não apenas econômicas e políticas, mas também do pensamento social (e espacial) crítico, o que nos coloca em uma situação desconhecida quanto à escolha dos

caminhos teóricos a seguir. Para este geógrafo, o marxismo continua a ter importância teórica e política, mas ele se mostra como uma teoria que carece de aperfeiçoamento para dar conta de explicar o momento atual das ações coletivas no mundo globalizado. O que esse geógrafo quis evidenciar, a nosso ver, foi o fato de que na segunda metade do século XX outras abordagens começaram a despontar no horizonte da teoria social crítica e com elas novo arcabouço conceitual. E mais do que destruir uma vertente crítica, elas objetivaram sua reconstrução.

Partindo dessa constatação, neste capítulo abordar-se-á como a perspectiva pós-estruturalista fez suas críticas e proposições ao marxismo. Esta tarefa será realizada tomando como referência a obra de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015 [1985]). Com isso pretendemos dar conta do desafio de incorporar novas perspectivas analíticas para estudar os movimentos sociais sem abandonar um viés crítico. Em momento posterior realizaremos ainda o diálogo desses autores com Doreen Massey (2008) objetivando a construção de um caminho teórico e conceitual no âmbito da ciência geográfica para interpretar os movimentos sociais contemporâneos.

3.1. O pós-estruturalismo em debate

Segundo Lopes *et. al.* (2015), importantes reflexões e propostas de reformulação da teoria social crítica surgiram a partir da segunda metade do século XX. Com elas, diversas abordagens se multiplicaram dificultando o estabelecimento de um único caminho consistente de interpretação da realidade. Nesse contexto, a perspectiva pós-estruturalista emergiu criticando alguns pontos das interpretações marxistas, nos planos teórico e político.

O primeiro deles diz respeito a crítica a essencialização da estrutura do capital, que daria o conteúdo da política, ou seja, à ideia de “determinação econômica em última instância”; o segundo foi direcionado à ideia do sujeito histórico predeterminado como aquele que possui em si a chave da transformação social; e o terceiro tem a ver com a totalização teórica do marxismo, via ideia de um discurso científico universal capaz de apreender o sentido da história (LOPES *et. al.*, 2015). Estas críticas foram direcionadas à ideia de existência de estruturas (econômicas, sociais e teóricas) prévias nas quais o sujeito não possui agência, ele apenas sofre passivamente o poder da história.

Com efeito, o dilema entre o universal e o particular no que concerne à construção do sujeito revolucionário é colocado no centro do

debate pelo pós-estruturalismo. Segundo Hall (2003), um tipo de mudança estrutural transformou a sociedade moderna no fim do século XX e isso fragmentou as identidades culturais de classe, gênero, raça, nacionalidade, dentre outras. A identidade plenamente unificada e coerente foi questionada e, no seu lugar, houve uma confrontação com a multiplicidade de identidades possíveis.

Ainda sobre a questão das identidades, outra crítica ao pensamento marxista ocidental do século XX sobre a universalização da ideia de classe social e que abriu caminho para as argumentações pós-estruturalistas tem a ver com a descoberta do inconsciente por Freud. A teoria de Freud sobre identidades, sexualidade e sobre a estrutura de nossos desejos, construída com base em processos psíquicos e simbólicos, apontou que este funciona de acordo com uma “lógica” distinta daquela da “razão”, o que colocou em xeque o conceito de sujeito cognoscente e racional de uma identidade fixa. Assim, para Freud, não era possível supor que os motivos econômicos fossem determinantes das escolhas dos indivíduos (HALL, 2003).

Leituras posteriores da obra de Freud, a exemplo daquela conduzida por Lacan, indicaram que a imagem do “eu” como sujeito unificado é algo que é construído gradualmente e com dificuldade. Ele não se desenvolve naturalmente, mas formado na sua relação com o “outro”. Com isso, Lacan colocou à prova a força do simbólico em transformar o real, isto é, para ele só com as condições de constituição do sujeito e de como ele experimenta o limite de suas transformações é que se pode apreender as condições de mudança subjetiva que não seja reflexo de uma estrutura (HALL, 2003).

Um dos pressupostos dessa perspectiva é o de que toda identidade é relacional. Este aspecto tem ligação direta com a ideia de que todo conteúdo particular, todo indivíduo, está inacabado; de que toda identidade é sempre uma identidade da falta, entendida como incompletude. E é por isso que, para Hall (2003), essa proposta pode ser considerada como um caminho profícuo para iluminar o que ainda permanece impensado na tradição marxista.

Além das críticas à essencialização da estrutura e à universalização da noção de classe social, o pós-estruturalismo também opera com outra, aquela referente à totalização do discurso científico marxista. Este discurso ambicionou contar com uma teoria geral da história e com uma perspectiva particular de onde elabora-la, em função de suas coordenadas econômicas, políticas, sociais e geográficas, e possibilitou teorizar o modo de produção capitalista como sistema

mundial de dominação. O conhecimento científico foi elaborado como uma síntese da “totalidade acabada” e a dialética desenvolvida no marxismo reabriu os contrapontos indivíduo e história, classes sociais e grupos sociais, sociedade civil e Estado, etc. Tais ideias, com efeito, radicalizaram a forma de pensar.

O traço fundamental e essencial da teoria marxista do conhecimento é a sua natureza “construtiva”, isto é, o conhecimento é resultado de construções efetuadas pelo pensamento e por suas operações, e consiste numa “representação” mental do concreto (da parcela exterior ao pensamento conhecedor). Nesse sentido, há aí uma inferência ao ontológico e ao óntico.

O ontológico diz respeito ao ser, ao que está por de trás e além de um fenômeno qualquer, ou seja, à representação que determinado fenômeno tem para um indivíduo ou grupo social. Já o óntico se refere ao ente, ao imanente, ao fenômeno propriamente dito. Ele é o superficial que fundamenta o senso comum, aquilo que, aparentemente, “todo mundo vê”, à forma. Quando dizemos “você deve ir além do óntico”, significa exercitar constantemente a busca das raízes dos acontecimentos a partir de determinados referenciais psíquicos, sociais ou simbólicos (ABBAGNANO, 1998)²⁴.

Tendo isso em mente, pode-se dizer que a essência do método marxista tinha como pressuposto o fato de que o ponto de vista da totalidade sobrepujava outras determinações. Uma consequência de se considerar esse pressuposto nas explicações científicas é a exigência de superar as distinções no que se refere à relação sujeito e objeto do conhecimento. Ou seja, há que se considerar nula a diferença entre o ontológico e o óntico. Por isso que o marxismo considerou, em última instância, que não havia distinção entre uma ciência social, econômica, jurídica, etc.; mas somente uma ciência histórico-dialética do desenvolvimento da sociedade como totalidade. Esta premissa incitou muitas críticas e, dentre elas, gostaríamos de destacar a do filósofo argelino Jacques Derrida que lançou as bases do que ficou conhecido como “atitude desconstrucionista”.

A “desconstrução” é uma noção que surge quando Derrida fez a introdução da tradução do livro de Husserl “Origem da Geometria” em 1962, mas que foi consagrado em 1967 quando ele escreveu “Gramatologia”. Ela causou forte impacto no pensamento ocidental ao proporcionar questionamentos e realocações conceituais que eram

²⁴ Para uma discussão mais aprofundada sobre o óntico e o ontológico, particularmente na Geografia, consultar Biteti (2014).

consideradas clássicas. Recorrendo ao livro “De que amanhã...diálogos”, publicado por Derrida e Roudinesco (2004) podemos esclarecer que a desconstrução:

Significa a decomposição de uma estrutura (...), remete a um trabalho do pensamento inconsciente (‘isso se desconstrói’), e que consiste em desfazer, sem nunca destruir, um sistema de pensamento hegemônico e dominante. Desconstruir é de certo modo resistir à tirania do Um, do logos, da metafísica (ocidental) na própria língua em que é enunciada, com a ajuda do próprio material deslocado, movido com fins de reconstruções cambiantes (DERRIDA & ROUDINESCO, 2004, p.9).

Essa passagem atenta para o fato de que desconstrução não pode ser tomada como sinônimo de destruição. O que existe com este trabalho, na verdade, é um procedimento de questionamento, de decomposição e de reorganização de discursos até então empreendidos. Isso significa colocar em xeque conceitos clássicos para ser desconstruído e, assim, ampliar seu campo de significação. Significa, sobretudo, provocar uma série de questionamentos no cerne de uma tradição teórica.

É justamente a partir desta referência filosófica que se situa a reflexão teórica e política do pós-estruturalismo e a crítica à universalidade teórica do marxismo. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) designam como pós-estruturalismo a abertura dada pela crítica desconstrutiva de Derrida ao pensamento ocidental e que articula uma problemática que coloca em questão a atualidade da tradição marxista.

Segundo Burity (1997), a primeira coisa que se pode dizer sobre o termo é que ele se refere a um esforço para dar conta do status das “apropriações”, “influências” ou “articulações” entre o cabedal analítico e político do marxismo e correntes e movimentos teóricos externos ao mesmo. Dentre eles destacam-se os que se ocupam de questões ligadas à subjetividade (por exemplo, a psicanálise), à crítica da concepção positiva do dado (fenomenologia), a relação entre linguagem e o social (linguística social), e, mais significativamente, a crítica da tradição da metafísica ocidental de Derrida.

Portanto, tendo em mente essas articulações, o trabalho de Laclau e Mouffe (2015) dependerá da compreensão de uma genealogia dos

conceitos marxistas, em especial o de hegemonia²⁵. Assim, os autores argumentam que:

O pensamento de esquerda se encontra hoje numa encruzilhada. As “verdades evidentes” do passado – as formas clássicas de análise e cálculo político, a natureza das forças em conflito, o próprio sentido das lutas e objetivos da esquerda – têm sido seriamente questionadas por uma avalanche de mutações históricas que revolveram o terreno em que tais verdades foram constituídas. (...) a própria riqueza e pluralidade das lutas sociais contemporâneas deu origem a uma crise teórica. É a meio caminho deste movimento de mão dupla entre o teórico e o político que nosso discurso se localizará (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 51-52).

E eles continuam mais à frente, afirmando que:

O fio condutor de nossa análise foi o conjunto de transformações do conceito de hegemonia, tomado como superfície discursiva e ponto nodal fundamental da teorização política do marxismo. Nossa principal conclusão é que, por trás do conceito de “hegemonia” se oculta algo mais do que um tipo de relação política *complementar* às categorias básicas da teoria marxista. De fato, ele introduz uma *lógica do social* que é incompatível com aquelas categorias. Frente ao racionalismo do marxismo clássico, que apresentava a história e a sociedade como totalidades inteligíveis constituídas em torno de leis conceitualmente explicáveis, a lógica da hegemonia se apresentou desde o início como uma operação *complementar* e *contingente*, exigida em razão de desequilíbrios conjunturais no interior de um paradigma evolucionista (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 53, destaques no original).

Podem ser identificados quatro pontos na tradição teórica marxista que Laclau e Mouffe se dedicaram em desconstruir: a crítica do “dado”, da positividade do real; o caráter relacional e diferencial de toda identidade; a questão do discurso; e o político como ontologia débil do

²⁵Para melhor compreender essa proposta, sugere-se a leitura da apresentação da edição em português do livro “Hegemonia e estratégia socialista” feita por Lopes, Mendonça e Burity (2015).

social (BURITY, 1997). A explanação sobre estes pontos nos permitirá delinear os conceitos da teoria do discurso que serão empregados na tese.

3.2. Apreendendo a teoria do discurso

3.2.1. Questionando a objetividade do “dado”

Segundo Burity (1997, s.n.), sobre a objetividade do “dado”, Laclau e Mouffe colocaram um xeque uma das características paradigmáticas do pensamento marxista: seu caráter normatizador. Eles trataram de indagar sobre o postulado de que o método, quando aplicado com rigor a um conjunto de objetos, teria resultado replicável em situações semelhantes. Foi através deste postulado que, no marxismo, o objetivismo essencialista, produzira questões do tipo “qual a estrutura de classes do país X no período Y?”, ou ainda “quando e como se deu a revolução democrática-burguesa no país X?”. Tais questões, de acordo com Burity (1997), pressupunham um status ontológico específico para determinadas categoriais.

Laclau e Mouffe (2015) interrogaram esses postulados e revitalizaram tais categorias a partir do deslocamento dessas questões. Antes de pressupor o caráter ontológico das mesmas, os autores questionaram: quais as condições históricas para a constituição dos agentes sociais como classes? Essa mudança discursiva quanto à forma de elaboração da questão permitiu novas possibilidades de interpretações teóricas de determinados contextos dentro da tradição marxista. Por isso que Burity (1997) afirmou que a contribuição da fenomenologia presente na obra de Laclau e Mouffe abriu as possibilidades em relação à objetividade do dado. Mais do que isso, ela introduziu uma nova forma de problematização que pode se relacionar com o legado marxista.

A nosso ver, o que Laclau e Mouffe (2015) trouxeram à tona foram questões que derivaram das demandas que emergiram com os “novos movimentos sociais”, no sentido de que eles anunciaram novas identidades que até o momento não estavam sendo levadas em consideração na cena política e teórica. Tais identidades começaram a assumir espaços sociais e políticos e isso demandava explicações mais complexas. Assim, os movimentos que estavam se apoiando na questão

das “diferenças” fizeram circular seus descontentamentos e reivindicações, o que demandou novas interpretações por parte dos cientistas sociais. Em termos políticos, isso representou a não existência de um único discurso *à priori* como forma de luta.

3.2.2. O caráter relacional e diferencial de toda identidade

Uma das premissas básicas a ser destacada nesse referencial teórico é a relativa à questão das identidades. Doravante, quando empregarmos esse conceito ele estará se referindo fundamentalmente a um fenômeno social, isto é, a uma construção que envolve sempre mais de um indivíduo. É nesse sentido que, para Laclau e Mouffe (2015), qualquer construção identitária deve ser situada dentro de um contexto relacional. Uma identidade para esses autores só se faz evidente em relação a outras. Assim, só pode haver um “nós” perante um “eles” ou sou “A” porque não sou “B”. A relacionalidade é, portanto, a primeira premissa em questão.

Na obra desses autores a relacionalidade tem a ver com a ideia de “exterior constitutivo” desenvolvida por Derrida. Laclau e Mouffe (2015) argumentaram que toda construção identitária implica uma alteridade, uma ação discriminatória perante um “outro” que está fora do espaço “dos iguais”. É neste sentido que o reconhecimento de um outro constitutivo, ou seja, de um elemento negativo, é tomado como fundamento e requisito para a afirmação de uma identidade política.

Além disso, para Derrida (1978 *apud* LACLAU; MOUFFE, 2015) o “exterior constitutivo” é variável, dado que existem múltiplos e inacabados “outros” sempre presentes na história da humanidade: índios/colonizadores; proletariado/burguesia; homem/mulher; branco/negro, etc., isto é, há certa dose de inventividade e contingência no processo de construção de identidades, o que coloca em xeque qualquer concepção essencialista e determinada aprioristicamente. Por isso é que Laclau e Mouffe (2015) afirmaram que não existe uma identidade previamente articulada e que esse é o próprio fazer histórico humano dado o contato entre diferentes configurações sociais em distintos momentos.

Essa é uma indicação importante e que nos leva à compreensão de uma segunda premissa na proposta teórica em questão, qual seja: não há como considerar, *à priori*, a constituição de identidades com projetos políticos existentes “desde sempre” e que se dirigem a um objetivo teleológico. A “predeterminação” é criticada por Laclau e Mouffe

(2015), que advogam que todo sistema estrutural é limitado e que tal limitação se dá pelo fato de o mundo social estar carregado de “excessos de sentidos” que é impossível de ser apreendido aprioristicamente. E,

(...) este excesso é o terreno necessário à constituição de toda prática social. A ele chamaremos de o *campo da discursividade*. Este termo indica a forma de sua relação com todo discurso concreto: ele determina simultaneamente o caráter necessariamente discursivo de qualquer objeto, e a impossibilidade de qualquer discurso dado implementar uma sutura final (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 186; destaques no original).

Assim, para Laclau e Mouffe, as identidades são constituídas a partir de ordens discursivas que disputam sentidos dentro do que os autores denominaram de “campo da discursividade”: um espaço social onde ocorrem as disputas com relação à construção de projetos políticos.

É importante destacar que a categoria discurso é utilizada pelos autores enquanto categoria teórica que procura dar conta das regras de produção de sentidos e pelas quais um determinado fenômeno social se faz presente em um campo de discursividade. Ela é acionada para destacar o fato de que toda configuração social é significativa e que o sentido de tal configuração e dela em relação aos objetos do mundo físico não lhes é inerente, trata-se, antes, de uma construção social. E é precisamente essa construção que é entendida como discurso.

3.2.3. Discurso: articulação, ponto nodal, significante vazio e cadeias de equivalências.

Discurso, categoria tão cara à Laclau e Mouffe (2015), se refere ao fato de que o sentido dos eventos sociais (protestos, greves, motins, etc.) não está dado em sua ocorrência pura. Para eles acontecerem foi necessário à sua inserção em um sistema de relações e significações. Além disso, também é importante destacar que a concepção de discurso de Laclau e Mouffe não faz distinção entre elementos linguísticos e aquelas não-linguísticos ou extra-linguísticos. Ambas as dimensões, palavras e ações (ou objetos), fazem parte de uma configuração discursiva.

Burity (1997) destacou que o fato de a temática ter forte enraizamento na linguística contemporânea não deve ofuscar a problemática política delineada por Laclau e Mouffe²⁶. Assim, o sistema de relações que dá configuração aos discursos e que são constituídos pela linguagem retrata o caráter de toda estrutura significante. Nas palavras do autor:

A **existência** (objetiva) de qualquer objeto está sempre já involucrada, ou melhor, investida de um sentido relativo à posição que ocupa num sistema de diferenças. Este investimento de sentido, esfera do **discursivo**, é o que constitui o **ser** daquele objeto (BURITY, 1997, s/n, destaques no original)

O discurso, portanto, é considerado o terreno primário no qual a realidade política se constitui. Ele toma como pressuposto a ideia de que a linguagem é o que constrói o fato e que ela só existe dentro de um discurso. Fora do discurso, há existência de um determinado objeto, mas não significação.

Para Laclau e Mouffe (2015), o discurso é um complexo de elementos (a noção de elemento se refere a uma identidade que a princípio não se articula discursivamente) dados a partir de um conjunto de relações. Não importa a mera existência dos seres e objetos, mas a sua existência dotada de significado, inserida dentro de um determinado discurso. De acordo com Mendonça (2007), um discurso, nestes termos, é o processo social construído relacionalmente entre elementos linguísticos e não-linguísticos, resultado de práticas articulatórias que organiza e constitui identidades para disputar projetos políticos em um campo de discursividade.

Na definição mais simplificada de Mendonça encontramos uma noção importante para entender categoria discurso, a de práticas articulatórias ou articulação. Laclau e Mouffe (2015, p. 178; destaques no original) chamam articulação

(...) qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática

²⁶ O pressuposto é o de que há um sistema de oposições linguísticas que é pertinente sociologicamente e que está associado a um conjunto de diferenças significativas da fala, de quem fala e sobre o que se fala que, por sua vez, está ligada a diferenciações sociais (BURITY, 1997).

articulatória. A totalidade estruturada resultante desta prática articulatória, chamaremos *discurso*.

Mas logo em seguida a esta passagem os autores apresentam outra noção também de grande valia para a compreensão da categoria discurso. Trata-se da de momento, entendida como “(...) as posições diferenciais, na medida em que apareçam articuladas no interior de um discurso” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178). Momento, portanto, evoca a ideia de tempo, de um “agora”.

A partir desses apontamentos entendemos como articulação a tarefa de construção de um discurso comum entre diferentes identidades em um momento específico. E esse discurso é constituído a partir de “pontos nodais” que, segundo Laclau e Mouffe (2015), são dados linguísticos e/ou não-linguísticos privilegiados na prática articulatória para a fixação parcial de sentidos de determinado discurso entre distintas demandas sociais.

A ideia de ponto nodal é desenvolvida por esses autores reafirmando a “infinitude do social” como objeto de estudo, isto é, que os sentidos sociais são precários e contingentes e em termos de estratégia política não existe a possibilidade de se chegar à vitória de um projeto em definitivo. Há apenas a possibilidade de fixação parcial e precária de sentidos discursivos. E é justamente partindo desse pressuposto que Laclau e Mouffe (2015, p. 187) vão introduzir a ideia de ponto nodal:

A impossibilidade de uma fixação última de sentido implica que deve haver fixações parciais, do contrário, o fluxo das diferenças seria impossível. Mesmo para que se possa diferir, subverter o sentido, há de haver *um* sentido. Se o social não consegue fixar a si mesmo nas formas inteligíveis e instituídas de uma *sociedade*, o social só existe, no entanto, como um esforço para construir esse objeto impossível. Qualquer discurso se constitui como tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro. Chamaremos os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial de *pontos nodais*.

O discurso resultante das práticas articulatórias não é algo internamente homogêneo, é, antes, bastante heterogêneo. No entanto,

como os autores afirmaram, a prática articulatória não pode ser construída somente a partir da exaltação da diferença. Ela visa à identificação de um exterior comum aos elementos articulados em torno de um ponto nodal que forma um discurso unitário em um dado momento, mas que internamente é permeado de diferenças. Neste caso, em complemento com a noção de pontos nodais, a de “cadeia de equivalência” é fundamental, pois é através dela que diferenças mútuas entre os elementos são canceladas temporariamente (em um momento) e passam a articular discursivamente uma identificação comum subjacente a todos eles e contrária a um discurso/identidade que as nega, isto é, contra um antagonista.

Para melhor compreender a ideia de cadeia de equivalência em Laclau e Mouffe (2015) trazemos uma citação de Mendonça (2006) bastante interessante para os propósitos desse trabalho. Vejamos:

“A”, “B” e “C” são elementos diferentes que num primeiro momento (M1) não estão relacionados entre si. Num momento seguinte (M2), surge o elemento “D”, que passa a estabelecer relações com “A”, “B” e “C”. Portanto, em M2, “D” consegue ser o ponto nodal entre os elementos “A”, “B” e “C”, criando uma “ordem”, ou uma articulação, entre os três elementos. O resultado dessa articulação é o discurso, cujo sentido principal, mas não o único, é o produzido pelo ponto nodal “D”. “D”, portanto, passa a representar um sentido comum entre os elementos unificados, alterando suas especificidades e ampliando seus próprios limites de significação. “D” constitui uma cadeia de equivalências, na qual as diferenças de “A”, “B” e “C”, perante “D”, desaparecem. “D” suporta os três elementos em questão, ou seja, “D” significa mais do que a singularidade de cada um dos elementos articulados (MENDONÇA, 2006, p. 147)

A citação acima apresentou que para que um elemento ou uma identidade possa estabelecer lógicas de equivalências com outras em um momento há a necessidade de estabelecer pontos nodais que permitam a articulação. No caso exemplificado, tal ponto foi construído a partir do elemento “D” que, para poder articular “A”, “B” e “C” em “M2” deixou temporariamente o significado inicial de sua identidade de lado e a partir da articulação criou contornos identitários mais amplos envolvendo

diferentes elementos. Em outras palavras, construiu um discurso unitário em um dado momento: a lógica (ou cadeias) de equivalências. Esta cadeia não se deu apenas em relação à convergência de diferentes identidades, ela se constitui contra um(a) identidade/discurso que é antagônico a todos àqueles articulados.

Complexificando ainda mais essa discussão, Laclau e Mouffe (2015) lançam a noção de significante vazio. Para tentar uma aproximação com ela ainda vamos nos deter no exemplo mencionado na citação direta anterior de Mendonça (2006). Ela indica que “D”, por ser um elemento de convergência de muitas identidades (“A”, “B” e “C”), perde uma significação inicial e, desta forma, torna-se um significante vazio, uma espécie de “conector” que sustenta as equivalências entre os diferentes elementos. Mendonça (2006) afirmou que essa perda de significação específica de “D” se dá em razão do esvaziamento dos sentidos identitários iniciais do mesmo, e é justamente esse o motivo dele conseguir suportar os demais inseridos na prática articulatória. Assim, “D” tolerou vários significantes e não apenas um único e, por isso, tornou-se um significante vazio.

Assim, o “significante vazio” ocorre quando um discurso amplia seus conteúdos ou suas demandas a ponto de ser impossível, às vezes, dizer qual sua significação inicial. Segundo Mendonça (2009), isso acontece quando, numa prática articulatória, a cadeia de equivalência se expande e as demandas iniciais se encontram com outras similares e elas acham um elemento ou identidade antagônica comum a todos eles. E é justamente esta a base da construção do significante vazio, e consequentemente da escolha de um ponto nodal de articulação, que em um determinado momento se caracterizava por uma demanda individual de uma identidade específica e que quando encontram outras através das práticas articulatórias em outro momento ela assume centralidade e, com isso, abre um espaço para o surgimento de um símbolo unificador das diferentes demandas.

Ainda de acordo com Mendonça (2009), Laclau e Mouffe abordaram o conceito de significante vazio dentro da construção de cadeias de equivalências como um significado que não possui mais sua especificidade inicial, mas sim todo um sistema de significações articulados em um mesmo discurso. Sua função reside no fato de renunciar temporariamente à sua identidade diferencial para representar uma mais ampla que foi construída pela prática discursiva. Nesse processo, a identidade inicial é transformada e o fenômeno social passa a ser outro de amplitude diferente.

Entretanto, a extensão dessa cadeia de equivalência não é infinita. Ela é limitada pela presença de um antagonista. Aqui é importante destacar que o antagonismo é parte constituinte de uma articulação discursiva. Mendonça (2009) argumentou que o antagonismo sendo a instância constitutiva do campo político resulta na própria impossibilidade de constituição objetiva de uma totalidade discursiva em razão da presença de uma identidade/discurso antagônico que impede sua constituição plena e permanente. Portanto, numa relação antagônica entre dois elementos não existe a possibilidade de estabelecer alguma medida comum, o antagonismo é o limite de toda objetividade/positividade. Assim, segundo Mendonça (2003, p.138):

Articular o que se nega significa, no limite, negar o que se é, e isso representaria a completa desestruturação do interior. Assim, numa relação antagônica, uma diferença constitui-se na medida idêntica de ser radicalmente exterior a outra, sendo, ao mesmo tempo e de modo paradoxal, o antagonismo a condição de possibilidade e de impossibilidade de uma formação discursiva. Essa condição de possibilidade e de impossibilidade entre discursos antagônicos é o que impede a constituição da objetividade como tal (o sentido completo e totalmente transparente de um discurso), que deve ser entendida, como vimos, em seu sentido mais estrito: uma relação antagônica pressupõe a impossibilidade de um discurso constituir-se plenamente.

Portanto, para Laclau e Mouffe (2015), o que conduz essas demandas diferentes para uma relação equivalencial não é este ou aquele conteúdo positivo que as diferentes identidades compartilham, mas a instância negativa contra a qual elas lutam. Nas palavras dos autores:

(...) que certas formas discursivas, através da equivalência, anulam toda positividade do objeto e dão uma existência real à negatividade como tal. Esta impossibilidade do real – a negatividade – alcança uma forma de presença. Como o social é penetrado pela negatividade – isto é, pelo antagonismo -, ele não atinge o *status* de transparência, de presença plena, e a objetividade de suas identidades é permanentemente subvertida. (...) A esta altura, devemos ir adiante e considerar a estruturação de espaços políticos do

ponto de vista das lógicas opostas da equivalência e da diferença (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 206 - 207).

São duas lógicas em questão, a da equivalência e a da diferença. Segundo os autores: “(...) a lógica da equivalência é uma lógica da simplificação do espaço político, enquanto a lógica da diferença é uma lógica de sua expansão e complexidade crescente” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 209).

A prática articulatória nesse sentido é o próprio exercício de constituição das relações sociais no campo político. Trata-se de uma prática estabelecida entre identidades que, a partir de um ponto nodal, articulam-se entre si e, dessa forma, tornam-se momentos estritamente em relação à articulação estabelecida e contrários a outra articulação ou elemento antagônico. Nestes termos, a noção de discurso é entendida como uma relação em que uma determinada identidade, em um momento específico, passa a representar, a partir da construção de cadeias de equivalências, múltiplas identidades aglutinadas em torno de um ponto nodal. Esse ponto não é uma necessidade histórica definida aprioristicamente, mas resultado de uma articulação a partir de um significativo vazio que constitui um discurso unitário em meio a diversos elementos anteriormente dispersos no campo da discursividade. E, ao final, todo esse processo leva ao que Laclau e Mouffe (2015) denominaram de relação hegemônica no campo da discursividade.

3.2.4. Hegemonia

A abordagem da “Teoria do Discurso” está baseada na prática articulatória de diferentes identidades, e uma categoria central de análise política desse processo é hegemonia. Este conceito foi criado no seio da tradição marxista para apreender as diversas configurações sociais em distintos contextos espaço-temporais. Apesar de ter suas origens ligadas a uma estratégia política forjada na social-democracia russa por Lênin²⁷,

²⁷ A noção de hegemonia da social-democracia russa serviu para descrever as limitações da burguesia em exercer suas próprias tarefas, o que obrigou a classe operária a assumir tarefas que não lhes eram próprias. O problema político central era o de saber como dotar de um máximo de eficácia política as lutas operárias num contexto histórico de contingência.

foi com Gramsci que ele apresentou contornos teóricos mais acurados para pensar as relações sociais.

Laclau e Mouffe (2015) retomaram as origens políticas e teóricas desse conceito e propuseram reformulações para o mesmo através de que eles denominaram de prática articulatória. Assim, a partir da genealogia do conceito de hegemonia presente nas obras de Rosa Luxemburgo, Kautsky, Lênin, Gramsci, dentro outros, Laclau e Mouffe indicaram que, tanto na cena teórica como na política europeia, ele fez alusão a uma totalidade ausente e às diversas tentativas de recomposição e rearticulação da mesma. A identificação desse processo permitiu que hegemonia aparecesse como um conceito que sustentava às lutas e dotasse as forças históricas de plena positividade. Ou seja, hegemonia não era um conceito que se referia ao desenrolar de um processo de identificação, mas sim à resposta a uma crise.

Mais ou menos ortodoxas ou mais ou menos heterodoxas, o fato é que a ideia de hegemonia sempre foi empregada nessa tradição teórica como uma estratégia política, uma forma de unidade classista em uma situação de fragmentação e diversificação identitária. Somente com Gramsci é que ele sai da esfera estratégico-política para a conceitual, e se torna um elemento chave para a compreensão de uma formação social.

Mais do que qualquer teórico do seu tempo Gramsci ampliou o terreno da recomposição política e, conseqüentemente, o da hegemonia. Para Laclau e Mouffe (2015), é justamente no movimento do plano político ao intelectual e moral que reside a transição que fez com que Gramsci elaborasse de maneira mais acurada o conceito de hegemonia. A liderança moral e intelectual requer que um conjunto de ideias e valores seja compartilhado por uma série de setores das massas, isto é, que ultrapassem os segmentos de classe, pois a liderança política ainda mantinha as identidades separadas, sobressaindo os interesses corporativos.

É importante ressaltar que, para Gramsci, de acordo com Laclau e Mouffe, “vontades coletivas” não se constituem como estritamente classes sociais, mas como algo mais complexo, dispersos e fragmentados. Citando Gramsci, Laclau e Mouffe (2015, p. 132) argumentaram que:

Pode-se deduzir a importância do aspecto cultural, mesmo a atividade prática (coletiva). Um ato histórico só pode ser realizado pelo ‘homem coletivo’, e isto pressupõe o alcance de uma unidade ‘sociocultural’ por meio da qual uma

multiplicidade de vontades dispersas com objetivos heterogêneos se funda num único objetivo, com base numa concepção de mundo igual e comum.

Gramsci avançou teoricamente com sua proposta sobre o conceito de hegemonia, e, a nosso ver, foi essa a influência de Gramsci em Laclau e Mouffe, já que ela “abre as portas” para o contingente. É evidente a sofisticação desse pensamento a respeito do conceito de hegemonia, já que sua teoria aceita a complexidade do social como condição da luta política e cria as bases para a prática democrática compatível com a pluralidade dos sujeitos históricos. Assim, em Laclau e Mouffe (2015) o conceito de hegemonia tem a ver com.

(...) uma prática democrática de massas – que evite a manipulação vanguardista e a caracterização externa da relação entre classe hegemônica e tarefas democráticas – [que] só pode se concretizar se se reconhecer que estas tarefas não possuem um caráter de classe necessário e se o etapismo for integralmente abandonado. É necessário romper com a visão de que as tarefas democráticas estejam ligadas a uma etapa burguesa; só então o obstáculo que impede uma articulação permanente entre socialismo e democracia será eliminado. Quatro consequências fundamentais decorrem daí. Primeiro, a identidade mesma de classe é transformada pelas tarefas hegemônicas que elas assumam: a rígida linha de separação entre o interno e o externo se apaga. Segundo, como as demandas democráticas das massas perdem seu caráter necessário de classe, o campo da hegemonia deixa de implicar em uma maximização de efeitos baseada num jogo de soma zero entre classes; a noção de “aliança de classes” é também claramente insuficiente, já que a hegemonia supõe a construção da própria identidade dos agentes sociais, e não somente uma coincidência racionalista de “interesses” entre agentes pré-constituídos. Terceiro, o campo da política não pode mais ser considerado como uma “representação de interesses”, dado que a chamada “representação” modifica a natureza do

que é representado (...). Enfim, como a identidade dos agentes sociais deixa de ser constituir exclusivamente pela sua inserção nas relações de produção, e torna-se uma articulação precária entre uma série de posições de sujeito, o que está sendo implicitamente questionado é a identificação entre agentes e classes sociais. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 120-121).

Prática articulatória seria, portanto, o início do processo de constituição de uma relação hegemônica em Laclau e Mouffe. Nesse sentido, eles sugerem que o princípio de representação devesse ser substituído pelo da articulação, conforme se pode perceber na citação abaixo.

A unidade entre os agentes é, então, não a expressão de uma essência comum subjacente, mas o resultado de uma construção e lutas políticas. Se a classe operária, como agente hegemônico, consegue articular em torno de si uma série de demandas e lutas democráticas, isto não se deve a qualquer privilégio estrutural *a priori*, mas a uma iniciativa política por parte da classe. Assim, o sujeito hegemônico só é um sujeito de classe no sentido de que, com base em posições de classe, uma certa formação hegemônica seja articulada *na prática*; mas, neste caso, estamos lidando com trabalhadores concretos e não com a entelúquia constituída por seus “interesses históricos” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 129).

Assim, o campo geral de emergência da hegemonia na “Teoria do Discurso” é o das práticas articulatórias, isto é, um campo onde “elementos” não são cristalizados em um “momento”. Disso,

(...) segue-se que o conceito de hegemonia supõe um campo articulatório, e que, portanto, os elementos articulados possam ser identificados separadamente. (...) se a articulação é uma prática e não o nome de um complexo relacional *dado*, ela deve implicar alguma forma de presença separada de elementos que aquela prática articula ou recompõe. No tipo de teorização que queremos analisar, os elementos sobre os quais as práticas

articulatórias operam eram originalmente especificados como fragmentos de uma totalidade orgânica. (LACALU; MOUFFE, 2015, p. 164).

O discurso é, portanto, uma prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais. Hegemonia é um tipo de relação política, uma forma de política, e não um lugar determinado preconizado desde o início num complexo jogo de agentes mobilizados em torno de um interesse. Mais ainda, pode-se afirmar que as práticas articulatórias têm lugar não apenas no interior de espaços sociais e políticos dados, mas entre eles, pois, conforme destacaram Laclau e Mouffe (2015, p. 222):

Se hegemonia é um *tipo de relação política* e não um conceito topográfico, é claro que ela também não pode ser concebida como uma irradiação de efeitos a partir de pontos privilegiados. Neste sentido, poderíamos dizer que a hegemonia é basicamente metonímia: seus efeitos sempre emergem de um excesso de sentido que resulta de uma operação de deslocamento (...). Este momento de deslocamento é essencial a toda prática hegemônica: testemunhamos isto desde a emergência efetiva do conceito na social-democracia russa, sob a forma de exterioridade da identidade classista às tarefas hegemônicas; e nossa conclusão é que nenhuma identidade social jamais é totalmente adquirida – um fato que dá ao momento articulatório-hegemônico a plena medida de sua centralidade.

Sendo assim:

A lógica da equivalência, entretanto, é meramente a condição mais abstrata e geral da existência de toda formação. Para poder falar de formação hegemônica, temos que introduzir outra condição fornecida para nossa análise precedente: ou seja, a contínua redefinição dos espaços políticos e sociais e os constantes processos de deslocamento dos limites que constroem a divisão social, que são próprios da sociedade contemporânea. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 225).

Tendo em mente que o campo da discursividade é permeado de relações conflituosas entre diferentes identidades em distintos momentos e a partir de diferentes pontos nodais que, por sua vez, constroem um discurso, é que pode compreender o que Laclau e Mouffe (2015) chamam de hegemonia: um tipo de relação política construída através da articulação, um discurso aparentemente uno, mas internamente diversificado e, por isso, contingente e precário. Nesse contexto, a noção de antagonismo cumpre papel central na abordagem de Laclau e Mouffe, uma vez que ela implica aceitar a impossibilidade de fechamento da identidade social e, assim, de se constituir em um limite preciso a toda objetividade.

3.3. A espacialidade das relações sociais: “pelo espaço” na teoria do discurso.

A perspectiva de Laclau e Mouffe é instigante teórica e politicamente. Entretanto, a dimensão espacial desse processo é subdimensionada e ela poderia ser mais profícua se fosse considerada a “espacialidade” das articulações para a constituição de identidades políticas no(s) campo(s) de discursividade(s).

Esse tópico visa adentrar nessa discussão a partir de um viés geográfico, tendo como referência principal Massey (2008) e seu diálogo com Laclau e Mouffe ([1989] 2015) e com Laclau (2000). Com isso, pretendemos apresentar, ainda que de forma simplificada e que carece de aperfeiçoamentos, caminhos possíveis de interpretação da realidade política contemporânea a partir de categorias da Geografia.

3.3.1. Com e contra Laclau e Mouffe: a proposta de Doreen Massey.

As discussões apresentadas até aqui teceram críticas a projetos teleológicos predeterminados e à constituição de identidades somente a partir do compartilhamento de elementos positivos. Laclau e Mouffe (2015) nos auxiliaram na construção de argumentos em favor da abertura da história a novos projetos políticos que são imprevisíveis aprioristicamente. Eles insistiram na sempre precária e contingente articulação identitária dentro do que eles denominaram “campo de discursividade” como um caminho para (des)articulação ou para fazer frente a projetos políticos antagônicos.

Entretanto, como indicado por Massey (2008), Laclau e Mouffe (2015 [1985]) embora tenham o mérito de terem sido importantes

teóricos na construção de críticas ao estruturalismo a partir do viés temporal, quanto à dimensão espacial das relações sociais eles mantêm uma linguagem que continua refém das estruturas. Nas palavras de Massey (2008, p. 72), na obra desses autores a

(...) temporalidade é reconceituada de uma forma liberadora, mas ‘espaço/espacialidade’ é relativamente negligenciado. A terminologia espaço/espacialidade é empregada para designar, simplesmente, a falta de temporalidade.

Massey apontou que há um caráter contraditório nessa abordagem que começa a sugerir um caminho para além de sua própria formulação teórica. E é justamente esse caminho que a Geografia pode aproveitar para ampliar o debate dentro da teoria crítica contemporânea.

A possibilidade de articulação discursiva de novo projeto político no campo da discursividade é, em Laclau (2000)²⁸, a possibilidade de desarticulação de um discurso antagônico que é a própria temporalidade. E temporalidade, nos termos do autor,

(...) debe ser concebida como el opuesto exacto del espacio. La ‘espacialización’ de un evento consiste en la eliminación de su temporalidad. (...) toda repetición gobernada por una ley estructural de las sucesiones es espacio. (...) La representación del tiempo como sucesión cíclica es una reducción del tiempo a espacio (LACLAU, 2000, p. 58).²⁹

Nesta citação percebe-se que a característica atribuída ao espaço é o seu fechamento, isto é, um arranjo de elementos em uma sequência

²⁸ A obra “*Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*” foi escrita por Laclau (2000) em momento posterior à “Hegemonia e estratégia socialista” e nela o autor traz novas abordagens sobre a desconstrução e (des)articulação. Embora separadas por um hiato de tempo, é possível apreender elementos teóricos e conceituais para travar um diálogo profícuo com “Hegemonia e estratégia socialista” e a proposta de Doreen Massey (2008).

²⁹ Traduções próprias; “(...) deve ser concebida como o oposto exato de espaço. A ‘espacialização’ de um evento consiste na eliminação de sua temporalidade. (...) toda repetição governada por uma lei estrutural de sucessões é espaço. (...) a representação do tempo como sucessões cíclicas é uma redução do tempo ao espaço”.

cíclica. Massey (2008) argumentou que quando empregado desta forma o espaço está sendo usado em analogia à representação, reduzindo nosso imaginário geográfico e o privando de qualquer potencial político. Esse “fechamento” do espaço não o habilita a compor o repertório de articulação discursiva de novas identidades. E é justamente por conta desse entendimento equivocado que, para Massey, todo um potencial de fontes articulatórias é inexplorado pelas ciências políticas em geral.

Como forma de contrapor essa ideia a preocupação da geógrafa britânica foi a construção de uma teoria política sobre o espaço reformulando a imaginação geográfica no sentido de: i) não limitar a abordagem do espacial ao material e à representação, principalmente a cartográfica; ii) não definir local em termos de exclusividade; e iii) que o local não fosse dependente de falsas noções de autenticidade interna em contraposição ao global.

E é dentro dessa perspectiva teórica que a autora vai explorar um viés espacial da articulação discursiva de novos projetos políticos dialogando com Laclau e Mouffe (2015) e, ao mesmo tempo, tecendo críticas a eles. Para isso, tal como fizeram Laclau e Mouffe com relação ao tempo, Massey (2008) considerou o espaço como uma eventualidade, um acontecimento. E da mesma forma que aqueles autores, ela recorreu aos escritos de Derrida para embasar essa proposta.

Para Derrida (1994 *apud* MASSEY, 2008) a espacialização é fundamental para compreender o jogo entre diferença e igualdade. Segundo Massey (2008, p. 82, destaques no original):

Ele [Derrida] defende que é precisamente a eventualidade do espaço, da espacialização, que desconstrói todas as hipotéticas totalidades. Nesse sentido, meu argumento é, mais propriamente, que o pós-estruturalismo *poderia*, muito comodamente, ser espacial (no modo como aqui utilizo este termo).

E Massey utiliza o termo “espacialização/espço” para destacar sua “abertura” a novas possibilidades. Assim, tal como em Laclau e Mouffe (2015), a primeira premissa em questão no argumento da autora é a relacionalidade propiciada pelo espaço. Portanto, o “exterior constitutivo” a que Derrida se referiu só ganha sentido se estiver no espaço, isto é, se for passível de espacialização, pois o espaço é essencial para o “jogo” entre igualdade e diferença, é ele que nos permite “viver juntos”. É exatamente por isso que o espaço, tal como o tempo, é fundamental para a diferença. Nas palavras da autora: “A

natureza da (a prática da) desconstrução [de Derrida] a leva a enfatizar o aspecto da *différance* que é diferenciação, além de diferimento (MASSEY, 2008, p. 83)” e “(...) Para Derrida espacialização é parte integrante da constituição da diferença” (MASSEY, 2008, p. 85).

Essa proposta surge a partir da crítica da autora ao local como algo coerente e fechado, como sendo uma contraposição ao global (MASSEY, 2000), este normalmente considerado um projeto mais amplo. O espaço, na perspectiva de Massey, é constituído por uma multiplicidade de trajetórias, mais ou menos locais e mais ou menos globais, e não como duas entidades separadas. Assim, para ela

(...) localização é a ordem mínima de diferenciação de elementos na multiplicidade que é co-formada com o espaço. (...) o que está em questão é quase como uma mudança de posição física, de uma imaginação da textualidade *para a qual se olha*, a fim de reconhecer nosso lugar *dentro* de múltiplos e contínuos processos de emergência (MASSEY, 2008, p. 87-88, destaques no original).

A questão posta é apreender o espaço como uma multiplicidade discreta e contínua, onde o “eu” e o “outro” possam se encontrar, o espaço como possibilidade do “encontro” e do “não encontro” e, assim, da diferença e da articulação. De tal modo, mais do que um “agora” referenciado por Laclau e Mouffe (2015) em relação à noção de momento, é necessário um “aqui”. “Aqui e agora”, o estar juntos é que pode potencializar o surgimento de novas vozes políticas. Para Massey (2008, p. 90), nessa leitura

“(…) nem tempo nem espaço são redutíveis um ao outro, eles são distintos. Estão, no entanto, co-implicados. Pelo lado do espaço, há temporalidade integrante de uma simultaneidade dinâmica. Pelo lado do tempo, há produção necessária de mudança através de práticas de inter-relação”.

“Aqui e agora” significa que não podemos devir sem os outros, e é o espaço que possibilita a condição do “estar juntos” e o tempo que “impede que tudo seja dada ao mesmo tempo” (MASSEY, 2008, p. 90). Assim, o reconhecimento da espacialidade envolve a consideração da existência de diversas trajetórias sociais que têm algum grau de autonomia, isto é, que não são simplesmente alinháveis a um único

projeto político determinado aprioristicamente, seja ele global ou local. Nessa leitura o espaço é um dos principais elementos não-linguísticos que possibilita o encontro de trajetórias sociais e o meio para configuração de novas narrativas potencialmente dissonantes.

Percebe-se, portanto, que uma segunda premissa exposta por Massey (2008) é a crítica à objetividade do dado, isto é, ao “fechamento” do espaço como sequência cíclica. É dessa forma que interpretamos a passagem a seguir:

Lugares, em vez de serem localizações de coerências, tornam-se os focos do encontro e do não-encontro do previamente não-relacionado e assim essenciais para a geração do novo. O espacial, em seu papel de trazer distintas temporalidades para novas configurações, desencadeia novos processos sociais. E isto, por sua vez, enfatiza a natureza das narrativas, do próprio tempo, como se referindo não ao desenrolar de alguma estória internalizada (...), mas à interação e *ao processo da constituição de identidades* (MASSEY, 2008, p. 111, destaques no original).

O que Massey coloca em questão é a articulação das formas de poder dentro de e a partir de configurações espaciais. A identidade política, nesta perspectiva, se conforma na noção de práticas de compromissos estabelecidas a partir do que a autora vai denominar de ‘geometrias de poder’ das relações sociais, da própria produção do espaço e da ampliação do alcance escalar das narrativas políticas daí oriundas. Nesse processo, o espaço se torna parte do momento, no sentido de Laclau e Mouffe (2015), dentro das geometrias de poder, como um “aqui e agora” que pode possibilitar uma constelação particular de elementos articulando um discurso político. Nestes termos, “Aqui” é onde as narrativas espaciais se encontram ou formam configurações, conjunturas de trajetórias que têm suas próprias temporalidades (portanto, “agora” é tão problemático quanto “aqui”). Mas onde as sucessões de encontros, as acumulações das tramas e encontros formam uma história. São os retornos (...) e a própria diferenciação de temporalidades que proporcionam continuidade. (MASSEY, 201-202)

Para a autora é justamente esse processo que pode ser considerado a eventualidade do espaço, o sentido mesmo de reunir o que antes estava previamente disperso, uma constelação de processos que dão sentido a outro mais amplo. A espacialidade das relações sociais, nesta perspectiva, nos desafia à compreensão da negociação de múltiplas trajetórias e coloca a questão do processo constante e conflituoso de constituição do social, pois o espaço e o encontro de trajetórias são contingentes, argumento este afinado com o de Laclau e Mouffe (2015).

O espaço, portanto, nos coloca a questões do “viver juntos”, questão central para o campo do político. Nessa perspectiva a possibilidade de o espaço entrar em um campo discursivo é ampliada, pois ele pode ser mobilizado como “arma” para negociação de identidades, isto é, como um ponto nodal e não simplesmente como representação. Neste caso, cada luta local é uma conquista relacional constituída tanto a partir dos “de dentro” como de encontros com os “de fora”, isto é, ela é múltipla em termos espaciais.

A nosso ver, contextualizar a identidade dessa maneira abre a possibilidade de novas perguntas e de novas problemáticas de pesquisa que estão relacionadas com a criação de outras políticas espaciais possíveis, nas quais são expostos os mapas de poder e através dos quais se (re)constroem identidades. Isso coloca a política em um novo patamar, já que ela passa a não depender apenas de um planejamento em superfície e baseado na contiguidade espacial, e passa a se apoiar também na construção de identidades e de reconhecimentos mútuos de distintos locais. E ao invés de reclamar direitos para um conjunto de identidades pré-constituídas, essa forma de fazer política assumiria a responsabilidade e, quando necessário, o desafio de construir relações sociais através das quais se forjam identidades mais amplas e que participam do campo da discursividade. E é exatamente esse processo que leva Massey (2008) a argumentar que as identidades, as relações entre elas e a espacialidade que é parte disso são todas co-constituídas. Sua proposta é a de que o espaço seja parte integrante desse processo político e, ao mesmo tempo, um produto do mesmo.

Massey (2008) afirmou que não apenas existe um paralelo entre a maneira de conceituar esse processo de articulação identitária e o espaço, mas que este é, desde o princípio, parte integral da política radical tal como propuseram Laclau e Mouffe. Neste caso, a geógrafa britânica afirmou que qualquer possibilidade de reconhecimento da multiplicidade e da diferença depende do reconhecimento da espacialidade, haja vista que é ela que permite o “viver juntos”. Dito de

outra maneira, entender o espaço como “aberto”, em constante processo de construção, incompleto é um pré-requisito para que a história seja “aberta”, e, portanto, tomando emprestado o argumento de Laclau e Mouffe (2015 [1985]), esse é um pré-requisito para a existência da política.

É interessante registrar que Mouffe (2013), em momento posterior, reconheceu essa crítica, afirmando que a noção de geometrias de poder de Massey

Brings to the fore the spatial character of the articulations which constitute the nodal points around which a given discourse is established. The globalized space appears as always striated, with a diversity of sites where relations of power are articulated in specific local, regional and national configurations. (...) indeed, the multiplicity of nodal points which configure different geometries of power call for a variety of strategies and the struggle cannot simply be envisaged at the global level or in terms of desertion. (MOUFFE, 2013, p. 28).³⁰

E que

To create, through the construction of a chain of equivalence, a ‘collective will’ aiming at the transformation of a wide range of institutions so as to establish new geometries of power is, in my view, the kind of critique suited to a radical politics” (MOUFFE, 2013, p. 30-31)³¹.

³⁰ Traduções próprias: “Traz à tona o caráter espacial das articulações que constituem os pontos nodais em torno dos quais um determinado discurso é estabelecido. O espaço globalizado aparece sempre como estriado, com uma diversidade de áreas onde relações de poder são articuladas em configurações específicas sejam locais, regionais e nacionais. De fato, a multiplicidade de pontos nodais os quais configuram diferentes geometrias de poder apontam para uma variedade de estratégias e conflitos que não podem simplesmente ser previsíveis em níveis globais ou em termos de deserção”.

³¹ Traduções próprias: “Criar, através da construção de cadeias de equivalências, uma “vontade coletiva” objetivando a transformação de uma ampla gama de instituições de modo a estabelecer novas geometrias de poder é, na minha opinião, uma crítica adequada para a política radical”.

O espaço, nessa perspectiva, é produto e produtor de interações sociais. A conclusão mais importante dessa proposta é a de que o espaço não é superfície (objeto físico apenas), ele se torna um dos principais pontos nodais para a construção de cadeias de equivalências, pois ele é co-constitutivo das relações sociais e passível de diferentes apropriações. Nessa perspectiva

Nem o espaço nem o lugar podem fornecer um refúgio em relação ao mundo. Se o tempo nos apresenta as oportunidades de mudança (...), então o espaço nos apresenta o social em seu mais amplo sentido: o desafio de nossa interrelacionalidade constitutiva, a contemporaneidade radical de uma multiplicidade de outros, humanos e não-humanos, em processo, e o projeto sempre específico e em processo das práticas através das quais essa sociabilidade está sendo configurada (MASSEY, 2008, p. 274).

O espaço, como argumentou Massey, é tão desafiador quanto o tempo no que tange à proposição de novos projetos políticos.

Neste capítulo percebemos outras proposições teóricas que estão em construção nas Ciências Sociais e também que elas deram início a novas perspectivas analíticas. Dentre elas, demos destaque à encabeçada por Lacalu e Mouffe (2015).

Esses autores elaboraram uma teoria sobre como podemos compreender as novas articulações políticas contemporâneas a partir de noções de identidade, momento, pontos nodais, significantes vazios e cadeias de equivalências. Elas nos auxiliaram na compreensão da construção de relações hegemônicas em um campo de discursividade.

Uma das indicações importantes desses autores foi em relação ao tempo, este visto como aberto, não determinado aprioristicamente. No entanto, se com relação à temporalidade eles inovaram em termos da compreensão de novos projetos políticos, em relação à espacialidade se mantiveram refém de uma concepção estática.

O debate geográfico dos últimos anos tem se debruçado em compreender como tensionar nosso imaginário a fim de desvinculá-lo da ideia de representação. Massey (2008) nos ajudou na condução dessa discussão a partir de sua contestação e, ao mesmo tempo, diálogo com a teoria proposta por Laclau e Mouffe. Ela se esforçou em mostrar a relação entre identidade política e espaço a partir das rupturas e

continuidades (nas relações de produção, sociais, culturais, institucionais, etc.) dos conceitos da Geografia.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo foi refletir no sentido de se empreender investigações e estudos que, em aproximações sucessivas, lograssem: i) redimensionar o poder, as decisões e suas capacidades de transformação ou não e de promover mudanças políticas em diversas localidades geográficas simultaneamente; ii) possibilitar novas investigações sobre teias de relações de poder envoltas em determinados locais e também inter-local; e iii) dimensionar a capacidade de diferentes grupos em distintos locais compartilharem valores coletivos em contextos de confrontos políticos.

De modo geral, pode-se afirmar que muito caminho terá de ser percorrido, tanto no âmbito teórico-empírico como no político, a fim de reorientar as concepções espaciais que favoreçam essa articulação e construção teórica. A nosso ver, Massey (2008) “abriu as portas” para que iniciássemos essa trajetória, já que ela indicou novos caminhos para pensar o espaço geográfico para além de suas associações “tradicionais” (extensão, distância e localidade). Mais do que isso, ela nos ofereceu argumentos sobre como as identidades políticas geram/são produtos espaciais.

A ideia de espaço e tempo com sendo co-constitutivos das relações sociais é um desafio à compreensão de questões políticas a partir do reconhecimento de práticas relacionais. A contribuição de Massey (2008) está em entender o espaço como uma simultaneidade dinâmica, constantemente alterado pela relacionalidade e, portanto, participante do campo político. Recapitulando o argumento da autora, pode-se dizer que para haja uma nova imaginação geográfica a respeito do espaço é crucial o reconhecimento de sua relação essencial com e de sua constituição através da coexistência da(s) diferença(s), ou seja, de sua multiplicidade.

Em síntese, podemos dizer que a teoria de Laclau e Mouffe (2015), aliadas às proposições de Massey (2008), pode nos ajudar a fundamentar uma crítica às abordagens que cultivam a ideia de local circunscrito e fechado, como sendo oposto ao global. Ancorar-se na ideia de espaço como multiplicidade dinâmica pode nos ajudar também a compreender as muitas vozes e atores sociais que co-formam o espaço. Assim, acredita-se que a colocação diferencial de lutas locais dentro da complexa geometria de poder das relações socioespaciais é um elemento chave para compreender a construção de identidades e do próprio campo político contemporâneo.

No Brasil, embora se privilegie o conceito de território em detrimento do de lugar nas abordagens sobre o campo político, especialmente nas análises dos movimentos sociais, também há possibilidades de diálogos com essa perspectiva teórica. Haesbaert (2008), na apresentação do livro de Doreen Massey, deu pistas importantes de como essa proposta vem sendo tratada na Geografia brasileira e que é passível de diálogo com a da geógrafa britânica. E é justamente seguindo estas pistas, e também a partir da revisão bibliográfica realizada nos capítulos anteriores referentes à produção geográfica sobre a temática dos movimentos sociais, que propomos a construção de uma noção geográfica no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4. ARTICULAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA PARA ANALISAR OS MOVIMENTOS SOCIAIS.

A esse ponto do trabalho faz-se necessário recuperar pontualmente a lógica de argumentação, organizada da seguinte forma: capítulo 1, delineamento das teorias sociológicas e tendências analíticas da Geografia sobre os movimentos sociais; capítulo 2, aprofundamento das perspectivas recentes no que tange às abordagens geográficas desse fenômeno no Brasil; e, no capítulo 3, encontramos os pressupostos teóricos do trabalho.

Vimos, portanto, que a acumulação de estudos sobre movimentos sociais, principalmente na segunda metade do século XX, foi importante e de enorme riqueza para pensar novas propostas teórico-metodológicas. Após, buscamos evidenciar os pressupostos pós-estruturalistas que podem oferecer possibilidades de interpretação dos movimentos sociais contemporâneos. Resta-nos agora realizar apontamentos próprios no que tange a análise desse fenômeno.

Esse é o objetivo desse capítulo, organizado com o intuito de: i) criticar a abordagem socioterritorial, a das redes de movimentos sociais e a da natureza sócio-geográficas a fim de ampliar seus alcances teóricos, conceituais e metodológicos; ii) colocar em diálogo as propostas da Geografia brasileira tocante aos movimentos sociais com a anglo-saxônica; e iii) fazer uma proposta de análise sobre movimentos sociais.

4.1. Alcances e limites da abordagem socioterritorial e sobre redes de movimentos sociais

Segundo Fernandes (2000), para pensar os movimentos sociais pela ótica do território é necessário considerar que é no e a partir do espaço que a sociedade civil pode mudar sua condição de existência e que, por isso, em termos geográficos, haveria a necessidade da categoria movimentos socioterritoriais. Pedon (2009), por sua vez, indicou dois processos fundamentais para o entendimento dos mesmos, quais sejam: o de apropriação e de dominação territorial. Enquanto a apropriação do território se daria na esfera simbólica dos atores sociais engajados em lutas coletivas a partir de suas intencionalidades, a dominação estaria ligada a um processo instrumental, de controle de uma área. A

argumentação de Fernandes (2000) e Pedon (2009) indicou, portanto, que o espaço é parte constitutiva dos movimentos sociais, sendo elemento essencial na sua organização e materialização.

De fato, especialmente na América Latina, muitas lutas sociais são territoriais, no sentido apontado pelos autores, a exemplo das conduzidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), pelos povos e comunidades tradicionais e também pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). No entanto, para além de apropriação e domínio territorial, os movimentos sociais também deixam transparecer outra prerrogativa organizacional: a da articulação entre territórios e entre movimentos. Ela pode ser observada, por exemplo, na Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale (AIAV), que toma como referência organizacional territórios em confrontos com uma empresa mineradora.

Quando esse movimento anuncia que a articulação faz parte de seu repertório ele está querendo dizer que, para além de apropriação e domínio do território, é importante para a consolidação da ação coletiva outro componente, qual seja: as redes. As redes deixam transparecer que, além da fixação sobre uma determinada área, a ação coletiva depende também da comunicação e interação de diferentes atores sociais em áreas mais ou menos longínquas na construção de agendas de atuação com temáticas transversais e que podem acontecer em diversas escalas geográficas.

É importante dizer que quando destacamos que a prerrogativa da articulação em rede compõe o repertório organizacional dos movimentos sociais, não queremos com isso falar que os mesmos abandonaram práticas antigas, ou seja, que os movimentos deixaram de apropriar e dominar o território, conforme destacaram Fernandes (2000) e Pedon (2009). O que afirmamos é que coexistem processos relativos a articulação e aqueles relacionados a ações de controle territorial (de uma área).

A argumentação sobre a prerrogativa organizacional dos movimentos baseada na articulação em rede já se faz presente no âmbito da Sociologia brasileira, podendo ser encontrada em Scherer-Warren (1996; 2012), Gohn (2010) e também em Bringel (2007; 2010). Contudo, mesmo os sociólogos apontam que é necessária uma incursão sobre alguns conceitos geográficos para sofisticar as mesmas, elencando

a necessidade de diálogo maior sobre, por exemplo, os conceitos de escala e território³².

A nova dinâmica dos movimentos sociais e sua relação com as práticas “mais tradicionais” recebeu relativamente pouca atenção na Geografia. Recuperando a crítica de Haesbaert (2014), pode-se argumentar que:

O que se coloca para nós (geógrafos), então, em termos de uma problemática geral a ser trabalhada, é que a lógica zonal, visível na luta política (e nos conceitos que utilizamos), parecia ter se tornado secundária, quase irrelevante, num mundo marcado pela fluidez, pelas chamadas “organizações em rede” e, para muitos, pela própria “desterritorialização” (como se o único território fosse o “território-zona”, que estaria em franca decadência). Às vezes isso parece um claro exagero. As lutas por território, especialmente aqui no contexto da América Latina, dão-se, sem dúvida, também, sobre delimitações de recortes zonais. Isso representaria um retrocesso, um movimento territorialmente conservador? É claro que uma forma espacial não define, a priori, se um processo social é mais conservador ou mais progressista. Mas como se tornou quase lugar comum afirmar que delimitações, separações claras são marcas de uma sociedade retrógrada e conservadora, é bom repensarmos as implicações desses recortes, em sentido não apenas teórico, mas também prático. (HAESBAERT, 2014, p.3).

E o autor continua mais à frente no texto afirmando que:

Colocam-se, então, desafios da lógica espacial inserida em políticas contra hegemônicas subalternas. Primeiro, o risco do fechamento em áreas ou em escalas específicas. Longe disso, os processos moldados por essa lógica devem se fechar apenas num sentido relativo e/ou episódico, momentos de uma luta que tem a percepção de que o fechamento é apenas um momento

³² Coronado e Uc (2010) no trabalho intitulado “As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise” e Bringel (2007) já começaram a traçar esse diálogo, ancorando-se em Raffestin (1993), Fernandes (2000) e em Gonçalves (2001).

estratégico dentro de uma dinâmica mais ampla. É clara e muito visível a articulação multi (ou trans) territorial, em rede, que toda resistência social consistente, hoje, implica. (HAESBAERT, 2014, p.14-15).

Partindo dessa argumentação, podemos dizer que a importância de se analisar, pelo viés geográfico, a ampliação e a (re)formulação das práticas sócio-espaciais dos movimentos reside em três fatores: i) construir uma ponte de diálogo mais firme entre a Sociologia e a Geografia no que tange às análises sobre movimentos sociais; ii) compreender como se constroem as ações coletivas contemporâneas e como se potencializa a circulação de pessoas, recursos e informações entre territórios em diversas escalas; e iii) entender como a articulação entre movimentos e entre eles e suas respectivas bases possibilita a emergência de discursos mais abrangentes no campo político.

O entendimento desses processos, e a lida com eles pelos movimentos, permite-nos visibilizar novas formas de ação política que tomam como elemento fundamental de sua construção o espaço geográfico. Assim, o trabalho de base e a própria disseminação de informação entre diferentes atores sociais ganham novas possibilidades de atuação/inserção no que tange à construção de determinada identidade política e da espacialidade do(s) movimento(s). Justamente por isso que argumentamos que, no atual contexto organizacional das ações coletivas, há a necessidade de ampliar a perspectiva analítica centrada no território enquanto uma porção do espaço delimitada por fronteiras para uma que considere a possibilidade de articulação entre territórios através das redes. E, da mesma forma, podemos dizer que há o ímpeto de ampliar a abordagem sociológica das redes sociais para além daquele que considera somente os fluxos, como se não existissem delimitações territoriais.

O que estamos querendo dizer com isso é que, no contexto latino-americano de luta por território, a perspectiva zonal tal como a apresentada pela “Abordagem Socioterritorial” não deixa de ser profícua para análises e, como argumentou Haesbaert (2014), elas se consolidariam como momentos estratégicos dentro de determinados confrontos políticos. Mas, para além dessas ações, existe o desafio de ampliar essa lógica espacial para a compreensão da espacialidade das ações coletivas incluindo o entendimento das articulações multiterritoriais e entre movimentos, do território-rede.

Do mesmo modo, pode-se argumentar, de forma geral, que Scherer-Warren (1993; 2012) e Gohn (2010) parecem deixar transparecer uma perspectiva contrária, ou seja, de que numa sociedade globalizada o que importa é analisar as ações coletivas através dos fluxos da “sociedade em rede”, como se o território-zona estivesse em desuso. Também acreditamos que, no atual contexto de trocas informacionais, as articulações em rede são essenciais para o sucesso das ações coletivas. Entretanto, nem tudo o que se dá em termos de articulações sociais são produtos das redes.

Seguindo Haesbaert (2014), argumentamos que há uma necessidade teórica e política de distinção entre quais questões dentro de um movimento social (e da academia) podem ser resolvidas em um nível mais zonal (território-zona), e quais exigem uma abordagem mais reticular (a respeito do território-rede). Nesse sentido, partindo da concepção de território de Haesbaert (2011), da compreensão de Souza (2013) sobre a necessidade de ampliação da abordagem geográfica sobre os movimentos sociais pelo viés das redes, e do binômio território-rede, podemos indicar que, ao se analisar um movimento social para além da abordagem socioterritorial e também daquela que preconiza uma sociedade em rede deve-se levar em consideração a existência de duas lógicas conjugadas: uma zonal (de controle de áreas e limites territoriais) e outra reticular (de controle de fluxos e das conexões em rede).

Essa perspectiva, a nosso ver, amplia o alcance teórico e político das propostas de Fernandes (2000) e Pedon (2009), pois possibilita o entendimento de articulações territoriais em rede e de territorialidades mais flexíveis dos movimentos sociais; e também dos sociólogos citados, pois permite compreender o papel que os conceitos espaciais têm no processo articulatório.

De certo, um desafio metodológico aparece: como analisar esse processo? Por um lado, Pedon (2009) deu um passo importante no tange à sua apreensão metodologicamente. Ele indicou que as agendas e escalas de ação/impacto do movimento podem ser tomadas como referência para o entendimento da intencionalidade das ações coletivas. Isso é importante, mas não suficiente. Analisar os movimentos a partir das agendas e da materialização das ações coletivas em diferentes áreas certamente permite compreender a intencionalidade de um movimento sobre determinado(s) território(s) tal como o autor argumentou, mas não diz muito sobre o próprio processo articulatório.

Por outro lado, Scherer-Warren (1993; 2012) e Gohn (2010) indicaram que os fóruns dos movimentos sociais, a exemplo do Fórum Social Mundial, são espaços privilegiados para a apreensão das articulações e do anúncio das temáticas transversais de diversos atores sociais. Isso certamente é válido, mas também insuficiente para interpretar como tais temáticas são (re)trabalhadas pelos movimentos no âmbito local.

Portanto, pode-se verificar uma encruzilhada metodológica no que tange à apreensão dos processos de territorialização e articulação dos movimentos sociais pela literatura geográfica e sociológica. Para pensarmos a esse respeito, e tentar superar essa dualidade, as contribuições de Kevin Cox (1998) foram de suma importância.

Cox abordou a questão da política espacial a partir de uma distinção conceitual para compreender diferentes articulações políticas. Para isso, ele definiu dois conceitos diferentes, embora articulados pela ideia de rede de associações, quais sejam: espaços de dependência e espaços de engajamento. Espaços de dependência são definidos pelo autor como espaços que abarcam relações sociais mais ou menos localizadas, das quais dependemos para a realização das atividades cotidianas e para os quais não há substitutos, pois eles definem as especificidades de cada local. Tais espaços estão inseridos em um conjunto mais amplo de relações sociais de caráter mais ou menos global, que podem ou não os ameaçar. Assim, pessoas, empresas, governos, etc. organizam-se a fim de garantir as condições para suas existências em determinado espaços de dependência.

Contudo, ao inserir a demanda dos espaços de dependência em um conjunto mais amplo de relações sociais (e políticas), pessoas, grupos, empresas, etc.; se envolvem com outros centros de poder como, por exemplo, governo federal, empresas transnacionais, populações locais e, às vezes, organismos internacionais. Nesse movimento entre diferentes níveis escalares, os atores sociais constroem outra forma de espaço com outro conteúdo político, denominado por Cox de espaços de engajamento: *“the space in which the politics of securing a space of dependence unfolds. This may be at a more global scale than the space of dependence, as per the ideal of ‘jumping scales’ but it may not be”* (COX, 1998, p. 2)³³.

³³Traduções próprias: “O espaço nos quais a política para garantir um espaço de dependência é revelada. Este pode ser em uma escala mais global que o espaço de dependência, se pensar na ideia de saltar escalas, mas pode não ser”.

Para o autor, somente a partir da ideia de rede de associações, que é o que permite a circulação de pessoas, informação e poder entre espaços de dependência e de engajamento, é que se pode vislumbrar a construção de um discurso consistente e que se faça presente em determinado campo político. A rede de associações, nesse sentido, penetra nos poros dos espaços de engajamento e anuncia um determinado discurso que foi articulado em diferentes espaços de dependência, e a partir dos encaminhamentos dados naquele espaço, retorna para os diferentes espaços de dependência e têm implicações políticas para os mesmos.

A nosso ver, a argumentação de Cox (1998) está em harmonia com a de Massey (2008) no que tange à espacialidade das ações políticas no mundo globalizado, já que ela nos permite pensar o espaço, as relações sociais, as narrativas escalares e o resultado desse processo como geometrias de poder, indicando que um novo projeto político pode emergir dessas articulações, que são fundamentalmente construídas a partir da (e construtoras da) espacialidade. O espaço de engajamento, portanto, nada mais representa do que o encontro de múltiplas trajetórias sociais que, em determinado processo político, se dispõem a dialogar/confrontar em um “aqui e agora”.

O suporte teórico-metodológico apresentado por Cox (1998) capacita-nos a realizar uma crítica pensando na ampliação da proposta de Pedon (2009) e também na de Scherer-Warren (1993; 2012) e de Gohn (2010). Isto é, se, por um lado, as agendas e as escalas de ação/impacto de um movimento ao passo que nos habilita compreender o empenho de um determinado movimento social na sua ação coletiva que tem o território como trunfo, por outro lado não permite compreender a articulação política para garantir e, ou, transformar determinadas condições territoriais. Ou seja, Pedon (2009) não nos dá elementos para apreender a articulação inter-territorial e entre movimentos nos espaços de engajamento. Por outro lado, Scherer-Warren (1993; 2012) e Gohn (2010) ao passo que nos dão suporte para apreender as articulações em espaços de engajamento, não nos habilita para fazer a mesma tarefa nos espaços de dependência.

Para apreender os processos em rede e em zona, então, não basta acionar apenas as agendas dos movimentos e analisar a escala de ação do mesmo através de apreciações documentais e, ou, realização de entrevistas *in loco* com os atores da ação. É necessário compreender também o papel que a rede de associações desempenha para os mesmos. E, para isso, no nosso entendimento, é necessário um engajamento

político do próprio pesquisador para que, sendo parte dos espaços de dependência e de engajamento, ele possa conduzir suas observações e apontamentos. Ou seja, estamos sugerindo que o método da “prática articulatória” (HOWART, 2005), entendido como parte de uma pesquisa-ação, se faz necessário na investigação a respeito da espacialidade dos movimentos sociais³⁴.

4.2. Natureza sócio-geográfica e espacialidade dos movimentos sociais: ampliando a perspectiva analítica.

Gonçalves (2003) afirmou que é preciso considerar que a sociedade é antes de tudo um modo próprio de estar-junto, no sentido de proxemia, o que implica considerar que ela, ao se estabelecer, o faz constituindo o seu-espaço, não cabendo, portanto, uma distinção entre o social e o geográfico. Para fundamentar essa proposta, Gonçalves apresentou-nos a possibilidade de se analisar as inscrições geográficas dos movimentos sociais a partir das seguintes características: i) da luta pela apropriação das condições materiais de produção; ii) da criação das condições para sua própria reprodução simbólica; e iii) da articulação em diversas escalas geográficas para construir a ação política nos seus territórios.

Partindo desse pressuposto, Renato Emerson dos Santos (2006) ampliou ainda mais as características da “natureza sócio-geográfica dos movimentos”, indicando o que ele denominou de “espacialidade dos movimentos sociais” a partir da explanação de oito dimensões espaciais constitutivas dos mesmos, são elas: i) sua materialização/manifestação; ii) os recortes espaciais e a constituição de identidades; iii) o território e a territorialidade; iv) a ação, o temário e as agendas; v) a ação e interlocutores; vi) a ação e desdobramentos, impactos, efeitos, causas e origem do movimento; vii) as esferas (ou arenas) institucionais; e viii) os sujeitos da construção dos movimentos sociais e suas experiências espaciais do fazer político.

Embora Santos, R. E. dos (2006) tenha elencado oito dimensões espaciais constitutivas dos movimentos, sua atenção teve maior direcionamento a uma delas, àquela relativa aos sujeitos da construção

³⁴ É importante dizer que essa proposta não sugere o abandono do que Pedon (2009), Scherer-Warren (1996; 2012) e Gohn (2010) indicaram como forma metodológica de análise dos movimentos sociais, pelo contrário, ela pode ser considerada como complementar.

das ações coletivas e às suas experiências espaciais do fazer político. Para isso, escala foi o conceito privilegiado pelo autor nas suas análises, entendida como uma chave de interpretação dos possíveis formatos das relações de poder, bem como dos diferentes modos do fazer político e de seus conteúdos territoriais.

Seguindo a argumentação do autor, a escala é uma dimensão espaço-temporal da sociedade e ela é dinâmica por essência, sobretudo por que ela é definidora e definida por dinâmicas sociais. E é nesse sentido que Milton Santos (2006) chama atenção para a relação entre espaço e tempo a partir do que ele denominou de evento, destacado por Renato Emerson dos Santos (2006) como essencial para compreender as ações coletivas a partir do conceito de escala.

Para adentrarmos neste debate, uma primeira distinção necessária diz respeito à diferenciação entre eventos naturais e os sociais ou históricos, tal como nos assegurou Milton Santos (SANTOS, M., 2006). Os primeiros se referem, por exemplo, a queda de um raio, ao começo de uma chuva ou mesmo às movimentações tectônicas causadores de tremores. Os eventos naturais, portanto, resultam do próprio movimento e das manifestações de energias naturais. Já os eventos sociais (uma manifestação política, a chegada de um trem, a construção de uma barragem, etc.) são resultados da ação humana e dos seus efeitos sobre a natureza. Aqui, como argumentou Milton Santos (2006), é o movimento da sociedade que interessa.

Assim, ainda de acordo com Milton Santos (2006), se se considera o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento (social ou histórico) é uma forma de concretização de uma ou algumas dessas possibilidades. Ele pressupõe uma ordem temporal e uma ordem espacial, um “aqui e agora”, e, por isso, os eventos são considerados como a matriz tempo-espaço. Este argumento está afinado com o de Massey (2008), já que ele pressupõe uma co-constituição das relações sociais através do espaço e do tempo, perceptível quando Milton Santos (2006, p. 151) afirma que: “cada lugar é uma combinação quantitativa e qualitativamente específica de vetores”.

Mas os eventos não se dão de maneira isolada, eles acontecem em conjuntos, que são cada vez mais objeto de organização (social, política, econômica, etc.) no que tange ao ordenamento territorial. Dessa organização vão depender a duração e a amplitude do evento que, por sua vez, está ligada à escala de sua regulação e à escala de incidência do mesmo. E é justamente a partir dessa diferenciação entre escalas de regulação e incidência que Milton Santos (2006) vai propor a

diferenciação entre escala de origem de um evento e escala de impacto do mesmo, utilizada tanto por Pedon (2009) quanto por Renato Emerson dos Santos (2006) em suas argumentações.

Segundo Milton Santos,

A noção de escala se aplica aos eventos segundo duas acepções. A primeira é a escala de “origem” das variáveis envolvidas na produção do evento. A segunda é a escala do seu impacto, de sua realização. Além do mais, os eventos históricos não se dão isoladamente. Esse não isolamento se traduz por dois tipos de solidariedade. O primeiro tem como base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos. Trata-se, aqui, de eventos solidários, mas não superpostos: sua ligação vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam. O outro tipo de solidariedade tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa área comum (SANTOS, M., 2006, p. 152).

No primeiro caso, temos a escala das forças operantes e, no segundo, a área de ocorrência, a escala do fenômeno (ou a do seu impacto). Assim, no primeiro a escala tem a ver com a força do seu emissor, enquanto que no outro temos a escala do impacto em uma determinada área (SANTOS, M., 2006).

Ainda segundo Milton Santos (2006), e tentando articular suas ideias com as de Laclau e Mouffe (2015), podemos argumentar que existem eventos equivalentes, já que eles não se dão isoladamente. Ou seja, quando consideramos o acontecer conjunto de numerosos eventos verificamos que eles podem ser equivalentes (ou solidários como afirmou Santos [SANTOS, M., 2006]), que eles podem ter conteúdos sociais, políticos, espaciais, econômicos ou culturais parecidos, e esse conjunto de eventos pode ser considerado um único evento, do qual os singulares que os formam são elementos de um dado momento. Não se trata apenas de uma superposição e nem de uma soma das partes, mas sim de uma combinação:

(...) é como se o evento amarrasse essas diversas manifestações do presente, unificando esses instantes atuais de um verdadeiro processo

químico em que perdem suas qualidades originais para participar da produção de uma nova entidade (SANTOS, M., 2006, p. 154-155).

Podemos, assim, admitir que a combinação de eventos que têm certa continuidade temporal cria um fenômeno unitário, e, ainda segundo Santos vem daí o papel central que a noção de evento pode representar na Geografia à formulação de uma teoria da ação, pois é através dele que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta de diversos lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço, já que,

Os eventos são atuais, absolutos, individualizados, finitos, sucessivos. Mas na medida em que estendem uns sobre os outros, participando uns dos outros, eles estão criando a continuidade do mundo vivente e em movimento, ou, em outras palavras, a continuidade temporal e a coerência espacial. É assim que as situações geográficas se criam e recriam. (SANTOS, M., 2006, p.156)

Renato Emerson dos Santos (2006, p.122) apoiou-se nessa argumentação para realizar sua proposta de investigação dos movimentos sociais, pois, para ele, os eventos

(...) são a própria consubstanciação do tempo e do espaço, a síntese resultante da experiência enquanto convergência de todos os sentidos e dimensões da mesma: o próximo e o distante no tempo (passado, presente e futuro) e no espaço (o aqui, o ali e o alhures, todas as influências espaciais), o co-presente e o ausente se misturam e se sintetizam no evento. Os eventos são pensados, desta forma, não enquanto acontecimentos pontuais, situados numa fração do espaço e do tempo, mas enquanto nós de redes de acontecimentos vinculados e interdependentes, as cadeias de interdependência espaço-temporal.

É por isso que Milton Santos (2006 [1996]) e, posteriormente, Renato Emerson dos Santos (2006), argumentaram que o espaço é fundamental para a construção de uma teoria da ação, afinal, a leitura dos ordenamentos territoriais entendidos enquanto cadeias de eventos interdependentes se torna crucial para compreender não somente os conjuntos de comandos que presidem a ação, mas os conjuntos de

desdobramentos da mesma. E foi a partir deste ponto especificamente que Renato Emerson dos Santos (2006) fez sua proposição conceitual.

Partindo do entendimento que a circulação de pessoas entre as escalas de ação e de impacto através da inserção em determinados eventos importa para os ordenamentos territoriais, Renato Emerson dos Santos (2006) fez a proposta de que se investigando o movimento dos indivíduos em suas funções nos diversos espaços políticos e se envolvendo em diversas redes de relações sociais é que se pode ter a chave de interpretação das ações coletivas contemporâneas e de seus desdobramentos espaciais. Isso conduz à valorização de “geobiografias” entendidas como possíveis meios de interpretação de espacialidades que se entrecruzam e que constroem leituras do mundo e da política, e que vão exercer papel relevante na condução de determinada ação coletiva.

O autor indicou que esse processo pode ser analisado através do conceito de “vivência de escalas” das lideranças dos movimentos no próprio processo de articulação espacial, ou seja, na participação das lideranças no(s) evento(s) e do retorno das mesmas para os territórios portando o discurso delineado anteriormente. Assim, vivência de escalas (...) nos remete à escalaridade dos jogos e arranjos (espaço-temporais) da política dos quais os indivíduos participam: indivíduos vivem o local; indivíduos participam da política local; indivíduos participam de jogos políticos municipais, estaduais, nacionais, internacionais. As instituições, os campos do fazer político nos quais os indivíduos se envolvem, se estruturam através da lógica escalar, ou, dialogam com interlocutores em distintas escalas. As vivências de escala correspondem, portanto, à forma como os indivíduos se posicionam no mundo - no duplo sentido de compreender a sua posição nos arranjos de poder e tomar posição nestes arranjos. Esta tomada de posição pode representar a operação da escala pelo sujeito, sendo esta operação um salto escalar, a reconstrução escalar, entre outras possibilidades. (SANTOS, R. E. dos, 2006, p. 132-133).

Concordamos com os argumentos de Santos (SANTOS, R. E. dos, 2006) de que a vivência de escalas se constitui como um dos elementos chave para a compreensão da espacialidade dos movimentos

sociais a partir dos sujeitos participantes de eventos, mesmo porque ela é bem próxima ao que Howart (2005) propôs e que nos embasou metodologicamente. Entretanto, podemos ir além desse entendimento e partir para a compreensão desse processo através da análise de encontros entre diversos atores sociais em distintos locais, isto é, do próprio evento em si, considerado como o encontro de uma multiplicidade de trajetórias num “aqui e agora”.

Argumentamos, portanto, que existe uma possibilidade de compreender a construção da espacialidade a partir do viés dos diferentes atores coletivos no próprio processo articulatório, ou seja, deles, de uma coletividade, como sendo o próprio evento. Isso possibilita a compreensão da construção de um discurso político de diferentes identidades articuladas em uma determinada cadeia de equivalência na construção de um projeto político hegemônico em um campo de discursividade (LACLAU, MOUFFE, 2015), ou, nos termos de Massey (2008), das próprias geometrias de poder. A proposta de Santos, R. E. dos (2006) relativa às vivências de escalas certamente nos dá suporte para interpretar os eventos e nos apoiaremos nela. No entanto, para além dela, faz-se necessário descrever o evento em si e, para isso, reafirmamos a necessidade de distinção metodológica feita por Cox (1998) entre espaços de dependência e de engajamento, pois ela permite identificar dois momentos distintos no interior de um mesmo processo a partir do método da prática articulatória (HOWART, 2005).

Os espaços de dependência anunciam demandas dos movimentos sociais e esse anúncio é feito, por exemplo, a partir de reuniões comunitárias nas quais se debatem problemas do local ou através de abaixo-assinados endereçados aos poderes públicos municipais. Mas, ao fazerem isso, tal como argumentou Cox (1998), os movimentos/atores sociais acabam por se envolver nos espaços de engajamento (Câmara de Vereadores, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, Conferências Territoriais, governos estaduais, etc.) nos quais se discute a política espacial para seus locais.

Assim, o engajamento dos/com movimentos sociais nesses espaços pode ser considerado um evento, haja vista que são distintos vetores com diferentes demandas que “sentam” para dialogar/confrontar. Se esse processo pode ser observado concomitantemente em distintos locais cujas demandas podem ser consideradas equivalentes, neste caso, pode-se argumentar que o que se verifica é a ocorrência de eventos

equivalentes³⁵ que se dão a partir de uma continuidade temporal e que podem garantir a coerência espacial da articulação dos referidos atores sociais.

O que estamos querendo dizer é que, tanto nos espaços de dependência como nos de engajamento, o que ocorre são eventos que reúnem uma multiplicidade de trajetórias sociais em um “aqui e agora” a partir do levantamento de determinada demanda territorial, e são neles que são debatidas a(s) política(s) espacial. Nesse processo, não apenas o indivíduo que o vivenciou é portador da mudança, mas o próprio espaço o é, já que é ele que foi o principal elemento mobilizado e meio de mobilizar demandas, se se considera o espaço como uma das dimensões constitutivas dos movimentos sociais, conforme apontaram Fernandes (2000), Pedon (2009) e o próprio Santos, R. E. dos (2006). Ou seja, estamos sugerindo que, com a vivência de escalas/prática articulatória feita pelo pesquisador empenhado em analisar os movimentos sociais a partir de uma perspectiva geográfica pode descrever o evento como um “aqui e agora”, o evento no seu próprio processo de construção.

Esse raciocínio permite-nos articular os conceitos de território-zona (espaços de dependência enquanto áreas mais ou menos delimitadas), de território-rede (espaços de engajamento como o momento e o local de encontro de diferentes atores sociais oriundos de distintos locais e que podem ser presenciais ou virtuais), de escala (entendendo esse processo como podendo ser mais ou menos local ou mais ou menos global) e o de rede (já que todo esse processo exige como prerrogativa organizacional a articulação entre diferentes atores sociais em distintos espaços).

Essa possibilidade de interação conceitual conduziu-nos a uma reflexão sobre o próprio processo político de articulação dos movimentos sociais, entendido como sendo, a um só tempo, zonal, reticular e multiescalar, ou seja, envolvendo relações sociais em uma ordem temporal e espacial.

Embora a proposta de Santos, R. E. dos (2006) se diferencie da abordagem de Gonçalves (2003) em alguns pontos, no geral, é perceptível que em ambas a prerrogativa organizacional baseada na articulação se fez presente. Assim, tanto Gonçalves (2003) quanto Santos, R. E. dos (2006) abriram novas perspectivas de análises sobre os movimentos sociais a partir do referencial geográfico. Apoiar-nos-emos nas dimensões espaciais dos movimentos sociais para construir nossas

³⁵ Nesse ponto especificamente o que estamos fazendo é uma analogia geográfica com a ideia de cadeias de equivalências de Laclau e Mouffe (2015).

argumentações. No entanto, para além delas, intencionamos lançar mão de uma reflexão que poderia englobar tais dimensões a partir do próprio processo de vivências de escalas. Trata-se da ideia de articulação sócio-espacial dos movimentos sociais.

4.3. A construção de uma proposta de leitura geográfica dos movimentos sociais

A ideia inicial de elaborar uma proposta para ler os movimentos sociais contemporâneos partiu da necessidade de compreender como o referencial teórico mobilizado no capítulo anterior estava sendo empregado pela literatura no que tange à abordagem empírica desse fenômeno. Posteriormente, e conforme os capítulos 1 e 2 desta tese tomavam forma, sentimos que havia uma tarefa a ser feita em relação ao diálogo de um cabedal analítico pós-estruturalista com as referências geográficas sobre a temática.

Um passo inicial que demos foi buscar trabalhos acadêmicos que se apoiavam em Massey (2008) e em Laclau e Mouffe (2015) para realizar suas leituras sobre movimentos sociais. Nesse processo, percebemos que no âmbito da Geografia brasileira ou latino-americana quase não existem trabalhos que faziam essa articulação teórica e conceitual³⁶. No entanto, na literatura internacional, especialmente a de origem anglo-saxônica, existiam referências que faziam essa ponte. E foi justamente a partir dela que (re)elaboramos nossa argumentação em um primeiro momento.

Após esse processo, começamos a tentar travar um diálogo dos referenciais mobilizados anteriormente com as propostas explicitadas no capítulo 2 referentes à abordagem socioterritorial e a delineada por Gonçalves (2003) e Santos, R. E. dos (2006). Aliado a esse processo reflexivo, a prática articulatória (HOWART, 2005) também nos mostrava alguns pontos importantes para (re)elaboração teórica-conceitual, já que nos deparávamos com palavras ou expressões utilizadas pelos atores sociais em movimento que nos chamavam a

³⁶No Brasil, algumas exceções são Ramos (2009) e Silva (2013) que têm como pressupostos uma abordagem pós-estruturalista articulada às proposições de Massey (2008). Já os trabalhos de Oslender (2002; 2012) que, embora colombiano, não trabalha em universidades da América Latina, também podem ser considerados exceções se realizarmos uma busca mais ampliada na língua espanhola.

atenção como, por exemplo, “a ação das rodas grandes fazem girar as pequenas”. Tais expressões e palavras foram compondo, pouco a pouco, o nosso raciocínio geográfico a respeito dos movimentos sociais, e um dos resultados desse processo foi a construção das críticas evidenciadas no início deste capítulo.

No entanto, sentíamos que não adiantava realizar críticas sem apresentar uma proposta alternativa. Assim, pensando justamente nesse processo reflexivo, esta parte do capítulo tem o objetivo de apresentar uma reflexão teórica e conceitual para interpretar as ações coletivas contemporâneas. Para isso, apresentaremos brevemente o trajeto seguido e anunciado neste tópico, qual seja: i) a revisão de literatura que nos embasou; ii) as incursões a campo que nos apresentaram alguns pontos para essa reflexão; e iii) a ideia propriamente dita.

4.3.1. *Assemblage*: a emergência da ideia de articulação sócio-espacial

Jessop, Brenner e Jones (2008) argumentaram que geógrafos e diversos cientistas sociais têm se engajado com movimentos sociais nos últimos anos para compreender como eles mobilizam arcabouços conceituais espaciais para empenharem-se em ações coletivas. Esse processo, segundo os autores, deu-se principalmente a partir da incorporação das intervenções marxistas e da teoria radical nos anos de 1960 e 1970³⁷. Nesse percurso, a questão posta em discussão era: qual a melhor forma de mobilizar o espaço nos estudos sobre movimentos sociais?

A procura de uma resposta a essa questão levou a uma dualidade no que tange à interpretação desse fenômeno social, perceptível também na literatura brasileira, conforme apresentamos no início deste capítulo. Ou seja, se, por um lado, havia defensores de uma ideia de que o território seria o fio condutor das análises que enfatizavam uma porção do espaço delimitada e na qual os atores sociais enraizados mobilizariam suas “forças” numa luta política, por outro lado, também existia os que defendiam uma abordagem relacional das ações coletivas, enfatizando a fluidez das mesmas no mundo globalizado.

³⁷ Pode-se perceber, a partir de Jessop, Brenner e Jones (2008) e do capítulo 1 desta tese, que a entrada geográfica nacional e internacional no debate sobre movimentos sociais se deu na mesma época (segunda metade do século XX), quando a Geografia Crítica deu o tom das análises.

Diante dessa dualidade percebemos que um conceito tem sido mobilizado na literatura anglo-saxônica a fim de acabar com ela ou de, pelo menos, minimizá-la. Trata-se do conceito de *assemblage*, entendendo que ele pode oferecer uma alternativa de interpretação sem privilegiar nenhum dos polos, ou seja, sem se apoiar em demasia no território (zona) e nem dar muita ênfase à fluidez, às redes.

Assemblage é uma palavra da língua inglesa que tem sua origem etimológica ligada a *agencement*, do francês, que significa um processo de arrumação, de ajuntamento de várias entidades/objetos dentro de um agregado mais ou menos alongado, um processo de organização (ONLINE ETYMOLOGY DICTIONARY, 2016). Quando procuramos traduzi-la para o português, percebemos que não existe uma palavra equivalente, se remetendo a ajuntamento, montagem, agrupamento, assembleia e a coletividade (FERREIRA, 1999). Embora a tradução para a língua portuguesa não seja precisa, ela já nos dá uma ideia de como o conceito tem sido empregado nas análises geográficas.

Nos diversos trabalhos que encontramos sobre a temática dos movimentos sociais no âmbito da Geografia anglo-saxônica, *assemblage* tem sido um conceito empregado para destacar as formações sociais como agregados temporários de humanos e não-humanos. Nesse sentido, ele é usado a fim de identificar como a política e as organizações sociais interagem com diferentes dimensões/extensões espaciais em determinados momentos (tempo). MacFarlene (2009), por exemplo, emprega o conceito de *assemblage*³⁸ para se remeter: i) à coerência interna das articulações discursivas entre movimentos sociais e à dispersão de suas ações no espaço; ii) à interconexão de áreas, visíveis nos espaços políticos a partir da representatividade dos atores sociais que proferem seus discursos; e iii) a uma pluralidade de poderes reclamando mudanças. Nas palavras do autor:

In using the analytic 'translocal assemblage', I am signifying three orientations. First, they are composites of place-based social movements which exchange ideas, knowledge, practices, materials and resources across sites. Second, translocal assemblage is an attempt to emphasize that translocal social movements are more than

³⁸ Este autor prefere o termo *translocal assemblage* para evidenciar diversas áreas em processos de articulação política. No nosso entendimento, esse emprego é uma redundância frente o que a literatura tem qualificado de *assemblage*.

*just the connections between sites. Sites in translocal assemblages have more depth than notion as “node” or “point” suggests (as connoted by network) in terms of their histories, the labor required to produce them, and their inevitable capacity to exceed the connections between other groups or places in the movement. Third, they are not simply a spatial category, output, or resultant formation, but signify doing, performance and events*³⁹. (MACFARLENE, 2009, p. 562)

No nosso entendimento, o autor evidencia com essa apropriação conceitual o “como” determinadas questões relacionadas à organicidade e representatividade dos movimentos tomam forma, mais do que o “porque” dessas questões. Para McFarlene (2009), isso se dá por haver o que ele denominou de “convergência espacial” entre movimentos sociais, isto é, certa equivalência territorial entre as problemáticas dos movimentos envolvidos em determinada ação política. Segundo o autor, convergência espacial compreende um processo que reúne diversos grupos ou movimentos sociais que articulam visões coletivas, facilitam entendimentos de processos conjunturais e também contribuem para a ação política multiescalar, o que acaba por gerar uma ação integrada em determinado espaço político, mas que, na realidade, são encabeçadas por coletividades dispersas espacialmente.

Relembrando Massey (2008 [2005]), McFarlene (2009) afirmou ainda que a visão do espaço empregada nesse constructo conceitual é menos do espaço como formação resultante e mais como local de encontro de multiplicidade de histórias distantes, o que abre a possibilidade de indagar sobre as diversas trajetórias co-formadoras do

³⁹ Traduções próprias: “Ao usar a forma analítica ‘*transloca lassemblage*’, estou significando três orientações. Primeiro, que ela é composta de movimentos sociais de base local que trocam ideias, conhecimentos, práticas, materiais e recursos em áreas. Em segundo lugar, *translocal assemblage* é uma tentativa de enfatizar que os movimentos sociais são translocais mais do que apenas as conexões entre áreas (sítios). Áreas (ou sítios) em *translocais assemblages* têm mais profundidade do que a noção de “nó” ou “ponto” sugere (como conectados por rede), em termos de suas histórias, o trabalho necessário para produzi-los, e sua capacidade inevitável para exceder as conexões entre grupos ou lugares no movimento. Terceiro, eles não são simplesmente uma forma espacial, de saída, ou formação resultante, mas significa o processo se fazendo, o desempenho e os eventos”.

espaço. Isto é, ele nos permite compreender menos a estrutura e mais as relações de poder em estruturação, o que coloca em questão: i) diferentes formas de poder em operação simultânea, incluindo formas que podem contradizer outras no mesmo processo; e ii) a possibilidade de o poder operar em diversas áreas, mais ou menos longínquas, de forma a problematizar divisões analíticas canônicas como, por exemplo, global/local.

Em outro trabalho, este escrito em coautoria (ANDERSON; MCFARLENE, 2011), o termo é empregado para enfatizar a emergência, multiplicidade e indeterminação de coletividades. Nele, os autores destacaram *assemblage* como sendo a conexão política mais alongada de uma coletividade presente em diversas áreas, o que possibilitaria uma redefinição sócio-espacial. Mais precisamente, *assemblage* foi entendido como sendo composta por heterogêneos elementos que podem ser humanos e não-humanos, orgânicos e inorgânicos, técnicos ou naturais, ter longa ou curta duração. Segundo os autores:

(...) assemblage always 'claim' a territory as heterogeneous parts are gathered together and hold together. But this can only ever be a provisional process: relations may change, new elements may enter, alliances may be broken, new conjunctions may be fostered. Assemblage are constantly opening up to new lines of flight, new becomings⁴⁰ (ANDERSON; MACFARLENE, 2011, p. 126)

Seguindo Deleuze e Guattari, Anderson e McFarlene (2011) afirmaram ainda que *assemblage* é como uma constelação de elementos que foram selecionados e organizados para uma ação em uma escala que abrange determinada(s) área(s), mais ou menos descontínuas. De modo geral, a partir desta argumentação, podemos compreender *assemblage* como um processo de co-funcionamento de elementos heterogêneos que caminham juntos em um processo político.

⁴⁰ Traduções próprias: “*assemblage* sempre requer um território como partes heterogêneas que podem ser reunidos e manterem-se juntos. Mas isso só pode ser sempre um processo provisório: relações podem mudar, novos elementos podem entrar, alianças podem ser quebradas, novas conjunções podem ser fomentadas. *Assemblage* estão constantemente se abrindo para novas linhas de voo, novos devires”.

Featherstone (2011) foi outro geógrafo que empregou esse conceito nas suas análises. Explorando as possibilidades da proposta de Stuart Hall em relação ao pós-estruturalismo, Featherstone argumentou que essa ideia pode reconfigurar o entendimento da constituição espacial de um processo de articulação social. Para isso, ele recuperou a conceituação de articulação de Hall (FEATHERSTONE, 2011, s/n), entendida como

The form of the connection that can make a unity of two different elements, under certain conditions. It is a linkage which is not necessary, determined, absolute and essential for all the time. You have to ask, under what circumstances can a connection be forged or made? So the so-called 'unity' of a discourse is really the articulation of distinct, different elements, which can be re-articulated in different ways because they have no necessary 'belonginess'⁴¹.

Como pôde ser observado na citação, o autor trabalhou com uma perspectiva próxima à de Laclau e Mouffe (2015 [1989]), considerando a articulação como a constituição de um agregado heterogêneo, contingente e precário. E, da mesma forma que os autores da “Teoria do Discurso”, ele não explicitou quais aspectos das práticas sócio-espaciais podem ser evidenciados com a articulação. E é justamente sobre esta deficiência que Featherstone (2011) operou, visibilizando as potencialidades que o conceito de *assemblage* oferece para os geógrafos.

Afinado com Massey (2008 [2005]), ele afirmou que entendendo o espaço como co-constitutivo das relações sociais, como o local de encontro de múltiplas trajetórias sociais, empregar o conceito de *assemblage* pode ser produtivo para interpretar como as práticas de articulação são (re)configuradas, pois permite analisar como um conjunto diversos de agências se encontram e realizam novas articulações a fim de adentrar em determinado campo político como

⁴¹ Traduções próprias: “A forma da ligação que pode fazer uma união de dois elementos diferentes, sob certas condições. É uma ligação que não é necessariamente determinada, absoluta e essencial o tempo todo. Você tem que perguntar em que circunstâncias uma conexão pode ser feita ou desfeita? Assim, a chamada "unidade" de um discurso é realmente a articulação de distintas, de diferentes elementos, que podem ser re-articuladas de maneiras diferentes porque eles não têm necessariamente uma "pertença””.

“uma única voz”, ou seja, um discurso nos termos de Laclau e Mouffe (2015) em determinado campo de discursividade⁴².

Anderson *et. al.* (2012) foi outra referência que nos apresentou as potencialidades do conceito. Eles afirmaram que *assemblage* serve para analisar uma heterogeneidade de componentes/elementos e a especificidade de sua estruturação através das quais deixam transparecer ordenamentos de formações sócio-espaciais. Conforme Deleuze e Parnet (1977 *apud* ANDERSON *et. al.*; 2012), ele descreve a co-funcionamento de partes heterogêneas dentro de uma determinada forma provisional, aberta e sempre em (re)construção.

Em que pese as diferenciações entre as propostas desses autores, percebe-se que a definição de *assemblage* soa um tanto quanto imprecisa, mas este é justamente o ponto. Esse conceito é como uma colcha de retalhos em processo de costura, isto é, se refere a diferentes elementos que não podem ser reduzidos a um simples pedaço ou parte, nem identificados com um único organismo ou organização acabada. Todos os autores anglo-saxônicos mobilizados colocaram ênfase em como compreender elementos (humanos e não-humanos) distintos no processo de articulação política fazendo suas funções conjuntamente. Esse destaque sobre a construção conjunta de uma entidade heterogênea dentro de um formato não pressupõe que essa relação se transforme necessariamente em um organismo⁴³. Não é a filiação ou a unidade o importante, mas as alianças.

Embora cada um dos autores citados tenha apropriações próprias desse conceito, podemos dizer que em comum eles têm o pressuposto da co-constituição do espaço, do tempo e das relações sociais, conforme evidenciamos no capítulo 3 a partir de Massey (2008). Além disso, todos eles travaram um diálogo, em maior ou menor grau, com abordagens pós-estruturalistas, a exemplo das conduzidas por Hall (1996 *apud* FEATHERSTONE, 2011) e por Laclau e Mouffe (2015 [1985]). Ou seja, as perspectivas de análise no âmbito da Geografia anglo-saxônica têm vislumbrado um diálogo interdisciplinar envolvendo

⁴²Laclau e Mouffe (2015 [1989]) são autores mobilizados por Featherstone (2011) no seu trabalho.

⁴³Nesse ponto é importante o alerta feito por Anderson *et. al.* (2012) quando uma relação de *assemblage* tem longa duração. Para ele, durabilidade não pode ser confundida com fixação. Quando tratamos de *assemblage*, o que importa é a relação de sua construção que, recuperando Laclau e Mouffe (2015), é precária e contingente, a depender de outras relações em construção, inclusive as antagônicas.

Sociologia e Geografia a fim de ampliar o alcance dos conceitos espaciais ou mesmo reelaborações conceituais. Com isso, novos léxicos espaciais estão em construção, a exemplo do conceito de *assemblage*.

Pode-se perceber, portanto, que as argumentações presentes na literatura internacional nos oferecem uma conceituação distinta para espacialidade dos movimentos sociais perante o que a abordagem territorial nos ofertou e também frente ao que Gonçalves (2003) e Santos, R. E. dos (2006) nos colocaram. No entanto, existem elementos comuns a ambas. Acreditamos que, quando aliadas, as perspectivas anglo-saxônicas e as da Geografia brasileira podem criar um terreno fértil para a reflexão sobre os movimentos sociais a partir do espaço, pois elas chamam a atenção para a dimensão geográfica dos processos sociais, destacando a importância de pensar as complexas espacialidades contemporâneas que não podem ser interpretadas simplesmente como contextuais ou estáticas. Mais do que isso, a análise da espacialidade da ação social articulando esses referenciais contribui para superar as oposições binárias típicas da modernidade ocidental, tais como local/global, território/rede, lugar/espaço, dentre outras que separam e diferenciam ângulos de uma mesma realidade.

E foi diante desse cabedal analítico, e da possibilidade de articulação com o proposto pela literatura nacional, que surgiu a ideia de trabalhar uma noção próxima ao que *assemblege* representa na língua inglesa. O tópico seguinte visa apresentar o que estamos chamando de articulação sócio-espacial dos movimentos sociais.

4.3.2. Articulação sócio-espacial dos movimentos sociais

Diante da discussão a respeito da espacialidade da ação social acreditamos que a ideia em construção de articulação sócio-espacial é importante na medida em que possibilita analisar o trânsito de pessoas, informação, recurso, etc.; entre distintos locais e, assim, compreender a constituição das geometrias de poder mencionadas por Massey (2008) e a formação de novas identidades políticas em determinados campos de discursividade.

De início, faz-se necessário mencionar de onde retiramos essa ideia. A primeira vez que pensamos sobre essa possibilidade foi com base na revisão bibliográfica internacional. Foi a partir de Laclau e Mouffe (2015) e da literatura anglo-saxônica referente ao conceito de *assemblage* que começamos a nos aproximar com a ideia de articulação

sócio-espacial. Posteriormente, quando da realização da prática articulatória, tal como sugeriu Howart (2005), nos diversos espaços de debate os próprios movimentos sociais nos instigavam a refletir sobre o processo, precário e contingente, de articulação política. Seja em seminários de planejamento de ações coletivas, seja em reuniões de trabalho de base, sempre nos deparávamos com situações em que a mobilização conjunta em distintos locais era posta como desafio e, ao mesmo tempo, como possibilidade de atuação política. Nesses espaços, diversas ações eram pensadas visando superar esse desafio e também como forma de apossar-se dessa possibilidade. Entre elas, por hora, podemos citar: i) intercâmbios entre movimentos sociais em distintos locais com problemáticas sócio-espaciais semelhantes; ii) realização de seminários com temáticas transversais buscando congregar maior número de participantes com demandas distintas (agricultores atingidos por mineração, instituições de ensino, pesquisa e extensão, sindicatos de trabalhadores rurais, etc.); e iii) assembleias populares.

Essas problematizações/respostas dos movimentos sociais iam, pouco a pouco, colocando questões à nossa pesquisa. Assim, quando retornávamos dos trabalhos de campo, recorriamos às nossas anotações para (re)interpretá-las, sempre relacionando as mesmas com as questões colocadas pela literatura. Em um momento específico desse processo, percebemos que uma palavra foi empregada por uma das lideranças política dos atingidos por mineração da Zona da Mata mineira e que começou a fazer mais sentido. Tratava-se da palavra *engrenagem*⁴⁴.

A evocação dessa palavra soou um tanto quanto estranha em um primeiro momento, já que, aparentemente, ela não se remetia a nenhum processo sócio-espacial propriamente dito, apenas fazia o uso metafórico de uma estrutura técnica em uma reunião com representantes das bases. Nesse contexto, recorremos ao dicionário de língua portuguesa a fim de buscar uma tradução para o termo *assemblage*, no sentido de procurar aproximações com a ideia referenciada pela literatura internacional e também pelo que foi posto na reunião pela referida liderança. Nesse percurso, resolvemos também procurar o significado da palavra *engrenagem*. Segundo o dicionário de língua portuguesa (FERREIRA, 1999, p.20), *engrenagem* é um(a)

⁴⁴ O contexto de seu emprego foi em uma reunião de discussão sobre como as diversas organizações sociais dessa região de Minas Gerais poderiam contribuir na construção de uma proposta comum de atuação junto aos atingidos pelo rompimento da barragem de rejeito de minério de ferro da Samarco S. A. no município de Mariana, ocorrida em novembro de 2015.

1. Conjunto de peças ou rodas de um maquinismo, acionadas umas pelas outras.
2. Conjunto de rodas dentadas, destinadas a transmitir movimento.
3. Conjunto de circunstâncias que se complicam reciprocamente.
5. Disposição de rodas que endentam umas nas outras.
6. Funcionamento do que é complicado.
7. Mecanismo que transmite movimento.
8. Conjunto de atividades e rotinas.

A partir dessa definição, voltamos novamente a atenção para a literatura tentando articular a ideia de engrenagem com as argumentações pós-estruturalistas, especificamente aquelas expostas por Laclau e Mouffe (2015). Nesse processo, percebemos que engrenagem era uma palavra do campo das engenharias, mas que poderia ser mobilizada a partir de uma intenção política, já que ideias referentes a um “conjunto de peças ou rodas que possibilitam um movimento” ou a um “conjunto de circunstâncias que se complicam mutuamente” se aproximavam do que era posto pela literatura. Além disso, percebemos que a palavra também poderia ser relacionada à argumentação de Massey (2008) sobre geometrias de poder, pois se pensarmos diversas “rodas pequenas” que forcem o giro de uma “roda grande” era possível vislumbrar geometrias espaciais.

Contudo, pensar em uma engrenagem nos remetia a um movimento sincronizado e repetitivo de estruturas técnicas, rígidas ou fixas em um local (uma espécie de relógio e suas engrenagens). Não podíamos simplesmente relacionar essa metáfora técnica com um processo político, social e espacial que experimenta fluxos e refluxos, cooperação e conflito, hierarquias e horizontalidades, enfim, que é dinâmico e mutável. Sendo assim, procurando referendar nossa reflexão, a própria prática articulatória e os apontamentos teóricos anteriores, a ideia de engrenagem foi cedendo lugar à de articulação.

Articulação, então, começou a figurar no nosso imaginário com o objetivo de: i) apropriação conceitual das ideias pós-estruturalistas de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015); ii) representação imagética do que Doreen Massey (2008) apresentou como sendo as geometrias de poder; e iii) possibilidade de constructo analítico para os movimentos sociais articulados em rede.

Para além dessa possibilidade, também começamos a perceber a capilaridade dessa ideia frente ao que a Geografia brasileira que estuda os movimentos sociais nos colocava. Isto é, a ideia de articulação também nos permitia interagir com as propostas de Renato Emerson dos

Santos (2006) referentes às dimensões espaciais dos movimentos sociais, pois a ideia de interação sócio-espacial para produzir um movimento intencional nos habilitava a pensar as oito dimensões expostas pelo autor.

Com relação as dimensões (i) materialização/manifestação dos movimentos sociais que, segundo Santos, R. E. dos (2006), representaria a cartografia do movimento em ato, (ii) recortes espaciais e constituição de identidades, apresentada como o conjunto de elementos estruturados da ação social que estão baseados em alguma delimitação espacial específica e que contém símbolos e signos identitários, e (iii) território e territorialidade, entendida como o conjunto de ações que têm na territorialidade as fontes de embate social e de mobilização; a ideia de articulação podia gerar representações espaciais sobre ações territoriais (zonais) que são, conforme argumentou Haesbaert (2014), momentos estratégicos de fechamento territorial em confrontos políticos, ou, nos termos de Cox (1998), dos espaços de dependência.

Mas, como o próprio Renato Emerson dos Santos (2006) argumentou, a vinculação imediata e exclusiva dessas dimensões a recortes espaciais não pode ser feita, haja vista as experiências dos movimentos em diferentes escalas geográficas. Assim, a ideia de articulação também nos capacitava a realizar essas leituras multiescalares, no sentido de: compreender a (iv) ação e as agendas de lutas, entendidas como as pautas mobilizatórias dos movimentos sociais; (v) a ação e os interlocutores, a (vi) ação e desdobramentos, que envolvem a escala de origem e a de impacto da ação, e (vii) as esferas institucionais que abarcam as disputas e as relações de poder que constituem arenas de disputas internas e externas ao movimento.

Com relação a essas dimensões, a ideia de articulação força o imaginário geográfico a pensar as um processo de interação espacial, ou seja, as interações escalares da ação coletiva, tanto nas esferas institucionais do Estado como nas não-institucionais. Recorrendo mais uma vez a Cox (1998), neste ponto podemos argumentar que a ideia de articulação poderia nos ajudar a compreender também os espaços de engajamento dos movimentos sociais.

Por fim, restou-nos a pergunta: como analisar esse processo? Para responde-la acreditamos que só a partir da oitava dimensão espacial elencada por Santos, R. E. dos (2006), à relativa aos sujeitos da construção dos movimentos sociais e suas experiências espaciais do fazer político, ou, mais especificamente, das vivências de escalas, é que se poderia ter ideia da espacialidade desvendada através da ideia de

articulação. Isto é, somente fazendo parte do processo/da prática articulatória em si é que se poderia mapear, no sentido de identificar, o mesmo.

Além disso, podemos também relacionar a ideia articulação com o que foi colocado pela literatura internacional em relação ao conceito de *assemblage*. Ele se refere a diferentes elementos que não podem ser reduzidos a um simples pedaço ou parte, nem identificados com um único organismo ou organização acabada. Embora esse conceito se remeta, conforme discutido anteriormente, a um agrupamento heterogêneo, há um objetivo comum nesse processo, qual seja: a articulação de um discurso, a princípio disperso espacialmente. Nesse sentido, a ideia de articulação nos passa justamente essa proposta: a de um agrupamento diversificado que, quando posto em movimento, habilita a construção de um discurso comum. É mais ou menos como a expressão utilizada pela liderança social e política mencionada anteriormente (resguardando suas especificidades contextuais e acadêmicas): “as rodas pequenas fazem girar uma roda grande”.

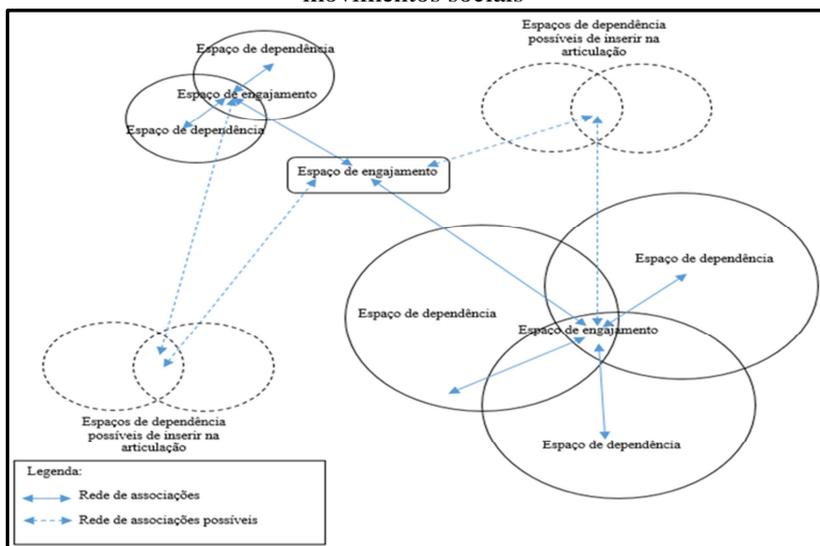
Tendo isso em mente, e pensando na geografização da ideia de articulação, podemos acrescentar o termo sócio-espacial para, conforme sugestão de Souza (2013), mostrar que nos interessamos pelas relações sociais e espaciais conjuntamente.

Nesse sentido, levando em consideração os pressupostos teóricos elencados no capítulo 3, as discussões e críticas às abordagens socioterritorial, das redes de movimentos sociais e sobre a natureza sócio-geográfica dos movimentos feita no início deste capítulo e, por fim, as possibilidades de articulação conceitual indicadas neste tópico, podemos dizer que articulação sócio-espacial pode ser definida como: um mecanismo espaço-temporal contingente, acionado através das redes de associações entre espaços de dependências e espaços de engajamentos, que possibilita a equivalência da ação política de diferentes movimentos/atores sociais entre distintas escalas geográficas mais ou menos globais e mais ou menos locais, e, com isso, permite a interação com/de duas ou mais territorialidades. Ela pode ser construída a partir do contato face-a-face dos grupos em diferentes territórios, mas, também, e atualmente o é de forma mais evidente, através das tecnologias de informação e comunicação, que permitem que um discurso político se (re)construa de maneira mais rápida. E acionando este mecanismo os movimentos sociais conseguem dois objetivos: i) intensificar territorialidades que estão no processo de articulação; e ii) uma espacialidade mais extensiva, ampliando o alcance da ação política.

Para representar essa ideia, mesmo que com possíveis imperfeições, construímos a figura 1⁴⁵.

Nossas argumentações a respeito da ideia de articulação sócio-espacial e sobre suas implicações para as análises dos movimentos sociais nos conduzem a apontar a necessidade de uma abertura nas perspectivas teóricas e conceituais a respeito da temática em tela que interaja com referenciais pós-estruturalistas, com a literatura de outras Ciências Sociais e também internacional. Isso não diz respeito a questionar o uso que uma palavra pode ter nas diferentes áreas ou línguas, mas ao potencial heurístico da mesma para ampliar as análises relativas às dimensões espaciais do poder político.

Figura 1. Representação da ideia de articulação sócio-espacial dos movimentos sociais



Fonte: organizado pelo autor.

⁴⁵ Trata-se de uma representação e, por isso mesmo, passível de imperfeições. Nossa intenção em trazê-la nesta parte do texto é a de tentar ir delineando uma construção mental-imagética a respeito das reflexões que estamos realizando para, em momento posterior da tese, tentar grafar cartograficamente o que estamos chamando de espacialidade dos movimentos sociais.

E foi nesse sentido que pensamos que a ideia de articulação sócio-espacial é um instrumento de poder e de manutenção de posições dominantes em determinado campo de discursividade, mas também é um instrumento de identificação de posições políticas subalterna e servindo a perturbar propostas de ordenamentos territoriais. Entretanto, para além de um instrumento heurístico, essa ideia nos habilita a vivenciar as dinâmicas de poder dos movimentos sociais e suas extensões espaciais e temporais. Ou seja, ela pode orientar posições políticas no mundo.

Resta-nos agora indicar como a ideia de articulação sócio-espacial é mobilizada para as e nas intervenções com/dos movimentos sociais. A proposta é apresentar como, a partir de uma análise empírica, a lógica da articulação e a da espacialização é mobilizada em um determinado “jogo” político entre diferentes elementos e entre eles e um antagonista. Com isso, espera-se poder compreender melhor as geometrias de poder contemporâneas, ou, em outros termos, a espacialidade e a identidade política de movimentos sociais.

PARTE II – MINERAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

A mineração no Brasil teve origem ainda no século XVII, quando se iniciou a extração do ouro em Minas Gerais, mas experimentou grande expansão nos anos recentes, quando o país passou por um *boom* mineral. Neste percurso de mais de 300 anos essa atividade teve considerável peso na formação econômica brasileira.

Entretanto, mesmo o setor tendo posição de destaque na economia nacional, um debate a respeito da questão mineral ainda se apresentava de maneira tímida, mostrando que o brasileiro não se reconhecia como uma nação mineradora. Este contexto só se modificou no ano de 2015, quando ocorreu o maior desastre tecnológico do país com o rompimento da barragem de rejeitos da empresa Samarco Mineração S.A no município de Mariana-MG. A partir daí uma contenda envolvendo esta atividade emergiu e, de fato, o Brasil passou a ser reconhecido, na academia e no senso comum, como um país minerador. Mais do que isso, uma nova categoria social foi visibilizada na cena política nacional, qual seja, o atingido por mineração.

O objetivo desta parte da tese é apresentar como se estruturou a atividade mineral no país, como ela se organiza atualmente em termos econômicos, políticos e espaciais e quais ações de contestação a esta atividade estão em curso, revelando a espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil.

CAPITULO 5. A MINERAÇÃO NO BRASIL: PASSADO E PRESENTE.

No Brasil, as esplêndidas jazidas de ferro do vale do Paraopeba derrubaram dois presidentes, Jânio Quadros e João Goulart, antes que o marechal Castelo Branco, assaltante do poder em 1964, amavelmente as cedesse à Hanna Mining Co. Outro amigo anterior do embaixador dos Estados Unidos, o presidente Eurico Dutra (1946-51), concedera à Bethlehem Steel, alguns anos antes, os 40 milhões de toneladas de manganês do estado do Amapá, uma das maiores jazidas do mundo, em troca de 4 por cento para o Estado sobre as rendas da exportação; desde então, a Bethlehem está empurrando as montanhas para os Estados Unidos com tanto entusiasmo que se receia que, em quinze anos, o Brasil fique sem manganês para prover sua própria siderurgia. Além disso, de cada 100 dólares que a Bethlehem investe na extração de minerais, 88 correspondem a uma gentileza do governo brasileiro: as isenções de impostos em nome do “desenvolvimento da região”. A experiência do ouro perdido em Minas Gerais – “ouro branco, ouro negro, ouro podre”, escreveu o poeta Manuel Bandeira –, como se sabe, não serviu para nada: o Brasil continua se desfazendo gratuitamente de suas fontes naturais de desenvolvimento (GALEANO, 2014: 182-183).

Jornalista e escritor uruguaio, Eduardo Galeano escreveu em 1978 o livro “As veias abertas da América Latina”. O trecho reproduzido acima está no capítulo intitulado “o subsolo também produz golpes de Estado” e ele bem que poderia representar o atual contexto político, econômico e ambiental brasileiro. Se substituíssemos os personagens, o nome de determinadas empresas e o dos Estados Unidos pela China, o trecho poderia estar em qualquer jornal diário ou rede social de nossa época.

Com efeito, a temática da mineração está em evidência no Brasil e isso se deu, em boa medida, pela visibilidade internacional que a atividade ganhou após o desastre ocorrido no município de Mariana-MG no dia cinco de novembro de 2015, quando uma barragem de contenção

de rejeitos de minério de ferro da empresa Samarco Mineração S.A., controlada pela Vale S.A. e pela BHP Billiton do Brasil Ltda., rompeu e causou inúmeros impactos socioambientais em toda a bacia hidrográfica do rio Doce. Considerado o maior desastre tecnológico brasileiro, e o maior do mundo envolvendo barragens de rejeitos de minérios (MODENA; HELLER, 2016; ZHOURI, *et. al.*; 2016), este evento desnudou uma contenda referente à mineração no Brasil.

Embora a problemática socioambiental envolvendo empreendimentos minerários tenha se tornado visível nacionalmente a até internacionalmente com desastre da Samarco, a existência de um debate sobre a mineração no Brasil é mais antigo. Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar como se estruturou a atividade de mineração no país e como ela se organiza atualmente em termos econômicos e espaciais. Para isso, ele foi dividido da seguinte maneira: primeiramente faz-se um breve resgate histórico dos projetos e processos políticos e econômicos envolvendo a mineração no Brasil; após, apresenta-se os dados referentes ao ordenamento territorial dessa atividade nos anos recentes.

Esse percurso de análise nos permitirá começar a apreender o “jogo” da diferença envolto na espacialidade de um fenômeno político contemporâneo e indicar elementos para pensarmos a respeito da constituição de um antagonista em determinado campo de discursividade. Isto é, partindo da argumentação de Massey (2008) e de Laclau e Mouffe (2015) sobre a relacionalidade como premissa norteadora dos processos de constituição da espacialidade e de identidades políticas contemporâneas, entendemos que toda configuração espacial e construção identitária implica uma alteridade. E é por isso que consideramos importante identificar um “outro constitutivo”, um elemento negativo que se espacializa e que será tomado como fundamento e requisito para a afirmação/constituição de uma identidade política no Brasil.

5.1. O passado: breves comentários acerca da mineração no Brasil

Um sobrevoo pela história do Brasil mostra que a descoberta por Portugal das terras além-mar, a princípio, não despertou na coroa qualquer interesse relativo à exploração mineral. A nação ibérica estava mais preocupada com o desenvolvimento do comércio que abastecia a Europa com produtos orientais do que com a exploração de recursos naturais na colônia.

Foi o sucesso das conquistas espanholas, principalmente no México, no Peru e na Bolívia, que motivou os interesses portugueses a explorar economicamente os recursos minerais de sua colônia. As investidas espanholas foram exitosas pelo fato de que os povos conquistados já serem conhecedores dos metais preciosos e por já existir entre eles certa tradição extrativista (MARTINEZ-ALIER, 2011). No Brasil foi diferente.

A empresa colonizadora portuguesa, organizada por um povo sem tradição mineral, encontrou aqui uma população que desconhecia os metais preciosos e em nada poderia contribuir com o comércio internacional do período. Isto é, não havia tesouros a serem saqueados e o único produto das expedições colonizadoras foi a subserviência do índio. A situação só se modificou no século XVII, quando foram encontradas grandes aluviões de ouro na província de Minas Gerais e onde o pouco conhecimento da mineração dos povos que ali estavam foi compensado pela riqueza dos jazimentos e pela facilidade de extração do metal. Além disso, os escravos trazidos da África conheciam princípios de extração mineral, apreendidos com os povos árabes, e serviram para os interesses da colônia portuguesa. Segundo Martinez-Alier (2011), certamente essa foi a primeira importação de tecnologia da mineração brasileira.

De acordo com Carneiro (2016), nos séculos XVII e XVIII a atividade de mineração ficou conhecida no Brasil como o “ciclo do ouro”, e ele caracterizou-se pela exploração predatória dos garimpos e minas, pela violência e fome que assolava os pioneiros da extração mineral, principalmente dos povos escravizados; e pela impulsão que deu à dinâmica econômica da colônia que vigorou com força durante os primeiros 80 anos do século XVIII, quando a produção de ouro começou a decair devido ao esgotamento progressivo das minas da região de Ouro Preto e Mariana⁴⁶.

⁴⁶ Segundo Pinto (2000), nos primeiros anos do século XVIII (1700-1735), a produção de ouro no Brasil aumentava a taxas lentas, ao passo que entre 1736-1787 ela teve grande crescimento, saltando de 80.000 Kg para aproximadamente 450.000Kg. A partir daí houve sucessivos declínios na extração desse mineral. Mas, o autor adverte: a quantificação da produção de ouro brasileira tem sido abordada de vários ângulos (das produções propriamente ditas e que foram registradas, do pagamento de impostos, nomeadamente do “quinto do ouro”, das remessas para Portugal, etc.), com resultados que não serão satisfatoriamente exatos, haja vista a impossibilidade de soma do que foi contrabandeado.

Bruckmann (2011) argumentou que o território da América Latina de maneira geral foi valorizado internacionalmente nesse período por causa dos minérios que ali existiam. A inserção desta região no processo de reestruturação territorial da economia mundial no século XVIII se deu, segundo a autora, como fornecedora de recursos minerais, fundamentalmente ouro, no caso do Brasil, e prata, como no Peru, na Bolívia e no México. As rendas provenientes desta economia eram repassadas da Espanha e Portugal para os ingleses, o que possibilitou o crescimento industrial e comercial da Inglaterra no período. Ouro e Prata, desse modo, eram utilizados pelos países colonizadores como divisas para manter os empréstimos de libras da Inglaterra e para importar determinados produtos industrializados.

Fazendo um paralelo da argumentação de Bruckmann (2011) com o contexto brasileiro do período, pode-se dizer que a extração do ouro em Minas Gerais resultou num processo que sustentou e possibilitou a realização da acumulação primitiva do capital, do mercantilismo e da empresa colonial, liquidando as relações feudais que ainda existiam no velho continente e engendrando o modo capitalista de produção.

Embora a euforia econômica desses séculos tenha marcado a história brasileira de forma geral, ao esplendor mineral segue-se a decadência do ouro no século XIX, o que possibilitou a emergência de nova dinâmica econômica no Brasil. Pinto (2000) ressaltou que dentre as causas dessa decadência estavam: perda do valor do ouro nos mercados internacionais, problemas de natureza técnica (difícil extração e condições geológicas das minas), falta de investimentos na economia mineral, dentre outras. Mesmo o país tendo uma baixa participação no mercado internacional de minerais, ele continuava a fornecer matérias primas para a acumulação capitalista, tais como o açúcar, o café, o algodão, dentre outros produtos agrícolas. Portanto, o papel de fornecedor de produtos primários e de importador de produtos industrializados foi mantido nesse século, e a dependência dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico também.

Conquanto o século XIX não tenha sido aquele no qual a mineração tenha tido grande desenvolvimento, houve algumas iniciativas para tentar alavancar o setor. A partir de ações imperialistas inglesas, francesas e belgas surgiram organizações empresariais que objetivaram desenvolver empreendimentos minerários no Brasil e, a partir daí, garantir participações no mercado de capitais internacionais da época. Dentre esses empreendimentos, a Mineração Morro Velho

(localizada onde hoje é a região metropolitana de Belo Horizonte), teve grande sucesso. Com ele, ingleses introduziram novas tecnologias de extração que começaram a fazer parte da mineração brasileira, o que fez com que se aumentasse muito a extração mineral a ponto de o setor demandar do Império o credenciamento de uma agência reguladora. Tal tarefa ficou a cargo do Museu Nacional, que foi reorganizado em 1842 para abrigar uma seção especial que trataria de “Geologia, Mineração e Ciências Exatas”. No ano seguinte, o Império criou também, na Secretaria de Estado de Negócios, a seção “Agricultura e Mineração” (GROSSI, 1981).

Além disso, como novas técnicas de extração estavam sendo introduzidas no país, também havia a necessidade de capacitar recursos humanos para operacionaliza-las. Para isso, D. Pedro II criou em 1876 a Escola de Minas, hoje Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), vislumbrando um horizonte de expansão da atividade em Minas Gerais (CARVALHO, 2015).

Entretanto, a despeito desses fatos que tentaram modernizar a atividade, o século XIX, de maneira geral, foi o período em que a mineração brasileira experimentou um estado de decadência, já que o ponto “forte” dos investimentos foi a expansão de produtos agrícolas, especialmente do café produzido no estado de São Paulo. A Primeira República, então, assumiu uma posição cuidadosa em relação à política do Império. Segundo Grossi (1981), entre 1889 e 1930 não foi reservado à mineração nenhum espaço especial no desenvolvimento econômico nacional, e a atividade esteve ligada ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (lei nº 23 de outubro de 1891).

Paradoxalmente, foi nesse mesmo período que o mundo tomou conhecimento de uma das maiores reservas de minério de ferro. Tratava-se da descoberta da Região do Quadrilátero Ferrífero, no estado de Minas Gerais, anunciada na capital da Suécia quando da realização do Congresso Internacional de Geologia, em 1910. Eduardo Galeano (2014, p. 205, destaques no original), com muita astúcia literária e política, havia indicado esse processo em seu livro:

Graças às informações recolhidas e divulgadas, lá por 1910, por um Congresso Internacional de Geologia reunido em Estocolmo, os homens de negócios dos Estados Unidos puderam, pela primeira vez, avaliar as dimensões dos tesouros escondidos sob o solo de uma série de países, um dos quais, talvez o mais tentador, era o Brasil. Muitos anos depois, em 1948, a embaixada dos

Estados Unidos criou um cargo novo no Brasil, o *adido mineral*, que logo teve tanto trabalho quanto o adido militar e o adido cultural: tanto que, rapidamente, foram designados dois *adidos minerais* no lugar de um só.

A descoberta dessa reserva e o seu anúncio internacionalmente demandou um arcabouço legal e um arranjo institucional que regulamentasse o setor no país. Nesse contexto, o Departamento Nacional de Propriedade Mineral (DNPM)⁴⁷, criado pelo Decreto nº 23.979 de 8 de março de 1934, assinou o Código de Minas brasileiro em 10 de julho do mesmo ano. Houve, portanto, a publicação de uma primeira legislação minerária no país a qual definia que o bem mineral seria propriedade da União, cujo aproveitamento seria passível de concessão a pessoas de direito privado (RAMOS, 2000).

Com o anúncio das reservas do Quadrilátero Ferrífero feito em Estocolmo e a edificação de um arcabouço legal e de instituições referentes à mineração no país, as principais potências econômicas da época direcionaram atenção ao Brasil. Grandes empreendimentos foram implantados em Minas Gerais, principalmente pelos EUA e Inglaterra, visando a extração de minério de ferro a partir de 1940 (RAMOS, 2000). Aliado a esse contexto, o advento da Segunda Guerra Mundial também evidenciou a necessidade de se dirigir maior atenção ao setor.

O transporte brasileiro no período era baseado na rede ferroviária e hidroviária, ambos movidos à vapor, queimando carvão mineral e lenha. Assim, com a guerra, ficara difícil abastecer ao mesmo tempo os navios militares e o transporte no território nacional, o que levou a uma investida na busca de recursos naturais. Para isso, o Brasil recebera apoio financeiro internacional para a construção de portos marítimos, para modernizar ferrovias e abrir uma mina na bacia do Rio Doce, integrando a produção mineral brasileira e possibilitando seu comércio internacional. O país também construiu uma moderna indústria siderúrgica, totalmente verticalizada, em 1942. Nascia, nesse contexto, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)⁴⁸ no estado do Rio de Janeiro, a

⁴⁷ O DNPM esteve vinculado ao Ministério da Agricultura até o ano de 1960 quando, através da Lei nº 3782 de 22 de julho de 1960, foi criado o Ministério de Minas e Energia (MME) que passou a abrigar essa autarquia.

⁴⁸ A CSN foi criada durante o Estado Novo, governo de Getúlio Vargas, após acordo diplomático denominado “Acordos de Washington”, feito entre os governos brasileiro e estadunidense, que previa a construção de uma usina

Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)⁴⁹ em Minas Gerais e o Porto de Tubarão no estado do Espírito Santo⁵⁰ (SANTOS, 2010; COELHO, 2015; CARNEIRO, 2016).

Segundo Santos (2010), com o quadro institucional e empresarial “armado” no Brasil, e o contexto da guerra seguido do processo de liberalização do comércio internacional, canalizou-se uma expansão da demanda de aço no mundo. E ela foi impulsionada, em um primeiro momento, pela própria economia da guerra e pela reconstrução dos países europeus e do Japão, e, posteriormente, sustentada pelas indústrias do setor. Ainda de acordo com o autor

(...) enquanto a produção se arrastava e as Economias Recentemente industrializadas (NIES) assumiam papéis mais importantes na geografia do aço, as exportações foram concebidas como uma saída para a crise, conduzindo ao aumento do comércio internacional (SANTOS, 2010, p. 73).

Assim, a mineração brasileira entrou na segunda metade do século XX com o que supunha ser uma grande conquista: a criação de um ministério específico para o setor (o Ministério de Minas e Energia), o que garantiria a continuidade na implantação de planos e projetos de expansão da mineração; o surgimento de grandes empresas nacionais e uma infraestrutura de transporte integrada. Tal expectativa foi realçada com o primeiro plano de mineração, o “Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil (1964-1974)”, documento orientador de todos os projetos minerários da época.

siderúrgica que pudesse fornecer aço para os aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

⁴⁹ A CVRD começou a ser idealizada em 1909, quando investidores estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos, adquiriram grandes áreas no município de Itabira-MG e fundaram o *Brazilian Hematite Syndicate* visando a exploração do minério de ferro na região. Em 1911, um empresário norte americano adquiriu todas as ações do sindicato e o transformou na *Itabira Iron Ore Co.*, que passou a exportar exclusivamente para os EUA cerca de 10 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Somente com o governo Getúlio Vargas é que o país (re)conquistou as reservas pertencentes à *Itabira Iron Ore Co.*, criando, em 1942, a CVRD (COELHO, 2015).

⁵⁰ O Porto de Tubarão começou a ser construído em 1962 pela CVRD. Neste ano foram assinados acordos bilaterais para fornecimento de minério de ferro para o Japão e Alemanha. Inaugurado em 1966, até hoje é totalmente controlado pela Vale e utilizado exclusivamente para embarcar minério de ferro.

Pode-se argumentar, portanto, que a industrialização brasileira⁵¹, em boa medida, foi fomentada pelo setor de mineração, construindo siderurgias, portos e demais plantas industriais ligadas a essa atividade. Independentemente do debate sobre maior ou menor industrialização no período militar, o fato é que a mineração teve um dos seus momentos de maior crescimento, tanto em termos econômicos quanto políticos e legal. Em 1967, por exemplo, foi publicado novo dispositivo que regulamentaria todo o setor no país: o Código de Mineração; que tinha como objetivo modernizar os princípios do antigo Código de Minas, este de 1934.

Uma das principais modificações proporcionadas pelo código de 1967 foi a retirada do proprietário do solo a preferência que lhe era anteriormente reservada na concessão de direitos minerários, garantindo-lhe, porém, direito à indenização por danos e perdas, bem como participação no resultado da lavra mineral. Essa modificação possibilitou maior investimento de empresários brasileiros e a atração de capitais internacionais, garantindo-lhes o direito de exploração. Os resultados fizeram-se sentir de imediato, especialmente para o desenvolvimento da CVDR e da CSN, e o minério de ferro, juntamente com a agricultura, passa a ser considerado um dos carros-chefes para o desenvolvimento econômico do país (SANTOS, 2010).

Novamente fazendo um paralelo do contexto brasileiro com o da América Latina, Bruckmann (2011) observou que o que se iniciou nos anos de 1930 e que teve sua culminância na década de 1960 significou o período de introdução de inovações produtivas e jurídicas associadas ao setor de mineração e de expansão de multinacionais do setor. Ela observou ainda que ao difundir as tecnologias, as estratégias de exploração mineral estiveram associadas à expansão do mercado minerário mundial, implementando uma nova divisão internacional do trabalho que lhes oferecia duas vantagens importantes, quais sejam: i) representava a tradução mecânica da concepção originada dos países desenvolvidos no que concerne ao desenvolvimento do capitalismo; e ii) garantia o crescimento econômico sem variações nas estruturas sociais predominantes nos países latino-americanos.

⁵¹ Minas Gerais sempre englobou a grande parcela da atividade mineira do Brasil, até que, a partir da década de 1970, surgem outros polos importantes, notadamente no Pará e em Goiás. A respeito da industrialização de Minas Gerais e sua íntima ligação com empreendimentos minerários, consultar Carneiro (2016).

No Brasil, vivenciávamos o chamado “Milagre Econômico” (1968-1973), período do regime militar em que o desenvolvimento econômico do país registrou grande crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da inflação (VELOSO *et. al*, 2008). Com o intuito de romper a estagnação que seguira o governo Juscelino Kubitschek, e visando estimular o crescimento econômico e a integração nacional, o governo da época implantou vários programas nas áreas de transporte e energia. Dentre eles, pode-se destacar a ponte Rio-Niterói, a Usina Hidrelétrica (UHE) de Itaipu, a Usina Nuclear de Angra dos Reis e a Zona Franca de Manaus. A mineração, da mesma forma, recebeu investimentos, principalmente em pesquisa e prospecção mineral (MONTEIRO, 2005).

Essa euforia econômica e mineral durou até meados dos anos de 1970, quando, em meio a crises diversas, os países latino-americanos experimentaram um processo de desindustrialização por conta da abertura econômica e da queda dos mercados internos, desemprego crescente e perda salarial, o que levou a um crescimento econômico muito baixo. Como resultado, pôde-se evidenciar o aumento da pobreza e das desigualdades sócio-espaciais na América Latina em geral (BRUCKMANN, 2011).

No Brasil, a crise de 1971 e o choque do petróleo em 1974 aceleraram a taxa de inflação, fizeram crescer a dívida externa e desaceleraram a economia, levando o país a um período de recessão. Nesse contexto, a mineração também passou por um período de estagnação, tanto em termos de investimentos em pesquisa e prospecção, quanto no que se refere à produção mineral propriamente dita, com exceção da Região Amazônica.

Segundo Monteiro (2005), para agilizar a implantação de projetos industriais visando a exportação, em 1974 o governo brasileiro criou o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) que previa a implantação de diversos centros de desenvolvimento nessa região brasileira, com destaque para aqueles que envolviam recursos minerais. Alguns dos polos deste programa foram Carajás e Trombetas, no estado do Pará, e o “polo do Amapá”.

Na Serra do Navio, localizada no estado do Amapá, foi implantada pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) uma grande usina destinada a extração de manganês e, no Porto de Santana, uma usina de pelotização desse minério. Tais plantas industriais permitiram o aumento do volume de manganês extraído e comercializado na década de 1970, principalmente com os Estados

Unidos, como demonstrado por Galeano na citação que iniciou este capítulo.

Também nos anos de 1970 se desenhou as condições que tornaram viáveis a extração e comercialização de bauxita na Amazônia brasileira. As jazidas descobertas pela empresa canadense *Aluminium Limited of Canada* (ALCAN) às margens do rio Trombetas, município de Oriximiná-PA, foi considerada uma das maiores do mundo, o que fez com que, em anos posteriores, se instalasse na região um complexo industrial visando a transformação da bauxita em alumina e alumínio⁵² (MONTEIRO, 2005).

Ainda sob as condições políticas do Poloamazônia, também se implantou no sudeste paraense, atualmente município de Parauapebas, a extração de minério de ferro na Serra dos Carajás, a maior mina a céu aberto do mundo, projeto cuja condução havia sido assumida pela CVRD em 1977. Para isso, foi criada uma grande estrutura envolvendo minas, instalações de beneficiamento mineral, um pátio de estocagem, estruturas portuárias e a estrada de ferro Carajás com 890 Km ligando a Serra ao terminal portuário de Ponta da Madeira, em São Luís (MA)⁵³ (MONTEIRO, 2005).

Nesse contexto, os projetos de desenvolvimento econômico a partir de recursos minerais se expandiram pelo país, notadamente para a Amazônia. Minas Gerais ainda se mantinha como grande produtor mineral, no entanto, principalmente após a implantação de projetos de mineração em Carajás, o estado do Pará também passa a ter destaque.

No início dos anos de 1980 o poder de centralização autoritária dos militares foi sendo esvaziado e o processo de redemocratização que teve como corolário o fim desses governos e a promulgação da Constituição Federal em 1988, alteraram importantes mecanismos de mediação entre interesses de diversos grupos empresariais no interior do poder executivo. Essa conjuntura fez com que fosse extinto o Poloamazônia e reduzida a ação da Superintendência de

⁵² Consolidou-se em tais bases, no ano de 1978, a Alumínio Brasileiro S. A. (Albras), *joint venture* criada como associação entre a CVRD e a *Nippon Amazon Aluminum Corporation* (Naac), um consórcio de empresas japonesas que participou com 49% do empreendimento, cabendo o restante à CVRD. E, para a produção da alumina, criou-se a Alumina do Norte do Brasil S. A. (Alunorte). Acerca da mineração na Amazônia brasileira, consultar Wanderley (2012).

⁵³ Segundo Monteiro (2005), a operação desse sistema de forma integrada iniciou-se em 1985.

Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o que, por sua vez, fez diminuir a importância da mineração no desenvolvimento dessa região particularmente e do Brasil de maneira geral.

Na esteira da abertura econômica e do neoliberalismo, a eleição de Fernando Collor à presidência da República e, posteriormente, a de Fernando Henrique Cardoso, consolidaram-se na década de 1990 alterações no que tange à forma de atuação, do sentido e das funções da intervenção estatal no desenvolvimento econômico nacional. Em meio a elas, que incluem diminuição de barreiras alfandegárias, redução da tributação incidente sobre exportações e a redução da participação estatal na economia através de programas de privatizações (como veio a acontecer com a CVRD em 1997) (MONTEIRO, 2005; COELHO, 2015).

Nesse período também houve a consolidação de uma legislação ambiental (BRASIL, 1981), projeto iniciado no regime militar e incorporado à Constituição de 1988, que ficou mais rigorosa no que tange ao licenciamento de grandes empreendimentos e à participação de comunidades afetadas. Instituições internacionais, a exemplo do Banco Mundial, passaram a suspender investimentos em empreendimentos de infraestrutura e de grande porte que não cumpriam tais exigências legais. Tais mudanças tiveram implicações na valorização e exploração dos recursos minerais, uma vez que se instaurou a obrigatoriedade de Estudos de Impacto Ambiental (EIA's) e a recuperação do meio ambiente degradado com a atividade industrial, o que levou muitos investidores e, não raro o próprio Estado, a considera-las “entraves ao desenvolvimento” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Nos anos de 1990, portanto, se alterou, no âmbito do Governo Federal, as concepções em relação às formas de desenvolvimento regional. Se nas décadas passadas podia-se falar da predominância de uma noção de que a modernização se vinculava a polos de desenvolvimento, nos anos posteriores esta noção perdeu força e deu lugar à ideia de que o desenvolvimento era assegurado pelo “(...) acesso a mercados e melhorar a capacidade competitiva dos sistemas econômicos regionais” (BRASIL, 1997: p.17). Em relação especificamente aos empreendimentos minerais, o discurso governamental da época afirmava que eles deveriam ser maximizados a partir da utilização das vias de transporte existentes, bem como a partir da “(...) geração de cadeias de integração produtiva” (BRASIL, 1997: p.106). Foi nesse período também que se aprovou uma emenda constitucional que modificou o texto do Código da Mineração

(BRASIL, 1967), possibilitando que o capital estrangeiro participasse majoritariamente nos capitais de empresas de mineração. Essa mudança permitiu que grandes grupos mineradores estrangeiros adquirissem direitos de lavra (MONTEIRO, 2005).

Uma análise geopolítica mais cuidadosa não pode deixar de notar também um fenômeno emergente na dinâmica global dos recursos minerais, qual seja: desde a década de 1990 a China aparece como grande consumidor e produtor mundial de minerais. As análises de Bruckmann (2011) demonstram que as cifras chinesas no que se refere à produção e consumo de recursos minerais, principalmente de minério de ferro, se elevaram drasticamente para atender sua demanda interna e as necessidades de seu modelo de desenvolvimento e industrialização. Tal fenômeno, juntamente com o já consolidado comércio internacional do país e com as mudanças legais nos marcos minerários, provocaram modificações intensas no que tange ao ordenamento territorial da mineração nos países latino-americanos de forma geral, considerando que são eles que detêm as maiores reservas minerais do mundo⁵⁴.

Assim, no final dos anos de 1990 e início de 2000 a disputa por recursos minerais direcionou movimentos de grandes consumidores para as reservas do planeta, fundamentalmente da China, dos Estados Unidos e do Japão. A estratégia espacial dessas potências inclui ação articulada para derrubar barreiras políticas e econômicas e permitir o acesso sobre aos recursos mineiras, que não se limita ao âmbito comercial, mas se desdobra também no domínio das reservas minerais. A maioria dos contratos assinados entre empresas mineradoras, fundamentalmente chinesas, estadunidenses, japonesas e europeias, e governos latino-americanos, por exemplo, tem um marco regulatório que garante àquelas um longo período de operação, entre 30 e 40 anos (BRUCKMANN, 2011)⁵⁵.

⁵⁴ Embora a extração de recursos minerais por empresas estrangeiras marque a história da América Latina desde a época da conquista europeia, percebe-se forte aumento dos investimentos no setor mineral nas últimas décadas por parte de companhias mineiras transnacionais, especialmente as oriundas da Ásia. O aumento da demanda por metais por parte das chamadas economias asiáticas emergentes, combinado à presença de abundantes depósitos de minerais descobertos entre 1990 e 2000, converteram América Latina no destino de importantes investimentos. Segundo Bebbington (2007), no final dos anos 1990 e início de 2000, o investimento em mineração a nível mundial aumentou 90% e na América Latina ele foi de cerca de 400%.

⁵⁵ Mônica Bruckmann (2011: p. 297-299) observou, por exemplo, que os contratos de exploração de gás natural e cobre assinados entre o governo do

No Brasil bilhões de dólares foram investidos por empresas chinesas nos últimos anos nos setores de metalurgia e mineração. Dos investimentos direto da China entre janeiro de 2003 e janeiro de 2011, grande parte foram direcionados à extração e processamento de metais e ao petróleo, gás natural e carvão. O estado de Minas Gerais recebeu diretamente cerca de US\$ 15,7 bilhões dos chineses no período considerado, quando a empresa *Birô* comprou a mineradora Itaminas, e outra empresa do mesmo país, a *Wisco*, comprou 21,52% do capital da MMX Mineração e Metálicos (REUTERS, 2010; ELOY, 2010; EXAME, 2011; PENNA, 2011; FARELO, 2016).

Todas essas notícias, encontradas em qualquer jornal de nossa época, corroboram o argumento de Bruckmann (2011) de que a estratégia espacial das potências inclui ação articulada para derrubar barreiras políticas e econômicas e permitir o acesso sobre tais recursos nos territórios dos países da América Latina. Isto é, a concentração de investimentos da China em setores como o da mineração nos anos recentes evidencia formas de domínio territorial das principais reservas minerais do mundo, considerando que o Brasil possui a 5º maior reserva de minério de ferro e de bauxita e a principal de nióbio. Esses argumentos mostram ainda a grande participação brasileira nas reservas mundiais de minerais metálicos e indicam que, por exemplo, o nióbio e o minério de ferro são extremamente importantes para a China, que emerge como potência aeroespacial e principal consumidora de aço do mundo.

Embora esse breve resgate histórico da mineração no Brasil tenha trazido indicações importantes para o debate a respeito da estruturação de uma questão mineral brasileira, uma pergunta ao final desse tópico se faz necessária para encabeçar as reflexões a seguir: se no passado a mineração contribuiu muito para o alavanque econômico do país, o que tem ocorrido atualmente no Brasil em relação ao ordenamento territorial desse setor?

Peru e empresas chinesas, nos anos de 2005 e 2010, respectivamente, têm duração prevista de 40 anos e valores de aproximadamente dois bilhões e meio de dólares.

5.2. Ordenamento territorial da mineração no Brasil nos anos recentes

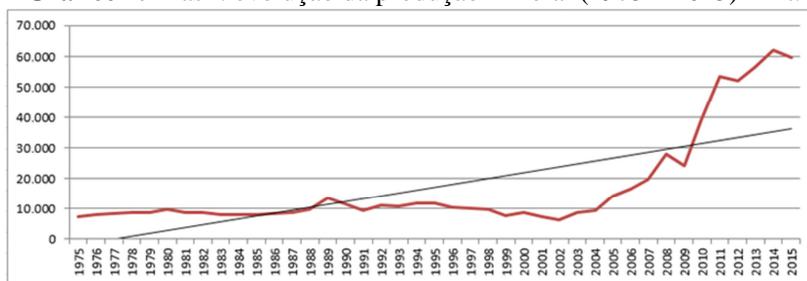
O Brasil tem grande diversidade de recursos naturais, bem como importantes depósitos minerais de relevância internacional; significativa importância na produção de minerais metálicos, figurando entre os maiores produtores mundiais e também entre os países que possuem as maiores reservas. A tabela 1 apresenta a produção e reservas de alguns minerais do Brasil em termos mundiais no ano de 2014, e o gráfico 1 representa a evolução da produção mineral brasileira entre 1975 e 2015.

Tabela 1. Brasil: classificação da produção e das reservas de minerais selecionados em termos mundiais (2014).

Bem mineral	Produção mineral		Reservas minerais	
	Posição	Participação	Posição	Participação
Nióbio	1°	93,7%	1°	98,2%
Manganês	2°	15,3%	6°	18,3%
Ferro	2°	12,8%	5°	11,9%
Tântalo	2°	28%	1°	33,8%
Bauxita	3°	14,9%	5°	9,8%
Crisotila	3°	15,6%	n.d.	n.d.
Magnesita	2°	14,5%	4°	14%
Rochas Ornamentais	3°	7,4%	n.d.	n.d.
Grafita	3°	7,8%	2°	50%
Vermiculita	4°	13,9%	n.d.	n.d.
Caulim	5°	4,5%	n.d.	n.d.
Estanho	5°	8,3%	3°	9,2%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do MME, 2015.

n.d. – Não disponível

Gráfico 1. Brasil: evolução da produção mineral (1975 – 2015) - Mt.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do MME (2015) e MME (2016).

O gráfico 1 mostrou que na última década a mineração teve grande crescimento. A produção mineral brasileira vinha tendo um comportamento relativamente estável entre 1975 e o início do século XXI, quando, principalmente a partir do ano de 2003, houve o que poderia se chamar *boom* mineral no Brasil e se verificou crescimento de mais de 550%⁵⁶. Nesse contexto, o país se tornou um *player* mundial no setor mineral, detentor das maiores produções de nióbio, manganês, ferro, tântalo, bauxita, crisotila, magnesita, rochas ornamentais e grafita. Quanto às reservas de recursos minerais, o país abriga as maiores de nióbio e tântalo, a sexta maior de manganês e a quinta de ferro e bauxita, justamente os minerais de maior interesse de grandes potências mundiais.

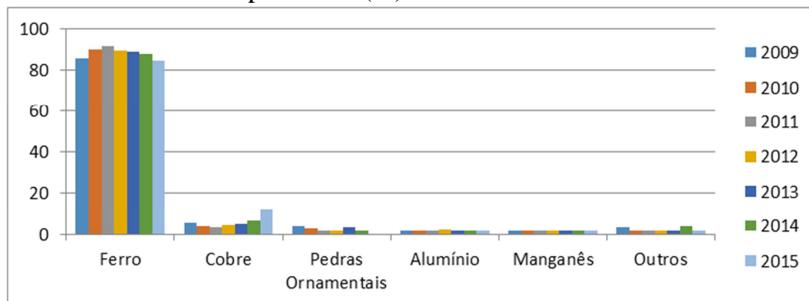
Dados do MME (2014) mostram a evolução da produção mineral brasileira por categoria de uso entre 2005 e 2013, e a partir de sua leitura é possível aferir que, em 2005, os produtos minerais representavam 17,9% do total das exportações do país, chegando, em 2013, a 21,4%⁵⁷. E esse crescimento se deu, em grande medida, pela demanda do mercado asiático para onde se destinou mais da metade dos minerais do

⁵⁶ Entre 2003 e 2014 observa-se um crescimento na produção mineral brasileira que saltou de 8.794 milhões de toneladas para mais de 61.955 milhões de toneladas (MME, 2015).

⁵⁷ No que se refere apenas à composição das exportações do setor mineral brasileiro nesse período, a maior parte é composta por bens primários (minério bruto), seguido de produtos semimanufaturados e manufaturados. Os produtos manufaturados, ao contrário dos bens primários, tiveram relativa queda, passando de 18,1% em 2009 para 5,9% em 2013 (MME, 2014). Para mais informações sobre isso, consultar gráficos 11 e 12 no apêndice.

nosso país. Dentre os minerais com maior peso nas exportações, destaca-se o minério de ferro, conforme mostra o gráfico 2.

Gráfico 2. Brasil: composição das exportações de bens minerais primários (%) – 2009 a 2015.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do MME, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2016.

Entre 2005 e 2013 as importações de produtos minerais, agropecuários e de combustíveis e lubrificantes têm se mantido estável, variando de 8,6% a 9,7%, de 9,2% a 11,8% e de 16,2% a 18,2%, respectivamente. No que se refere especificamente às importações de produtos minerais, verifica-se que, em 2014, cerca de 7% delas são desse setor, sendo que destas, 74% são importações de carvão e potássio⁵⁸. O grande percentual de produtos importados fica por conta dos bens de capital, responsável por cerca de 21% no período considerado (MME, 2015).

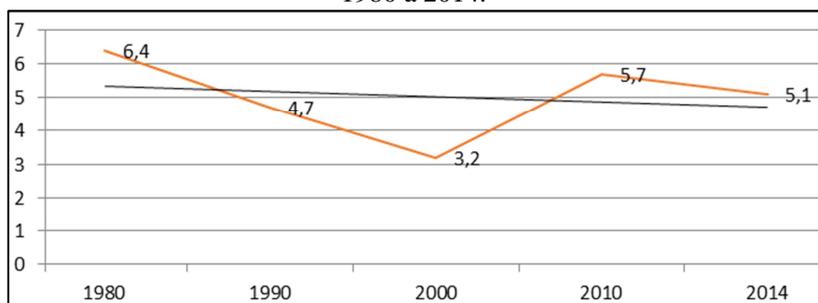
Quanto à composição das importações do setor mineral brasileiro entre 2009 e 2013, pode-se perceber que o destaque ficou por conta dos produtos manufaturados (32,9% em 2009 para 23,1% em 2013) e bens primários (38,2% em 2009 e 28,6% em 2013). Já os produtos semimanufaturados e compostos químicos se mantiveram entre 12% e

⁵⁸ Dentre os bens minerais primários importados, o carvão e o potássio são aqueles com maior percentual nas importações. Destaca-se que esses minerais chegaram a representar, em 2012, mais de 40% das importações de bens primários advindos da mineração. Já no ano de 2014, verificou-se que 7,1% do total das importações do país são referentes a matérias primas e a produtos intermediários. Destes, 74,2% são de importações de carvão e de potássio (MME, 2015). Tais dados, organizados em gráficos (gráficos 14, 15 e 16), podem ser conferidos nos apêndices da tese.

16% (com um aumento para 20,8% em 2011 dos produtos semimanufaturados), seguido de grande aumento no ano de 2013, principalmente dos compostos químicos (MME, 2015) (ver apêndice da tese).

Quando se compara o comércio exterior do setor mineral com as transações totais do país pode-se constatar o peso das exportações minerais no comércio exterior brasileiro. Apenas no ano de 2014, as exportações do setor mineral representaram 19,4% das exportações totais e pode-se dizer que a mineração foi um segmento da indústria que apresentou expansão neste ano (MME, 2015). Nesse contexto, o setor tem contribuído consideravelmente para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, conforme mostra o gráfico 3.

Gráfico 3. Brasil: participação do setor de mineração no PIB (em %) - 1980 a 2014.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do MME, 2015.

Embora a participação do setor mineral no PIB compreenda a extração e a transformação de matérias primas, o crescimento apontado se concentra, basicamente, no segmento extrativo, com incremento de cerca de 10% em uma década (MME, 2015). Assim, tal como destacou Santos (2013), o crescimento observado, principalmente na primeira década do século XXI, se assentou, em grande medida, nas *commodities*, em particular, as de origem mineral.

Tomando como referência o minério de ferro, a *commodity* central do setor mineral brasileiro, a evolução dos preços entre 2002 e 2011 foi de 392,46%. Isto é, se em 2002 o minério de ferro custava US\$ 34,77 a tonelada, passou a US\$ 136,46 em 2011. Nesse contexto, Santos (2013, p. 81) afirmou que

“(…) a evolução dos preços das *commodities* minerais ao longo da década é decisiva, então, no reposicionamento do Brasil na divisão internacional do trabalho, reorientando a matriz de investimentos do setor privado no sentido da ampliação de sua participação na atividade extrativa mineral na criação de valor no Brasil, intensificando a exploração de minas já operacionais; iniciando a exploração de novas jazidas, menos acessíveis e dotadas de teor mineral inferior, assim como facilitando a implantação e ampliação de sistemas logísticos.

Nos anos recentes, porém, o mercado de *commodities* apresentou uma tendência de queda nos preços. Em 2014, se comparado a 2013, os índices médios de preços apresentaram quedas nos metais básicos (-1,4%), metais e minerais (-6,6%), metais preciosos (-12,1%) e também nos fertilizantes (-11,6%) (MME, 2015). Ainda nesse contexto, tem destaque o minério de ferro com quedas de 50% do seu valor, passando a valer US\$ 68,00 a tonelada. A queda no preço dos minerais pode explicar a retração da participação da mineração no PIB brasileiro em 2014, conforme apresentamos no gráfico 3.

Ao analisar esses dados com mais cautela poderíamos esperar uma diminuição da produção de minério no Brasil. Entretanto, não é o que se observa. Quando se compara os dados relativos ao preço do minério de ferro e os representativos da produção, o que se vê é justamente o contrário: o preço caiu, mas a produção aumentou. Ou seja, enquanto o preço do minério de ferro caiu pela metade entre 2011 e 2014, a produção aumentou cerca de 20%.

O debate acadêmico de grupos de pesquisadores tem sugerido que o comportamento da produção em detrimento da queda nos preços se deu para manter as taxas de lucros das empresas que veem no aumento da extração uma forma de compensar a queda nos preços, bem como diminuindo seus gastos com segurança dos trabalhadores e prevenção de problemas ambientais (MILANEZ; SANTOS, 2013a, 2013b, 2014a; SANTOS, 2013; WANDERLEY, *et. al*; 2016; MILANEZ, *et. al*; 2016)⁵⁹. Santos (2013), por exemplo, argumentou que

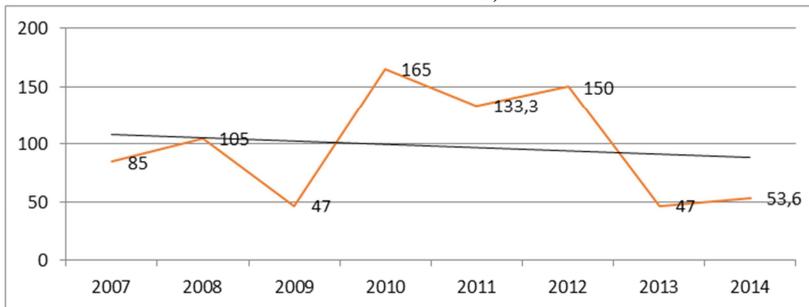
⁵⁹ O rompimento da barragem de rejeitos em Mariana exemplifica isso muito bem: A Samarco desrespeitou as condicionantes levantadas na licença de operação em 2018 e 2013, aumentou a produção, diminuiu os tempos de sedimentação dentro do reservatório e aumentou a barragem sem fiscalização

é na retomada das estratégias setoriais da política industrial brasileira que ocorreu a partir dos anos 2000 que podem estar as origens da complementaridade entre mineração e o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil e que pode explicar o aumento da produção mineral nos últimos anos.

A literatura acerca desse fenômeno problematiza a sua continuidade em relação ao neoliberalismo em certos aspectos e o define como neodesenvolvimentismo, que aponta para um modelo que se apoia no compromisso liberal-mercantilista, ligado às estratégias do neoliberalismo, e, ao mesmo tempo, na participação ativa do Estado como agente de estabilização econômica. Um dos eixos que compõe esta narrativa “continuista” é o industrialista, isto é, ela privilegia as formas financeira e industrial do capital como estratégia econômica (ACSELRAD *et. al.*; 2012; SANTOS; MILNEZ, 2014a).

Com efeito, a busca pela estabilidade fez com que a economia brasileira se submetesse a uma seletiva diretriz, privilegiando setores competitivos internacionalmente, dentre eles, o da mineração. Portanto, a ascensão do PIB brasileiro nos primeiros anos da década de 2000, que acumulou crescimentos significativos no final desta década, pode ser explicada no *boom* das *commodities*, e, em especial, do minério de ferro (ACSELRAD *et. al.*; 2012; SANTOS, 2013; MILANEZ; SANTOS, 2013b). Os dados do gráfico 4 relativos aos investimentos na economia mineral brasileira também favorecem essa argumentação, uma vez que demonstram que foi justamente neste período em que foi destinado grande volume de recursos para o setor mineral brasileiro (165 bilhões de US\$).

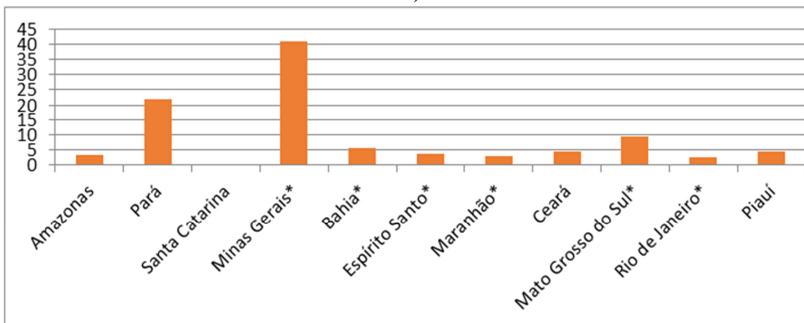
Gráfico 4. Brasil: investimento no setor mineral, 2007-2014 (em Bilhões de US\$).



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do IBRAM, 2015.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2015), investimentos na ordem de 53,6 bilhões de dólares foram feitos no setor em 2014 e eles se concentraram, basicamente, nos estados de Minas Gerais (40,8%) e Pará (21,93%), estados que historicamente têm valorizado a atividade de mineração para alavancar um modelo de desenvolvimento econômico. O gráfico 5 apresenta os investimentos no setor mineral por estado da federação.

Gráfico 5. Brasil: investimento no setor mineral por estado, 2014 (em %).



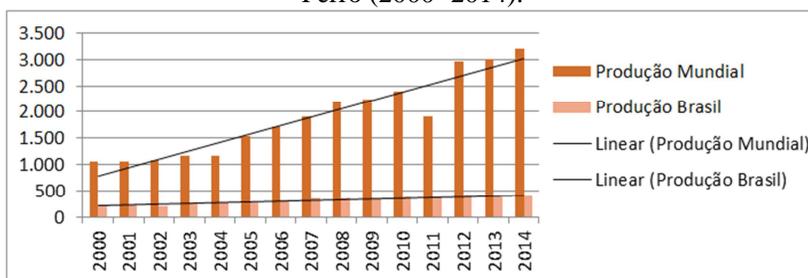
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do IBRAM, 2015.

*Incluem também investimentos em logística, tais como minerodutos, ferrovias e/ou portos.

O mineral que atraiu a maior parte de investimento foi o minério de ferro (63,27%), principal componente das exportações minerais do país. Em segundo lugar o segmento que recebeu grande volume de investimentos foi a cadeia do alumínio (composto pela alumina, alumínio e bauxita) (13,2%), seguido do níquel (9,96%).

No que diz respeito especificamente ao minério de ferro, o gráfico 6 destaca a produção mundial e a nacional⁶⁰. Nele pode-se perceber que houve um relativo aumento da extração após os anos de 2003, ressalvando uma queda mundial no ano de 2011, mas que não foi acompanhada por queda na produção brasileira.

Gráfico 6. Produção mundial e produção brasileira (Mt) de Minério de Ferro (2000- 2014).

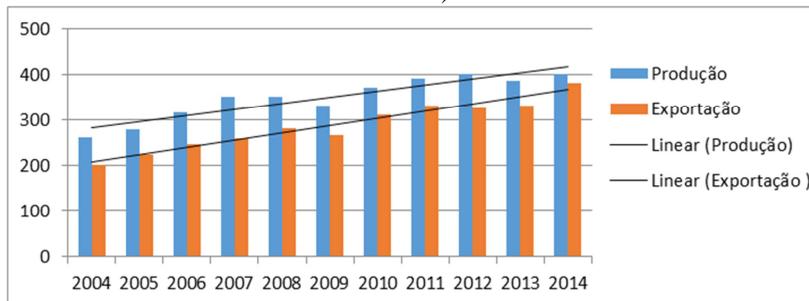


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do IBRAM (2015) e do MME, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Como mencionado, a maior parcela da produção desse minério é destinada à exportação e o gráfico 7 revela isso muito bem, mostrando que, nos últimos 10 anos, a produção de minério de ferro no Brasil, basicamente, atendeu o mercado externo.

⁶⁰ Acerca da evolução da produção brasileira de minério de ferro, consultar gráfico 17 no apêndice da tese.

Gráfico 7. Brasil: produção e exportação de minério de ferro - Mt (2004 - 2014).



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do IBRAM (2015) e DNPM/Sumários Mineraiis, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Com relação aos países compradores do minério de ferro brasileiro, em 2014 a China ficou com a maior parcela (51% do total da produção), seguida do Japão (9%), Coreia do Sul (5%), Holanda (5%), Itália (4%), Omã (3%), Alemanha (3%) e Argentina (2%) (MME, 2015). As principais empresas que extraem esse recurso mineral no país são, respectivamente, a Vale, a CSN, a Samarco, a *Ferrous Resources do Brasil*, a *Anglo American*, a *Anglo Ferrous*, a Arcelor Mittal e a V&M; sendo que somente a empresa Vale detém mais de 70% da produção.

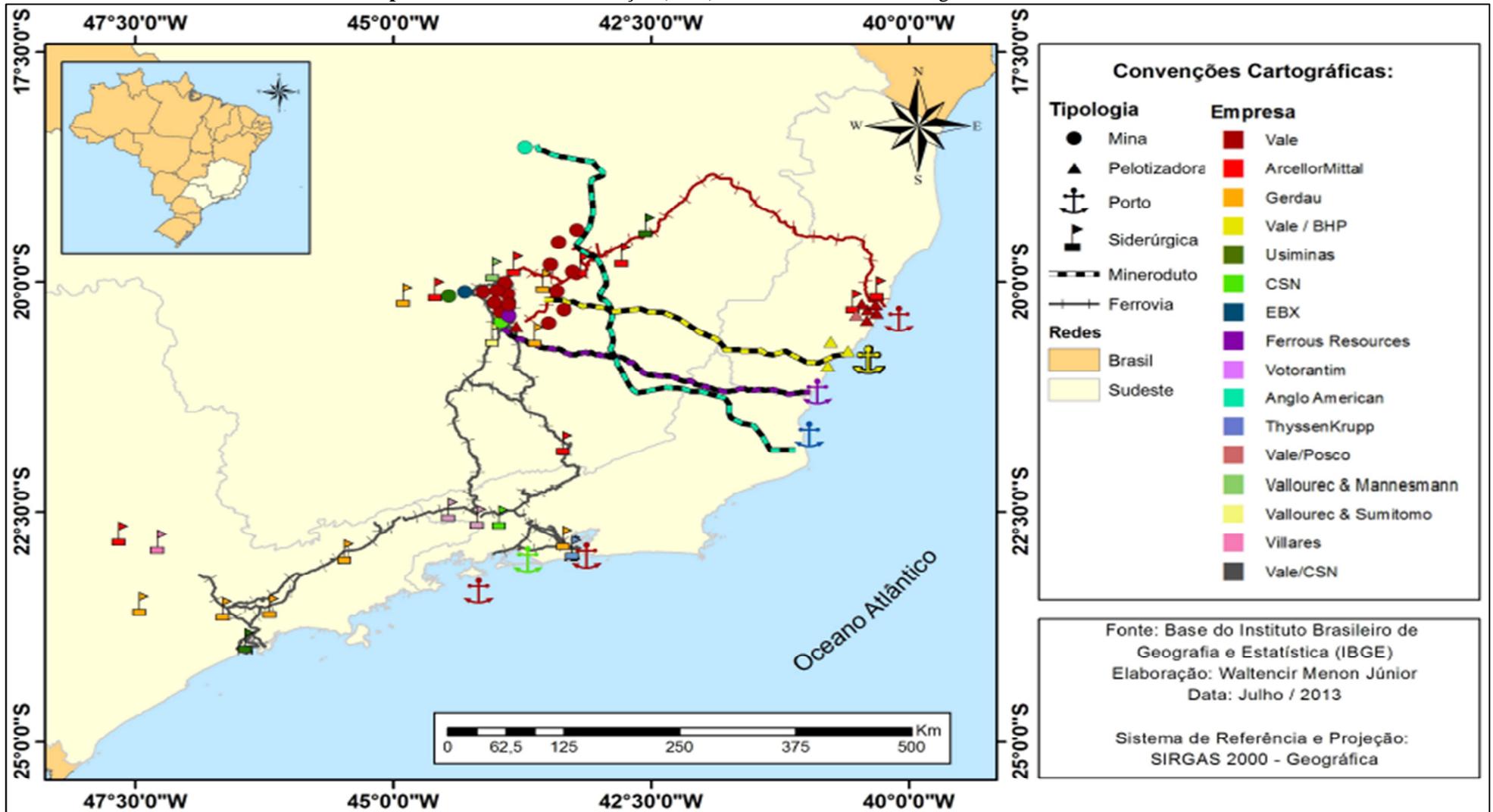
Estes dados mostram que a produção mineral no Brasil está concentrada, tanto em termos de investimentos e produção como em termos de empresas, sendo o ferro o principal minério extraído e a Vale detentora do monopólio da produção. Portanto, o ordenamento territorial do setor mineral nos anos recentes, de modo geral, é controlado por uma única empresa e baseado na extração de um único mineral. E esse monopólio tem reflexos territoriais impressionantes, já que o mesmo está concentrado em apenas dois estados, quais sejam: Minas Gerais (concentrou 67% da produção de minério de ferro no ano de 2014) e Pará (com 29,3%).

Milanez e Santos (2013b) caracterizam esse cenário relativo à mineração de ferro no Brasil como sendo uma Rede Global de Produção (RGP), dada suas características produtivas, operacionais e logísticas, complexas e globais. Sendo assim, para estes autores, a RGP do minério de ferro no Brasil revela a apropriação privada ou espoliação de bens naturais públicos, e sua espacialização aponta para uma dimensão importante para compreender a apropriação de bens naturais.

Os mapas 1 e 2, retirados de Milanez e Santos (2013b), mostram como esse setor se organiza espacialmente, especificamente nas Regiões Sudeste e Norte, onde estão as principais empresas, minas e o sistema logístico da RGP do minério de ferro brasileiro.

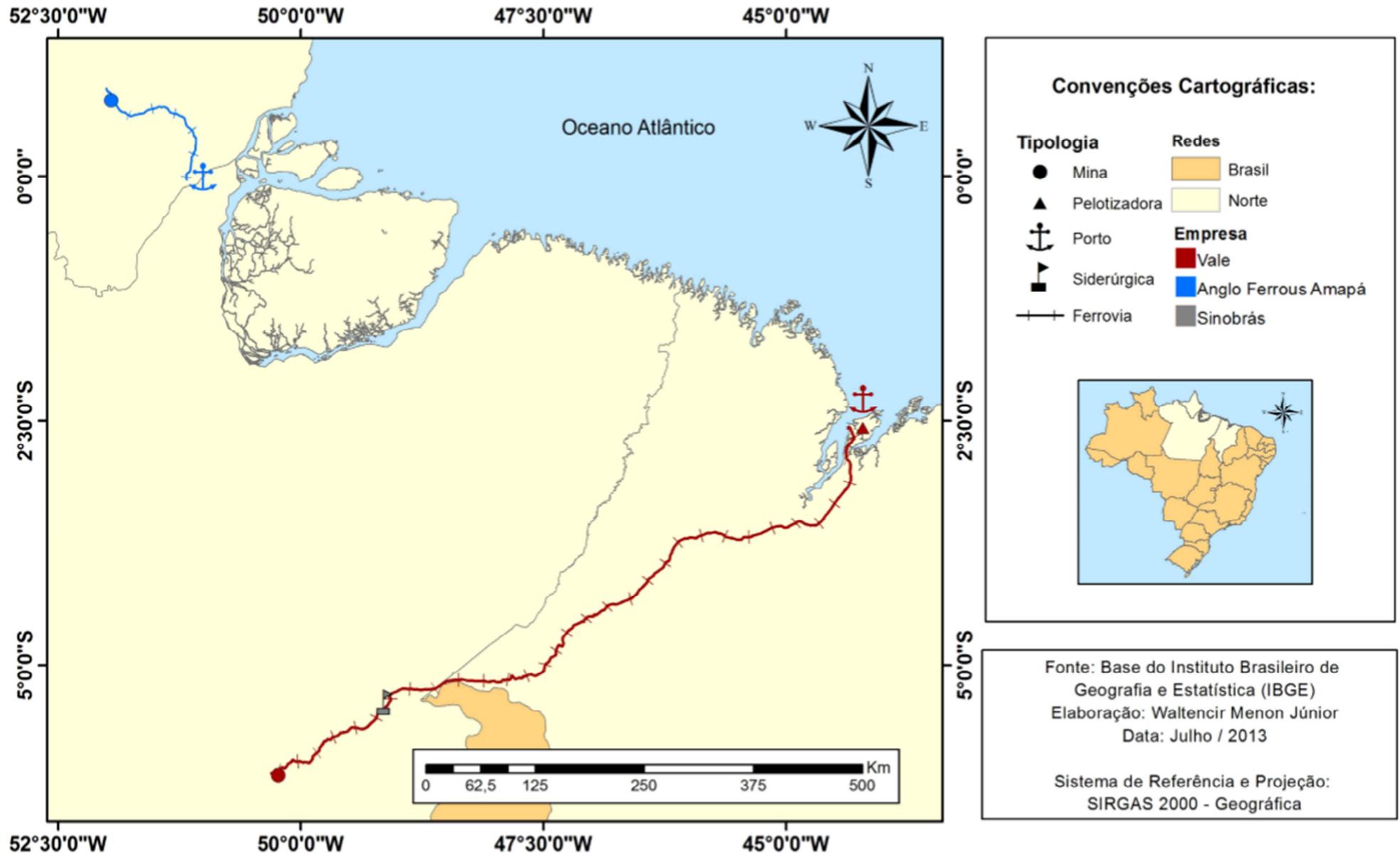
Para a Região Sudeste são dezenas de minas (concentradas no estado de Minas Gerais) e siderúrgicas (estas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) em operação, três minerodutos (sendo dois já em operação e um em planejamento), linhas férreas, usinas de pelotização e sete portos. Estes objetos técnicos permitem a circulação de pessoas, informações e mercadorias nos âmbitos nacional e internacional e o controle territorial de grande área do país por algumas poucas empresas do setor mineral. Embora o mapa 1 não represente as áreas de plantações de eucaliptos e barragens hidrelétricas, concentradas basicamente nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, elas também podem ser consideradas partes integrantes dessa RGP, uma vez que são utilizadas, respectivamente, por siderúrgicas para a transformação mineral (especialmente as monoculturas localizadas na Região Norte de Minas Gerais) e para geração de energia para mineradoras (a exemplo das usinas de Candonga e Fumaça, localizadas na Zona da Mata mineira).

Mapa 1. Rede Global de Produção (RGP) do minério de ferro na Região Sudeste do Brasil.



Fonte: Milanez e Santos (2013b).

Mapa 2. Rede Global de Produção (RGP) do minério de ferro na Região Norte do Brasil.



Já na Região Norte, embora a RGP do minério de ferro parece menos complexa, seus efeitos espaciais são os mesmos: permitir a circulação de pessoas, informações e mercadorias e o controle territorial. Eles são garantidos pela presença de três grandes empresas do setor mineral, duas linhas férreas, dois portos, uma usina de pelotização e uma siderúrgica.

Neste capítulo vimos que uma das principais atividades que alavancou a indústria nacional foi a mineração e que, mesmo que isso tenha sido considerado um processo nacionalista, ele foi marcado, desde sua concepção, pela presença do capital internacional no Brasil. A extração predatória pelos portugueses no século XVII e XVIII, a introdução de novas técnicas de extração pelos ingleses no século XIX, o anúncio, no início do século XX, das reservas do Quadrilátero Ferrífero, a vinda de capital norte americano para impulsionar a produção de minério de ferro na segunda metade do século XX, a presença da China como investidor do setor mineral no século XXI; enfim, o processo descrito neste capítulo nos mostrou que a presença de empresas estrangeiras no desenvolvimento da mineração foi marcante.

No entanto, foi a partir do século XX que a mineração no Brasil ganhou apoio governamental e se desenvolveu a partir do modelo de substituição de importações. Mas, apesar dos resultados obtidos nos anos de 1950 e 1960, ele apresentou certo desgaste ao longo da década de 1970, com o endividamento externo e déficit comercial crescente, e se tornou insustentável com a elevação das taxas de juros internacionais no final desse período. Isso se expressou em meados dos anos de 1980 e em toda a década de 1990, quando o projeto neoliberal toma corpo e forma no Brasil. Nesse contexto, o país passou por um processo de redução do tamanho do Estado, entrada de capitais transnacionais, abertura comercial e privatização de empresas.

Pode-se argumentar, com a ajuda de Bruckmann (2011), que a atividade de mineração possibilitou a inserção subordinada do Brasil no desenvolvimento do modo de produção capitalista. O país adentrou na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) como fornecedor de matérias primas. Entretanto, para além do debate sobre inserção do Brasil na DIT, pôde-se perceber também que os minérios não eram vistos como estratégicos para garantir a soberania nacional ou como mote causador de inúmeros conflitos. Pelo contrário, foram postos como importantes para o desenvolvimento do comércio internacional e, principalmente, para gerar lucro a algumas poucas empresas.

Em termos acadêmicos a mineração também tem sido analisada recentemente a partir da entrada voraz da China no comércio internacional. A presença dos chineses nas economias latino-americanas tem suscitado questões de pesquisa geográficas que tem levantado o debate sobre governança territorial, sobre desigualdade ambiental e sobre a estrangeirização do solo e do subsolo de *nuestra América*. Pode-se considerar que essa é uma agenda de pesquisa a ser construídas não somente pelos geógrafos, mas por todos aqueles que desejam se empenhar nas análises sobre mineração no Brasil e na América Latina.

Por fim, podemos indicar que as análises realizadas neste capítulo nos permitem apontar alguns pontos para reflexão. O primeiro deles se refere à posição do Brasil como grande provedor de minerais metálicos para o mercado internacional nos anos recentes. A partir da exposição dos dados relativos à economia mineral brasileira pode-se dizer que o país se caracteriza por ser: i) rico em recursos minerais de interesse estratégico; ii) especializado na exportação de matérias primas; iii) importante política e economicamente no cenário internacional, com parque industrial consolidado, mas que, ainda assim, não investe em setores estratégicos como o da indústria de transformação; iv) possuidor de grande produção mineral, embora concentrada quase que exclusivamente no minério de ferro.

Os dados apresentados na segunda parte do capítulo mostraram que a porcentagem de produtos primários nas exportações do Brasil, principalmente dos minerais metálicos, vem aumentando desde 2003, enquanto a participação dos produtos manufaturados vem diminuindo. Esse processo leva alguns autores a argumentar que o país estaria passando por um processo de reprimarização da economia (MILANEZ; SANTOS, 2013a; 2013b; SANTOS; MILANEZ, 2014).

De fato, esse foi um período que houve rápido e intenso crescimento da demanda por matéria-prima, puxado pelo processo de industrialização e urbanização da Ásia, o que elevou os preços das *commodities* a valores muito acima das médias históricas. Milanez e Losekann (2016) apontaram que, em 2010, o índice de preços de *Commodities* do *McKinsey Global Institute* (MGI) atingiu sua maior marca desde 1910. E foi esta elevação de preços um dos principais elementos que garantiu o aparente sucesso das práticas extrativistas na promoção do crescimento econômico no Brasil.

Há que destacar, entretanto, ainda conforme Milanez e Losekann (2016), que essa alteração na dinâmica econômica do setor causou mudanças no uso dos territórios de diferentes maneiras e intensidades. Se a queda no preço dos minérios gerou diferentes reações das

mineradoras em que, por um lado, pequenas e médias empresas do setor mineral encerraram suas atividades, por outro lado, as mineradoras maiores optaram por ampliar sua extração, aumentando sua escala de operação e reduzindo seus custos, garantindo, assim, o monopólio da produção.

Um segundo ponto que é possível destacar diz respeito ao papel do país como fornecedor de recursos naturais para os países centrais da economia-mundo. Isto é, percebemos que o Brasil vem explorando em demasia seus recursos naturais para a produção de produtos de baixo valor agregado para o mercado internacional. Atualmente os recursos minerais são considerados estratégicos, pois eles estão relacionados à competitividade no mercado, e as exportações oriundas da mineração, sem embargo, geram importantes rendas. Porém, é um erro ver nos investimentos, principalmente àqueles direcionadas a *commodities*, uma relação benéfica a longo prazo. Isto é, o discurso neoliberal prevê que investimentos em exportações de matérias primas e a especialização em determinados setores possam ser interessantes para alavancar um processo de industrialização e especialização produtiva; contudo, não dimensiona o fato de que a especialização produtiva é vantajosa apenas numa pequena fração de tempo e ela pode dificultar, em longo prazo, investimentos na produção de tecnologia, tal como tem apontado uma literatura especializada (MILANEZ; SANTOS, 2013a; 2013b; SANTOS; MILANEZ, 2014).

Faz-se necessário, então, refletir sobre o beneficiamento dos minerais no território nacional e, assim, sobre o próprio processo de industrialização no que tange ao setor mineiro-metalúrgico. Com isso, o debate sobre soberania territorial pode emergir nas análises, haja vista as investidas da China no controle político, econômico e territorial dos países exportadores de matérias primas, como alertara Bruckamm (2011).

É importante debater também, tal como já vêm fazendo Acselrad *et. al.* (2012) e Santos e Milanez (2014a; 2014b), até que ponto o “neodesenvolvimentismo”, atualmente uma estratégia de desenvolvimento econômico do país, se diferencia do caminho neoliberal tomado anos atrás pelos governantes. E essa reflexão está sendo feita baseando-se no entendimento de que, apesar de haver diferenças entre algumas políticas neoliberais, elas são baseadas nas mesmas premissas: crença no crescimento ilimitado; percepção de que crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento; foco no

mercado internacional; compreensão de que Estado e mercado são instituições complementares e nas desigualdades ambientais.

Os dados apresentados também mostraram que o ordenamento territorial do setor mineral brasileiro nos anos recentes está extremamente concentrado, tanto em investimentos, como em termos de mineral e empresa extratora. Minas Gerais e Pará são os estados que têm as maiores concentrações empresariais do setor. O minério de ferro é o recurso com maior relevância na produção e exportação brasileira e a empresa Vale a que detém o monopólio da produção mineral no país.

Por fim, foi possível perceber que a indústria extrativa no Brasil, em especial à relativa ao minério de ferro, não se caracteriza exclusivamente pelas minas, mas por toda uma gama de empreendimentos. Ou seja, argumentamos que ao caracterizar o setor deve-se ter em mente que se trata de um grande Complexo Minerário e Industrial ou, nos termos de Milanez e Santos (2013b), de uma RGP, pois falar da indústria extrativa faz com que, necessariamente, se tenha em mente que esse setor envolve barragens de contenção de rejeitos, usinas de peltotização, siderurgias, ferrovias, minerodutos, portos, etc. Toda essa infraestrutura, de uma forma ou de outra, está relacionada à produção e exportação deste minério. Portanto, discutir a questão mineral brasileira é colocar em pauta o debate sobre ordenamento territorial desse Complexo Minerário e Industrial.

CAPÍTULO 6. A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DE DISCURSIVIDADE SOBRE A QUESTÃO MINERAL NO BRASIL.

Frente à magnitude da atividade de mineração no Brasil o governo passou a dar mais atenção ao setor, o que refletiu num aumento de planos e projetos de leis encaminhados ao Congresso Nacional a fim de expandir a extração mineral no país. Entre eles está o Plano Nacional da Mineração 2030 - PNM - (MME, 2011), o Projeto de Lei (PL) 5.807/13 (BRASIL, 2013) e seu Substitutivo (BRASIL, 2014). Essas propostas têm três objetivos gerais, a saber: (i) identificar as principais limitações que enfrenta a indústria mineral no país; (ii) delinear políticas específicas para o setor; e (iii) mudar a legislação e os órgãos institucionais que regulamentam a mineração no Brasil.

Elaborado a partir de consultoria do Banco Mundial, o PNM foi apresentado no ano de 2011 ao Congresso Nacional para induzir mudanças legais e institucionais no que concerne à regulamentação da mineração. O PL 5.807/13 e seu Substitutivo, documentos idealizados pelo PNM, desde 2013 se fazem presente nas discussões do poder legislativo a fim de promover alterações legais no marco minerário brasileiro (BRASIL, 1967) e propor o “Novo Código da Mineração do Brasil” (NMM). Portanto, desde o início da década de 2010, após o governo verificar considerável aumento na extração mineral brasileira, projetos de lei e planos de desenvolvimento relativos à atividade passaram a tramitar no âmbito dos poderes legislativo e executivo federal a fim de estabelecer um debate para ampliar e intensificar a mineração.

O objetivo deste capítulo é analisar esses documentos para compreender como está se estruturando o determinado campo de discursividade relativo à questão mineral no Brasil no âmbito institucional.

6.1. O Plano Nacional da Mineração: mineração para quê e para quem?

O Plano Nacional da Mineração - 2030 (PNM), de autoria da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (SGM/MME), objetiva planejar a formulação de políticas estratégicas para o setor energético e mineral

brasileiro. Ele apresenta as diretrizes gerais para as áreas de geologia, recursos minerais, mineração e governança num horizonte de 20 anos.

Ele é o quarto plano orientador das atividades de mineração da história do país, sendo que o primeiro foi o I Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil - I PMD - (1964-1974), o segundo foi o II Plano Decenal da Mineração - II PMD - (1981-1990), e o terceiro foi o Plano Plurianual para o Desenvolvimento do Setor Mineral - PPDSM - (1994). Os objetivos de cada um destes planos podem ser visualizados no quadro 4.

Quadro 3. Planos orientadores da atividade de mineração no Brasil (1964-2011).

PLANO	PERÍODO	OBJETIVOS
I PDM	1964-1974	1. Elaborar a Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo; 2. Realizar projetos básicos de mapeamento geológico; 3. Criar projetos específicos de pesquisa mineral no território nacional; 4. Planejamento da indústria de transformação mineral.
II PDM	1981-1990	1. Avaliar do I PDM e indicar novas diretrizes para a política mineral; 2. Identificar as potencialidades do subsolo brasileiro; 3. Analisar a dependência nacional do subsolo alheio; 4. Suprir de matérias-primas minerais a economia nacional; 5. Desenvolvimento planejado do setor mineral brasileiro.
PPDSM	1994-2011	1. Dimensionar adequadamente a administração federal para o setor; 2. Elaborar um marco legal simplificado e estável; 3. Promover o desenvolvimento da indústria mineral visando o aumento da produtividade, da competitividade internacional e sua integração a outros setores para o desenvolvimento regional e sustentável; 4. Ampliar o conhecimento do subsolo brasileiro.

Fonte: elaborado pelo autor com base nas informações disponíveis em MME, 2011.

De modo geral, pode-se dizer que esses três planos tinham objetivos de ampliar e garantir investimentos para o setor mineral brasileiro. No entanto, diferentemente do I PDM e do II PDM que acentuavam o papel do Estado na regulamentação do setor e a importância da soberania mineral brasileira, o PPDSM colocou ênfase nos postulados neoliberais vigentes na economia mundial deste então, e isso diz muito no que se refere a importância da mineração para o desenvolvimento brasileiro. Não é por acaso que, na década de 1990,

justamente após a publicação do PPDSM, a maior empresa estatal do setor foi privatizada⁶¹ e novas diretrizes sobre o desenvolvimento regional foram encaminhadas.

O PNM, em maior ou menor grau, foi construído a partir dos planos anteriores e se prestou à elaboração de três grandes diretrizes, a saber: (i) governança pública e eficaz para promover o uso dos bens minerais extraídos no país; (ii) agregação de valor e adensamento de conhecimento em todas as etapas do setor mineral; e (iii) sustentabilidade em todas as fases da cadeia produtiva. Dessas diretrizes, foram elaborados 11 objetivos estratégicos para a atividade de mineração, conforme descritos no quadro 5.

Quadro 4. Diretrizes e objetivos do Plano Nacional da Mineração - 2030.

Diretriz	Objetivos
1. Governança pública e eficaz para promover o uso dos bens minerais extraídos no país	1. Assegurar a governança pública eficaz do setor mineral; 2. Estabelecer diretrizes para minerais estratégicos; 3. estabelecer diretrizes para mineração em áreas com restrições legais;
2. Agregação de valor e adensamento de conhecimento em todas as etapas do setor mineral	1. Garantir a ampliação do conhecimento geológico do território nacional; 2. Ampliar o conteúdo de pesquisa e desenvolvimento nas atividades de geologia, mineração e transformação mineral; 3. Estimular programas de formação e qualificação de recursos humanos; 4. Estimular a agregação de valor na cadeia produtiva de bens minerais com competitividade;
3. Sustentabilidade em todas as fases da cadeia produtiva	1. Ampliar os programas de formalização e fortalecimento de micro e pequenas empresas; 2. Promover a ampliação da infraestrutura e logística; 3. Promover a produção sustentável do setor mineral; 4. Promover o desenvolvimento sustentável em regiões de base mineradora

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações disponíveis em MME, 2011.

⁶¹ Mais informações acerca desse processo estão em Coelho (2015).

A metodologia de elaboração desse documento englobou seis etapas: (i) estudos técnicos elaborados por consultoria especializada do Banco Mundial, o “Estudos para Elaboração do Plano 2010 – 2030 de Geologia, Mineração e Transformação Mineral”; (ii) oficinas temáticas com segmentos sociais e econômicos do setor mineral brasileiro⁶²; (iii) oficinas especiais sobre construção de cenários; (iv) análises das políticas já implementadas pelo MME ou que contaram com sua participação; (v) consulta pública básica; e (vi) lançamento e publicação do PNM.

A partir do entendimento dos objetivos, das etapas metodológicas e dos participantes das mesmas, pode-se dizer que o PNM tem caráter setorial e neodesenvolvimentista. Caráter setorial porque trata a mineração não em sua relação de cooperação e conflito com outros setores da sociedade e os diversos interesses e usos possíveis do território nacional, mas de forma isolada. O próprio público convidado a participar da elaboração do PNM deixa isso claro e evidente, uma vez que apenas os setores da indústria mineral e do governo foram convidados para as oficinas temáticas e especiais⁶³.

Já o viés neodesenvolvimentista pode ser evidenciado por sua preocupação sobre como o Estado, enquanto regulador do acesso ao subsolo, poderia favorecer a atuação das empresas mineradoras transnacionais e acelerar o crescimento econômico do setor a partir do aumento da produção mineral. A título de exemplificação, tomando o ano de 2008 como base para este processo, o PNM prevê o aumento da extração de níquel em 400%, de cobre em 360%, de ouro em 260%, de ferro em 210% e de bauxita em 195% até o ano de 2030. A tabela 2 apresenta a previsão do PNM no que tange ao crescimento de alguns minerais e produtos da mineração para os próximos anos e favorece essa argumentação.

⁶² Os temas tratados nestas oficinas foram: i) restrições às atividades minerárias em áreas de preservação permanente e em unidades de conservação; ii) *royalties* na atividade de mineração; iii) agrominerais; iv) geologia e pesquisa mineral; v) pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica; vi) sustentabilidade na mineração; vii) política mineral nos estados; e viii) políticas para agregação de valor na indústria mineral.

⁶³ Apenas representantes governamentais (das diferentes esferas - federal, estadual e municipal), pesquisadores e empresários do setor participaram dessas oficinas, conforme pode ser consultado em http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1732821/Book_PNM_2030_2.pdf/f7cc76c1-2d3b-4490-9d45-d725801c3522, especificamente no anexo III deste documento.

Tabela 2. Brasil: previsão de crescimento de minerais e de produtos minerais selecionados ente 2015 e 2030.

PRODUTO		UNIDADE	2015	2022	2030
Bem mineral	Minério de ferro	Mt	585	795	1.098
	Ouro	t	120	180	200
	Cobre	kt	500	700	1.000
	Agregados	Mt	727	1.063	1.524
	Rochas ornamentais	Mt	11,1	15,8	22,4
	Bauxita	Mt	42,3	56,7	79,3
Metalurgia	Alumina	Mt	13,5	18,2	25,7
	Alumínio	Mt	2,04	2,51	3,18
	Níquel	kt	33,6	80	132
	Aço bruto	Mt	56	77,9	116
	Ferro-ligas	kt	1.613	2.177	3.079
Não-Metálicos	Cimento	Mt	76	111	159
	Cerâmica vermelha	Bilhões/peças	103	150	215
	Cerâmica de revestimento	m ²	1.009	1.458	2.077

Fonte: elaborado pelo autor com base nas informações disponíveis em MME, 2011.

Para aumentar a produção do setor, o PNM destacou, dentre os 11 objetivos estratégicos delineados, os seguintes com aqueles de maior importância: i) assegurar a governança pública eficaz do setor mineral; e ii) estabelecer diretrizes para mineração em áreas com restrições legais. Em que pese à importância de analisar todos os 11 objetivos anunciados pelo PNM, nos limites deste trabalho concentraremos as análises apenas em dois deles, justamente os considerados de grande importância para aumentar a produção mineral brasileira.

6.1.1. Assegurar a governança pública e eficaz do setor: para quê?

O PNM indicou como primeiro objetivo estratégico para intensificar a atividade de mineração no país a boa governança pública, que deve ser realizada a partir de uma articulação interministerial e

destes com o setor privado. Com isso o MME espera redefinir aspectos relativos à estrutura organizacional e institucional para garantir um ambiente favorável a investimentos, principalmente de empresas transnacionais.

Nesse sentido, uma ação prioritária definida no plano é a relativa à mudança do Código de Mineração em vigor (BRASIL, 1967) e de legislações correlatas, especialmente as ambientais, consideradas inadequadas para o crescimento do setor. A partir dessa mudança, o PNM propõe que se estabeleçam, em curto prazo, um projeto de lei que deve ter como objetivo mudar a legislação vigente e duas propostas de reestruturação institucional, quais sejam: a primeira se refere à criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPMP); e a segunda diz respeito à Agência Nacional de Mineração (ANM).

O CNPMP visaria, dentre outros objetivos: promover mudanças na outorga mineral a fim de permitir que empresas tenham maior agilidade na extração de alguns minerais sem a necessidade de chamada pública; garantir políticas públicas para o setor; estabelecer diretrizes para a pesquisa mineral; estimular iniciativas de agregação de valor na cadeia produtiva nacional da mineração; e, licitar jazidas (MME, 2011). Além disso, este conselho também seria o responsável pelas concessões das minas a empresas transnacionais, que seriam feitas por processo licitatório e por um período de 40 anos, renováveis por mais 20 anos.

Um ponto que merece particular atenção sobre o CNPMP refere-se à forma como ele seria instituído que, do ponto de vista democrático, pode-se considerar um retrocesso. O PNM sugere que os integrantes desse Conselho não fossem apontados por decreto presidencial, e sim estivesse contido no corpo da lei que o cria. O que isso significa? Neste caso, que a composição do conselho seria discutida dentro do poder legislativo, havendo um debate sobre a sua composição. Mas, o que de fato poderá acontecer é que o CNPMP seja formado a partir de indicações parlamentares que tiveram suas campanhas eleitorais financiadas por grandes mineradoras (OLIVEIRA, 2014). Seria, então, um “conselho das mineradoras” e não propriamente nacional como o nome sugere.

Além disso, como argumentou Bruckamm (2011), isso evidencia a articulação entre governos e empresas transnacionais, uma vez que a proposta do PNM quanto à criação do CNPMP evidencia a estratégia espacial das mesmas no que diz respeito à queda de barreiras políticas e gestão do território, garantindo, como em outros contextos latino-americanos, o acesso aos recursos naturais por longo período.

Já a ANM, que substituiria o atual DNPM, seria uma agência responsável por promover a regulação e fiscalização da atividade

mineral no Brasil, incluindo: estabelecer normas e padrões para o aproveitamento mineral; gerir contratos e concessões; estabelecer requisitos técnicos, jurídicos, financeiros e econômicos para a atividade; aprovar relatórios sobre jazidas minerais; administrar dados referentes à mineração no país; dentre outras funções (MME, 2011).

Essa agência estabeleceria ainda prazos mais curtos para a realização da exploração mineral com o objetivo de evitar que as pessoas ou empresas que obtêm licenças ambientais para a extração e/ou pesquisa geológica e não realizem a exploração dos recursos em tempo hábil. Essa proposta permite que o sistema de licenças ambientais seja feito por ordem de entrada da solicitação (o primeiro que solicitaria o acesso ao recurso teria o direito), o que tornaria uma forma de assegurar que a exploração seja do primeiro a requisitar a licença. No entanto, no Brasil as grandes empresas são as que já apresentam grande capacidade de extração, bem como maior investimento em pesquisa e dados estratégicos já levantados, o que faz com que estas levem vantagem nesse processo. Ou seja, ela induz a manutenção de um monopólio da exploração mineral. Além disso, este regime toma como base o interesse exclusivo do setor mineral, sem mediação pública sobre quais recursos deveriam ser prioritariamente explorados e em quais condições sociais, ambientais e trabalhistas.

Embora essa mudança revele uma tentativa do Estado em regulamentar o acesso aos recursos minerais, o que indicamos é que ela pode estar criando “certa” institucionalidade dentro do Estado para mediar interesses públicos e privados, quando na realidade se esvazia o poder deste em regular o acesso às riquezas minerais, considerando que algumas empresas possuem ampla pesquisa do subsolo brasileiro.

As propostas de criação do CNPM e da ANM, segundo o PNM, levaram em consideração o fato de que poderiam: (i) fortalecer a eficácia do Estado no processo regulatório, tendo como eixo a soberania nacional sobre os recursos minerais; (ii) fomentar o desenvolvimento sustentável nas regiões de mineração; (iii) estimular a maximização do aproveitamento econômico das minas; (iv) criar um ambiente atrativo para investidores internacionais; (v) estimular a agregação de valor e desenvolvimento de uma cadeia produtiva mineral; e (vi) promover e valorizar a atividade de mineração formal (MME, 2011).

Entretanto, as análises que fizemos sobre o plano indicam justamente o contrário. Isto é, o que se pode esperar do primeiro objetivo estratégico é que há a expectativa do MME de: (i) intensificar a atividade de mineração no país, (ii) “regulamentar” o controle estatal

sobre o território nacional; (iii) manter o monopólio da produção mineral de algumas empresas; e (iv) reduzir a participação popular nesse processo.

Tais análises corroboram o que recente literatura indica sobre os planos e projetos de lei em debate nos últimos anos a respeito da mineração no Brasil. Ela avalia que, no que se refere à participação social na construção dessa proposta, há a necessidade de ampliar o debate democrático e participativo, já que a mesma levou em consideração apenas a consulta aos empresários do setor e a órgãos governamentais; que quanto ao caráter setorial do PNM, é importante reafirmar que vivemos e ocupamos o mesmo solo que as mineradoras. Dessa forma, o que a literatura crítica avalia é o fato de que o uso do solo que deveria definir a possibilidade de exploração do subsolo e não o contrário (MALERBA, MILANEZ, 2012; SANTOS, 2013; CASTRO, MILANEZ; 2015).

Quanto à intensificação da atividade, a literatura adverte ainda que a “miopia” característica do debate a respeito da expansão da mineração no Brasil e sobre a criação de um novo marco institucional e regulatório, tal como propõe o PNM, tem criado um ambiente nebuloso quanto a um conjunto de interesses estatais e privados: por um lado, o equilíbrio das contas nacionais (avaliado positivamente pelo governo), mas, por outro lado, o aproveitamento de oportunidades de lucros extraordinários de grandes empresas detentoras do monopólio da produção mineral no país.

Todos esses argumentos, de uma forma ou de outra, demonstram a parcialidade da proposta do PNM e a incompatibilidade do mesmo no que se refere ao uso e ocupação do solo (e subsolo) nacional, especialmente no que se refere ao objetivo estratégico número um.

6.1.2. “Áreas livres da mineração” ou “áreas livres para a mineração”: para quem?

O quarto objetivo estratégico do PNM, referente a estabelecer diretrizes para a mineração em áreas com restrições legais, diz respeito principalmente à exploração de recursos minerais em Terras Indígenas (TI), Unidades de Conservação (UC's) e em áreas de reforma agrária e fronteira nacional.

O PNM avaliou que a demanda por bens e de produtos de base mineral no mundo deverá crescer nos próximos anos, o que significa que haverá certa pressão para aumentar a produção de maneira geral.

Isso, por sua vez, levará à intensificação quanto ao uso e ocupação do solo (e subsolo) do país, considerando que o Brasil tem as maiores reservas de minerais de interesse estratégico internacional. Ou seja, a demanda por bens minerais e por produtos derivados da mineração a nível mundial deve intensificar essa atividade, bem como aumentar o número de minas em novas áreas.

Nesse sentido, o PNM indicou territórios e leis que limitam esse processo de expansão da mineração atualmente, a saber: áreas de preservação ambiental, Terras Indígenas (TI's) e de comunidades quilombolas, assentamentos de reforma agrária e a legislação referente à ocupação das fronteiras nacionais (MME, 2011: p. 54).

As áreas de preservação dizem respeito especificamente às UC's. A lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), proíbe expressamente a atividade de mineração nas áreas de proteção integral e prevê ainda regras rígidas para a pesquisa e lavra nas unidades de uso sustentável e no seu entorno. Entretanto, apoiando-se no art. 5, parágrafo 1º do Decreto Federal lei nº 4.341/2002⁶⁴, o PNM propõe que haja regras mais explícitas nos planos de manejo das UC's que devem balizar as atividades econômicas no entorno e no interior das mesmas. Por isso, o documento da SGM/MME indicou a necessidade de um trabalho interministerial que congregue esforços para que conste nos planos de manejo das UC's ou mesmo no SNUC permissão para o desenvolvimento das atividades minero-energética nas áreas de preservação permanente. Tal proposta nada mais é do que a criação de "brechas" legais que permitam a mineração, por exemplo, nos Parques Nacionais ou Estaduais, nas Reservas Extrativistas, nas Unidades de Desenvolvimento Sustentável, dentre outras modalidades de UC's existentes.

Em relação às TI, a Constituição Federal (art. 231) assegura que é tarefa do Congresso Nacional autorizar a prospecção e exploração de recursos minerais nesses territórios, que está condicionada à realização de consulta prévia aos povos afetados (BRASIL, 1988). Assim, a Constituição estabeleceu uma legislação específica para regulamentar a atividade de mineração em TI e projetos de lei sobre o assunto têm sido movimentados no Congresso desde a década de 1990⁶⁵. Entretanto, não

⁶⁴ O decreto Federal nº 4.341/2002, art. 5. Parágrafo 1º: "A lei do SNUC prevê que no processo de criação de áreas reservadas, haja ampla consulta pública, bem como que outras partes interessadas sejam ouvidas".

⁶⁵ Vide, por exemplo, o PL 1610/96, de autoria do Senador Romero Jucá e que trata de exploração e aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas

há consenso sobre o tema, a atividade de mineração em TI está proibida por hora.

Mesmo não existindo uma regulamentação em vigor para a extração mineral em TI no Brasil, há solicitações de pesquisa nestas áreas, conforme apontaram Souza Filho e Wandsheer (2016), o que induz novo debate sobre o assunto. Nesse contexto, o PNM apresenta como grande desafio à expansão da mineração a realização de um Macrozoneamento Ecológico-Econômico das áreas indígenas no Brasil, especialmente na Amazônia Legal. Esse zoneamento permitiria planejar os diferentes acessos e usos do solo e subsolo brasileiro, além, é claro, de indicar elementos para rever o art. 231 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Com efeito, a proibição de atividades de mineração em UC's e em TI's tem grande importância nas discussões relativas ao planejamento dessa atividade no Brasil. E é justamente nesse sentido que o PNM propõe no objetivo estratégico número quatro que a demarcação de novas TI's ou de UC's passasse primeiramente pela ANM antes mesmo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e/ou do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). Neste aspecto, a intenção do PNM, ao invés de estabelecer "áreas livres da mineração", foi de indicar "áreas livres para a mineração", já que recomenda que só seria possível criar novas TI's ou UC's após análise da ANM. Ou seja, uma agência do MME seria a responsável por funções que, atualmente, são do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente, respectivamente.

Mineração em áreas de reforma agrária também faz parte das discussões a respeito desse objetivo do PNM e um caso se tornou emblemático nessa contenda. Trata-se do Projeto de Assentamento (PA) Roseli Nunes, no estado do Mato Grosso.

Segundo Malerba (2014), em setembro de 2010 o governo do estado do Mato Grosso anunciou a descoberta de depósitos de minério de ferro e fosfato estimados em 11 bilhões de toneladas e 450 milhões de toneladas, respectivamente. As jazidas, consideradas uma das maiores do país, estão localizadas no município de Mirassol d'Oeste, onde também estão situados diversos projetos de assentamentos de reforma agrária, incluindo o PA Roseli Nunes.

Meses depois do anúncio da descoberta pelo governo do estado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável pela criação e regulamentação dos PA's no Brasil, comunicou aos assentados do PA Roseli Nunes a possibilidade de realocação das famílias ali presentes para outra área para fins de

exploração mineral. Sem outra opção, os assentados se mobilizaram e construíram ações coletivas de resistência a esse processo. O argumento deles é o de que, tal como a mineração, a Constituição Federal de 1988 estabelece que os assentamentos de reforma agrária sejam de interesse social. Entretanto, tem sido recorrente a defesa, por parte do Estado, do caráter de prioridade da mineração frente a outras formas de uso e ocupação do solo, neste caso a produção de alimentos que abastece as cidades da região (MALERBA, 2014).

Esse entendimento se sustenta em uma leitura que reivindica que os minérios são bens estratégicos para o estabelecimento de um projeto de desenvolvimento soberano. Ocorre que o seu beneficiamento atenderá os anseios de um setor que pouco tem contribuído para democratização do acesso à terra no país, assim como para a diversificação da economia (MALERBA, 2014), o que indica os interesses ocultos por de trás da proposta do PNM no que se refere às áreas livres da/para a mineração.

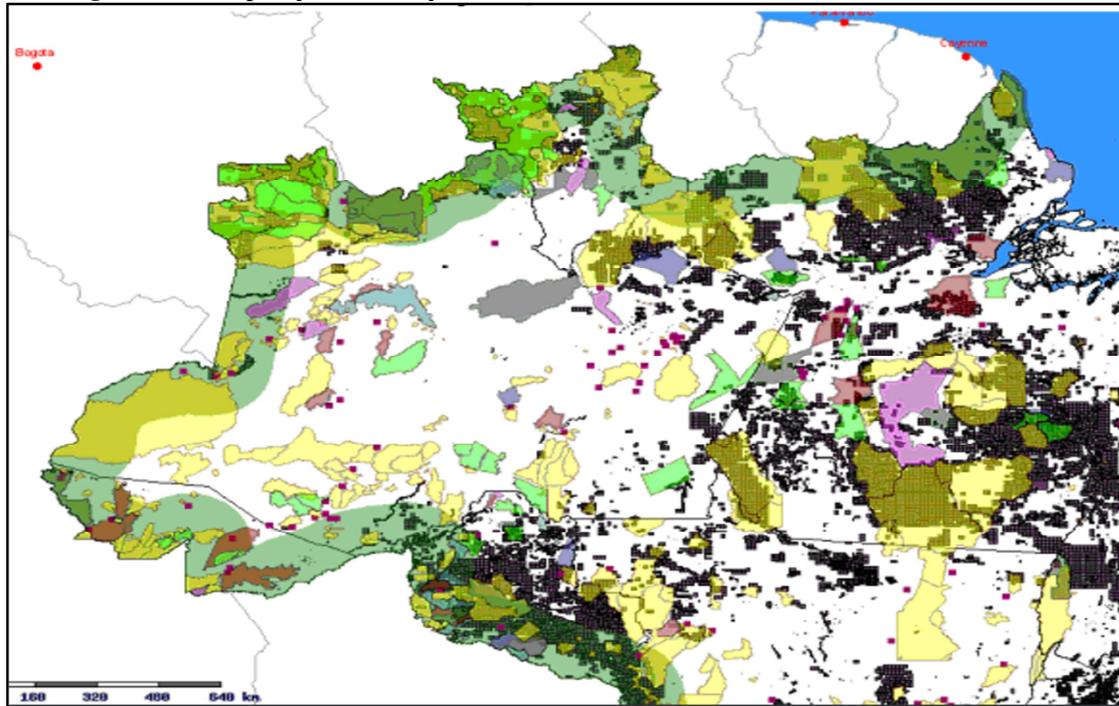
Por fim, o PNM indicou ainda como limitante à exploração e expansão mineral a legislação referente às áreas de fronteira nacional, que atualmente correspondem a cerca de 10% do território brasileiro. Como solução legal e institucional para isso, o documento da SGM/MME propõe uma mudança na legislação correlata a fim de priorizar investimentos estrangeiros nessas áreas, uma vez que, atualmente, ela proíbe o aproveitamento econômico das mesmas por empresas de capital majoritariamente estrangeiro com o argumento de “Segurança Institucional”.

Nesse sentido, o PNM indicou que é necessária uma proposta legal a ser encaminhada à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CSI) do Congresso Nacional que dispense a aprovação prévia do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para pesquisa e lavra mineral em faixas de fronteira. Tal proposta não exclui totalmente o CDN, mas indica que o mesmo deva ter papel consultivo. O argumento contido no PNM é o de que ela incentiva o povoamento e o desenvolvimento econômico na faixa fronteira brasileira, que compreende qualquer área situada a até 150 km de largura ao longo das fronteiras terrestres. Isto é, trata-se de uma ponderação de direitos, que, diga-se de passagem, não foi levado em consideração quanto o assunto era mineração em TI ou em UC.

A figura 2, retirada de uma apresentação do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) no Congresso Nacional por ocasião do debate envolvendo a mineração e mudanças legais no setor, ilustra a sobreposição da atividade minerária em TI's, UC's e em áreas de

fronteira na Amazônia Legal, sendo as áreas em tom mais escuro representativas das reservas minerais, as verdes claras referem-se às UC's existentes, e as demais cores às TI's.

Figura 2. Sobreposição: mineração/TI's/UC's/Faixa de fronteira na Amazônia brasileira.



Fonte: IBRAM, 2010. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00000614.pdf>. Acessado em 11 de julho de 2016.

Nossas análises, portanto, indicam que o objetivo número quatro do PNM é uma tentativa de: (i) alçar a mineração acima dos demais interesses nacionais, já que propõe um instrumento com potencial de impedimento de qualquer uso do território sem prévia autorização da ANM; (ii) permitir a mineração em UC's através da flexibilização das leis ambientais e dos domínios do territórios pela órgãos públicos nas diferentes esferas governamentais; e (iii) ampliar a fronteira mineral no país através de flexibilização de leis restritivas para empresas transnacionais.

Os dois objetivos do PNM analisados neste tópico trouxeram implicações imediatas no que se refere ao estabelecimento de um determinado campo de discursividade no país, e após a publicação do documento pelo MME em 2011 foi instituído, nos anos seguintes, um debate no Congresso Nacional referente à mineração no Brasil.

6.2. PL 5.807/13: “Novo Marco Legal da Mineração do Brasil”.

Conforme apresentado no capítulo anterior, a indústria extrativa aumentou sua participação no PIB brasileiro nos últimos anos. Desde o início deste capítulo mostramos como o Estado passou a delinear propostas de mudanças legais e políticas no que se refere ao seu papel como indutor do desenvolvimento econômico. Portanto, após a “onda” neoliberal dos anos de 1990, nos anos recentes o governo passou a reformular as estratégias de desenvolvimento, buscando reposicionar o país no cenário econômico global.

Nesse contexto, o Brasil reforça seu papel de “propulsor” do desenvolvimento capitalista desde o início da nova década por meio de forte investimento em alguns setores estratégicos para a economia e para os quais se destina recursos financeiros, subsídios e infraestrutura. Dentre eles, como vimos, está o da mineração.

Para isso, o MME elaborou um plano de aceleração e expansão da mineração no Brasil que, ao nosso ver, deverá: (i) criar instrumentos que agilizam a concessão de licenças de lavra, facilitando a instalação de novas minas no país por empresas transnacionais; (ii) indicar áreas de relevante interesse mineral, sobre as quais passariam a vigorar procedimentos legais e institucionais especiais para garantir a exploração de minerais estratégicos; (iii) estabelecer mudanças institucionais nas autarquias de regulação, fiscalização e licitação de empreendimentos minerários; e (iv) regulamentar a atividade de mineração em TI's e em UC's.

Esse plano indica que a proposta formulada pelo poder executivo federal tem a marca de uma conjuntura política e econômica em que o Estado assume protagonismo na condução do desenvolvimento por meio da manutenção e intensificação de atividades que envolvam recursos naturais. Nesse contexto, ele passa a induzir mudanças legais para alavancar determinadores setores econômicos estratégicos para a inserção do país no cenário internacional. E é justamente por isso que o MME encaminhou para o debate no Congresso Nacional nova proposta legal para a atividade de mineração no Brasil, qual seja: o PL 5.807/13.

O atual Código da Mineração brasileiro foi publicado no ano de 1967 (BRASIL, 1967), e o PL 5.807/13 tem o objetivo de atualizá-lo. Assim, o governo federal, através da SGM/MME, e em cumprimento aos objetivos estratégicos relativos à mineração contidos no PNM, enviou, em meados do ano de 2013, essa nova proposta a Câmara dos Deputados. Trata-se do “Novo Marco Legal da Mineração do Brasil” (BRASIL, 2013), que se juntou a outros projetos de leis sobre o assunto que já tramitavam na casa desde o ano de 2011⁶⁶.

O PL 5.807/13 foi apresentado ao Congresso em regime de urgência, o que significa que ele deveria ser levado à votação na Câmara dos Deputados após cinco rodadas de debate público e com parlamentares que compõem uma Comissão Especial para isso. De fato, ele passou por um debate, não necessariamente com a sociedade civil, mas com empresários do setor e parlamentares. Nesse processo, que certa maneira mostra a parcialidade do documento, ele recebeu cerca de 370 propostas de emendas constitucionais, o que acabou por levar à quase que completa reformulação do texto.

Foi por isso que, ao final da legislatura passada (2010-2014), o então relator da Comissão Especial que discutia o PL, Deputado Federal Leonardo Quintão (PMDB/MG), a partir das emendas parlamentares sugeridas pelos seus pares e empresários do setor, apresentou texto Substitutivo ao mesmo (BRASIL, 2014), mas que também não chegou a ser votado no período⁶⁷. Por seis vezes, entre os anos de 2013 e 2014,

⁶⁶ São eles: PL 0037/2011; PL 463/2011; PL 4679/2012; PL3403/2012; PL 5138/2013; PL 5306/2013.

⁶⁷ Entre 2013 e final de 2015 foram apresentadas quatro versões alternativas ao PL 5.807/13 chamados de substitutivos pelo então relator da proposta. No início de 2016, entretanto, o Deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) foi substituído pelo Deputado Laudívio Carvalho (SD-MG) na presidência da referida Comissão Especial, que não apresentou nova proposta de texto. Por conta disso, neste trabalho, estamos considerando nas análises a última versão do

essa proposta chegou à Câmara dos Deputados para ser debatida, mas, em nenhuma delas, houve votação no plenário. O que de fato ocorreu foram denúncias sobre a parcialidade do projeto, sobre quebra de decoro parlamentar do relator da Comissão Especial e diversas manifestações contrárias e de repúdio ao texto encaminhado para votação por parte de diversas organizações sociais e pesquisadores. Por hora, faz necessário destacar quais pontos deste documento estão sendo contestados.

De maneira geral, o PL 5.807/13 e seu Substitutivo (BRASIL, 2014) têm como objetivo estabelecer um debate sobre as propostas delineadas no primeiro e no quarto objetivos estratégicos do PNM para criar novo arcabouço jurídico e institucional no que tange à regulação das atividades minerárias em território nacional e especialmente em áreas com restrições legais. Entre os temas tratados no texto do projeto estão: definição do conceito de comunidade afetada, atividade minerária em TI's e UC's, criação de agências reguladoras e estabelecimento de uma política mineral para o país. Tais temas, ao nosso ver, apresentam a tradução mecânica do que foi estipulado no PNM em 2011 e representam riscos a comunidades afetadas por esses empreendimentos industriais e a áreas de preservação permanente. Alguns pontos do documento que nos levam a fazer essa argumentação são destacados a seguir.

Em relação à autorização para pesquisa, outorga e lavra mineral, estas tarefas ficariam à cargo do CNPM e da ANM. Segundo texto do PL, a pesquisa, a outorga e a lavra não necessariamente seria responsabilidade da União, mas passível de concessão a pessoa jurídica de direito privado. Tais considerações podem ser observadas no capítulo que trata das condições de outorga, parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º reproduzidos abaixo:

§ 3º O titular da autorização de pesquisa poderá realizar os trabalhos de pesquisa para todo tipo de substância mineral.

§ 4º O Poder Concedente poderá negar a autorização de pesquisa em área na qual pretenda realizar pesquisa mineral para fins de futura licitação.

§ 5º Caso a autorização de pesquisa seja negada com base no parágrafo anterior e os trabalhos de

pesquisa mineral para fins de futura licitação não sejam iniciados pelo Poder Público em seis meses, aplicar-se-á à área o disposto no art. 15 desta Lei, assegurando-se, por dez dias a partir da data em que a área voltar a ser considerada livre, exclusividade para realização de novo requerimento ao interessado que a requerera anteriormente⁶⁸.

§ 6º Na hipótese do parágrafo anterior, a autorização de pesquisa não poderá ser novamente negada pelo Poder Concedente com base no § 4º. (BRASIL, 2013: s/n).

Assim, as análises realizadas no tópico anterior sobre o PNM procedem e o PL 5.807/13 indica isso muito bem. Ou seja, a proposta do “Novo Marco Legal da Mineração do Brasil” aponta que o debate no âmbito de a Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre a mineração é balizado pelo PNM e seus apontamentos se traduzem numa reprodução das propostas deste documento, favorecendo apenas o setor mineral, em especial, as grandes empresas, que foram as que mais participaram da elaboração do PNM nas oficinas temáticas e especiais.

Em relação à mineração em áreas com restrições legais, a proposta em debate na Câmara dos Deputados (BRASIL, 2014) estabeleceu que estas sejam entendidas como:

II - área livre - área que não esteja destinada a licitação ou que não seja vinculada a direito minerário, desde que:

a) não exista sobre a área pedido de autorização de pesquisa, salvo se este estiver sujeito a indeferimento por interferência total;

⁶⁸ O artigo 15 é reproduzido a seguir: “Art. 15. Serão publicadas no Diário Oficial da União, na forma do regulamento, as áreas nas quais houver a extinção do direito minerário por qualquer motivo. § 1º As áreas referidas no *caput* que sejam caracterizadas pela existência de recursos ou reservas deverão ser licitadas em até cento e oitenta dias contados da publicação, na qual deverá constar a indicação dessa qualidade das respectivas áreas. § 2º Não ocorrendo a licitação no prazo previsto no parágrafo anterior, a área será considerada livre de direitos minerários, podendo ser requerida para pesquisa ou lavra mineral. § 3º As áreas referidas no *caput* que não sejam caracterizadas pela existência de recursos ou reservas serão consideradas livres no prazo de quinze dias contados da publicação” (BRASIL, 2013: s/n).

- b) a área não esteja com o relatório dos respectivos trabalhos de pesquisa tempestivamente apresentado e pendente de aprovação; e
- c) a área não esteja com relatório dos respectivos trabalhos de pesquisa aprovado e na vigência do direito de requerer a concessão da lavra, por meio da apresentação do plano de aproveitamento econômico (BRASIL, 2014: s/n).

Novamente o que se vê é a transcrição do que estava disposto no PNM. O que se faz é apenas uma “maquiagem” jurídica de termos técnicos e legais, mas que, na essência, é tão permissível quanto o que estava disposto no plano do MME no que se refere à expansão da mineração em áreas de proteção ambiental e em TI’s. E isso é uma clara ameaça às UC’s e às TI’s, territórios conquistados a duras penas pela sociedade civil brasileira de maneira geral e especialmente pelos povos indígenas.

Outro ponto nebuloso contido no PL que destacamos no bojo da discussão a respeito dos direitos conquistados, se refere ao conceito de comunidade afetada por empreendimentos minerários. O texto do Substitutivo ao projeto definiu comunidade afetada como “(...) conjunto de pessoas que tem seu modo de vida significativamente afetado pela lavra, beneficiamento, escoamento ferroviário, hidroviário ou rodoviário da produção mineral (...)” (BRASIL, 2014: s/n). Essa definição diz pouco já que não especifica o que é “significativamente afetado”, nem como será decidido que impacto é “significativo” e muito menos aqueles atingidos por obras que não descritas no documento, tal como os minerodutos. A questão é se as comunidades afetadas poderão se declarar significativamente afetadas, ou serão as empresas que o farão? Ou ainda as consultorias contratadas para a realização dos estudos de impacto ambiental que definirão tais critérios? Estas questões ainda estão em aberto e necessitam mais atenção já que se referem ao surgimento de uma categoria social no cenário político mineral brasileiro.

Diante desse contexto, organizações sociais e pesquisadores, organizados em torno do Comitê Nacional em Defesa dos Território Contra a Mineração⁶⁹ (Comitê) (quadro 5), articulação discursiva

⁶⁹ É importante ressaltar que, como veremos nos próximos capítulos da tese, já existia no país mobilizações sociais contestatórias da mineração. O Comitê, nesse sentido, foi lançado em Brasília no mês de junho de 2016 e congregou,

alternativa no debate sobre mineração que congrega grande número de organizações sociais, ONG's e institutos de pesquisa, encaminharam ao Congresso Nacional em 2013 nota de repúdio contra a apresentação pela SGM/MME do NMM em regime de urgência ao Congresso Nacional. O argumento contido nesta nota é o de que na elaboração do referido PL e de seu Substitutivo os grupos econômicos dos segmentos mineral tiveram amplo diálogo com o governo e acordaram pontos estratégicos para o setor. Entretanto o mesmo poder executivo evitou a participação das comunidades afetadas pelos empreendimentos minerários e da sociedade civil em geral. Segundo a nota:

O regime de urgência obriga que o projeto de lei tramite em apenas 45 dias em cada casa legislativa. O mais grave é que foi dada a entrada no projeto de lei no dia 21 de junho e as emendas só puderam ser apresentadas até ontem, dia 3 de julho. Para o comitê, a opção pelo regime de urgência é uma manobra que visa não só a evitar o debate público sobre o tema como também manter os interesses do setor econômico protegidos no projeto de lei. Os membros do Comitê também veem com desconfiança a possibilidade do Congresso, sem participação cidadã, modificar positivamente a proposta de código (nota do Comitê, 2013. Disponível em: <http://ibase.br/pt/noticias/codigo-mineracao-urgencia-nao/0>).

Este argumento se baseia no fato de que a participação social no debate do NMM ficou em segundo plano, uma vez que a proposta de

em maior ou menor grau, tais ações coletivas. A construção e adesão das diversas entidades mobilizadas ao Comitê evidenciam a preocupação comum com o avanço desenfreado da mineração e dos seus impactos socioambientais. Igualmente, a iniciativa demonstra a capacidade de diálogo e articulação de forças para enfrentar o debate sobre a reformulação do Código Mineral em pauta no Congresso Nacional, o que tem permitido amplificar o debate sobre os impactos nos territórios minerados e sobre a necessidade de se avançar na construção de um marco que considere temas como os direitos dos trabalhadores da mineração, planos de fechamento de minas, processos vinculantes de consulta às populações atingidas, dentre outros. Assim, o Comitê é uma articulação discursiva que tem como ponto nodal o debate sobre as mudanças propostas pelos poderes executivo e legislativo no Código da Mineração de 1967.

mudança legal do Código mineral não foi discutida com a sociedade civil em profundidade. O quadro 6 apresenta a sequência temporal do processo de debate público conduzido pela Comissão Especial, os temas e os participantes das audiências realizadas, e corrobora essa argumentação.

Quadro 5. Texto base de lançamento do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.

Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração

A expansão da mineração no Brasil nos últimos 10 anos tem trazido impactos significativos para as comunidades e o meio ambiente. De várias partes de nosso território ressoam denúncias de injustiças socioambientais provocados pela mineração e sua cadeia produtiva, de transformação, escoamento e exportação. Ao mesmo tempo, os bens minerais brasileiros se esvaem por nossos portos, em uma verdadeira sangria, rumo ao exterior, reforçando o papel primário exportador de nossa economia.

A política de expansão mineral, da qual a reformulação do novo Código Mineral é um dos elementos, nos obriga a repensar a lógica atual, segundo a qual os ganhos ficam concentrados nas mãos das empresas e os danos são distribuídos aos que vivem nos territórios. Este modelo implica também impactos ambientais significativos e irreversíveis sobre as águas, o ar, o solo, os ecossistemas, além de patrimônios arqueológicos, paleontológicos, culturais e simbólicos.

Frente a isto, diversas organizações de trabalhadores/as das minerações, quilombolas, assentados/as e agricultores/as familiares, povos indígenas, ribeirinhos/as, pescadores/as, cidadãos/ãs e comunidades atingidas e ameaçadas pela cadeia da mineração, organizações não governamentais, movimentos sociais, populares e ambientalistas, vêm a público lançar o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente a Mineração.

Partimos, em nossa construção coletiva, do entendimento de que a democracia e a transparência sejam garantidas na formulação e aplicação da política mineral; que o direito de consulta, consentimento e veto dos empreendimentos sejam garantidos às comunidades afetadas e ameaçadas; que se respeitem taxas e ritmos de extração definidas previamente de forma democrática; que se viabilize um zoneamento econômico e ecológico que determine onde se pode e onde não se pode minerar; que as empresas sejam obrigadas a contingenciar recursos para viabilizar o Plano de Fechamento de Minas, mitigando os danos socioambientais; que os direitos dos trabalhadores sejam garantidos e que a mineração em Terras Indígenas seja tratada no âmbito do Estatuto dos Povos Indígenas e da Convenção 169 da OIT, respeitado o direito de consulta, consentimento e veto destes povos.

O Comitê é um espaço aberto e plural que seguirá agregando organizações e movimentos comprometidos com a luta pelos direitos das populações ameaçadas e atingidas, do meio ambiente e dos trabalhadores/as, frente à mineração e em defesa da vida.

Fonte: Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). Disponível em: <http://www.inesc.org.br/search?Subject%3Alist=minera%C3%A7%C3%A3o>. Acessado em 15 de abril de 2016.

Quadro 6. Audiências públicas realizadas pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional para debater o Novo Marco Regulatório da Mineração do Brasil.

DATA	TEMAS	PARTICIPANTES
13/08/13	Transformação do DNPM em moderna agência reguladora.	Setores de fiscalização, arrecadação, planejamento, desenvolvimento, gestão e de tecnologia da informação do Departamento Nacional de Propriedade Mineral (DNPM)
14/08/13	Novas atividades do serviço geológico do Brasil – CPRM e a pesquisa mineral.	Presidentes e diretores do Serviço Geológico do Brasil (CPRM)
20/08/13	A garantia de recursos financeiros para o novo modelo institucional do setor mineral.	Secretaria do Tesouro Nacional
21/08/13	Apoio tecnológico para implementação de novo modelo do setor mineral.	Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (ADIMB); Marinha do Brasil
27/08/13	O setor produtivo.	IBRAM; Vale, Associação Brasileira do Alumínio (ABAL); Empresa Bahia de Mineração; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG)
28/08/13	O setor produtivo.	Associação das Entidades Produtoras de Agregados da Construção Civil (ANEPAC); Organizações das Cooperativas de Mineração (OCB); Associações dos Pequenos e Médios Mineradores do País (ABRAMINER); Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (ABIROCHAS)
03/09/13	O setor consumidor.	Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Sindicato da Indústria de Cimento.
04/09/13	As entidades ambientais.	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Ministério Público Federal (MPF); ONG's.
10/09/13	O poder concedente.	Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
11/09/13	Os estados e municípios.	Associações dos Municípios Mineradores de Minas Gerais; Confederação

		Nacional dos Municípios; governadores ou vice-governadores dos estados do Pará e Minas Gerais
17/09/13	Os movimentos sociais.	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas; Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (Comitê); Movimento pela Soberania Nacional na Mineração (MAM).
18/09/13	Logística	IBRAM; Vale; Secretaria Especial dos Portos; Secretaria Nacional de Transportes.
24/09/13	Regulação	Associação Brasileira de Agências Reguladoras; Associação Brasileira de Direito Tributário; advogados especialistas em direito mineral; Organização dos Advogados do Brasil (OAB).
25/09/13	Financiamento de pesquisa mineral.	BM&F; Rio Grande Mineração S.A.
01/10/13	Questão socioeconômica.	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/MG); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC).
08/10/13	Direito de propriedade.	MME; IBRAM; Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária; Procurador da República do estado do Espírito Santo.
30/10/13	Minerais estratégicos.	Eletobrás; consultor legislativo da Câmara dos Deputados; Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); pesquisadores e consultores em finanças; Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações disponíveis em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=581696>. Acesso em 23 de maio de 2016.

De acordo com o quadro 6, das 17 audiências públicas realizadas pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados no Brasil, apenas três delas tiveram participação de organizações e movimentos sociais, a saber: as realizadas nos dias quatro e dezessete de setembro de 2013 e a do dia primeiro de outubro do mesmo ano. Embora elas sejam quantitativamente pequenas frente aos desafios que o NMM representa para as populações diretamente afetada por esses empreendimentos e também para as questões ambientais, foram nestas audiências que se debateram o maior número de propostas de emendas ao projeto a serem encaminhadas à Comissão Especial (ao todo, 76). No entanto, nenhuma delas foi incorporada ao texto que está em discussão no poder legislativo federal. Assim, ainda segundo a nota de repúdio do Comitê:

Após todo um processo de sigilo antidemocrático em torno da proposta de novo Código, o que vemos é que ela fecha os olhos e se cala diante desses problemas. Não há qualquer menção aos impactos às comunidades e à água, por exemplo. As menções feitas ao meio ambiente são genéricas e pouco efetivas. Não temos dúvidas em afirmar: a proposta de novo Código apresentada pelo governo, em relação a salvaguardas socioambientais, é pior do que o Código em vigor. Representa um retrocesso. (...) A mineração não é apenas um negócio, ela traz consigo uma série de dimensões associadas. Se o código se mantiver como está será um código do mercado da mineração, do negócio mineral e não da atividade mineral em seu conjunto. (...). Esperamos que os direitos das comunidades sejam respeitados, que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados e que o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado também seja respeitado. Queremos um código que não se omita diante dessas questões (nota do Comitê às audiências públicas que debatem o NMM, 2013. Disponível em: <http://www.eaacone.org/news/nota-do-comit%C3%AA-nacional-em-defesa-dos-territorios-frente-%C3%A0-minera%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0s-audi%C3%A2ncias-publicas-que-debatem-o-a-proposta-de-novo-codigo-/>)

Pode-se dizer que esta reivindicação foi um dos argumentos que “atrasaram” os planos da Comissão Especial no que se refere à votação do NMM em regime de urgência nos anos de 2013 e 2014, além, é claro, da proximidade do período eleitoral que poderia modificar a composição da Comissão Especial.

Nesse contexto, outra ação coletiva arremetida pelo Comitê, realizada no ano de 2015 após nova definição do poder legislativo federal e da reinstalação na Câmara da Comissão Especial sobre o NMM, evidenciou uma denúncia sobre o relator, o presidente e o vice-presidente do processo e teve grande repercussão. Ela foi direcionada à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados e se refere à quebra de decoro parlamentar de alguns dos deputados que compõem atualmente a Comissão Especial sobre o NMM. A ação se baseia no fato de que, segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988: s/n), art. 55, parágrafo 1º, que diz que é “(...) incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas”. Além dele, também foi levado em consideração o inciso VIII do Art. 5º do Código de Ética da Câmara dos Deputados, que afirma ferir o decoro parlamentar “relatar matéria submetida à apreciação da Câmara dos Deputados, de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral” (BRASIL, 2002: p.14).

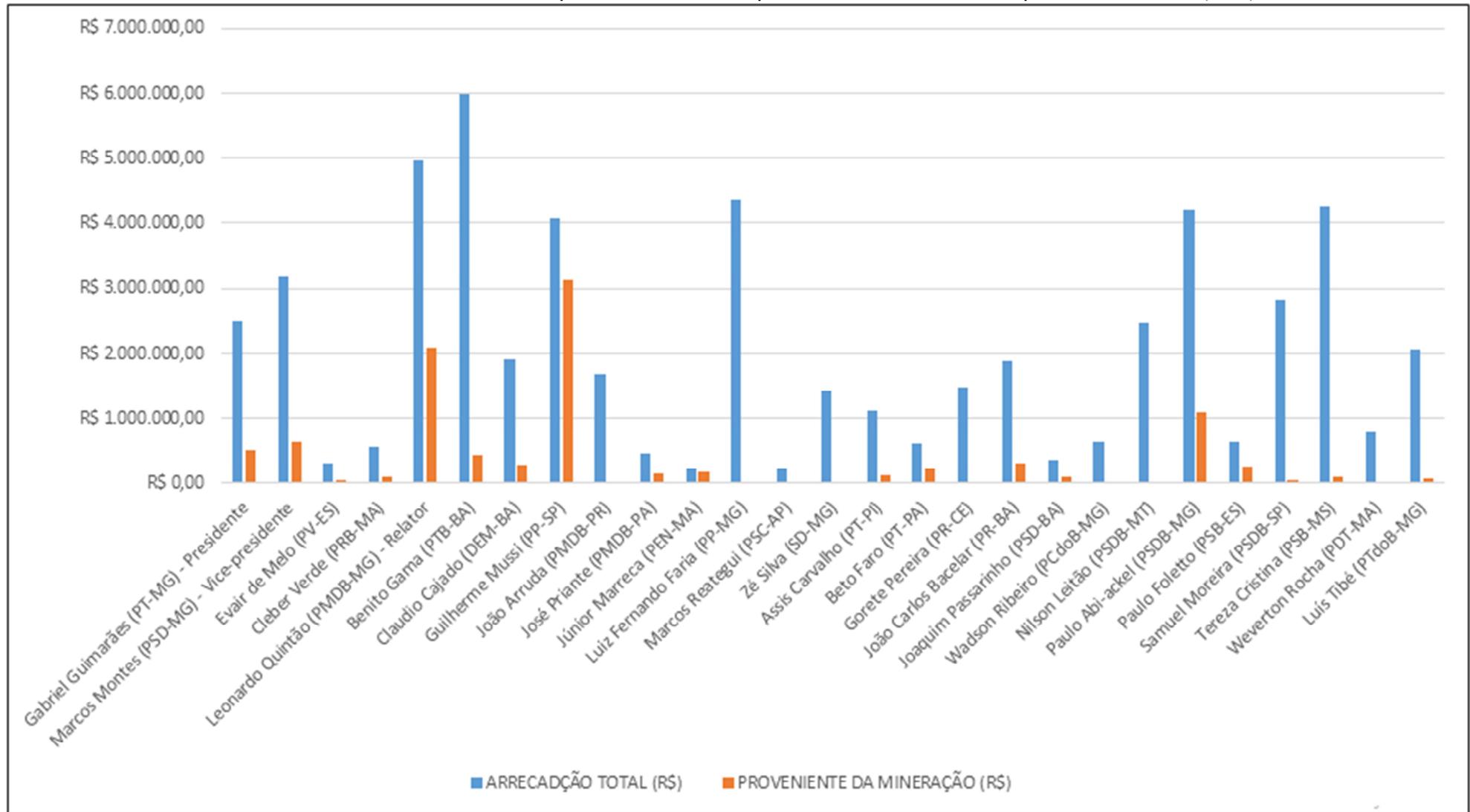
Tomando esses instrumentos legais como referência, o Comitê investigou quais dos deputados que compõem a referida comissão foram financiados em suas campanhas eleitorais por empresas mineradoras ou têm interesses diretos ligados a esse setor industrial (ver Oliveira, 2014). O gráfico 8 representa os dados sobre financiamento de campanha eleitoral disponíveis no Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE, 2014) e em Oliveira (2014), organizados a fim de melhor evidenciar esse argumento. Nele é possível perceber que dos 27 Deputados que compõem a Comissão Especial, 19 receberam doações de mineradoras em suas campanhas eleitorais e, dentre eles, expressivas quantidades de recursos foram direcionadas ao relator, presidente e vice-presidente da mesma, que também têm negócios no setor mineral brasileiro.

Segundo Oliveira (2014), em 2010 o Deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) recebeu cerca de R\$ 400 mil de empresas do setor mineral, cerca de 20% do total arrecado na sua campanha. Nas eleições

de 2014, ele recebeu um valor significativamente maior: pouco mais R\$ 2 milhões (o que equivale a mais de 40% do financiamento total de sua campanha). O próprio relator já afirmara em entrevistas a jornais que “(...) sou parlamentar, sou financiado sim pela mineração, legalmente” e ainda que “eu defendo sim o setor mineral, respeitando as leis brasileiras” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2013: s/n; JORNAL ÚLTIMO SEGUNDO, 2015: s/n).

Os deputados federais Gabriel Guimarães (PT-MG) e Marcos Montes (PDT-MG), presidente e vice-presidente da Comissão Especial sobre o NMM respectivamente, receberam, em valores absolutos, mais de R\$ 1.133.961.

Gráfico 8. Brasil: financiamento das campanhas eleitorais dos deputados titulares da comissão especial sobre o NMM (2014).



Fonte: elaborado pelo autor com base nas informações do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE, 2014) e em Oliveira (2014).

Ainda segundo Oliveira (2014), as doações a campanhas eleitorais em 2014 mudaram em relação à disputa ocorrida em 2010. Isto é, se em 2010 as empresas mineradoras se preocuparam em financiar candidatos ao poder executivo, em 2014 o objetivo foi direcionar recursos a possíveis parlamentares do poder legislativo. Ou seja, em 2010 a estratégia das empresas foi conseguir apoio do executivo federal para a construção do PNM, que se concretizou em 2011; nas eleições de 2014 ela muda e passa a se concentrar no apoio aos parlamentares que irão debater o NMM na atual legislatura. Segundo a autora, uma estratégia certa, já que a grande maioria dos deputados por elas financiados foram eleitos ou reeleitos e continuaram na Comissão Especial sobre o NMM.

Para além de interesses a longo prazo na eleição de parlamentares, essa estratégia indica também que o setor mineral está muito interessado na construção do NMM, uma vez que não quer abrir mão de certas regalias que o texto em debate manteve, a exemplo da concessão, lavra e pesquisa mineral, das “áreas livres para a mineração” e do próprio conceito de comunidade afetada que, diga-se de passagem, atendem muito bem os anseios dos empresários do setor, já que é impreciso e não abarca todos os segmentos afetados por empreendimentos minerários. E é justamente o legislativo federal que discute o que “entra ou não” no texto a ser levado ao plenário. Então, não é de se estranhar o fato de essas empresas “investirem” nos deputados e nas suas (re)conduções aos respectivos cargos para manter o texto do NMM na sua parcialidade.

Fica evidente o controle do capital minerador sobre os mandatos dos parlamentares da Comissão Especial que elabora o NMM. E isso, sem dúvida, expressa-se na forma antidemocrática como está sendo conduzido o debate sobre o texto a ser levado a plenário para votação. Além disso, recente denúncia nos meios de comunicação nacional e internacional revelou que o “Novo Marco Legal da Mineração no Brasil” foi escrito, em boa medida, no escritório de advocacia de empresas do setor, o que também corrobora o discurso das organizações sociais no que se refere a parcialidade do mesmo. Segundo uma dessas denúncias, publicada logo após o desastre da Samarco,

O documento oficial do projeto de lei proposto por deputados federais para o novo Código da Mineração, que define as regras do setor, foi criado e alterado em computadores do escritório de advocacia Pinheiro Neto, que tem como clientes mineradoras como Vale e BHP (SENRA,

2015: s/n, disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151202_escritorio_mineradoras_codigo_mineracao_rs).

A história da mineração no Brasil, a experiência recente do *boom* mineral e as propostas políticas para alavancar o setor demonstram a prioridade dos governos em acelerar a atividade mineradora. Em nome do suposto interesse social, longe de ser construída através de processos democráticos, se presta antes à violência contra as populações que mais sofrem com o avanço da mineração e as desigualdades ambientais. O PNM e o processo de debate público do “Novo Marco Legal da Mineração no Brasil” mostram isso muito bem.

Por conta disso, movimentos sociais e demais entidades representativas dos atingidos por esses empreendimentos minerários, a exemplo do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, estão denominando este PL de “Código das Mineradoras”, uma vez que foram as empresas do setor que mais participaram de sua elaboração; seja através dos espaços de debates propriamente ditos, seja financiando os parlamentares que conduzem a discussão em tela. Assim, conforme denúncia dos meios de comunicação e movimentos sociais, o NMM representa os anseios do setor mineral.

Mesmo com as mudanças recentes no cenário político e ambiental brasileiro e na relatoria do PL 5.807/13, na qual o Deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG) foi substituído pelo Deputado Laudívio Carvalho (SD/MG), o NMM não sofreu alterações. O governo insiste com a proposta produtivista de exploração mineral e, através de uma articulação interministerial, pretende “fatiar” o projeto de lei por temas específicos⁷⁰ para facilitar sua tramitação no Congresso Nacional. Nesse contexto, de um modo geral, algumas questões emergem: quais são os reais interesses prioritariamente defendidos por esta comissão na elaboração do NMM? Qual a legitimidade dos parlamentares financiados por empresas mineradoras de conduzirem este debate?

A partir dessas e outras questões, somadas aos recentes acontecimentos relativos aos impactos socioambientais de empreendimentos minerário no país, é que uma contenda política que

⁷⁰ Tais temas são: i) transformação do DNPM em ANM; ii) Aspectos relativos à Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CEFEM); e iii) Mineração em área de Fronteira.

tem como corolário o debate sobre a questão mineral foi visibilizada no Brasil. Ela trouxe para a cena nova identidade política e geometrias de poder.

CAPÍTULO 7. “A ÁGUA VALE MAIS QUE O MINÉRIO”: A CAMPANHA PELAS ÁGUAS E CONTRA O MINERODUTO DA FERROUS.

Nas últimas duas décadas a mineração ganhou maior ímpeto econômico e se expandiu pelo território nacional. Com isso, houve mudanças espaciais nos fluxos de produção e investimentos no setor. Os estados de Minas Gerais e Pará continuam sendo os maiores produtores e aqueles que recebem grande parte dos aportes financeiros. No entanto, Goiás, Bahia, Mato Grosso do Sul, Piauí, Ceará, Espírito Santo e Rio de Janeiro também passaram a receber recursos para produção mineral propriamente dita e/ou para a implementação de sistemas de logística e transporte de minério.

Essa mudança no padrão de produção e investimentos teve reflexos territoriais impressionantes, não apenas em termos de ordenamento territorial da mineração, tal como apresentamos nos capítulos anteriores, mas, sobretudo, no aumento de casos de conflitos, injustiças e impactos socioambientais que se multiplicaram pelo Brasil. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2015), por exemplo, apontaram que nos últimos anos houve aumento no número de conflitos no campo e, mais especificamente, daqueles protagonizados por empresas mineradoras. Se entre 2000 e 2007 as disputas territoriais envolvendo mineração e comunidades rurais somavam 17 ocorrências e estavam concentradas basicamente em Minas Gerais e Pará, entre 2008 e 2015 passaram para 446 (uma variação de 2.523,5%) e ocorreram em 14 diferentes estados brasileiros⁷¹.

As intersecções dessas duas geografias distintas, uma relacionada ao aumento dos investimentos na produção e logística mineral e outra relativa aos conflitos desencadeados por empreendimentos minerários,

⁷¹ Além da CPT (2015), universidades em parceria com organizações sociais também registraram esse aumento no número de conflitos envolvendo mineração, nos espaços rurais e urbanos. O “Mapa dos Conflitos Envolvendo Injustiças Ambientais e Saúde no Brasil” (disponível em: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php>) e o “Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais” (<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>), produzidos, respectivamente, pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) e pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG) são exemplos disso.

contribuem para compreender as relações de poder desiguais referentes ao domínio e controle territorial no país. Este é o ponto de partida do capítulo em tela.

Buscaremos percorrer uma trajetória analítica que desvende as articulações discursivas de contestação ao setor mineral e nos habilite a compreender as geometrias de poder que emergiram em torno da categoria atingido por mineração. Tal tarefa será realizada partir da descrição do caso da “Campanha pelas Águas e Contra o mineroduto da *Ferrous*” (Campanha pelas Águas), que surgiu na Região da Zona da Mata mineira no ano de 2011. Sua escolha se deu pelos seguintes motivos: i) fizemos parte desta ação coletiva entre 2011 e 2016; ii) ela é representativa dos embates envolvendo uma empresa transnacional, a *Ferrous Resources do Brasil*, que atua na extração e beneficiamento de minério de ferro (carro-chefe do setor mineral brasileiro), e populações de pequenos municípios localizadas no interior de um dos principais estados mineradores do país; e iii) esta articulação discursiva logrou vitória inédita contra um empreendimento minerário e se tornou referência no enfrentamento à mineração.

É importante frisar que ao tomar um caso para a pesquisa não queremos com isso anunciar que o atingido por mineração surgiu no cenário político nacional especificamente desse local. Este é um processo político e espacial mais amplo. Por ora, o que nos interessa é apresentar como adentramos nessa contenda, ou seja, por onde e quando pegamos o “fio da meada” do debate a respeito da emergência dessa identidade política e das geometrias de poder envoltas na questão mineral brasileira.

Para isso, o capítulo foi dividido da seguinte maneira: primeiramente descreve-se a emergência do conflito envolvendo comunidades rurais, população urbana, poder público e mineradora na Zona da Mata e das articulações discursivas contestatórias à mineração que propiciaram a formação da Campanha pelas Águas; a seguir, interessa-nos registrar como esta ação coletiva ampliou suas estratégias de resistência e seu discurso político e espacial, direcionados não apenas a um empreendimento em particular, mas também ao modelo mineral brasileiro; por fim, relaciona-se o caso descrito com os aportes teóricos.

7.1. “Viva as águas do São Bartolomeu, fora *Ferrous!*”: mineração e conflito ambiental na Zona da Mata mineira.

Entre os conflitos registrados pela CPT (2015) nos últimos anos está o envolvendo à construção de um empreendimento minerário da empresa transnacional *Ferrous Resources do Brasil*. Fundada em 2007 em Belo Horizonte, a partir da aquisição de direitos minerários das minas Esperança, Serrinha, Brumadinho, Viga e Santanense, esta empresa planejou, no ano de 2008, a instalação de seu primeiro sistema logístico para integrar suas minas na Região do Quadrilátero Ferrífero a um terminal portuário no estado do Espírito Santo. Tratava-se de um duto subterrâneo para condução de minério de ferro, um mineroduto⁷², que transportaria, inicialmente, cerca de 25 milhões de toneladas de minério por ano, podendo expandir para 50 milhões de toneladas anuais (BRANDT, 2010: p. 9).

Conforme pode ser visualizado no mapa 3, o trajeto proposto para esse empreendimento tinha como ponto inicial o município de Congonhas-MG, e como destino Presidente Kennedy-ES. Ao todo, 22 municípios e mais de 625 mil pessoas seriam atingidas entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo (BRANDT, 2010), integrando o Complexo Minerário e Industrial da Região Sudeste do país.

Com o intuito de minimizar impactos socioambientais em áreas urbanas, a empresa planejou a passagem desse mineroduto pelas zonas rurais dos municípios, que ela considerou serem vazias em termos demográficos, pouco produtivas economicamente e atrasadas em termos tecnológicos, critérios estabelecidos a partir de uma concepção urbana-industrial do espaço geográfico e descritos no EIA do empreendimento⁷³. Assim, ele segue a lógica descrita por Acselrad

⁷² Esse empreendimento pode ser considerado como um modal de transporte de minério alternativo às ferrovias e às rodovias. Em termos conceituais, ele poderia ser definido como uma rede técnica, já que este conceito, seguindo a argumentação de Dias (2005; 2006), trata de dar conta de compreender uma estrutura técnica que visa integrar diferentes pontos no território para viabilizar duas estratégias: circulação e comunicação; de pessoas, mercadorias, informações ou capitais.

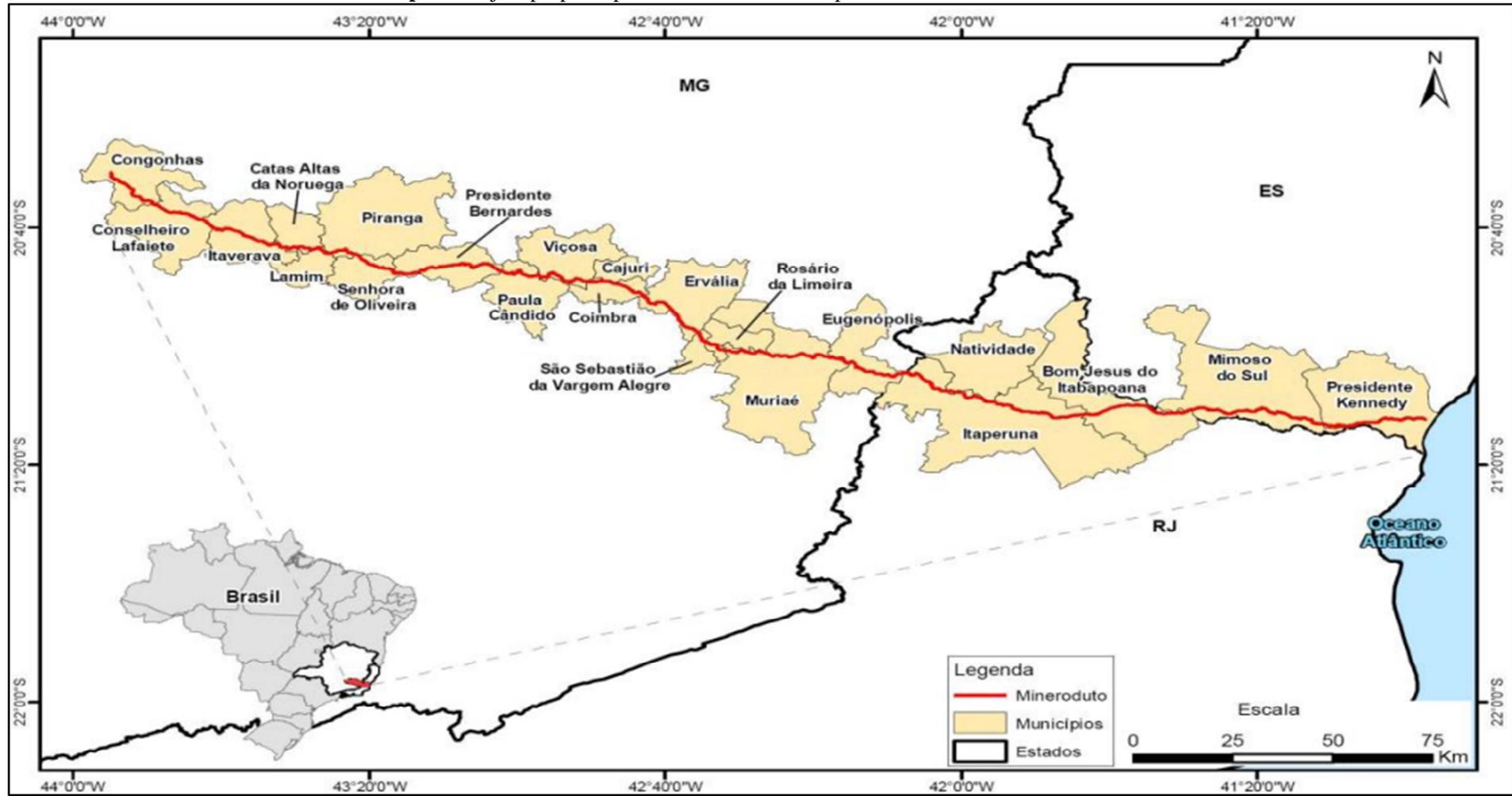
⁷³ O EIA do mineroduto foi feito a partir da contratação de uma empresa de consultoria ambiental, a Brandt Meio Ambiente, e está disponível no seguinte endereço eletrônico:

(2004a), a de se instalar em lugares considerados periféricos para o capital internacional.

Inversamente à concepção do empreendedor, as áreas que seriam atingidas pelo mineroduto, particularmente as situadas na Zona da Mata mineira, apresentam grande número de residentes nas zonas rurais que têm na terra a base da reprodução de seus modos de vida e a garantia da segurança e diversificação alimentar. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), os municípios em questão têm como um dos carros-chefes de suas economias a atividade agropecuária, sobretudo a produção de café e de leite, bem como milhares de residentes no meio rural; e embora eles não empreguem intensamente tecnologias produtivas oriundas da revolução verde, tais como maquinários, agrotóxicos e fertilizantes, sua produção é destinada a abastecer os mercados regionais.

Organizadas a partir dos dados do IBGE (2010), as tabelas 3 e 4 destacam, respectivamente, o número de residentes nas áreas rurais e o PIB dos municípios da Zona da Mata mineira que seriam atingidos pelo mineroduto da *Ferrous*.

Mapa 3: Trajeto proposto para o mineroduto da empresa Ferrous Resources do Brasil.



Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2010.

Tabela 3. Zona da Mata mineira: população total, população urbana e população rural dos municípios que seriam atingidos pelo mineroduto da Ferrous.

Município	População Total	População Urbana		População Rural	
		Hab.	%	Hab.	%
Lamim	3.452	1.511	43,77	1.941	56,23
Itaverava	5.799	2.565	44,23	3.234	55,77
Catas Altas da Noruega	3.462	1.429	41,27	2.033	58,73
Piranga	17.232	5.958	34,57	11.274	65,43
Senhora de Oliveira	5.683	3.256	57,29	2.427	42,71
Presidente Bernardes	5.537	1.642	29,65	3.895	70,35
Paula Cândido	9.271	4.936	53,24	4.335	46,76
Viçosa	72.220	67.305	93,19	4.915	6,81
Coimbra	7.054	5.156	73,09	1.898	26,91
Ervália	17.946	9.470	52,76	8.476	47,24
Cajuri	4.047	2.096	51,80	1.951	48,20
Rosário da Limeira	4.247	2.296	54,06	1.951	45,94
São Sebastião da Vargem Alegre	2.798	1.603	57,29	1.195	42,71
Muriaé	100.765	93.225	92,51	7.540	7,49
Eugenópolis	10.540	7.405	70,25	3.135	29,75
Total	270.053	209.853	78	60.200	22

Fonte: organizado pelo autor com base nos dados do IBGE (2010).

Tabela 4. Zona da Mata mineira: Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios que seriam atingidos pelo mineroduto da Ferrous.

Município	PIB Total	Admin., saúde, educação públicas e seguridade social		Agropecuária		Serviços		Indústria	
		Reais	%	Reais	%	Reais	%	Reais	%
Lamim	29.513	13.930	47	3.972	13,45	9.157	31,00	2.454	8,30
Itaverava	41.123	18.229	44	8.556	20,80	11.903	28,94	2.435	5,92
Catas Altas da Noruega	27.257	15.136	56	3.301	12,11	7.234	26,53	1.585	5,81
Piranga	119.324	53.471	45	16.486	13,81	44.317	37,14	5.050	4,23
Senhora de Oliveira	48.252	20.153	42	5.252	10,88	18.575	38,49	4.272	8,85
Presidente Bernardes	34.573	17.506	51	4.706	13,60	10.998	31,81	1.363	3,94
Paula Cândido	74.588	29.921	40	14.641	19,62	22.661	30,38	7.365	9,87
Viçosa	1.210.947	254.066	21	25.179	2,07	769.902	63,57	161.800	13,36
Coimbra	71.074	24.280	34	12.610	17,74	29.477	41,47	4.707	6,62

Ervália	256.127	60.833	24	96.902	37,83	81.255	31,72	17.137	6,69
Cajuri	48.491	16.385	34	7.054	14,54	12.971	26,76	12.081	24,90
Rosário da Limeira	37.806	17.600	47	6.407	16,94	11.274	29,82	2.524	6,67
São Sebastião da Vargem Alegre	49.280	14.228	29	11.750	23,84	10.850	22,01	12.542	25,45
Muriaé	1.656.294	348.267	21	27.015	1,63	1.055.202	63,70	225.810	13,63
Eugenópolis	117.955	35.375	30	22.218	18,83	44.542	37,76	15.910	13,48
Total	3.822.604	939.380	24	266.049	7	2.140.318	56	477.035	13

Fonte: organizado pelo autor com base nos dados do IBGE (2010).

Essas distintas representações do espaço geográfico marcaram um primeiro momento de embate discursivo sobre o projeto de instalação do mineroduto, pois, de um lado, pôde-se verificar um discurso empresarial depreciativo de determinadas localidades, e, por outro lado, representações que mostram um descompasso entre os dados oficiais e os apresentados pela empresa. Tal descompasso, a nosso ver, é estratégico para o empreendedor, já que é a partir destas informações que tem início as negociações com os poderes públicos municipais e estaduais a fim de buscar apoio a um projeto de “redenção regional” e para iniciar o processo de licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes⁷⁴. Por isso, não é de se estranhar que, no ano de 2009, de posse do EIA e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a *Ferrous* inicia intenso *lobby* junto às prefeituras dos municípios que seriam atingidos e aos governos dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, argumentando em prol da importância do empreendimento como forma de desenvolvimento de regiões supostamente estagnadas⁷⁵.

Nesse contexto, o governo do estado de Minas Gerais afirmou, em 2010, que:

Declara de utilidade pública, para desapropriação, constituição de servidão administrativa e ocupação temporária, terrenos situados nos Municípios que menciona, necessários à construção do Mineroduto Ferrous, bem como de suas instalações complementares, e dá outras providências (MINAS GERAIS, Imprensa Oficial, 2010: p.2).

Do mesmo modo que o governo mineiro, os 22 municípios que seriam “cortados” pelo mineroduto também deram aval à empresa,

74 É importante frisar que, além do EIA/RIMA, o empreendedor necessita também da anuência dos poderes públicos municipais, estaduais ou federal, a depender da abrangência territorial do empreendimento, para dar início ao processo de licenciamento ambiental. No caso em tela, como se trata de um empreendimento que abrange territórios de três estados, a competência de licenciar é do IBAMA, conforme resolução nº237 de 19 de dezembro de 1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>.

⁷⁵ A respeito do discurso empreendedor sobre redenção regional de grandes projetos de desenvolvimento, consultar Laschefski (2011).

assim como os outros governos estaduais. Portanto, de posse de toda a documentação necessária para iniciar o licenciamento ambiental, em 2010 a *Ferrous* abre processo junto à sede do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em Belo Horizonte, requerendo a Licença Prévia (LP) do mineroduto⁷⁶.

A abertura desse processo exige, por sua vez, que a empresa realize audiências públicas consultivas nos estados atingidos para apresentação do RIMA e esclarecimentos de dúvidas a respeito do empreendimento junto à sociedade civil. Sendo assim, a *Ferrous*, juntamente com o IBAMA e poderes públicos, realizou, no ano de 2011, três audiências, respectivamente, nos municípios de Viçosa-MG, Itaperuna-RJ e Presidente Kennedy-ES. Nelas, especialmente na realizada no estado de Minas Gerais e da qual participamos enquanto membro do PACAB, a população que seria diretamente atingida se mostrou preocupada com a representação de seus territórios feita pela empresa, com a falta de informações a respeito do mineroduto e sobre os impactos socioambientais do empreendimento. Perguntas relativamente simples como “o que é um mineroduto?” ou ainda “como ele afetará a continuidade das atividades agrícolas da região?” foram algumas das levantadas.

Ao contrário da população, a Prefeitura Municipal de Viçosa, por ocasião da audiência pública neste município, parecia ter certeza dos benefícios que o mineroduto traria à microrregião e deu apoio à empresa. O prefeito e secretários discursam em prol do empreendedor e dos “benefícios” que o mesmo traria, e frases de efeito como “(...) sortudos são aqueles que têm o traçado do mineroduto em seus terrenos”, “(...) vão trazer muitos empregos para os viçosenses” e “(...) é

⁷⁶ Ao todo, são três licenças ambientais necessárias à instalação e operação de empreendimentos industriais, a saber: Licença Prévia (LP), Licença Instalação (LI) e Licença Operação (LO). A primeira delas, a LP, é concedida após o órgão ambiental analisar o EIA do empreendimento e realizar audiência pública consultiva nas áreas afetadas pelo mesmo. A LI é requerida pelo empreendedor para instalação das estruturas técnicas do empreendimento propriamente dito, para realizar alterações no meio ambiente e, se necessário, deslocar populações atingidas. Esta licença só é emitida após parecer do órgão aprovando a LP. Já a LO, terceira e última licença necessária no processo de licenciamento ambiental, é requerida após o empreendimento estar instalado e o empreendedor ter cumprido todas as exigências socioambientais anteriores e ela autoriza o início da operação do empreendimento. Todos estes procedimentos estão descritos na resolução CONAMA nº 237/97.

o desenvolvimento chegando” foram constantemente evocadas pelos representantes do executivo municipal. Além disso, a participação dos atingidos não foi legitimada pelas autoridades presentes, ou seus questionamentos foram desconsiderados.

Essas audiências evidenciaram os embates discursivos sobre formas de representar e ordenar o território que já vinham sendo delineados anteriormente com a publicação do EIA. Foram nelas que se pôde identificar com clareza a distribuição dos grupos envolvidos em determinado campo de discursividade (no caso o viabilizado pelo IBAMA com a abertura do processo de licenciamento ambiental): se, de um lado, estavam o empreendedor, secretários e prefeitos municipais que discursavam em prol do mineroduto e dos supostos benefícios que o mesmo traria às regiões afetadas, do outro lado, se encontravam as populações atingidas e assessores que requeriam mais informações sobre o empreendimento, questionavam sua viabilidade socioambiental e demandavam mais informações sobre projeto do mineroduto em si, especialmente na Zona da Mata mineira.

Essas argumentações também foram apresentadas por Rouse *et al.* (2013, s/n), que analisaram o caso em tela e afirmaram que

O cenário conflituoso começou a ganhar seguimento no dia quatro de novembro de dois mil e onze, quando a Ferrous realizou uma audiência pública em Viçosa, atendendo os municípios composto pela microrregião de Viçosa, para apresentar o EIA/RIMA do Mineroduto e ainda retirar dúvidas sobre a construção e passagem do empreendimento. Porém, na ocasião não houve uma discussão clara e aprofundada sobre a construção do empreendimento e nem foi dada a oportunidade para a maioria dos participantes fazerem perguntas, isto é, o público presente não conseguiu tirar suas dúvidas. Nesse sentido, a audiência causou frustrações aos ouvintes porque eles tiveram poucas oportunidades de questionar a obra, uma vez que, o empreendedor não apresentou quais seriam realmente os impactos sociais e ambientais ocasionados pela a implantação do mineroduto. Isso fez com que os atingidos pelo mineroduto ficassem indignados com essa situação.

Mesmo diante do cenário conflituoso que começava a tomar forma em relação à instalação do mineroduto, especialmente na Zona da Mata mineira, em dezembro de 2011, portanto logo após a realização das audiências públicas consultivas, o IBAMA autorizou a LP do empreendimento e deu “sinal verde” à *Ferrous* para iniciar o processo de negociação dos terrenos para fins de indenizações e/ou reassentamento das famílias que seriam atingidas. Nesse contexto, segundo fala de um atingido entrevistado por pesquisadores da UFV, o “tal do mineroduto” começou a incomodar.

(...) há um tempo atrás, passou um pessoal na minha região lá onde eu tenho um sítio, ficando umas estacas na estrada, então ao longo da estrada de terra foram fincadas algumas estacas e aí eu procurei saber com meus vizinhos e com rapaz que trabalha para mim. Eles falaram que ficaram sabendo que era de um mineroduto que ia passar e aí o pessoal simplesmente fincou a placa do mineroduto na estrada. Então no primeiro momento, até o pessoal achou que ia passar na estrada, ao longo da estrada, aproveitando o leito da estrada. E eles não falaram nada com vocês? Nada, os produtores em nenhum momento foram procurados para serem informados do que se tratava (...). Então, a princípio, eles não precisavam dar muita satisfação porque estava em via pública, e então ficou um negócio já desde o início meio sem comunicação (Atingido pelo mineroduto entrevistado em 2012, citado por Rouse *et. al.*, 2013: s/n).

Figura 3. Placas indicando área de servidão do mineroduto da Ferrous no município de Viçosa-MG, 2012.



Fonte: trabalho de campo, 2015.

Junto com as placas (figura 3) em algumas áreas rurais de Viçosa, vieram também as invasões de propriedade por parte de representantes da empresa e denúncias de assédio moral. Segundo depoimento de um atingido que consta no relatório técnico produzido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB, 2012: p.18)⁷⁷:

Aqui a empresa chegou invadindo, sem negociação, somente com um documento de posse via oficial de justiça. Aqui o mineroduto vai cortar quase todo o terreno e ao final será retirado um morro para que ele não impeça a pressão de bombeamento do mineroduto (...). A Ferrous entrou como um trator, derrubando a cerca e soltando o gado na estrada, realizou a sondagem e

⁷⁷ A demanda para a construção desse relatório será apresentada mais à frente ainda neste capítulo. Ela se configurou como uma das etapas da articulação discursiva de resistência contra o empreendimento e justificou a realização de uma audiência do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e do Ministério Público Federal (MPF) em Viçosa-MG. Tal relatório pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico: http://www.agb.org.br/documentos/2012/relatorio_AGB_ferrous.pdf.

depois partiu deixando tudo destruído aqui. Quando cheguei aqui no dia seguinte foi que eu percebi a cerca no chão derrubada. Assustei com a situação e também porque minhas criações não estavam aqui e também com o rastro e as perfurações por causa das sondagens. Indignado, senti constrangido e humilhado pela situação que vi de invasão. Agora eu construí um portão eletrônico na minha propriedade para garantir que entra aqui quem eu quiser. E a Ferrous aqui não é bem-vinda! (AGB, 2012, p. 18).

E, de acordo com um entrevistado em nossa pesquisa,

(...) se é um ‘caninho’ que vai cortar minha casa, por que tem que fazer tanta coisa, tanta indicação? Tem gente aqui que teve até assistente social na casa e psicóloga para falar do mineroduto. Ué, mas não era um ‘caninho’? Foi quando começamos a perceber que era bem mais do que isso. Foi quando queríamos achar maneiras de enfrentar isso e defender nosso patrimônio. Quando vimos as placas e a invasão de propriedade ficamos indignados (A1, atingido pelo mineroduto, trabalho de campo, 2015).

Foi a partir dessas ações truculentas da empresa que emergiu um sentimento de indignação nos atingidos, pois eles perceberam que estavam sendo “enrolados” desde a audiência pública e queriam achar maneiras de enfrentar o mineroduto. A nosso ver, este momento, juntamente com o da audiência, permitiu a identificação clara de um antagonista e possibilitou a articulação inicial de ações coletivas de resistência ao empreendimento.

Mas quando e como iniciaram as reações dos atingidos? A fala de um dos coordenadores da Campanha pelas Águas por nós entrevistado por ocasião do trabalho de campo em 2015 é bastante ilustrativa a esse respeito.

Houve uma variação. Teve gente que prestou atenção desde que a *Ferrous* chegou em 2008, mas teve gente que não se atentou e achou que o mineroduto era uma coisa simples e incorporou o discurso da empresa, que falou que era uma coisa tranquila, que era obra do governo e que não haveria muitos impactos na vida dessas famílias,

então nem prestou muita atenção, achou que era uma coisa banal o mineroduto passar aqui. Foi apenas em 2011, na própria audiência que houve muitos questionamentos, muitas famílias querendo saber o que era o projeto, os impactos da estrutura do mineroduto, enfim, saber mais sobre isso. Por exemplo, Sr. B1 desde que ficou sabendo que ia passar o duto já partiu para o enfrentamento. Teve o B2, do Paraíso (bairro rural de Viçosa) que também ficou indignado e ocupou a câmara municipal. De início, houve muitas ações individuais dos atingidos na justiça, mas nada organizado coletivamente (...). De forma mais organizada começou a partir de um encontro que o MAB organizou no município de Presidente Bernardes. Foi o primeiro momento de articulação coletiva do movimento de resistência à implantação do mineroduto. Começou em Presidente Bernardes, muito nos ajudou o padre B3, nativo de lá. Então, ele conhecia gente que ia ser atingido, o sindicato começou a se mobilizar, com um padre muito bom e engajado, que levou a bandeira para o pessoal. Nisso o MAB também fez uma articulação com um deputado estadual. Com essa articulação e com a conversa com o pessoal no norte de Minas Gerais que também enfrentava um mineroduto, houve uma audiência lá e logo em seguida, aqui. A partir desta audiência que amadureceu a discussão sobre o mineroduto (C1, membro da coordenação da Campanha pelas Águas, trabalho de campo, 2015).

Na citação de parte dessa entrevista dois dados nos chamaram a atenção. O primeiro deles diz respeito a uma incipiente articulação discursiva contrária ao empreendimento que foi surgindo de forma individual, baseada nas relações de parentesco e vizinhança, particularmente nas áreas rurais atingidas no município de Viçosa e que sofriam com as invasões de propriedades e assédio moral por parte da empresa. Ela começou a demandar respostas dos poderes públicos municipal, estadual e federal sobre os questionamentos e dúvidas levantadas na audiência pública, inclusive pela via judicial, e também sobre as ações da *Ferrous* nesse município.

Já o segundo dado está relacionado à organização coletiva para o enfrentamento, que teve início com a aproximação de alguns atingidos pelo mineroduto com outros movimentos sociais atuantes na Zona da Mata mineira, a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), e com párocos progressistas da Igreja Católica em uma reunião que aconteceu no município de Presidente Bernardes-MG no ano de 2011. Estes movimentos e a Igreja conheciam as características de conflitos envolvendo grandes empreendimentos na região, em especial de barragens hidrelétricas, e realizaram um espaço de formação para os atingidos pelo mineroduto de Viçosa, articulando e interagindo com mais organizações para melhor compreender o conflito que estava tomando forma. Além disso, como também foi destacado na fala do entrevistado, estes movimentos foram importantes elos com representantes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que articularam a problemática vivenciada na Zona da Mata com outras semelhantes, possibilitando o reconhecimento de casos parecidos e o encaminhamento de ações conjuntas no âmbito institucional.

Esse foi, a nosso ver, o primeiro espaço de debate no qual os atingidos pelo mineroduto puderam se identificar e identificar quem os oprimia. Foi a partir dessas articulações coletivas iniciais que houve a demanda para que os poderes públicos dessem, de fato, explicações à população sobre o que “estava chegando” na região enquanto proposta de desenvolvimento. E um importante acontecimento que favoreceu essa articulação discursiva com entidades de apoio e assessoria, também evidenciado na transcrição da entrevista anteriormente, foi a audiência pública da Comissão de Minas e Energia da ALMG, ocorrida no mês de dezembro de 2011 na UFV.

Nessa audiência, demandado pelos proprietários rurais atingidos a assessores de deputados estaduais de Minas Gerais e no qual estiveram presentes representantes do IBAMA, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), da ALMG, de movimentos sociais, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e dos poderes públicos de municípios da microrregião de Viçosa, que o conflito ambiental contra o mineroduto começou a ganhar contornos mais claros; e os atingidos iniciaram processo de articulação para encaminhamento de ações contrárias ao empreendimento. Diversos requerimentos relativos a denúncias de violações de direitos foram realizados e também houve a proposição de um debate no plenário da ALMG, em Belo Horizonte, para discutir o decreto do então governador

do estado de Minas Gerais que considerou o mineroduto de utilidade pública. A entrevista feita com o representante da coordenação da Campanha pelas Águas serviu-nos de referência para essas argumentações.

Na audiência da Comissão de Minas e Energia da ALEMG (*sic*) na UFV participaram cerca de 150 pessoas entre atingidos e membros de movimentos sociais da região como um todo, que debateram os impactos socioambientais da construção do mineroduto da *Ferrous*. Foi um momento de denúncia sobre as irregularidades que estavam sendo evidenciadas, já que a empresa não informava claramente os atingidos, além de desrespeitar as propriedades. Mas esta audiência também foi um importante momento para que os atingidos se encontrassem e pudessem articular ações coletivamente. Uma dessas ações conjuntas que surgiu na audiência foi a requisição, através da Comissão de Minas e Energia, de que o IBAMA reavaliasse o EIA e que a ALEMG (*sic*) instaurasse uma comissão para avaliar as violações de direitos apresentadas. Apesar disso, sabíamos que ações institucionais não iam ter tanto efeito e, por isso, reunimos os atingidos para realizar também ações de mobilização popular. Foi nessa audiência que conhecemos mais atingidos em Viçosa e que começamos a nos encontrar (C1, membro da coordenação da Campanha pelas Águas, trabalho de campo, 2015).

Essa audiência marcou o fim do ano de 2011, que terminava com muitas dúvidas para os atingidos, tais como: o que é um mineroduto? Quais os seus impactos socioambientais? Quem será de fato atingido? Quem é a *Ferrous*? No entanto, em que pese tais dúvidas, ela se mostrou também como um espaço essencial para o estabelecimento de articulações discursivas contestatórias ao mineroduto em Viçosa, uma vez que foi nela que as demandas populares puderam ser ouvidas por representantes dos poderes municipal e estadual, pelo órgão licenciador e por entidades de apoio e assessoria; e foi nela também que os atingidos puderam, de fato, se encontrar para encaminhar ações de contestação de forma mais organizada.

Enquanto 2011 foi um ano de muitas dúvidas e apreensão para os atingidos, 2012 seria mais profícuo para a construção e articulação da resistência e para dar visibilidade ao conflito ambiental de maneira geral. Neste ano é que algumas das respostas às questões levantadas anteriormente começaram a aparecer e uma ação coletiva de contestação ao empreendimento começou a ser construída.

Com relação à questão sobre o que é um mineroduto, um atingido em Viçosa assumiu a tarefa de divulgar esta informação. Ele começou a estudar e a mostrar quem era realmente a *Ferrous Resources do Brasil*, e em todos os espaços públicos que a temática se fazia presente, lá estava ele com seus vídeos e imagens tentando convencer os presentes que não se tratava de uma empresa que visava o desenvolvimento regional, mas sim de uma transnacional que objetivava aumentar seus lucros; e que o “caninho” de 45 cm de diâmetro como diziam os técnicos, tratava-se, na verdade, de uma faixa de terra contínua de aproximadamente 200 m que ficaria sob domínio da *Ferrous* para que com suas máquinas pudesse instalar o mineroduto e, após isso, estaria restrita para uso agrícola (figura 4).

Figura 4. Mineroduto Minas-Rio em processo de instalação no município de Nova Era, Minas Gerais, 2014.



Fonte: Jornal O Tempo. Disponível em:

<http://www.otempo.com.br/cmlink/hotsites/especial-mineroduto>. Acessado em: 09 de fevereiro de 2017.

Essa área, denominada de faixa de servidão, afetaria 65 propriedades em Viçosa, e aproximadamente 250 nesta microrregião como um todo. Isso se consideramos apenas os proprietários, pois sabemos que na Zona da Mata é muito comum relações de parceria, de meagem de terra, de colonato, etc.⁷⁸; e que por conta de uma visão patrimonialista de empresas, não os considera como atingidos e, portanto, poderiam não receber indenizações em detrimento de sua expropriação.

Além disso, o atingido mencionado também desmistificava a questão dos “Depósitos Controlados de Materiais Excedentes”, popularmente conhecidos como “Bota Fora”, que eram constantemente mencionados no EIA. Considerando que o duto subterrâneo servirá para transportar minério de ferro, isto é, uma massa muito densa, ele não poderá ter inclinação maior que 15°, e em se tratando de Zona da Mata mineira em que uma das principais características são os “Mares de Morros” (AB’SABER, 2003), ou seja, um planalto fortemente

⁷⁸ Sobre a ocupação territorial da Zona da Mata mineira, consultar Carneiro e Matos (2010) e Chrysostomo e Santos (2016).

dissecado, isso se torna um grande problema ambiental. Segundo o atingido:

Bom, se a terra do morro sai de um local ela tem que ir para outro, certo? Ela não desaparece. Para qual lado ele vai? Exatamente para cima de áreas que contêm nascentes ou outros cursos d'águas e que podem ser um problema no uso para irrigação e para os animais (A2, atingido pelo mineroduto, trabalho de campo, 2015).

Justamente pelo fato de não poder haver inclinação maior que 15° no mineroduto, a empresa planejou a sua passagem nas áreas mais baixas do relevo, junto aos cursos d'água e áreas de nascentes. Segundo dados do EIA, em Viçosa apenas 6 nascentes seriam afetadas⁷⁹. Com relação a este ponto merece destaque a conexão estabelecida pelos atingidos com a questão da falta d'água neste município.

Havia a necessidade da construção de argumentos concretos que confrontasse a passagem do mineroduto na região, e, até então, o que existia eram especulações e dúvidas das pessoas diretamente atingidas sobre os impactos socioambientais do empreendimento. Nada de técnico ou científico, argumentos mais aceitos nas instâncias ambientais brasileiras, que pudesse chamar a atenção das autoridades e da população urbana que nem sabia o que era um mineroduto por não estar nas áreas diretamente “cortadas” por ele. Foi então que a partir de notícias dos jornais de Viçosa sobre a falta d'água em alguns bairros da cidade (figura 5) esse argumento foi se fortalecendo e teve respaldo de técnicos especialistas em recursos hídricos da UFV e da AGB.

⁷⁹ Tais dados foram contestados pela AGB, que realizou estudo de mapeamento das nascentes que seriam atingidas pelo empreendimento no município de Viçosa e verificou que 60 corpos d'água seriam destruídos.

Figura 5. A) Jornal Folha da Mata do dia 16 de fevereiro de 2012 destacando a falta d'água em alguns bairros de Viçosa; B) Jornal Folha da Mata do dia 8 de março de 2012 destacando a necessidade de nova Estação de Tratamento de Água (ETA) no município.



Fonte: Arquivos da Campanha pelas Águas, trabalho de campo, 2015.

O município de Viçosa tem como fonte de abastecimento de água a bacia do ribeirão São Bartolomeu e a do rio Turvo Sujo. O ribeirão São Bartolomeu configura-se como a principal delas, já que abastece cerca de 70% do município e fornece 100% da água utilizada pela UFV (AGB, 2012). Destaca-se que este curso d'água é o responsável pelo abastecimento dos bairros altos da cidade que já sofrem com o desabastecimento hídrico em determinados períodos do ano, conforme indicou a figura 6. E foi em meio a esse cenário que a relação entre o mineroduto e o problema da água em Viçosa foi construída.

Os atingidos perceberam que os impactos socioambientais envolvendo a construção do mineroduto ultrapassavam os limites da área rural, e caso ele fosse implantado, a população da cidade sofreria consequências diretas que envolviam o risco de desabastecimento público de água e a vulnerabilidade social de algumas populações urbanas, já que o projeto da *Ferrous* afetaria justamente as nascentes do ribeirão São Bartolomeu. Com isso, houve a percepção de que a área que seria afetada pelo empreendimento não se restringia às rurais, mas envolvia também a cidade.

A conexão estabelecida entre o problema da água em Viçosa e o empreendimento minerário foi o estopim para o surgimento de um movimento de resistência ao mineroduto e em defesa do meio ambiente, este visto para além das tradicionais áreas de preservação permanente, já que envolvia uma questão de saúde pública. O discurso da falta d'água e sua relação com o mineroduto conseguiu aglutinar várias organizações sociais atuantes na esfera ambiental no município de Viçosa como o Levante Popular da Juventude (Levante), Associações de Bairros, STR's, vereadores, igrejas, projetos de extensão da UFV, a exemplo do

Projeto de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens (PACAB) e do Observatório dos Movimentos Sociais; e associação profissionais e de estudantes, como a AGB, a Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), a Entidade Nacional de Estudantes de Biologia (ENEBio) e a Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

Essas organizações iniciaram uma série de reuniões e oficinas para discutir a problemática política e ambiental envolvendo água e mineroduto com os moradores dos bairros afetados pelo desabastecimento, com especialistas em recursos hídricos da UFV, com estudantes secundaristas e também com comunidades rurais que seriam diretamente atingidas pelo empreendimento (figura 6).

Figura 6. A) Reunião na paróquia Nossa Senhora de Fátima em Viçosa-MG para debater impactos socioambientais do mineroduto nos bairros que sofrem com a falta d'água neste município; B) oficinas realizadas pelo Levante em escolas municipais de Viçosa-MG para mobilização social contra o empreendimento; e C) mutirão informativo sobre os impactos socioambientais do mineroduto da Ferrous na feira livre de Viçosa.



Fonte: arquivos da Campanha pelas Águas, trabalho de campo, 2015.

Assim, junto ao momento inicial de percepção do conflito ambiental nas audiências públicas realizadas anteriormente e que envolvia apenas as populações diretamente afetadas com a construção do empreendimento, a questão da água em Viçosa passa a configurar nova oportunidade de contestação, que evidenciou uma apropriação territorial diversa da realizada pelo empreendedor e possibilitou a emergência de uma ação coletiva que angariasse apoio de outros atores sociais.

Nesse contexto, visibilizou-se, definitivamente, um conflito ambiental entorno de um empreendimento minerário em Viçosa, e a fala de um dos coordenadores da Campanha pelas Águas por nós entrevistado revela isso muito bem. Para ele

Foi com a água, aqui em Viçosa, que conseguimos transpassar o ponto fraco da resistência que estava se formando, que é o abastecimento daqui, porque o mineroduto vai passar aqui em cima da bacia de São Bartolomeu. Então, conseguimos articular os atingidos tanto do campo quanto das cidades em torno dessa problemática. Diversas organizações trabalham com esta questão da água. A Igreja Católica, por exemplo, trabalhou este tema na campanha da fraternidade, teve as romarias em diversas dioceses sobre a água; projetos de agroecologia da UFV também colocam a água como tema central; a EMATER tem alguns projetos que tenta trabalhar nas comunidades rurais a partir do manejo de bacias hidrográficas. Então, a água estava na pauta do dia na sociedade e nós, debruçando sobre isso e colando que o mineroduto traz impactos diretos na água, pudemos unificar não só os atingidos diretamente, mas também a sociedade em geral para entender que são projetos que vão prejudicar a qualidade de vida deles, mesmo não sendo atingidos diretamente. Essa era a pauta que podia mobilizar. Houve uma identidade com os atingidos e a cidade, e isso é o principal ponto que eu acho que mostrou o conflito e conseguiu aglutinar muitas organizações na construção da resistência (C1, membro da coordenação da Campanha pelas Águas, entrevista, trabalho de campo, 2015).

7.2. A Campanha pelas Águas de Viçosa: articulando o discurso da resistência a partir do território (zona).

A emergência de um conflito ambiental, visibilizado a partir da articulação discursiva em torno dos recursos hídricos e mineroduto, fomentou um debate sobre a problemática da água, seja no âmbito dos atingidos diretamente, seja nas áreas urbanas afetadas com o desabastecimento em Viçosa. Com isso, os impactos socioambientais

gerados por este empreendimento passaram a ser evidenciados de maneira mais enfática no município como um todo e diversas organizações sociais, em maior ou menor grau, passaram a discutir esta problemática.

Nesse contexto, estratégias de enfrentamento foram planejadas pelos atingidos e parceiros que assumiram a luta contra o mineroduto e pelas águas de Viçosa, e, dentre elas, destacamos três que consideramos terem sido importantes para a articulação de um discurso contestatório, a saber: i) construção de uma Assembleia Popular (AP); ii) a marcha/manifestação nas ruas de Viçosa; e iii) a realização de uma audiência pública com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Ministério Público Federal (MPF).

7.2.1. A Assembleia Popular em Viçosa

As demandas que foram visibilizadas em Viçosa e que estavam relacionadas aos impactos socioambientais do mineroduto da *Ferrous* nos recursos hídricos possibilitaram a emergência de uma articulação entre diferentes organizações sociais que encaminharam a realização de um encontro para pautarem ações de contestação conjuntamente. Nesse sentido, elas perceberam a necessidade de construção de uma Assembleia Popular (AP) para discutir com a população suas aflições, incertezas e medos com relação ao empreendimento e também sobre o “problema da água” neste município⁸⁰.

A ideia da assembleia surgiu em reuniões de mobilização social nos bairros de Viçosa e em comunidades rurais, e a partir delas uma comissão envolvendo atingidos diretamente pelo mineroduto, moradores dos bairros altos da cidade, movimentos sociais da Zona da Mata foi formada para construir a proposta. Um período de discussão sobre o formato e função da AP foi necessário e, a seguir, a data e o local para a

⁸⁰ Assembleias Populares (AP's) são formas de organização de debates públicos conduzidas por movimentos sociais desde 2005 e podem ser consideradas como espaços que possibilitam o estabelecimento de vínculos entre diferentes atores sociais, de maneira que estes construam alianças em torno de determinadas “bandeiras de luta” e encaminhem ações em conjunto no intuito de elaborar um discurso articulado de contestação. Diversos movimentos sociais, no Brasil e na América Latina, têm utilizado dessa estratégia para mobilização e articulação. A este respeito, consultar Dinerstein (2002) e Prado e Costa (2011).

sua realização foram marcados: cinco de maio de 2012 na Câmara Municipal de Viçosa (figura 7); momento em que conseguiram reunir atingidos diretamente pelo mineroduto da *Ferrous*, organizações sindicais, associação de bairros, entidades estudantis e de profissionais, assessores técnicos ligados a projetos de extensão da UFV, movimentos sociais e representantes dos poderes executivo e legislativo municipal.

Figura 7. Assembleia Popular realizada em Viçosa-MG, 2012.



Fonte: arquivos da Campanha pelas Águas, trabalho de campo, 2015.

Para além do objetivo de apresentar respostas aos questionamentos e dúvidas referentes à construção do mineroduto que já vinham sendo realizados desde as audiências públicas, a AP teve a intenção de dar visibilidade à insatisfação da população com relação à vinda do empreendimento e de organizar a resistência. Foi nela que os atingidos conheceram outras organizações sociais que encampavam lutas contra grandes empreendimentos na região, estabeleceram estratégias de ações e de formação política e definiram as palavras de ordem, a saber: “Viva as águas do São Bartolomeu, fora Ferrous!” e “A água vale mais que o minério”.

Argumentamos que foi com a AP que uma ação coletiva contestatória à mineração foi ganhando nome e formato em Viçosa. Nesse contexto, foi lançada a “Campanha pelas Águas de Viçosa e Contra o Mineroduto da Ferrous” (Campanha pelas Águas de Viçosa) que articulava as seguintes pessoas/organizações sociais em torno do

discurso contestatório ao mineroduto da *Ferrous* neste município: i) atingidos de áreas rurais de Viçosa; ii) associações de bairros; iii) projetos de extensão da UFV; iv) MAB; v) AGB; vi) Paróquia Nossa Senhora de Fátima; vii) Levante Popular da Juventude; viii) vereadores; ix) ABEEF; x) FEAB; xi) ENEBio; e xii) ambientalistas de uma forma geral.

Segundo entrevista realizada com um dos coordenadores dessa ação:

Eu acho que a assembleia em Viçosa marcou de fato a emergência da Campanha, embora, naquele momento, falávamos de problemas locais. Por isso que definimos que seria a “Campanha pelas Águas de Viçosa e Contra o Mineroduto da Ferrous”. Mas foi nela que foi realizada uma ampla discussão sobre o mineroduto e encaminhamos algumas ações. Uma delas foi que seria aberto um processo junto ao ministério público com base nas denúncias que já vinham sendo feitas pelos atingidos, e que também iríamos cobrar e pressionar os órgãos competentes para proposição de leis que regulassem a ocupação nas áreas de nascentes do ribeirão São Bartolomeu, como a instalação de uma APA (Área de Preservação Ambiental) no local. As entidades presentes também decidiram cobrar da prefeitura, da Câmara Municipal de Viçosa e da UFV um posicionamento sobre a questão. Mas o mais importante dessa assembleia foi o encaminhamento da intensificação da mobilização popular como forma de luta política, e foi aí que decidimos fazer uma manifestação pelas ruas de Viçosa. (A2, atingido pelo mineroduto, trabalho de campo, 2015).

É importante frisar que, em termos espaciais, a narrativa política escalar que estava sendo construída nesse momento abrangia apenas as problemáticas do mineroduto e da questão hídrica em Viçosa, isto é, ela era local. Estavam em discussão questões pontuais relativas às demandas imediatas dos viçosenses, e os encaminhamentos realizados na AP que foram evidenciados na transcrição da entrevista mostram isso claramente, já que a maioria deles foram direcionados a esferas políticas municipais ou a instituições atuantes neste âmbito.

A nosso ver, embora nos momentos iniciais de entendimento do conflito ambiental os atingidos tenham iniciado suas articulações com organizações sociais atuantes no estado de Minas Gerais, conforme evidenciamos no tópico anterior, os encaminhamentos realizados na AP revelam que, naquele momento, havia a necessidade de redefinição da escala política de atuação para fortalecer a resistência que estava em construção no âmbito municipal. Digamos que esta redefinição foi estratégica para a articulação discursiva que estava em construção a partir da problemática envolvendo os recursos hídricos em Viçosa.

7.2.2. Manifestação pública: a marcha em defesa das águas.

Um dos principais encaminhamentos efetivados na AP foi o de realizar uma manifestação pública dos atingidos direta e indiretamente pelo mineroduto, do campo e da cidade. A Campanha pelas Águas de Viçosa, já definida enquanto uma ação coletiva articulada por diversas organizações sociais, considerou importante mostrar à população que existia resistência ao empreendimento, que ela exigia respostas aos seus questionamentos e, principalmente, que exerciam seu direito de dizer “não”. Tal ação foi planejada para mostrar a insatisfação em relação à vinda da *Ferrous* e também de tentar angariar apoio da população em geral.

Nesse contexto, foi organizada uma manifestação pública em Viçosa no dia 26 de maio de 2012, denominada “marcha em defesa das águas”, que agregou atingidos pelo mineroduto, estudantes e organizações sociais que apoiavam a causa de maneira geral. De acordo com um dos entrevistados em nossa pesquisa:

A marcha tinha um objetivo que era o de alertar a população sobre os perigos do mineroduto para o abastecimento de água em Viçosa. Sabíamos que Viçosa tinha um sistema de abastecimento deficiente, operando no limite, e constantemente os bairros mais altos da cidade ficavam sem água. Então, a marcha tinha que mostrar que a vinda do mineroduto iria prejudicar ainda mais ele. (A2, atingido pelo mineroduto, trabalho de campo, 2015).

A marcha pelas ruas de Viçosa (figura 8) visibilizou os diferentes usos e apropriações territoriais em questão no município, e ela tinha a intenção de dizer: “nós não queremos o mineroduto como proposta de

desenvolvimento”. Evidentemente ela não queria negar o enorme desafio político que o mineroduto representava, mas sim mostrar que o uso do espaço é motivo de contestação e conflito, e que ele comporta possibilidades de estabelecimento de projetos alternativos aos dominantes. Ou seja, esta ação marcou e demarcou os usos e apropriações espaciais em disputa.

Figura 8. Marcha em defesa das Águas, Viçosa, 2012.



Fonte: Fonte: arquivos da Campanha pelas Águas, trabalho de campo, 2015.

7.2.3. A Audiência com os ministérios público estadual e federal

A partir da marcha outras estratégias de enfrentamento foram articuladas. Dentre elas, uma que merece destaque foi a de construir uma argumentação técnica contrária ao mineroduto baseada na questão hídrica. Mesmo alertando politicamente e publicamente as autoridades municipais sobre o perigo iminente em relação ao desabastecimento hídrico em Viçosa, havia a necessidade de que a articulação discursiva contestatória pontuasse essa problemática de maneira técnica. Tal imperativo foi levantado como demanda estratégica para “dar peso” à resistência na esfera jurídica.

Tendo isso em mente, em meados do ano de 2012 foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) na AGB para consubstanciar essa proposta. Este GT teve a intenção de “(...) levantar, diagnosticar e estudar uma série de informações relativas ao processo da construção do mineroduto, com foco especial nos impactos sobre os recursos hídricos na bacia do

ribeirão São Bartolomeu” (AGB, 2012, p. 5), municinando a ação coletiva em processo de consolidação com argumentos técnicos contrários ao empreendimento, através da contestação das informações do EIA. Neste estudo, a AGB concluiu que:

(...) os dados levantados no EIA do empreendimento não foram elaborados de forma qualitativa, mesmo sendo considerado o principal rio que abastece o município de Viçosa, que cumpre um papel fundamental tanto pelo aspecto ambiental como pelo aspecto social através do abastecimento da população que a utiliza para fins diversos. Com isso, entendemos a abrangência do estudo como sendo insuficiente para avaliar os impactos do empreendimento e suas implicações, sobretudo pela falta de informações disponibilizadas nos sites de domínio público, revelando que não foram feitos estudos e trabalhos de campo detalhados nas localidades ameaçadas pelo mineroduto.(...) Segundo os trabalhos de campo realizado pela AGB, ficou concluído que caso o mineroduto cruze as áreas onde estão previstas, esse fato aumentará o de risco de diminuição da quantidade da vazão da água do ribeirão São Bartolomeu e para a cidade, ocasionando conflitos de matrizes diversas. Assim, diante do cenário de dependência da população viçosense das águas do rio São Bartolomeu, argumenta-se, a partir desse relatório, que esse empreendimento é inviável no município de Viçosa, devido ao risco que o mesmo traz com relação ao abastecimento hídrico local (AGB, 2012; p. 38 - 39).

Com esse argumento técnico em mãos e ainda com os questionamentos sobre os impactos socioambientais do mineroduto, a Campanha pelas Águas de Viçosa se articulou no sentido de buscar apoio junto ao MPMG para evidenciar as pendências e erros no licenciamento ambiental. Nesse sentido, foi demandada a realização de uma audiência pública desta instituição no município.

O MPMG, através da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (CIMOS), apoiou essa demanda e realizou a audiência no dia 12 de julho de 2012, reunindo as procuradorias estadual e federal, movimentos sociais, técnicos da UFV e da AGB, representantes dos

poderes públicos locais e diversos atingidos pelo empreendimento na Zona da Mata mineira, sobretudo dos municípios de Coimbra, Paula Cândido, Ervália e Muriaé (figura 9).

Figura 9. Audiência pública com o MPMG e MPF em Viçosa, 2012.



Fonte: arquivos da Campanha pelas Águas, trabalho de campo, 2015.

Na ocasião, todos os atingidos foram convidados a expor suas situações e aflições. Foi um momento de ouvir a população.

A AGB e demais técnicos também apresentaram seus argumentos sobre a questão da água e sobre a violação dos direitos humanos na região de uma forma geral.

Nessa audiência foi “colocado para fora” todo o sentimento de indignação da população com o mineroduto. E, como estava presente o MPF, pois se tratava de um debate sobre um empreendimento que ultrapassava os limites do estado de Minas Gerais, este foi o foco de algumas demandas urgentes quanto ao licenciamento ambiental.

Observando a gravidade da situação e do conflito explícito, o MPF argumentou ser necessário o cancelamento da LP aprovado pelo órgão licenciador para que as dúvidas e pendências em relação ao mineroduto fossem resolvidas. Para isso, a procuradora da república responsável encaminhou, a partir dos materiais produzidos pelas

organizações sociais, uma recomendação de cancelamento da licença junto ao IBAMA⁸¹.

Mas essa audiência, para além de evidenciar nova articulação discursiva contrária ao mineroduto da *Ferrous* no âmbito institucional, mostrou também que a ação localizada da resistência poderia ser insuficiente para travar uma luta política contra o empreendimento. Ela revelou, principalmente através da participação de atingidos de outros municípios, que era necessário expandir a ação coletiva para além dos limites de Viçosa, já que os impactos socioambientais do mineroduto se davam em uma escala mais ampla e as violações de direitos se repetiam em outros municípios.

Portanto, após esse evento, estrategicamente houve mudança na denominação da ação coletiva que passou de “Campanha pelas Águas de Viçosa e Contra o Mineroduto da *Ferrous*” para “Campanha pelas Águas e Contra o mineroduto da *Ferrous*”. Não se tratava apenas de uma mudança de nome, mas sim política e geográfica já que, antes da audiência com o MPMG e MPF, a ação coletiva era definida pelos limites de um município e, depois, passou a ser ditada pelo empreendimento; e a resistência e o discurso dos atingidos, da mesma forma, se ampliaram, saindo do local para ser articulado no âmbito regional. Segue fala de um dos entrevistados que serviu de referência para esta argumentação:

A campanha devia ser uma articulação de entidades com vários núcleos em diferentes locais ao longo do trajeto do mineroduto. Esta alteração de estratégia foi depois da audiência com o Ministério Público. Em uma reunião após a audiência discutimos que se a campanha é uma ferramenta que tem potencial de enfrentamento e tem outros municípios na mesma condição, nós tínhamos que ampliar para outros além de Viçosa. A ideia nasceu em Viçosa, mas os outros municípios queriam fazer parte dessa organização e não fazia sentido mantê-la restrita a Viçosa. Então, transformou-se em “Campanha pelas

⁸¹ Tal recomendação, no entanto, não foi seguida pelo órgão licenciador. Tal fato levou à Campanha pelas Águas a direcionar uma de suas ações à Belo Horizonte, na sede do IBAMA, como forma de mostrar sua insatisfação com essa negativa do Estado. Esta ação, bem como a data de sua realização e seus objetivos foram pontuados no quadro 8, apresentado mais à frente neste capítulo.

Águas e contra o Mineroduto”, mas tinha que especificar a qual mineroduto se referia para denunciar a empresa. Logo, ficou “Campanha pelas Águas contra o mineroduto da Ferrous”, na perspectiva de ampliar a campanha mesmo para locais onde havia insatisfações com relação a suas ações (C1, membro da coordenação da Campanha pelas Águas, entrevista, trabalho de campo, 2015).

Interessa registrar que a questão espacial da luta contra o mineroduto se expandiu a partir de então, não apenas em termos de entendimento dos impactos socioambientais do empreendimento em determinados territórios, mas, e sobretudo, na forma de articulação discursiva e da compreensão da problemática relativa à mineração de forma geral. Essa audiência, portanto, possibilitou novo processo político e espacial.

7.3. A Campanha pelas águas e contra o mineroduto da *Ferrous*: a articulação discursiva da resistência a partir do território (rede)

Depois da audiência com o MPMG e MPF, uma dúvida em relação à ampliação da articulação discursiva contra o mineroduto surgiu entre as organizações sociais participantes da Campanha pelas Águas, a saber: como organizar a resistência para além de uma localidade?

Essa questão se apresentava como principal desafio para a ação coletiva se expandir, política e espacialmente. E foi a partir dela que a ideia de atuação em rede passou a figurar como estratégia de enfrentamento ao mineroduto. Houve uma reformulação na ação coletiva, que, a nosso ver, deixou de ser baseada na ideia de território-zona, que defendia apenas os recursos hídricos e direito dos atingidos em Viçosa, para ancorar-se na ideia de território-rede, operando no trajeto do empreendimento. Com isso, a ideia de rede, entendida como um componente territorial, passou a ser mobilizada estrategicamente pela ação política em processo de expansão.

Com essa reformulação a Campanha pelas Águas passou a atuar na construção de diversos Núcleos de Resistência à Mineração (NRM) em distintos municípios ao longo do trajeto proposto para o mineroduto. Estes núcleos realizariam trabalhos localizados, como pequenos pontos de articulação e interação com grupos, movimentos sociais e atingidos

pelo empreendimento de maneira geral, na cidade ou nas comunidades rurais dos municípios nos quais eles se instalavam. Entretanto, para expandir sua ação para além do local, os núcleos precisariam tecer uma rede de apoio e de colaboração entre outros NRM's e entre eles e organizações sociais participantes da Campanha pelas Águas. Com isso, fluxos de pessoas, informações e recursos seriam estabelecidos, e conexões seriam criadas entre territórios atingidos.

Essa experiência proporcionou diferentes articulações espaciais e políticas. Por exemplo, os NRM's articulavam-se entre si, criando fortes laços entre eles; no território onde atuavam, organizavam uma rede de colaboração com uma diversidade de organizações (STR's, associações de bairro, comunidades rurais, escolas agrícolas, etc.) e fortaleciam as bases; além disso, eles também passaram a tecer articulações, geralmente a partir do núcleo coordenador em Viçosa, com movimentos e atores sociais em escalas geográficas diversas, interagindo com outras experiências de resistência à mineração nos níveis regional, estadual e nacional.

Ao todo, 28 novas ações envolvendo 14 municípios diferentes foram realizadas a partir dessa reformulação política e espacial da Campanha pelas Águas. Tais ações, bem como os seus objetivos e locais de realização, foram sintetizadas no quadro 7.

Quadro 7. Síntese das ações na Campanha pelas Águas no período entre 2012 e 2016.

Data	Município	Ação	Objetivo
20/10/12	Paula Cândido-MG	Assembleia Popular	<ul style="list-style-type: none"> • Debater as dúvidas dos atingidos a respeito dos impactos socioambientais do mineroduto; • Visibilidade às insatisfações dos atingidos; • Criar um NRM nesse município.
22/11/12	Conselheiro Lafaiete-MG	Assembleia Popular	<ul style="list-style-type: none"> • Debater as dúvidas dos atingidos a respeito dos impactos socioambientais do mineroduto; • Visibilidade às insatisfações dos atingidos; • Criar um NRM nesse município.
30/11/12	Miradouro-MG	I Encontro das Redes de Articulação e Resistência à Mineração na Zona da Mata mineira	<ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbio entre territórios atingidos por empreendimentos minerários; • Resgate das ações de resistência no âmbito regional; • Articular um discurso sobre os impactos da mineração na Zona da Mata mineira; • Construir ações contra o modelo mineral no estado de Minas Gerais.
25/11/12	Presidente Kennedy-ES	Intercâmbio de atingidos por minerodutos	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o trajeto do mineroduto; • Estabelecer diálogo com outros atingidos para além de Minas Gerais; • Entender os impactos do empreendimento como um todo.
20/03/13	Viçosa-MG	Ação Civil Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia Institucional de enfrentamento ao mineroduto da <i>Ferrous</i>; • Requerer cancelamento da LP do empreendimento;
24/04/13	Belo Horizonte-MG	Manifestação na sede do IBAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar opinião pública para a problemática dos minerodutos em Minas Gerais; • Visibilizar insatisfações dos atingidos quanto à liberação

			<p>pele IBAMA da LP do mineroduto e a não aceitação da recomendação do MPF pedindo o seu cancelamento.</p>
16/05/13	Viçosa-MG	<p>Entrega à ministra dos Direitos Humanos de relatorias sobre violação de direitos pela empresa <i>Ferrous</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Denúncia sobre violação de direitos dos atingidos à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; • Requerer intervenção desta secretaria no processo de licenciamento ambiental do mineroduto.
13/06/13	Brasília-DF	<p>Inserção no Movimento pela Soberania Popular na Mineração e participação no lançamento do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frentes à Mineração</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Articular discurso contestatório do modelo mineral brasileiro; • Construir ação coletiva para adentrar no debate sobre o NMM.
20/07/13	Conceição do Mato Dentro-MG	<p>Intercâmbio de atingidos por minerodutos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a luta contra o mineroduto da <i>Anglo American</i> • Troca de experiências entre atingidos.
27/07/13	São João da Barra-RJ	<p>Intercâmbio de atingidos por minerodutos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a luta contra o mineroduto da <i>Anglo American</i> • Troca de experiências entre atingidos.
26/08/13	Belo Horizonte-MG	<p>Participação na Comissão Extraordinária das Águas da ALEMG</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Construir discurso no âmbito estadual sobre impactos socioambientais de minerodutos em Minas Gerais; • Fortalecer discurso institucional junto à ALEMG sobre direitos dos atingidos; • Estabelecer estratégia unificada de luta contra o modelo mineral no estado.
31/08/13	Viçosa-MG	<p>Mesa debate sobre construção da APA do ribeirão São Bartolomeu</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Construir debate sobre alternativas de usos do território na bacia do São Bartolomeu; • Visibilizar diferentes formas de usos e apropriação do

			<ul style="list-style-type: none"> • Denunciar os impactos socioambientais do mineroduto no município.
14/05/14	Viçosa-MG	Mesa debate na UFV sobre impactos do mineroduto	<ul style="list-style-type: none"> • Construir um debate acadêmico no âmbito da UFV sobre os impactos socioambientais do mineroduto da <i>Ferrous</i> na região da Zona da Mata mineira; • Mobilizar comunidade acadêmica;
02/06/14	Belo Horizonte-MG	Denúncia ao jornal “O Tempo”	<ul style="list-style-type: none"> • Denúncia sobre os impactos socioambientais do mineroduto da <i>Ferrous</i>; • Apontar a violação de direitos dos atingidos; • Visibilizar o conflito ambiental nos meios de comunicação.
16/06/14	Viçosa-MG	Câmara instala comissão especial de enfrentamento ao mineroduto da <i>Ferrous</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer estratégias institucionais de enfrentamento ao empreendimento; • Estabelecer um debate sobre o mineroduto e seus impactos socioambientais no âmbito do poder público.
28/06/14	Presidente Bernardes-MG	Assembleia Popular	<ul style="list-style-type: none"> • Debater as dúvidas dos atingidos a respeito dos impactos socioambientais do mineroduto; • Visibilidade às insatisfações dos atingidos; • Criar um NRM nesse município.
05/07/14	Viçosa-MG	Reunião com reitora da UFV	<ul style="list-style-type: none"> • Pressionar a gestão da UFV para se posicionar contra o mineroduto; • Apresentar relatórios técnicos que argumentam sobre a inviabilidade do empreendimento na Zona da Mata mineira.
14/07/14	Viçosa-MG	Realização de oficinas com estudantes secundaristas	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar opinião pública, especialmente a juventude;

		para debater impactos do mineroduto	
11/10/14	Paula Cândido-MG	Torneio de truco contra o mineroduto	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar comunidades atingidas pelo mineroduto em período de ausências de ameaças claras da empresa; • Interação cultural entre os atingidos e organizações sociais da Campanha pelas Águas.
03/11/14	Viçosa-MG	Participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar apoio institucional no âmbito para articular discurso de enfrentamento.
12/11/14	Viçosa-MG	Reunião com prefeito municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Requerer a revogação de atos administrativos em favor da <i>Ferrous</i>; • Buscar apoio institucional.
19/11/14	Viçosa-MG	Oficialização da revogação dos atos administrativos pela prefeitura de Viçosa	<ul style="list-style-type: none"> • Visibilizar a revogação de atos administrativos em favor da <i>Ferrous</i>.
25/11/14	Viçosa-MG	Vereadores assumem compromisso de enfrentamento ao mineroduto	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de comissão de enfrentamento ao mineroduto da <i>Ferrous</i> na Câmara Municipal;
03/12/14	Paula Cândido-MG	Ato público	<ul style="list-style-type: none"> • Denunciar as ações de violação de direitos dos atingidos pela <i>Ferrous</i> e os impactos socioambientais do mineroduto; • Requerer a revogação de atos administrativos em favor da <i>Ferrous</i>.
21/08/15	Ervália-MG	Ato público	<ul style="list-style-type: none"> • Denunciar as ações de violação de direitos dos atingidos pela <i>Ferrous</i> e os impactos socioambientais do mineroduto;

			<ul style="list-style-type: none"> • Criar um NRM nesse município
16/04/15	Viçosa-MG	Conselho Universitário da UFV assume compromisso de enfrentamento ao mineroduto	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a luta institucional contra o empreendimento; • Apoio técnico-científico ao discurso da Campanha pelas Águas.
02/10/15	Rosário da Limeira-MG	Assembleia Popular	<ul style="list-style-type: none"> • Debater as dúvidas dos atingidos a respeito dos impactos socioambientais na mineração e do mineroduto no município de Rosário da Limeira; • Visibilidade às insatisfações dos atingidos; • Criar um NRM nesse município.
05/11/15	Mariana-MG	Apoio aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão	<ul style="list-style-type: none"> • Dar apoio imediato aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão; • Denunciar impactos socioambientais da mineração na bacia do Rio Doce.
10/04/16	Governador Valadares-MG	Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce	<ul style="list-style-type: none"> • Articular discurso contra ao modelo de mineração brasileiro; • Apresentar a Campanha pelas Águas e sua experiência bem-sucedida de resistência ao mineroduto da <i>Ferrous</i>.

Fonte: organizado pelo autor a partir de análise documental, relatorias, materiais produzidos pela Campanha pelas Águas no período entre 2012 e 2016 e de entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo realizado nos anos de 2015 e 2016.

A descrição da variedade de ações realizadas diante da redefinição na forma de atuação da Campanha pelas Águas possibilita o entendimento de que, frente à diversidade de atingidos, localidades e organizações sociais, as práticas espaciais de resistência se deparavam com perspectivas de lutas distintas, porém complementares. Assim, quanto mais a campanha conseguia tornar o território-rede um aliado, mais seu discurso contestatório se transformava.

As AP's se generalizaram como forma de organização da resistência e foram realizadas nos municípios de Paula Cândido, Conselheiro Lafaiete, Presidente Bernardes, Ervália e Rosário da Limeira. Em cada um deles foi organizado um NRM (uns ainda em processo de estruturação e outros já consolidados – ver mapa 4 mais à frente neste texto), pautado na descentralização política e na organização em rede. Desse modo, as AP's se tornaram a principal estratégia de luta da Campanha pelas Águas⁸².

Ações institucionais e não-institucionais foram efetivadas (inclusive revogando decisões administrativas das prefeituras de Viçosa e Paula Cândido no que se refere à autorização para a empresa), tais como denúncias à Secretaria Especial de Direitos Humanos, ação civil pública, mesas de debates na UFV e na Comissão Extraordinária das Águas da ALMG, manifestações em cidades atingidas e na sede do IBAMA e oficinas sobre os impactos socioambientais do mineroduto em escolas.

Intercâmbios foram organizados a fim de trocar experiências entre atingidos por empreendimentos minerários diversos, a exemplo do ocorrido entre os atingidos da Zona da Mata com os de Presidente Kennedy no estado do Espírito Santo, com os São João da Barra no Rio de Janeiro e também com os de Conceição de Mato Dentro (estes últimos atingidos pelo mineroduto da empresa *Anglo American*, o Minas-Rio).

Evidentemente que cada uma das ações destacadas no quadro 8 tem sua importância política para a construção da resistência. Porém, dentre elas, algumas tiveram resultados significativos no que se refere à espacialidade e a identidade política da Campanha pelas Águas, pois possibilitaram nova reformulação da ação coletiva. A realização do I Encontro das Redes de Resistência à Mineração na Zona da Mata

⁸² Alguns NRM's, a exemplo do instalado em Muriaé-MG (ver mapa 4), não foram criados a partir de AP's, mas em função de serem considerados estratégicos política e espacialmente no processo de mobilização social de comunidades atingidas por mineração.

mineira foi uma delas. Realizado no município de Miradouro em novembro de 2012, esse evento proporcionou novo encontro de trajetórias sociais em um “aqui e agora” que, por sua vez, possibilitou novo processo político envolvendo as ações de contestação da mineração na região.

Desde o início dos anos 2000, Miradouro, bem como os municípios de Muriaé e Rosário da Limeira, enfrentam ações da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) que visa expandir suas unidades de extração de bauxita no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), uma UC que abarca áreas de 9 municípios, a saber: Araponga, Ervália, Divino, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Rosário da Limeira, Sericita e Pedra Bonita. Nesse contexto, no ano de 2004, organizações sociais da região, em especial STR's, CPT e representantes de poderes públicos municipais, construíram uma articulação discursiva contrária ao avanço da mineração no território do PESB denominada Comissão Regional dos Atingidos pela Mineração de Bauxita (CRAM). Uma série de ações foram realizadas pela CRAM desde então, conforme Silva (2012).

Entretanto, a CPT e STR's, principalmente os de Miradouro e Muriaé, tomaram conhecimento das ações coletivas contrárias ao mineroduto da *Ferrous* que vinham ocorrendo na microrregião de Viçosa e, em 2012, passaram a interagir com elas. Uma articulação envolvendo organizações participantes da Campanha pelas Águas e as atuantes no entorno do PESB foi construída, e como resultado encaminharam a realização do I Encontro das Redes de Resistência à Mineração na Zona da Mata mineira, juntando atingidos pelo mineroduto e pela mineração de bauxita. Foi um momento de conhecimento dos projetos do setor mineral para a região e, sobretudo, de reconhecimento dos atingidos.

A partir desse encontro a espacialidade e a identidade política da Campanha pelas Águas e da CRAM se modificaram, uma vez que, ao invés de encaminhar ações particulares contra determinado empreendimento mineral de forma localizada, seja em Viçosa, seja no entorno do PESB, o que se viu foi o reconhecimento de uma opressão comum envolvendo o setor mineral. Então, não mais estava em discussão o atingido por mineroduto ou pela mineração de bauxita, mas o “atingido por mineração” de forma geral, ampliando o entendimento sobre essa categoria social e sobre os espaços de debates que ela poderia se inserir. Entrevistas com um representante da CRAM em Muriaé e com um dos coordenadores da Campanha pelas Águas nos serviram de base para tais argumentações.

Em Muriaé e Miradouro já existiam ações de resistência de atingidos por mineração. Desde 2004 existe a Comissão Regional dos Atingidos que surgiu a partir da necessidade de enfrentar os novos projetos da CBA na região. Nossa região é de agricultura familiar, de um povo simples, e a mineradora aproveitava disso e enganava essa gente. Foi só com a percepção do problema que a mineração de bauxita representava que passamos a atuar no sentido de informar o que era de fato a mineração. Foi aí que os sindicatos, principalmente de Miradouro e Muriaé, somaram nessa luta. Mas, durante um bom tempo, acho que entre 2006 e 2011, essa comissão ficou meio parada, sem muito apoio. Foi com a articulação com o pessoal de Viçosa que deu fôlego a ela. Em 2012, o encontro da resistência em Miradouro reacendeu a luta aqui. Isso foi muito positivo porque as pessoas daqui viram que o problema não era só nosso, era de mais gente que estava fazendo luta e tendo resultados. Acho que isso foi muito positivo mesmo (C2, membro da CRAM, entrevista, trabalho de campo, 2016).

Em Miradouro foi um encontro que nem esperávamos, mas foi muito bom. Sabíamos que um tempo atrás tinha conflito com mineração naquela região de lá da Serra do Brigadeiro, mas não tínhamos ainda conseguido articular com eles. Foi numa reunião de planejamento da Campanha que chegou essa demanda. Não sabíamos o que fazer a princípio, mas a sugestão do encontro foi boa. No encontro foi muita gente mesmo, de Miradouro e Muriaé. Naquela região o povo é muito organizado e participam mesmo. Nesse encontro fizemos uma oficina que tinha a intenção de ver as diferentes lutas, a deles contra a CBA e a nossa aqui contra a Ferrous. (...) Na oficina teve um ponto que as lutas se encontravam, no encontro mesmo percebemos isso. Aí vimos que uma luta maior contra a mineração era necessária na região, não apenas contra a empresa tal. Sabíamos que haveriam momentos que ações isoladas eram necessárias, mas uma ação articulada também seria importante (C1, membro

da coordenação da Campanha pelas Águas, entrevista, trabalho de campo, 2015).

Além dessa ação em nível regional, também foram realizadas inserções da Campanha pelas Águas nas escalas estadual e nacional. Este processo se deu justamente em função da mudança de percepção proporcionada a partir do encontro em Miradouro, já que se reconhecer enquanto atingido por mineração e não apenas por um determinado empreendimento minerário exigia o entendimento de uma conjuntura relativa ao modelo mineral brasileiro. Segundo o coordenador da Campanha pelas Águas entrevistado:

No nível regional nós tentamos fazer trabalhos em vários municípios, desde Muriaé até Conselheiro Lafaiete. Nós tentamos mobilizar tanto a resistência à bauxita, quanto ao mineroduto. E também houve a participação nas audiências na assembleia legislativa, com alguns deputados parceiros, onde também pudemos articular com outros movimentos. Nesses espaços maiores, fomos conhecendo os movimentos de resistência, como o MAB, que já é uma referência dentro dos movimentos de mineração, além das barragens, com atuação no norte de Minas Gerais e na região metropolitana. E essa referência foi se inserindo na Campanha. E o nosso próprio trabalho foi nos legitimando nesses encontros e fomos inovando as táticas de ações. Essa articulação que conseguimos fazer aqui, tanto na zona rural, quanto no centro urbano, é o que toda organização tenta fazer, mas tem dificuldade. No caso do mineroduto, por exemplo, dificilmente vamos conseguir derrubar se não houver alguma coisa unificada, no trajeto todo. Então, nessa articulação regional, percebemos que tem comunidades sofrendo com os mesmos problemas e movimentos tentando organizar o povo. Por exemplo, em Morro do Pilar, no norte de Minas, e nós aqui da campanha conseguimos unificar e levar isso ao movimento estadual. Assim nós temos mais força. No início nós estávamos discutindo só os impactos concretos do mineroduto aqui, mas na campanha e com o conhecimento de outras lutas passamos a discutir também o modelo de mineração, cujo projeto é

consequência, e isso nós só conseguiremos fazer se ampliarmos o âmbito da discussão. Então, pretendemos elevar isso ao nível nacional para entender qual é o projeto de mineração para o Brasil. Essa articulação é necessária, pois se nós não formos na raiz do problema, que é o projeto de mineração que é colocado pelas corporações, nós não sanaremos o problema. Um dia vem Ferrous, no outro dia vem Samarco, Vale e outras. Foi aí que percebemos que nacionalmente havia uma articulação sendo construída e começamos a dialogar com ela. (C1, membro da coordenação da Campanha pelas Águas, entrevista, trabalho de campo, 2015).

A entrevista mostra os desafios e as possibilidades dadas com as últimas ações de resistência (algumas delas citadas no quadro 7). Mas, para além disso, ela destacou também a necessidade que ação coletiva se deparou quando ampliou sua narrativa política escalar, o que evidenciou o imperativo de adentrar em articulações estaduais (articulando com organizações de resistência à mineração no município de Morro do Pilar) e nacionais para debater o modelo de mineração brasileiro. Foi então que, em 2013, a Campanha pelas Águas passa a compor o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)⁸³ e a apoiar o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (Comitê), representando os atingidos por mineração da Zona da Mata mineira de forma geral. Estas inserções se deram com a ida de alguns atingidos da Zona da Mata a áreas de atuação do MAM, particularmente na região de Carajás, estado do Pará e também da participação, em Brasília, no lançamento do Comitê.

A inserção de atingidos por mineração da Zona da Mata em articulações de âmbito nacional possibilitou a compreensão da conjuntura da questão mineral no país e, de forma mais específica, do campo da discursividade envolvendo mudanças políticas recentes tocantes ao Código da Mineração, que trariam implicações territoriais para a região mineira de forma geral. Por agora, importa registrar que, com essa inserção, a Campanha pelas Águas se tornou um ponto de articulação dessas organizações no estado de Minas Gerais. A partir dela é que houve uma agregação do MAM em suas ações, e esta organização,

⁸³ A formação do MAM, bem como seu discurso contestatório à mineração, será analisada no próximo capítulo.

em maior ou menor grau, passou a “marcar presença” na região. O encontro da Campanha pelas Águas com o MAM, portanto, possibilitou nova (re)construção de um processo político e espacial de contestação à mineração.

Segundo entrevista realizada com um dos coordenadores da Campanha pelas Águas que, a partir da inserção nacional, se transformou também em um dos coordenadores estaduais do MAM em Minas Gerais:

A articulação no Brasil começou em 2012 com o objetivo de entender a conjuntura relativa à mineração. Então, em 2013, veio também a proposta de lançar o Comitê. Por exemplo, eu estava indo para a reunião do MAM, em Brasília, e no mesmo dia houve o lançamento do Comitê. Havia várias pessoas, várias organizações no lançamento do Comitê. E aí teve um conselho dos atingidos, que veio por meio da participação dos movimentos populares que estavam no Comitê, levando questões sobre o que era ser atingido pela mineração no Brasil. Nela, vimos que muitas violações e impactos da mineração se repetiam (...). Então, uma das ações do MAM e do Comitê foi essa: discutir o que é ser atingido por mineração no Brasil. Em termos de articulação, de conscientização das pessoas, dos atingidos, de entender que eles estão no caminho certo, que é necessário a luta contra o projeto da mineração. Acho que isso deu um salto gigantesco no entendimento da conjuntura. Isso, a nível estadual, deu muita audiência, gente do estado inteiro, várias organizações, e nós dominamos, deixando claro que a mineração na Zona da Mata prejudica a vida do povo. (C1, membro da coordenação da Campanha pelas Águas, entrevista, trabalho de campo, 2015).

Com efeito, esses processos de reformulação política e espacial ampliou o discurso contestatório da Campanha pelas Águas. Eles mostraram que, às vezes, é necessário concentrar forças em ações pontuais e locais, na perspectiva do território-zona, e outras vezes é necessário articular para além do local ações que incidam na conjuntura, apoiadas no território-rede. E isso tem efeitos para a espacialidade da

ação coletiva, que se modifica constantemente, ganhando contornos ora locais, ora regionais, estaduais ou nacionais.

Além desses processos articulatórios multiescolares, outro evento que visibilizou a categoria atingido por mineração no Brasil foi o desastre da Samarco, ocorrido na bacia do Rio Doce, entre os municípios de Mariana-MG e Regência-ES, em novembro de 2015. Com efeito, ele marcou a história brasileira de maneira geral e a da mineração particularmente.

Em maior ou menor grau, esse desastre mobilizou a opinião pública a respeito da questão mineral. Das Regiões Norte a Sul do país, mesas de debates, ações coletivas de movimentos sociais, inquéritos policiais e jurídicos foram realizados em apoio aos atingidos ou como forma de denúncia da empresa e suas acionárias. Nesse contexto, organizações sociais da Campanha pelas Águas também se mobilizaram e foram à Mariana-MG apoiar os atingidos e denunciar as violações de direitos e impactos socioambientais da mineração.

Além disso, no mês de abril de 2016, diversas associações e movimentos sociais do país, a exemplo das seções locais da AGB de Viçosa, Vitória, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), CPT, MAB, MAM, Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, universidades e outras dezenas de organizações, realizaram a Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce (Caravana Territorial)⁸⁴. Esta iniciativa teve o objetivo de compartilhar com a população da bacia do rio Doce, seja no campo ou nas cidades, as leituras, os olhares, as denúncias e os anúncios envolvidos na tragédia-crime da Samarco, provocando um fazer político-pedagógico comprometido com o fortalecimento da articulação e mobilização dos povos e comunidades em busca de justiça, dos direitos e de novos horizontes políticos, rodando, literalmente, toda essa bacia hidrográfica.

⁸⁴ A Caravana teve como prática a “imersão no território do rio Doce”, procurando dialogar com os problemas, desafios e potencialidades das localidades atingidos pelo desastre da Samarco. A partir de quatro rotas distintas, foi possível perceber com mais clareza a dimensão dos conflitos ambientais produzido pelo escoamento do rejeito de mineração ao longo de toda a bacia. Este mergulho, vivido sob diferentes pontos de vista, incorporou-se como método de observação, juntamente da prática do diálogo o exercício simultâneo da denúncia e do anúncio – pares problematizadores que se alternaram na compreensão e caracterização do território. O relato de como ele se deu foi publicado na seção “Grupo de Trabalhos” da revista Terra Livre (BARCELLOS, *et. al.*; 2014).

Entre as experiências visitadas pelos “caravaneiros” estava a da Campanha pelas Águas, que se encontrou no rol dos anúncios objetivados pela Caravana Territorial, mostrando a resistência ao mineroduto da *Ferrous*. O fato é que, com essa estratégia de mobilização social, a Campanha pelas Águas ganhou visibilidade nacional e foi considerada referência na luta contra a mineração no país. A plenária final da Caravana Territorial, inclusive, pautou a necessidade dos atingidos pelo desastre da Samarco, nos seus diversos locais, articularem suas demandas a outras ações coletivas contestatórias do modelo mineral brasileiro, mostrando, mais uma vez, o potencial de expansão da articulação discursiva em questão.

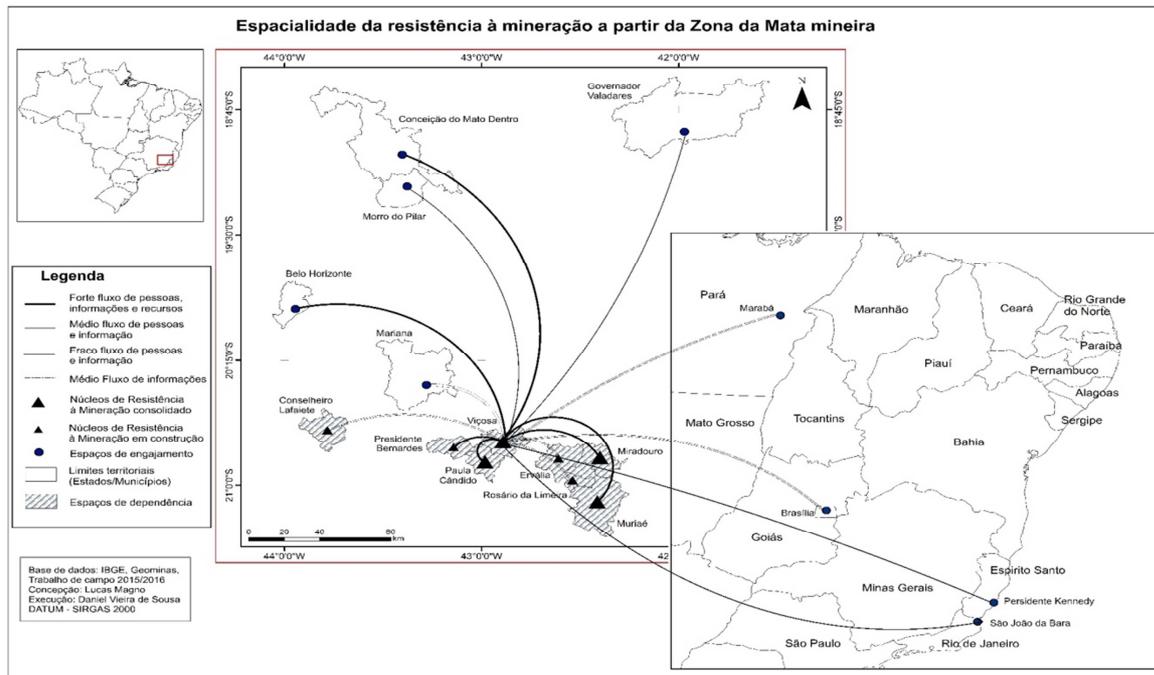
Nas reuniões preparatórias para ir a Mariana-MG e para receber a Caravana, um dos coordenadores do NRM de Paula Cândido destacou a importância do apoio mútuo entre os atingidos para incidir numa conjuntura a respeito da mineração que se abria a partir de então. Segundo ele: “(...) é preciso pensar como uma engrenagem de motor de carro em que uma roda pequena faz girar outra maior e coloca em movimento o carro que pode nos levar a qualquer lugar, definido a partir de nossas intenções”; querendo com isso enunciar que por mais que existam ações pontuais e locais em determinado NRM ligado à Campanha pelas Águas, havia a necessidade de articulações para além da localidade, no sentido de compreender a conjuntura que estava posta para o setor mineral no país e, com isso, incidir em um debate político mais amplo, se identificando com a categoria de atingido por mineração. Ele fez esta fala no sentido de angariar apoio da população para juntar recursos financeiros para fretar ônibus e vans para levar os atingidos pelo mineroduto na Zona da Mata até Mariana-MG, e também para pedir apoio dos presentes no sentido de hospedarem os “caravaneiros” que iram chegar no município com a Caravana Territorial do Rio Doce para conhecer a experiência de resistência à mineração na região.

Estávamos presentes nessa reunião realizada no de 2015, logo após a tragédia-crime da Samarco, e foi nela que percebemos o potencial do emprego da ideia de engrenagem/articulação para analisar as ações coletivas de contestação. Ela deixou claro alguns pressupostos geográficos de uma articulação discursiva, especialmente os relativos aos conceitos de território, escala e rede. Mais do que isso, esta ideia habilitou-nos a cartografar a ação coletiva, revelando sua espacialidade através de elementos zonais, reticulares e pontuais. O mapa 4 é uma tentativa neste sentido.

Esse mapa objetivou visibilizar a espacialidade da Campanha pelas Águas a partir de todo o processo de interação política e espacial

descrito neste capítulo. Trata-se de uma representação e, por isso, passível de imperfeições. Ela foi feita, basicamente, tendo como referência as entrevistas realizadas durante o trabalho de campo nos anos de 2015 e 2016 na Zona da Mata mineira e após ter descrito as ações no quadro 7. Este quadro especificamente foi importante para compreender, a partir do entendimento de cada ação e de seus objetivos, quais espaços de dependência estavam sendo mobilizados pela Campanha pelas Águas e em quais espaços de engajamentos eles eram anunciados e levavam (e traziam) enunciados políticos. O resultado foi o que estamos chamando de “espacialidade da resistência à mineração a partir da Zona da Mata mineira”, efeito da nossa prática articulatória junto à Campanha pelas Águas.

Mapa 4. Espacialidade da resistência à mineração a partir da Zona da Mata mineira, 2016.



O mapa mostra que, além dos municípios diretamente atingidos pelo mineroduto da *Ferrous* (Conselheiro Lafaiete, Presidente Bernardes, Paula Cândido, Viçosa, Ervália e Rosário da Limeira) e nos quais foram formados NRM's, com a reformulação política e espacial da Campanha pelas Águas também passaram a articular discursivamente outros municípios atingidos por empreendimento minerários diversos (barragens de rejeitos, mineração de bauxita, minerodutos), a exemplo de Muriaé e Miradouro, e onde também foram estabelecidos NRM's. Todos eles, a nosso ver, representariam os espaços de dependência dos atingidos por mineração na Zona da Mata.

Porém, a espacialidade dessa ação coletiva não se restringiu à essa região de Minas Gerais, ela se articulou, a partir da construção de redes de associações diversas por onde circularam pessoas, informações e recursos, com outras áreas atingidas por empreendimentos minerários (municípios de Mariana, Morro do Pilar e de Conceição do Mato Dentro) ou com locais estratégicos para articulação política de forma geral (a exemplo de Belo Horizonte, onde se encontram os órgãos licenciadores e fiscalizadores desta atividade industrial; e de Governador Valadares, local onde foi a plenária da Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce).

Também estão representados no mapa 4 articulações da Campanha pelas Águas com outros municípios brasileiros, a exemplo de São João da Barra-RJ, Presidente Kennedy-ES, Marabá-PA e Brasília-DF, que se deram a partir da construção de ações de intercâmbio da Campanha pelas Águas em áreas já atingidas por empreendimento minerários ou que seriam atingidas (estes no estado do Rio de Janeiro e no Espírito Santo), além da inserção em movimentos (MAM e Comitê) no nível nacional, com a troca de experiência entre atingidos de Minas Gerais e do Pará e também com o Distrito Federal.

Por fim, cabe registrar ainda que, em meados do ano de 2016, depois de todo o processo articulatório descrito, a Campanha pelas Águas logrou vitória, conseguindo que a *Ferrous* não renovasse a LP e o processo de licenciamento ambiental do mineroduto como um todo. Embora o IBAMA ainda não tenha publicado em seu sítio eletrônico esta decisão (o que abre margem para dúvidas a respeito da continuidade do projeto em momento posterior), a imprensa divulgou esta decisão.

Segundo matéria publicada pelo “Jornal O Tempo” no dia 11 de agosto de 2016 (PIZZARO, 2016, s/n)⁸⁵:

A mineradora Ferrous Resources desistiu de dar seguimento ao processo de licenciamento que permitiria a construção de um mineroduto de 400 km que ligaria Congonhas, na região Central de Minas Gerais, a Presidente Kennedy, no Espírito Santo. Seriam 22 municípios afetados, sendo 17 em Minas Gerais, três no Rio de Janeiro e dois no Espírito Santo. O processo estava no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e, em junho deste ano, além de vencer a licença prévia, o prazo para apresentação de documentos para emissão da licença de instalação expirou. “Devido ao momento do mercado, a Ferrous optou por, neste momento, não dar prosseguimento ao processo de licenciamento do empreendimento”, afirmou a mineradora por meio de nota.

Explicitamente o IBAMA ou a *Ferrous* não mencionaram que o processo de resistência tenha influenciado esta decisão, mas, segundo o coordenador da Campanha pelas águas por nós entrevistado:

O processo estava no IBAMA e, em junho deste ano, além de vencer a licença prévia, o prazo para apresentação de documentos para emissão da licença de instalação expirou. Em nota, a mineradora afirmou que devido ao momento do mercado, ela optou por, neste momento, não dar prosseguimento ao processo de licenciamento do empreendimento. Mas, de fato, o que achamos foi que a resistência à mineradora que, desde 2011 faz ações regionais, conseguiu pressionar prefeituras, como a de Viçosa e Paula Candido, a revogarem as autorizações que haviam sido concedidas à Ferrous, e sem essas autorizações a empresa não consegue prosseguir com o processo de licenciamento. Então, acho que o peso da mobilização foi bem grande para isso, e é extremamente satisfatório ver que cada esforço realizado valeu a pena. Essa, sem dúvida, é uma

⁸⁵ O Jornal Folha da Mata, que circula na região da Zona da Mata mineira, também publicou matéria no dia 16 de agosto de 2016 a este respeito. Para consultar a mesma, acessar o link: <http://www.folhadamata.com.br/>.

conquista histórica. A vitória sob a Ferrous demonstra que com organização e luta popular é possível derrotar os projetos imperialistas de saqueio dos bens naturais no país. Quando a empresa chegou em nosso território havia uma onda de pessimismo muito grande, a assimetria de forças era notável, as comunidades estavam desarticuladas frente uma corporação multinacional apoiada pelo Estado brasileiro. Mas quando começamos a trabalhar em nossa organização e forjar lutas nas ruas das cidades atingidas, fomos nos formando e construindo a consciência de que era necessário o enfrentamento. Tínhamos tomado uma decisão e não permitiríamos tamanho retrocesso ocorrer em nossos territórios. Esta vitória conquistada é fruto de uma incessante e árdua luta coletiva, e nos anima a seguir na luta pela superação deste modelo de mineração que nada tem a oferecer ao Brasil (C1, membro da coordenação da Campanha pelas Águas, entrevista, trabalho de campo, 2016).

Importa registrar que esse fato, inédito no país no que se refere a empreendimentos minerários, foi comemorado pelas organizações sociais que ao longo dos anos se articularam para construir um discurso contestatório à mineração.

Em 2011 iniciamos vários processos de mobilização, de articulação e lutas para impedir que o projeto de implantação do mineroduto da multinacional Ferrous se concretizasse. Após anos de um incessante esforço coletivo conseguimos impor derrotas à mineradora, entre elas, a mais recente, a Ferrous foi obrigada a arquivar seu projeto e, assim, perdeu todo o processo de licenciamento do mineroduto. (...) a obtenção dessa conquista foi fruto de um amplo processo organizativo, de enfrentamentos e envolvimento dos diversos atores e organizações populares que contribuíram nesta luta. (...). Temos clareza de que a conquista contra o mineroduto foi a vitória de uma batalha, mas que a guerra contra o modelo imperialista de mineração e todo o sistema de exploração capitalista continua aberta e se intensificando no Brasil (...). Para criarmos um

momento de celebração e, ao mesmo tempo, de reaproximação de todos os sujeitos que de alguma forma contribuíram para esta vitória, a Campanha Pelas Águas realizará o Ato de Comemoração pelo Enterro do Mineroduto. (...). Na mesma data, faremos o lançamento da “Jornada de Lutas pela Democracia e Soberania Popular: contra o mineroduto e o saque dos nossos minérios!”. (...). Esperamos você e sua organização para (...) juntos comemorarmos esta importante vitória do povo brasileiro. Saudações! Pelas Águas, Fora Ferrous! Por um país soberano e sério, contra o saque dos nossos minérios! (convite...disponível em: <https://pt-br.facebook.com/events/647413442093668/>. Acessado em 20 de novembro de 2016).

O trecho transcrito, parte do convite feito pela Campanha pelas Águas para participar no dia 20 de agosto de 2016 de um ato simbólico em Viçosa-MG, tinha o objetivo de trazer os diversos parceiros de luta para comemorar o “enterro do mineroduto da *Ferrous*”. Foi um momento de festa, de dar seguimento à vida simples e aos projetos que os atingidos planejavam para suas terras sem ter que se preocupar se eles iam ser ou não destruídos por uma mineradora. Ele contou com uma peça de teatro organizada por estudantes secundaristas e pelo Levante Popular da Juventude sobre a trajetória de resistência que teve início em 2011, com uma mística para “enterrar”, de fato, o mineroduto como problema socioambiental para a região (figura 10); e também com um momento de nova articulação, a partir do lançamento da “Jornada de Luta pela Democracia e Soberania Popular: contra o mineroduto e o saque dos nossos minérios”.

Figura 10. Ato de "enterro" do mineroduto da Ferrous em Viçosa, 2016.



Fonte: arquivos da Campanha pelas Águas, trabalho de campo, 2016.

Esse evento revelou que, embora a luta local tenha tido um desfecho positivo para os atingidos, nos âmbitos regional, estadual e nacional ainda haviam desafios que, em maior ou menor grau, se inspiravam na Campanha pelas Águas e que, por isso, essa experiência deveria “circular” em diversos espaços de formação para servir de motivação para a luta contra a mineração no Brasil. Essa percepção só foi possível por conta da reformulação que esta ação coletiva sofreu durante sua trajetória e, com isso, passou a adentrar em contendas mais amplas que não se restringiam a um único empreendimento, mas sim ao modelo mineral brasileiro.

Foi a partir do lançamento da “Jornada de Luta pela Democracia e Soberania Popular” que a Campanha pelas Águas passou, definitivamente, a ser reconhecida enquanto MAM-MG e, com isso, a incidir em outras problemáticas socioambientais envolvendo mineração no estado de Minas Gerais e no Brasil de maneira geral.

Duas foram as narrativas que podem ser consideradas fios condutores da apresentação do caso em tela. A primeira delas se baseou na ideia de que “(...) há muito mais coisas determinando nossa vivência do espaço do que o 'capital'” (MASSEY, 2000: p. 179), e a outra na proposição de que o espaço geográfico é produto das inter-relações multiescalar da sociedade, esfera da possibilidade da existência da multiplicidade do social e que está sempre aberto a novas

(re)construções a partir do encontro de distintas trajetórias sociais (MASSEY, 2008). Elas mostram que ao falar do espaço é necessário entender que, para além de um significado estritamente econômico, ele é permeado por “muito mais coisas” que afetam a maneira como experimentamos a realidade geográfica, e que esta realidade é permeada de encontros em vários “aqui e agora” que, por sua vez, possibilitam a emergência de novos processos políticos contestatórios daqueles patrocinados pelo capital.

A ideia de que o espaço é passível de distintas representações sociais é importante na medida que é ela que embasa o entendimento dos conflitos ambientais no Brasil. Ao discutir a natureza dos conflitos, Acsehrad (2004a, p.26) argumentou que o espaço é um recurso comum, porém exposto a distintos projetos e formas de apropriação material e simbólica. Nesse sentido, eles são entendidos pelo autor como “(...) aqueles envolvendo grupos com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território” e que têm origem quando “(...) pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis (...) decorrentes do exercício das práticas de outros grupos”.

Zhourí e Laschefski (2010) também se remeteram ao espaço geográfico para compreender os conflitos ambientais, argumentando que estes exprimem as contradições do agenciamento espacial de atividades, em geral dos grandes projetos de desenvolvimento urbano-industriais, e formas sociais e comunitárias de uso e apropriação dos recursos naturais. Assim, segundo estes autores, um dos desafios para as democracias contemporâneas, especialmente as da América Latina, seria o reconhecimento das diversas experiências possíveis com o espaço, o que remeteria, por sua vez, ao poder das pessoas optarem por permanecer nos seus territórios, como atestam várias lutas sociais contra empreendimentos hidrelétricos, contra monoculturas de eucalipto, enfim, contra as formas de ocupação e apropriação espacial realizadas pelo capital.

Porém, em termos gerais, o discurso acionado pelos grandes projetos de desenvolvimento, aqui expressos a partir do setor mineral, revela outra visão, uma que poderíamos dizer ser dominante e que vê o espaço geográfico única e exclusivamente como recurso econômico. Esta forma utilitarista de enxergar a realidade espacial se torna explícita por meio de várias estratégias que remetem à discursos depreciativos das terras tradicionalmente ocupadas, a redução da diversidade de formas de imaginação territorial a um conjunto homogêneo de propriedades ou

imóveis a serem removidos, ou através de cooptação e controle dos órgãos de licenciamento ambiental.

Em contraponto, os segmentos dominados, representados pelas comunidades ameaçadas por tais projetos, lutam pela afirmação de seus direitos e, em especial, pelo direito de dizer não: não queremos ser deslocados; não queremos sair de nossos territórios; não somos atrasados; não precisamos desse desenvolvimento. Esta contestação marca a formação de mobilizações sociais e a reconstrução de territórios que passam a pautar o esforço dessas populações em articular seu problema como um fato coletivo, de onde podem emergir novas identidades políticas e articulações discursivas.

Essas lutas, quando encaminhadas a um antagonista bem definido, manifestam-se em dois planos, definidos por Acsehrad (2004b) como o objetivista e o subjetivista. O plano da distribuição objetiva dos efeitos ambientais indesejáveis provenientes das práticas políticas, econômicas e sociais exprime a diferença de poder “em jogo” no que tange à apropriação e dominação dos recursos. Já o plano subjetivista, também entendido pelo autor como discursivo, revela embates referentes aos esquemas de representação do espaço geográfico que colocam em disputa a legitimidade da distribuição de poder. As lutas nesses dois planos vão possibilitar a identificação do conflito e a emergência do atingido.

De acordo com Vainer (2008), a construção desse conceito e a sua emergência na cena política, mais do que colocar em disputa elementos técnicos, econômicos ou financeiros relativos à implementação de grandes empreendimentos, diz respeito ao reconhecimento de direitos a algum tipo de indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária e os seus detentores; e que por isso não é de se estranhar que sua emergência seja produto de trajetórias de lutas, confrontos e conflitos sociais. Compreender a natureza dos processos sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos deflagrado com um grande empreendimento em várias dimensões espaciais e temporais, portanto, é fundamental para definir quem é o atingido.

O contexto relativo à emergência do conflito ambiental descrito no capítulo relaciona-se perfeitamente com esses apontamentos teóricos. As distintas representações espaciais realizadas pela *Ferrous* e pelos atingidos, os embates discursivos nas audiências públicas, as ações truculentas da empresa no que tange à demarcação das áreas diretamente afetadas com a construção do mineroduto, a relevância que a questão da água ganhou para as ações coletivas de resistência, enfim, todo o momento inicial de apreensão e compreensão dos impactos

socioambientais de um empreendimento minerário na Zona da Mata mineira mostram essa relação teoria e empiria.

Além disso, a articulação discursiva das organizações sociais que, inicialmente foi construída em torno da Campanha pelas Águas de Viçosa e que, posteriormente, se transformou em Campanha pelas Águas, também deixa claro a entrada nos planos objetivo e subjetivo do conflito, tal como argumentou Acselrad (2004b). Ela, em um primeiro momento, encampou ações relativas ao uso e apropriação do território (zona) em Viçosa e, ao mesmo tempo, adentrou em uma disputa referente à distribuição de poder sobre os recursos ambientais na esfera local. Em um segundo momento, porém, o discurso contestatório do empreendimento penetrou outras esferas, o que o levou a reconfigurar seu poder de barganha no plano subjetivo, acumulando forças técnicas e sociais para legitimar e colocar em pauta conteúdos e noções prevaletentes no campo jurídico. Tal processo pôde ser evidenciado a partir da audiência com o MPMG e o MPF em Viçosa, que possibilitou a reformulação da ação coletiva em termos políticos e espaciais nas esferas institucionais e não-institucionais. Emergia, assim, o atingido por mineração na Zona da Mata mineira.

A construção da ação coletiva de contestação que, inicialmente, foi direcionada ao mineroduto da *Ferrous* e, posteriormente, ao modelo de mineração de maneira geral, também se relaciona com os apontamentos teóricos evidenciados anteriormente na tese, particularmente os realizados a partir de Laclau e Mouffe (2015) e de Massey (2008).

A descoberta do problema da água e sua relação com o mineroduto em Viçosa, por exemplo, possibilitou que o significante referente à resistência inicialmente presente apenas entre os atingidos diretamente pelo empreendimento se esvaziasse, se constituindo como um ponto nodal de articulação de várias organizações sociais neste município. Esta forma de aliança pode ser concebida como um momento “metonímico”⁸⁶, no sentido apontado por Laclau e Mouffe (2015), ou seja, como uma relação de contiguidade entre organizações sociais frente a uma problemática comum e que possibilitou a formação de cadeias de equivalências. Assim, no âmbito da tensão envolvendo falta d’água e mineroduto em Viçosa foi possível perceber a articulação

⁸⁶ Referente à metonímia, figura de linguagem que consiste no emprego outra palavra fora de seu contexto semântico normal. Trata-se, na verdade, de uma substituição lógica de um termo por outro, mantendo uma proximidade material e simbólico de um termo e o sentido do que o substitui.

discursiva entre organizações sociais para o estabelecimento de relações equivalenciais, construindo estratégias de enfrentamento conjuntas. Tais relações possibilitaram “esvaziar” um significado inicial de uma luta particular e, através da articulação discursiva entre diferentes demandas sociais, estabelecer um ponto nodal. E este ponto, por sua vez, não representava nenhuma das demandas iniciais particulares, mas sim uma coletiva, construída no próprio processo articulatório.

A AP e o próprio anúncio da Campanha pelas Águas de Viçosa, a manifestação pública e as audiências com a empresa e com a ALEMG relacionam-se com esses apontamentos teóricos, uma vez que se pôde observar a unidade política de uma ação coletiva em torno de uma apropriação territorial diferente da anunciada pela empresa mineradora. Assim, o discurso construído pela Campanha pelas Águas de Viçosa a partir de encontros, no sentido mesmo apontado por Massey (2000; 2008), evidenciou um projeto alternativo que acenou a existência de uma pluralidade de subordinados e oprimidos (no campo e na cidade). O ponto nodal estabelecido em torno dos recursos hídricos, mais do que possibilitar a articulação discursiva em questão, visibilizou um antagonista comum que tem a ver com os usos e representações possíveis do espaço geográfico.

Esse processo por si só já indicava elementos para pensarmos a respeito da construção de geometrias de poder no âmbito municipal. No entanto, em termos geográficos, ele não se isolou em seu “localismo”. Houve uma reformulação da ação coletiva após o encontro com novas trajetórias sociais. E foi diante deste encontro e da visibilização de outras demandas, propiciada a partir da percepção espacial de que a atividade de mineração afetava diversos territórios e categorias sociais, que houve a ampliação discursiva contestatória e as organizações integrantes da Campanha pelas Águas de Viçosa perceberam que a resistência poderia ser ampliada.

O ponto nodal estabelecido inicialmente em torno dos recursos hídricos, de certa maneira, se manteve, mas a percepção em relação ao antagonista se ampliou, deixando de se referenciar única e exclusivamente a uma empresa para confrontar o modelo mineral brasileiro, reconhecido como projeto que, para se sustentar, destrói os recursos hídricos, comunidades rurais e urbanos, viola direitos humanos, mata trabalhadores e agricultores e saqueia os recursos minerais. Dessa maneira, no interior da tensão envolvendo mineração e atingidos, foi possível perceber nova articulação discursiva de resistência baseada na ampliação das cadeias de equivalências com organizações atuantes nas escalas regionais e nacional.

Tal como argumentou Vainer (2001) e Swyngedouw (2004), por trás de toda proposta de intervenção política está, explicitamente ou não, uma concepção escalar do mundo. A (re)definição das escalas de ação política é, segundo estes autores, um processo construído no próprio conflito. Ela não está dada de início, não é um *a priori*, mas estabelecida estrategicamente. Escolher uma escala de ação é, quase sempre, definir um campo de confrontação, e, nesse sentido, tomando como referência o caso em tela, a ação coletiva revelou a constituição de geometrias do poder para além do local a partir da construção de eventos equivalentes em áreas que vivenciavam problemáticas semelhantes, a exemplo do I Encontro das Redes de Resistência à Mineração na Zona da Mata mineira.

A multiplicidade das escalas e dimensões políticas acionadas pela Campanha pelas Águas a partir desse processo indicaram que os territórios de resistência à mineração atuam em rede, que eles são formações fluídas e abertas e que transbordam seus próprios limites, ampliam-se e mudam de forma. Assim, a nosso ver, estaríamos diante de uma multiterritorialidade (HAESBAERT, 2011) destas formações discursivas de contestação à mineração, e os NRM's revelaram isso muito bem. Eles fortalecem as formações de base e, ao mesmo tempo, articulam-se com outros núcleos, angariando apoio de/e em outros territórios. Ou seja, eles funcionam como “nós” fortes que tentam conectar laços intra e entre territórios nas escalas local, regional e nacional, e permitem compreender como se constroem as ações coletivas e como elas são potencializadas, fazendo circular informações, pessoas e recursos.

Portanto, os ordenamentos territoriais propiciados com a organização da resistência à mineração em núcleos podem ser entendidos enquanto cadeias de eventos interdependentes (SANTOS, M; 2006) que se tornaram cruciais para compreender não somente os conjuntos de comandos que presidem a ação, mas os conjuntos de desdobramentos da mesma. Uma articulação sócio-espacial, como definimos anteriormente. Em outras palavras, quer dizer que, embora essa ação coletiva tivesse tido início no âmbito local e, em certos momentos, voltam-se para o mesmo como estratégia, ela não foi “localista”. Esta interpretação nos permite pensar o espaço, as relações sociais, as narrativas escalares e o resultado desse processo como geometrias de poder, indicando que um novo projeto político pode emergir dessas articulações, que são fundamentalmente construídas a partir da (e construtoras da) espacialidade e do discurso contestatório ao modelo mineral brasileiro.

As discussões teóricas realizadas no capítulo 4, quando relacionamos a ideia de articulação sócio-espacial dos movimentos sociais com as dimensões espaciais dos movimentos destacadas por Renato Emerson dos Santos (2006), nos permitiram fazer essa interpretação. Aqui, cabe-nos relacionar elas com o contexto analisado.

Com relação às dimensões (i) materialização/manifestação dos movimentos sociais e (ii) recortes espaciais e constituição de identidades, a descrição do processo de construção da Campanha pelas Águas deixou isso explícito, seja com a marcha em defesa das águas, que grafou geograficamente a insatisfação dos atingidos pelo mineroduto e dos afetados com o desabastecimento hídrico neste município, seja com o próprio anúncio da Campanha pelas Águas de Viçosa na AP ou da Campanha pelas Águas após a audiência com o MPMG e MPF.

Já no que diz respeito ao (iii) território e a territorialidade, entendidos como o conjunto de elementos estruturadores da ação e mobilização social, pode-se dizer que a articulação discursiva em torno do problema da água visibilizou distintos usos e apropriações do espaço geográfico, bem como diferentes territorialidades (a dos atingidos e a do empreendedor).

Essas três dimensões, em maior ou menor grau, estão relacionadas à defesa de um determinado espaço de dependência, tal como assinalou Cox (1998), ou, nos termos de Haesbaert (2011), ao território-zona, momentos estratégicos de “fechamento territorial” em confrontos políticos. Mas, para além deles, a ideia de articulação sócio-espacial aplicada ao caso da Campanha pelas Águas também capacitou-nos a realizar uma leitura multiescalar, no sentido de que ela nos habilitou a compreender a (iv) ação e as agendas de lutas (como, por exemplo, com I Encontro das Redes de Resistência à Mineração ou a partir da inserção da Campanha pelas Águas no MAM, momentos em que houve redefinição de sua pauta política), (v) a ação e os interlocutores (a construção de NRM’s e sua rearticulação organizacional), a (vi) ação e desdobramentos, impactos, efeitos, causas, origens, que envolvem a escala de origem e a de impacto da ação (a própria “abertura” da Campanha pelas Águas para demandas de outros município e sua reformulação política) e (vii) as esferas institucionais que abarcam as disputas e as relações de poder que constituem arenas internas e externas ao movimento (interlocução com o MPMG, MPF e demais instituições, por exemplo).

A relação da Campanha pelas Águas com essas dimensões não nos faz pensar em outra ideia que não a de articulação sócio-espacial, ou

seja, as interações multiescalares da ação coletiva, tanto nas esferas institucionais do Estado como nas não-institucionais. E isso nos permitiu compreender também os espaços de engajamento dos movimentos sociais, os quais, através das redes de associações, possibilitaram a interação entre estes e os espaços de dependência. A nosso ver, ao acionar o mecanismo da articulação sócio-espacial a Campanha pelas Águas conseguiu dois objetivos: i) intensificar sua ação nos locais que tinham NRM's e, portanto, visibilizar conflitos ambientais envolvendo mineração; e ii) uma espacialidade mais extensiva, ampliando o alcance de sua ação política, ora para o nível regional, ora para estadual ou nacional.

Interessa registrar também que, mais ou menos locais ou mais ou menos nacionais, esta forma de atuação política é inovadora e claramente traz em seu enunciado o espaço geográfico como elemento estratégico. O espaço, portanto, importa para a articulação discursiva de uma ação coletiva. E esta percepção só foi possível através da vivência escalar do processo de construção discursiva em tela, ou seja, ele faz parte de nossa "geo-biografia" uma vez que participamos das práticas articulatórias descritas e que, de certa maneira, nos habilitou descrever e analisar o caso da Campanha pelas Águas. Tal possibilidade metodológica proveu-nos de elementos para analisar as ações sociais enquanto processos gestados histórica e geograficamente. Assim, a "vivência de escalas/prática articulatória" permitiu-nos delimitar, desenhar e recortar compromissos sociopolíticos, e perceber que eles podem superar constrangimentos e acionar ou mobilizar seus próprios recursos discursivos contestatórios, seja no âmbito institucional ou não, seja no local ou em qualquer outra escala geográfica.

Aliado a isso, procuramos mostrar também que quando consideramos o acontecer conjunto de diversos eventos, verificamos que eles são equivalentes, que têm conteúdo sociais, políticos e espaciais semelhantes e que o conjunto deles podem ser interpretados a partir da ideia de articulação sócio-espacial dos movimentos sociais. Tal interpretação, por sua vez, permitiu-nos relacionar os conceitos de território-zona, território-rede, escala e rede, e revelou: i) a coerência interna das articulações discursivas entre ações coletivas e entre organizações sociais e a dispersão delas no espaço; ii) à interconexão de áreas, visíveis nos espaços e inclusive passíveis de serem cartografadas; e iii) uma pluralidade de demandas articuladas e reclamando mudanças em torno de um discurso contrário ao modelo mineral brasileiro.

Recuperando os argumentos do capítulo 4, podemos dizer que isso se deu em função da existência de uma convergência espacial

(MCFARLENE, 2009), um processo que reuniu diversos grupos/organizações sociais que articularam um discurso sobre determinada problemática comum a diversas áreas, facilitando entendimentos e contribuindo para que a ação política multiescalar contra determinado antagonista. Esta convergência movimentava determinados atores/espaços sociais, ora mais, ora menos abrangentes, mas com conteúdo político semelhantes.

Assim, a ideia de articulação sócio-espacial dos movimentos sociais aplicada ao caso em tela mostrou que a ação coletiva aconteceu, inicialmente, em um determinado território, mas sua ampliação política e espacial dependeu da capacidade de articulação discursiva de elementos heterogêneos a partir da reunião de diferentes demandas em torno de um ponto nodal e contra um antagonista. Em outras palavras, ela possibilitou o entendimento de uma articulação discursiva desde um local e sua pertinência em contextos regionais e nacional.

Em síntese, podemos dizer que o mecanismo da articulação sócio-espacial deve ser visto como um recurso metodológico que, quando conjugado à vivência de escalas/prática articulatória, permite apreender os fenômenos sociais e político que são referenciados no e pelo espaço geográfico. Selecionar o espaço e tempo mais conveniente para interpretar os problemas observados possibilita melhor diagnóstico, coalisões de poder e decisões estratégicas sobre como enfrenta-los. O desafio político e científico (enorme, já que a articulação muda constantemente), é procurar definir o que e com que meios se pode operar.

Pode-se dizer que, no caso analisado, talvez seja desnecessário apontar que ele não teve como fim a institucionalização de mecanismos legais de contenção de empreendimentos minerários. Isso pode ser considerado uma etapa do processo de contestação social, mas não o fim em si mesmo. A Campanha pelas Águas nos mostrou que o mais importante na construção da resistência à mineração foi o fomento de ações coletivas, da explicitação da relação conflituosa e dinâmica que envolve as estratégias das empresas do setor mineral (e, não raro, o próprio Estado) e movimentos sociais; de diversos usos e apropriações possíveis do espaço geográfico e de um discurso unitário contra o modelo mineral brasileiro. Assim, os discursos mobilizados foram diversos, ora institucionais, ora não-institucionais, ora locais, ora regionais ou nacionais, e isso, com efeito, possibilitou uma articulação social, política e espacial ampla, com foco na resistência à mineração e em territórios em conflito com mineradoras.

Desse modo, o processo político e espacial acionado pela Campanha pelas Águas no que se refere à construção de um processo de resistência bem-sucedida à mineração mostra que não estavam em questão somente características físico-geográficas ou socioeconômicas de uma região específica, mas elementos políticos, sociais, culturais e geográficos que oferecem interpretações e reinterpretações para outras contendas nas quais subsidiem processos incipientes de resistência à mineração no Brasil.

CAPÍTULO 8. O MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO.

O capítulo anterior mostrou a constituição de ações coletivas contestatórias à mineração desde um local. Neste, o objetivo é compreender a formação do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) apresentando os seus elementos conjunturais e constitutivos.

8.1 Conjuntura sobre a questão mineral brasileira e a emergência de um movimento dos atingidos por mineração.

De acordo com Trocate, Zanon e Vieira (2015), a atividade de mineração no Brasil pode ser dividida em dois grandes períodos, quais sejam: o colonial, centrado basicamente na exploração do ouro e pedras preciosas em Minas Gerais; e o que se iniciou em meados do século XX e que tem o minério de ferro como elemento central.

No primeiro período, seja por conta das condições políticas e territoriais (Brasil colônia), seja no que tange às condições sociais (escravidão), inexistia um ambiente político e institucional para se discutir a mineração como modelo econômico. Esta atividade, principalmente a mineração de ouro nos séculos XVII e XVIII, era apenas mais uma forma de sustentar a acumulação primitiva de capital e a empresa colonial, conforme evidenciamos no capítulo 5 a partir de Bruckmann (2011). Mesmo com a independência e, posteriormente, com o advento da Primeira República no século XIX, a mineração não era pautada politicamente como uma atividade econômica de caráter nacional e as inovações do setor ficaram restritas a determinadas áreas, em especial, a Minas Gerais.

Foi no início do século XX que houve as primeiras iniciativas legais e institucionais visando maior controle sobre as minas existentes no Brasil. Nesse contexto, pode-se dizer que a criação do DNPM e a publicação do Código das Minas em 1934 tornaram possíveis as condições para o estabelecimento de uma política econômica a respeito da mineração, mas que somente seriam implementadas nas décadas seguintes. Portanto, foi entre 1940 e 1950 que o Estado criou o primeiro Complexo Minerário e Industrial brasileiro, formado, basicamente, por minas na bacia do rio Doce, por uma ferrovia entre os estados de Minas

Gerais e Espírito Santo, uma siderurgia no Rio de Janeiro e pelo porto de Tubarão⁸⁷.

A criação de autarquias específicas para o setor, de um arcabouço legal e de empresas estatais foram marcos políticos e institucionais para o Brasil no que tange à regulamentação da mineração e para destacar a importância desta atividade como projeto de desenvolvimento econômico. O I PDM, publicado na década seguinte, evidenciou isso muito bem quando, entre seus objetivos, estabeleceu: realizar pesquisa e mapeamento das reservas minerais no território nacional a fim de planejar a expansão da indústria mineral nos próximos anos.

De tal modo, nos anos entre 1960 e 1970, em consonância com os objetivos do I PDM, o eixo da produção mineral brasileira se amplia para além da Região Sudeste e incorpora também a Região Norte. Conforme destacado no capítulo 5, diversos projetos de mineração foram sendo implantados na Amazônia neste período, tendo destaque o projeto Grande Carajás no estado do Pará.

A mineração na Amazônia era assunto de segurança nacional e as áreas mineradoras estavam sob controle dos militares, uma vez que, além de reservas minerais, a região também apresentava altos índices de concentração fundiária e era alvo de constantes ações de movimentos sociais⁸⁸. Deste modo, para além da questão mineral, uma disputa envolvendo a luta pela terra também era iminente na região e que de fato vai se desenrolar nos anos de 1980.

Sinteticamente, podemos dizer que a imbricação destas duas problemáticas (a agrária e a mineral) nessa região teve a ver com: i) a estruturação de uma geopolítica econômica, cultural e ambiental da elite brasileira que possibilitou a integração internacional da Amazônia (via agronegócio e mineração) ao processo de acumulação capitalista; ii) o autoritarismo com que foi implementado os polos de desenvolvimento

⁸⁷ No período de instalação desses empreendimentos minerários, houve algumas ações de contestação, especialmente por parte do povo indígena da etnia Krenak que habita o vale do rio Doce, entre Minas Gerais e o Espírito Santo. No entanto, sob as condições do Estado Novo e, posteriormente, da Ditadura Militar, tais ações foram silenciadas pelos governos e duramente reprimidas (FERREIRA, 2016).

⁸⁸ Vide, por exemplo, a Guerrilha do Araguaia, movimento guerrilheiro existentes entre as décadas de 1960 e 1970 no Vale do rio Araguaia que, dentre outros objetivos, buscavam fomentar uma revolução socialista nos moldes da revolução Cubana, dando destaque à necessidade da reforma agrária naquela região brasileira. Acerca da Guerrilha do Araguaia, de seus objetivos e lutas, consultar Peixoto (2011).

(Poloamazônia) pelo militares e com participação e financiamento internacional; iii) os interesses urbanos e industriais dos setores do agronegócio e da mineração, que promoveram a expansão da fronteira agrícola e mineral sob o regime de grandes propriedades fundiárias e de grandes empresas; iv) o fato desse modelo de desenvolvimento não levar em conta as necessidades locais, do campo e das cidades; v) o controle social e político de movimentos de resistência (fundamentalmente de camponeses e indígenas), asfixiando e esvaziando suas demandas para evitar qualquer subversão ou desordem (BERCKER, 2007; MONTEIRO; COELHO, 2007).

Portanto, na trama desse enredo, mais precisamente nos anos de 1980 e 1990, é podem ser encontradas as raízes históricas do MAM, um movimento social que emerge das lutas localizadas e de mobilizações contra projetos agropecuários e minerários na Amazônia, evidenciando as contradições do capital mineral nos territórios. Nesse período, embora os latifundiários e a mineração não fossem propriamente uma novidade para os brasileiros, o momento político era.

O Brasil havia acabado de passar por um processo de redemocratização que teve como desfecho o fim do regime militar, e diversos movimentos sociais haviam se formado e passaram a atuar com questões relativas à estrutura fundiária, a direitos trabalhistas e a impactos socioambientais de grandes empreendimentos⁸⁹. Nesse contexto, o MST, que havia se constituído no sul do Brasil nos anos de 1980, começa a direcionar um conjunto de ações referentes à luta pela terra para a Região de Carajás no Pará. Esta investida fez com que, na década de 1990, este estado registrasse, conforme apontou Oliveira (2001), grande parte dos conflitos no campo do país, além do episódio mais triste da luta pela terra no Brasil: o Massacre de Eldorado dos Carajás; dado a violência empregada pelos latifundiários para reprimir as ações deste movimento social. Parte da entrevista realizada com a coordenação nacional do MAM nos serviu de base para esta argumentação:

Quando o MST vai se dirigindo ao norte do Brasil, no final dos anos 80 e início dos anos 90, ele começa a se instalar também no Pará, numa região que é extremamente rica em recursos

⁸⁹ Acerca da formação e das linhas de atuações dos movimentos sociais que surgiram no país nesse período, em especial do MST, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do MAB, consultar Fernandes (1998), Tumulo (2002) e Vainer (2004).

minerais, tem a questão do ouro, do ferro, do cobre, da bauxita e dos megaprojetos. Grande Carajás está no Pará. Então, as primeiras ocupações do MST nessa região ocorreram em áreas que eram de propriedade da Vale, porque as lideranças do MST nos anos 90 perceberam que a questão de enfrentar os grandes projetos na região se confundia com a luta pela terra. E é esta a marca da região, que tem o episódio mais triste da história camponesa que é o massacre de Eldorado de Carajás, que acontece muito próximo à Vale, às empresas mineradoras. Perto desse “mundo de ferro” e de latifundiário, tem disputa de interesse mineral e fundiário em todos os cantos (...). Então a disputa pela terra ali se confundia com áreas de interesse mineral, numa região com pouquíssima presença do Estado. Este episódio é constantemente marcado e lembrado porque lá na frente, quando as pessoas que vão construir o MAM, que eram pessoas que já estavam lutando no Massacre de Eldorado dos Carajás, eram pessoas que se formaram naquela luta. Então, logo depois, em 1997, o que houve foi um tanto de ocupação nessa região que a gente está falando, uma luta muito densa em torno da terra, mas que, de certa forma, também levantava questões a respeito da mineração (C4, entrevista com representante da coordenação nacional do MAM, trabalho de campo, 2016).

Mais do que evidenciar a imbricação da luta pela terra com a questão mineral na Região de Carajás, a transcrição da entrevista mostra que, embora os conflitos no sudeste paraense tivessem um antagonista bem definido e discurso político articulado (respectivamente: os latifundiários e a reforma agrária), eles também começaram a incidir sobre as contradições do modelo mineral. Por isso que, nos anos de 1990, várias ações que envolviam a luta pela terra no Pará começaram a questionar também o poder das mineradoras, em especial o da Vale, e a fomentar um debate sobre esta atividade.

No entanto, um discurso mais direcionado à questão mineral só apareceria no âmbito dos movimentos sociais em meados dos anos 2000, exatamente quando o país experimentava grande crescimento da produção do setor. Foi neste momento que o MST paraense realizou um

plebiscito popular sobre a reestatização da empresa Vale e passou a pautar em suas ações elementos para se debater a atividade de mineração⁹⁰. Como uma destas ações, em especial na Região de Carajás no ano de 2007, este movimento realiza uma ocupação dos trilhos da estrada de ferro Carajás-São Luís que durou 45 dias e contou com ampla participação social, parando um dos maiores complexos minerários do país.

Um ano após essa ação, nova investida contra a mineração foi realizada pelo MST, agora na Região de Serra Pelada, também no estado do Pará, e contou com expressiva participação dos trabalhadores do setor. Foi a partir desta segunda ação que surge um movimento específico que passa a debater um dos elementos da questão mineral brasileira, o relativo aos direitos dos trabalhadores da mineração, em especial, dos garimpeiros. Nascia, portanto, o Movimento dos Trabalhadores da Mineração (MTM). Além deste movimento, também tomava forma no Pará, mais especificamente em Juriti, mobilizações sociais de comunidades rurais e quilombolas que encampavam lutas contra a exploração de bauxita em seus territórios (a este respeito, consultar Wanderley, 2008; 2012). Novamente destacamos parte da entrevista realizada com o representante da coordenação nacional do MAM como forma de subsidiar tais argumentações:

(...) o MST faz uma ocupação em 2007 nos trilhos da ferrovia da Vale (estrada de ferro Carajás-São Luís) que durou 45 dias com 5 mil camponeses, parando a maior produção de minério de ferro do mundo. Essa ocupação foi muito marcante, pois foi levantado a necessidade de que o MST sozinho não daria conta da questão mineral do Brasil, que não seria viável o MST abarcar nas suas discussões o que é mineração no Brasil. Ela é uma questão muito complexa para se juntar às questões que o MST já trabalhava, ela envolve dezenas de projetos de mineração no Brasil. Apesar disso, essa ocupação foi um marco, ela foi feita pelo MST do Pará, mas na mística de construção do MAM é um ponto que sempre resgatamos, pois foi ali que se decidiu pela construção de um movimento dos atingidos por mineração no Brasil.

⁹⁰ O Comitê Nacional da Campanha “A Vale é Nossa!” foi formado em 2007 e reunia mais de 60 organizações sociais, dentre elas, o MST. O objetivo desse comitê foi pautar no debate político nacional a venda à preço irrisório de uma das maiores empresas brasileiras do período, a CVRD.

Em 2008, o MST do Pará faz outra ocupação, dessa vez juntamente com os trabalhadores do garimpo, os garimpeiros da Serra Pelada, porque ali, não sei se sabe, é uma região que tem muito ouro no subsolo. Então, juntamente com os trabalhadores da mineração colocaram em disputa a questão sobre o direito minerário daquela região. Uma das cooperativas de garimpeiros, um pessoal mais politizado das cooperativas, pediu a ajuda do MST do Pará e juntos fundaram um movimento dos trabalhadores da mineração, que é ligado aos garimpeiros do Pará, aos que atuam na região de Serra Pelada (...). Isso foi um passo importante porque marcou a necessidade de trazer os trabalhadores da mineração para o debate. Mas, além disso, teve o movimento Juriti em Ação, que surgiu em 2009 também no estado do Pará, e que marcou uma luta contra a mineração de bauxita naquela região (C4, entrevista com representante da coordenação nacional do MAM, trabalho de campo, 2016).

Conforme trecho transcrito da entrevista, as ações de ocupação e as mobilizações sociais no Pará encampadas inicialmente pelo MST foram importantes pelo fato de serem as primeiras a pautarem um debate relativo à mineração e a influenciar, em momento posterior, a formação de uma articulação que passaria a construir um discurso contestatório da atividade mineral no âmbito nacional. Elas também merecem destaque pelo fato de terem construído articulações discursivas junto a outras categorias sociais, isto é, trouxeram para a cena política personagens até então esquecidos: os trabalhadores do setor mineral. Estas foram, portanto, as primeiras identificações com a categoria atingido por mineração, feita, inicialmente, por trabalhadores do setor no ano de 2008 e, logo depois, por comunidades rurais e quilombolas. Elas marcaram também a necessidade de construção de um movimento que pautasse a questão mineral de modo mais incisivo.

Importa registrar que, no tocante à terminologia atingido por mineração que estava em construção naquele contexto, as diversas trajetórias sociais que passaram a se identificar com ela (camponeses, quilombolas, trabalhadores do setor mineral, etc.) revelam que, a despeito de suas especificidades identitárias, elas carregam marcas da opressão dos grandes projetos de mineração, seja no tocante à perda de territórios, seja no que diz respeito a direitos sociais. O atingido por

mineração, portanto, expressa uma compreensão crítica da opressão do setor mineral de forma geral, mas também de protagonista político em busca de direitos e de reconhecimento.

Segundo Trocate, Zanon e Vieira (2015: p.19), são desses elementos históricos e econômicos referentes à mineração que surgem as primeiras concepções sobre um movimento que passaria a pautar os direitos dos atingidos por mineração no Brasil, buscando desvendar as contradições do capital mineral através da construção de uma narrativa política própria, desde os locais em conflito com mineradoras até análises coletivas do potencial que uma luta mais direcionada apresentava.

Entretanto, a guinada extrativista pela qual o país vem passando desde o início do século XXI recoloca essa categoria no centro de um debate político. Assim, para além dos aspectos históricos relativos à mineração no Brasil, elementos econômicos e políticos do período recente são fundamentais para o entendimento do processo de construção da categoria atingido por mineração no cenário nacional e do próprio MAM. Em termos econômicos, foi na década de 2000 que o Brasil experimentou o *boom* mineral. Além disso, um montante de investimentos no valor de 165 bilhões de dólares foi realizado no país, em especial, nos estados do Pará e de Minas Gerais, o que possibilitou que a atividade de extração mineral ocupasse lugar de destaque.

Já no que tange à política de expansão do setor, desde os anos de 2010, está se delineando no âmbito do governo federal planos e projetos de lei que colocam em xeque direitos sociais e ambientais conquistados a duras penas por uma diversidade de categorias sociais, do campo e das cidades, em especial por aquelas que residem nas proximidades das reservas minerais ou em áreas de expansão da mineração. Estamos nos referindo ao Plano Nacional da Mineração – 2030, lançado em 2011, e ao Projeto de Lei 5.807/13 e seu Substitutivo que tratam da mudança do Código da Mineração brasileiro, colocado em discussão na Câmara dos Deputados no ano de 2013. Tais planos e projetos, conforme abordamos no capítulo 6, marcaram o estabelecimento de um campo de discursividade sobre a questão mineral no âmbito institucional.

Essas ações do governo se colocaram como elementos para que os atingidos por empreendimentos minerários articulassem ações de contestação, e não era de se estranhar que uma luta mais incisiva direcionada para a questão mineral fosse anunciada nesse contexto. Portanto, os anos seguintes ao lançamento do PNM e de projetos de lei que propõem mudanças no Código de Mineração brasileiro marcariam a emergência de várias ações coletivas sobre essa problemática.

No âmbito da academia, algumas publicações especializadas também passaram a mostrar tais contendas, a exemplo dos trabalhos de Wanderley (2008; 2009), Rothman (2010), Milanez e Santos (2013a), Zhouri (2014), Laschefski (2014) e Coelho (2015); e também apoiaram a formação de redes de assessoria aos atingidos por empreendimentos minerários.

Embora a emergência e visibilização desses conflitos na cena política e acadêmica nacional tenha sido um momento importante para o debate sobre a questão mineral brasileira em diversos pontos do território e que, certa maneira, dialogavam com uma conjuntura internacional, a coordenação do MAM fez uma advertência:

(...) no Brasil acreditamos que não basta incidir apenas em uma empresa, embora seja ela que detenha o monopólio da produção mineral do ferro e ações em diversos países. Era necessário criar um movimento de amplitude nacional que tivesse um caráter popular e de massa, que visasse construir lutas massivas, de enfrentamento direto à indústria da mineração. Este é um ponto (...). O segundo ponto é ser um movimento que pautava a mineração, mas que tenha o objetivo de formação de base, que não seja um movimento apenas de notáveis, de especialistas, mas sim de massa e nacional, porque já estava muito claro que, mesmo no Pará onde há a luta contra a Vale, estava muito claro que isso não ia incidir no debate nacional, estava muito localizado e direcionado a uma empresa. Se não tratar de modo nacional a gente não reconhece que o Brasil é um país minerador e não reconhece os atingidos. Aí, nesse contexto, foi que puxamos a primeira reunião nacional para formação do MAM em Parauapebas, onde fica o complexo Carajás. Isso foi abril de 2012 (C4, entrevista com representante da coordenação nacional do MAM, trabalho de campo, 2016).

Na transcrição fica evidente a preocupação do MAM com a construção de um debate mais amplo sobre a mineração no país justamente em um contexto em que emergiam vários conflitos entre populações do campo e das cidades contra esta atividade e também no qual universidades e institutos de pesquisa passaram a interagir com este debate. Não que as lutas localizadas de movimentos contestatórios de

empreendimentos minerários ou contra determinada empresa fossem menos importantes, mas a transcrição da entrevista citada destaca que havia a necessidade de fomentar um debate nacional sobre a mineração de forma geral, junto às massas.

Portanto, entendemos que, naquele momento, mais do que definir diversos antagonistas de maneira localizada ou mesmo um único a partir da identificação da maior empresa mineradora atuante no país, era necessário a constituição de uma articulação discursiva sobre a questão mineral com maior abrangência espacial e antagonística. Tal articulação tinha que sair das lutas defensivas localizadas para se engajar também em lutas ofensivas, entendendo as lutas defensivas como aquelas que se dão sempre dentro da ordem institucional e dos limites que as empresas e o Estado permitem, e as ofensivas como as que se dão a partir da negação desta ordem, afirmando algo novo para os territórios em confronto com as mineradoras (TROCATE; ZANON; VIEIRA, 2015).

Embebidos por essa necessidade, no ano de 2012 um conjunto de organizações sociais, inicialmente ligados ao MST do Pará, mas também com representações da CPT, MAB e de diversos sindicatos de trabalhadores rurais e povos e comunidade tradicionais, realizaram a primeira reunião no município de Parauapebas-PA para debaterem a necessidade de um movimento dos atingidos por mineração no Brasil. E

(...) essa primeira reunião foi muito importante (...), saímos com bons encaminhamentos. Havia mais de 40 pessoas de diversas organizações como o MST, a CPT, o MAB, os Sindicatos, o Movimento Indígena e Quilombolas. Então você tinha uma representação muito difusa, mas que em comum tinham o enfrentamento contra a mineração em diversos locais que vivenciavam os problemas desse modelo mineral. Então, nós saímos de lá com uma certeza: que um movimento que se proponha debater mineração no Brasil nestes termos que estamos conversando, que ele era necessário e urgente. Nós já deslumbrávamos que o Código da Mineração ia ser debatido, porque em 2011 o Plano Nacional da Mineração já havia sido apresentado e ele indicava mudanças no Código. E, então, percebemos que havia aí uma chance de entrar nesse debate que marcaria um momento novo sobre a mineração no Brasil, um momento em que as empresas teriam que se encontrar com outros atores sociais. Essa reunião foi nosso marco fundador. Essa foi o começo do

MAM, em Parauapebas em abril de 2012, tendo como marco, primeiramente, a luta contra o projeto Carajás e, posteriormente, a luta contra o modelo mineral brasileiro em vigor. O nome MAM, naquele momento, Movimento dos Atingidos por Mineração, ele já era usado no contexto do grande complexo Carajás como já conversamos. Então ele já era usado. Já havia uma luta com essa designação. Mas nosso marco enquanto movimento é 2012 a partir desta reunião de unificação de diversas lutas (C4, entrevista com representante da coordenação nacional do MAM, trabalho de campo, 2016).

Percebe-se, a partir da transcrição, que o MAM, além de destacar a articulação de diversas organizações para a construção de um movimento dos atingidos por mineração, evidenciou como a questão mineral passou a figurar como ponto nodal no discurso de contestação dos movimentos sociais atuantes no país de maneira geral e na Região de Carajás particularmente, agregando diversas organizações sociais nesse processo e definindo um campo de discursividade a adentrar. Além disso, ela também coloca em evidência outro aspecto que consideramos essencial para o entendimento da formação do MAM, qual seja, o geográfico.

Na entrevista realizada e nas transcrições de parte dela citadas neste texto foi possível notar que, na constituição do MAM, houve uma mudança discursiva de narrativa espacial em que a problemática envolvendo à mineração sai da escala local/regional (projeto Grande Carajás) e passa à nacional, fomentando um debate não mais apenas sobre os impactos socioambientais localizados dos diferentes empreendimentos minerários no país, mas sim sobre o modelo mineral brasileiro. Com isso, mais do que incidir em um debate localista, o discurso contestatório da atividade de mineração se reformula no sentido de abranger uma problemática mais ampla.

Entender essa mudança de narrativa, a nosso ver, é de fundamental importância para compreender a espacialidade do MAM, já que evidencia que a questão mineral não está circunscrita apenas a territórios impactados ou ameaçadas pela mineração, mas sim a todos que, de uma forma ou de outra, vivenciam problemas ambientais e contradições oriundas do capital mineral, no campo ou nas cidades.

Foi possível verificar também que foram nos diversos “aqui e agora” que uma política de identidade foi estabelecida, isto é, que é num

espaço e tempo específico que teve lugar encontros de diferentes trajetórias sociais de lutas para estabelecimento de um debate sobre a mineração no Brasil. Porém, mesmo que esta identidade que se pretendia nacional estivesse sendo construída a partir de um determinado local, ela não deixou de reconhecer que outras áreas do país haviam articulações contestatórias à atividade mineral.

O que estamos querendo dizer é que, para fins heurísticos, considera-se que o MAM vai ganhando contorno e se erguendo no estado do Pará no início dos anos de 2010, numa conjuntura em que as disputas territoriais e trabalhistas relativas à mineração se acirravam. Ainda que a localização e datação da emergência deste movimento sejam importantes (é o primeiro de âmbito nacional que surge no norte do país e em meio a um governo progressista), ele não deixou de perceber que em outros estados, a exemplo de Minas Gerais, a conjuntura relativa ao setor mineral era parecida, e os problemas advindos da expansão da mineração se repitam. Por isso que, após a fundação do MAM, suas ações foram direcionadas para a articulação discursiva entre organizações sociais, entre territórios e contra o modelo mineral brasileiro de forma geral.

Evidentemente que nos momentos iniciais de formação do movimento não estavam dados todos os seus direcionamentos políticos e a percepção espacial da importância da articulação entre territórios não foi enfatizada. Novos encontros foram articulados em outros espaços para definição das questões que um movimento nacional dos atingidos por mineração iria pautar e do(s) campo(s) de discursividade no qual ele iria(m) adentrar. Nesse sentido, a segunda reunião do movimento ocorreu no ano de 2013 em Brasília-DF, momento que foi definido suas linhas de atuação política e que se fez mais nítida a necessidade de uma articulação nacional. Segundo o representante da coordenação nacional do MAM:

Nossa segunda reunião aconteceu em junho de 2013 em Brasília. Nessa reunião tiramos a concepção do que deveria ser o movimento, que até hoje assumimos ela, a de que o grande debate posto mostrava que não era suficiente “imunizar” o atingido por mineração. Uma coisa é lidar com os atingidos por empreendimentos que já foram implementados. A ferrovia Carajás-São Luís, por exemplo, não vai ser retirada de lá, ela inclusive vai ser ampliada, temos clareza disso. Então, estamos lidando com mitigação, com minimização, com essa pauta, esta é uma pauta.

Mas, ao mesmo tempo, visualizamos que deveríamos atuar com os ameaçados, com aqueles que não foram atingidos ainda. Por exemplo, mineroduto, mineroduto não, ponto! Independente se é economicamente viável ou não existem regiões que não podem receber empreendimentos como estes por vários motivos, seja falta d'água, seja agricultura, enfim. Outro exemplo é a Serra do Gandarela. Mineração na Serra do Gandarela não! Você não pode colocar em risco o abastecimento hídrico da região metropolitana de Belo Horizonte. Então já tínhamos em mente que existiam essas duas categorias: a de ameaçado e a de atingido, que para nós são todos atingidos. Mas, além disso, havia ainda a necessidade de se pautar a soberania, a necessidade de se pautar outro modelo de mineração no Brasil. Porque naquele momento, até hoje, não estamos dizendo: fecham todas as minas! Essa não é nossa posição. Essa dimensão da soberania tem que existir para combater esse modelo de saqueio de nossos minérios, e a gente pensava que isso tinha que estar contido no nome do movimento, que isso tinha que estar no nome do MAM. E aí passamos a denominar Movimento Pela Soberania Popular na Mineração. Mas a sigla já tinha pegado, já tinha uma identidade com a Sigla e mantemos ela. O fato é que em 2013, na nossa segunda reunião, tínhamos representantes de 14 estados participando da construção do MAM. Foi aí que vimos o alcance de referências em vários lugares (C4, entrevista com representante da coordenação nacional do MAM, trabalho de campo, 2016).

Podemos destacar alguns pontos para reflexão a partir da entrevista e que envolveu a construção de pauta de atuação do MAM e o encontro de trajetórias sociais para estabelecimento de seu discurso político.

O primeiro deles se refere à ampliação da categoria atingido por mineração, que passou a abranger tanto as populações já afetadas socialmente, economicamente ou ambientalmente pela instalação de atividades ligadas à mineração, como também os que se encontram em fase de enfrentamento e contestação de empreendimentos minerários, isto é, os ameaçados (a exemplo dos atingidos organizados em torno da

Campanha pelas Águas, descrita no capítulo 7). Tal articulação discursiva se mostrou como estratégica para o movimento, uma vez que deu maior possibilidade de seu discurso englobar outras categorias sociais que não apenas os que já sofrem as mazelas do modelo mineral, mas também os que ainda têm esperança de resistirem à expropriação de seus territórios.

Uma segunda reflexão posta com a entrevista tem a ver com a ampliação das referências de lutas do MAM. Foi a partir da segunda reunião do movimento que a coordenação teve noção da abrangência espacial do discurso contestatório do modelo mineral. Tal como foi apontado pela entrevistada, o discurso contra o modelo mineral brasileiro passou a envolver representantes de organizações sociais de 14 estados que, em maior ou menor grau, lidavam com problemáticas envolvendo mineração. Isso mostra que, para além de um movimento localista, no ano de 2013 o MAM amplia sua espacialidade e chega a áreas que no imaginário social brasileiro não são consideradas mineradoras.

Por fim, um terceiro ponto que nos permite compreender os elementos constitutivos do MAM diz respeito à ampliação discursiva do movimento no que se refere à pauta da soberania mineral brasileira. Este aspecto é crucial para o habilitar a participar do campo da discursividade que se estabeleceu no âmbito dos poderes legislativo e executivo federal, particularmente naquele que se estrutura em torno das mudanças do Código da Mineração e os propostos com o PNM. Com essa pauta, e a fala transcrita deixa isso claro e evidente, o MAM não busca acabar com toda a atividade mineral no país, pelo contrário, sua expectativa é a de incidir em um debate sobre o controle das reservas naturais, e as palavras que guiam a ação do movimento (“mineração para quê e para quem” e “por um país soberano e sério, contra o saque dos nossos minérios”) mostram isso muito bem (figura 11).

Figura 11. Palavras que guiam as ações do MAM grafadas em um dos vagões do trem da empresa Vale.



Fonte: Frente Brasil Popular, disponível em:

<http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/mam-movimento-pela-soberania-popular-na-mineracao-b423/>. Acessado em: 09 de março de 2017. Autor da foto:

Marcelo Cruz.

Nesse mesmo momento (2013), a conjuntura política “atropelou” o debate em construção sobre o modelo mineral brasileiro no âmbito do MAM, já que o PL 5.807/13 foi encaminhado em regime de urgência ao Congresso Nacional. Assim, a articulação discursiva contestatória da mineração se viu obrigada a adentar nessa contenda. A fala do representante do MAM é ilustrativa nesse sentido.

Nesse momento estava acontecendo duas coisas na conjuntura nacional que, a princípio, não estávamos envolvidos. Uma foi a formação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, que estava sendo construindo pelo INESC, ISA e Justiça nos Trilhos. Foi basicamente algumas ONG’s que já estudavam a mineração no Brasil e que estavam preocupadas com a mudança do código. Eles tinham como slogan “queremos debater o novo código”. O MAM não participava desse processo. Mas, em 2013, um pouco antes de fazer nossa reunião, a CNBB e a via campesina se posicionaram a favor dessa articulação contra o novo código, contra o modelo mineral. Foi a partir desta carta da CNBB e da via campesina que começamos a participar e

propusemos que se formalizasse a entrada nesse grupo. Foi quando houve o lançamento desse comitê no dia 29 de maio. No meio disso, nós fomos nos mobilizando e fazendo consultas sobre a participação no Comitê, sobre adiar nossa próxima reunião e fortalecer o Comitê. Resolvemos apostar, visualizando que estávamos nos formando e que nesse momento os parceiros são válidos. E somamos. Aí a agenda foi 29 de maio o lançamento do Comitê, toda a mobilização ficou por nossa conta, com mais de 150 pessoas de 14 estados. E o Comitê, embora ele tenha nascido no contexto de elaboração do novo código, ele ficou marcado que não seria um comitê apenas para debater o código, que ele seria um comitê que tentaria articular diferentes resistências à mineração do Brasil. O MAM ficou em Brasília na sequência e tiramos uma agenda organizativa que envolvia curso de formação, uma coordenação nacional para o encontro nos dias seguintes, isso tudo foi no começo de junho. Por isso que nessa conjuntura as coisas se confundem. Fomos atropelados pela conjuntura. Mas o MAM não é a mesma coisa que o Comitê (C4, entrevista com representante da coordenação nacional do MAM, trabalho de campo, 2016).

São duas coisas distintas que a transcrição da entrevista evidencia. Uma delas diz respeito à reunião do MAM em Brasília para consolidação de sua pauta política, e a outra se refere à participação deste movimento no Comitê. A primeira não pretendia ser uma estratégia para adentrar no campo de discursividade sobre o NMM no Congresso Nacional. No entanto, frente à urgência desta pauta política e também aproveitando a formação do Comitê, o MAM, a partir de uma carta de apoio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Via Campesina, ele se viu na obrigação de se envolver com tal debate. Foi a partir dessa orientação que o movimento adentra no Comitê, uma articulação de articulações contrárias ao NMM tal como está colocado pelos parlamentares que compõem a Comissão Especial.

A nosso ver, a participação do MAM no Comitê se coloca como nova articulação discursiva que, em um determinado momento, surgiu para debater uma pauta específica que afeta, em maior ou menor grau, uma diversidade de organizações sociais, desde ONG's internacionais a

movimentos sociais de resistência à mineração mais localizados. São duas coisas distintas, mas que, em determinado espaço e tempo, a partir de novo encontro de trajetórias sociais, dão forma a um novo processo articulatório.

Assim, se, por um lado, o MAM passa a adentrar no campo de discursividade a respeito do NMM junto ao Comitê, por outro lado, vislumbrando a ampliação de seu horizonte de luta, intensifica os processos formativos da base, construindo um debate com diversas organizações sociais e atingidos no Brasil. Constrói-se, portanto, nova articulação no âmbito nacional entre organizações sociais que tem como corolário a categoria atingido por mineração no Brasil, seja no que se refere ao enfrentamento a empreendimentos minerários de uma forma geral, seja no tocante ao debate sobre o NMM em construção no Congresso Nacional.

Nesse processo, duas organizações nacionais contrárias ao modelo mineral brasileiro se estabelecem de maneira articulada, quais sejam: o MAM e o Comitê. Uma não se confunde com a outra, elas se articulam em determinados momentos para se posicionarem em distintos campos de discursividade. Por isso que, nos anos seguintes, especialmente em 2014 e 2015, no âmbito dos debates sobre a expansão da mineração no Brasil, tanto o MAM como o Comitê passaram a ser reconhecidos nos espaços institucionais como representantes dos atingidos por mineração. E tanto uma articulação discursiva como a outra passaram a pautar e propor sete pontos em defesa da soberania mineral brasileira, conforme indica o quadro 8.

Nesse contexto, o MAM tem se tornado um movimento de referência no debate sobre mineração no Brasil e na organização de populações atingidas ou ameaçadas por empreendimentos minerários. Ele tem articulado um discurso de diferentes categoriais sociais frente às empresas, a órgãos licenciadores, a poderes públicos, à imprensa e ao Estado de maneira geral. Na sua trajetória constitutiva, curta, porém intensa dadas as circunstâncias que fizeram efervescer um debate sobre a questão mineral no Brasil especialmente após o rompimento da barragem da Samarco em novembro de 2015, o movimento se expandiu e passou a ter referências em vários estados nos quais tem conseguido articular lutas que são travadas contra minas, barragens de rejeitos, ferrovias, minerodutos, portos, em sindicatos de trabalhadores, enfim, em contendas que o mote principal é dado pelas ações opressivas do setor mineral.

Quadro 8. Pautas e propostas do MAM e do Comitê a respeito do debate sobre o modelo mineral brasileiro.

Pauta	Proposta
Territórios livres de mineração	Não se deve minerar próximo a barragens que abastecem cidades, em balneários e locais que possuam patrimônio histórico-cultural/arqueológico ou natural.
Ritmos de mineração	A exploração mineral não pode ser feita de qualquer maneira e a qualquer custo, já que as reservas minerais são finitas e o impacto ambiental desta atividade é irreversível.
Assegurar os direitos trabalhistas	O histórico de violação de direitos trabalhistas em áreas de mineração é muito alto e, por este motivo, é preciso traçar estratégias que protejam a integridade física e social dos trabalhadores do setor.
Áreas indígenas	Respeitar a convenção 169 da OIT sobre o direito de consentimento e veto dos povos indígenas sobre a expansão da mineração em seus territórios.
Democracia e transparência	Os processos de licenciamento ambiental não são transparentes. É preciso, então, garantir a participação de agentes idôneos durante nos mesmos, fiscalizando e averiguando os impactos ambientais de empreendimentos minerários. É necessário também que laudos e pareceres contrários a estes empreendimentos sejam respeitados para que a sociedade civil tenha conhecimento das condições de operação dos mesmos, bem como de seus riscos.
Direito de consulta e veto de comunidades	Garantir que as comunidades atingidas por mineração participem efetivamente do processo de licenciamento ambiental destes empreendimentos, através de consulta e de poder de veto em audiências deliberativas.
Plano de fechamento de Minas	Após a finalização das atividades extrativas é preciso que exista um plano que as empresas cumpram para garantir a recuperação ambiental da área degradada.

Fonte: organizado pelo autor com base nas informações disponíveis em MAM, s/d.

A pauta e luta política do MAM são permeadas de um conteúdo crítico, reivindicatório e propositivo, tal como vimos quadro 8. Mas, de modo mais específico, dois pontos são importantes destacar. O primeiro deles tem a ver com a própria constituição desse movimento que, ao mesmo tempo que unificou a luta sob o manto da identidade política de atingido por mineração no Brasil, também buscou resguardar e respeitar as diferenças e diversidades das populações que passaram a se identificar com essa categoria. Assim, o atingido por mineração é, na verdade, uma construção social, política e espacial, que carrega consigo indígenas, quilombolas, agricultores, homens, mulheres, negros, jovens, trabalhadores, ribeirinho, pescadores, UC's, TI's, etc. Portanto, estas populações e territórios, ao acionarem a insígnia do atingido por mineração em determinada contenda política, mais do que indicarem quem está se identificando, mostram quem os oprime.

A nosso ver, foi no decorrer do processo formativo do MAM que essa identidade política foi sendo forjada, a partir de relações de poder dentro de contextos conflituos e carregado de tensões com um poderoso setor econômico do país e, não raro, contra o próprio Estado. Nesse sentido, o atingido por mineração são todos aqueles que sofrem modificações nas suas condições de vida como consequência da implementação de empreendimentos minerários, independentemente de ser atingido direto ou indireto, sejam eles proprietários ou não, de áreas rurais ou urbanas, trabalhadores, entre outras tantas categorias sociais que são afetadas ou ameaçadas pelo setor mineral.

Já o segundo ponto a ser destacado tem a ver com o antagonista dos atingidos. As narrativas políticas e espaciais do MAM apresentadas neste tópico nos habilitam a fazer a seguinte leitura: quem oprime os atingidos por mineração são, de modo geral, projetos de desenvolvimento do setor mineral encabeçados por uma classe dominante no país e por empresas transnacionais, distribuídas em diversos locais. Nesse sentido, a espacialidade do MAM tem ligação direta com os locais de atuação destes projetos e empresas, mas não se limita a eles. Ou seja, ela se caracteriza pela existência dos empreendimentos minerários (minas, minerodutos, ferrovias, portos, etc.) e por campos de discursividades que debatem a ampliação e a intensificação da mineração no país. Ao mesmo tempo, incide em um debate público maior sobre o modelo mineral brasileiro, angariando apoio em diversos locais que, a princípio, não têm ligação direta com empreendimentos minerários.

O MAM, portanto, busca a consolidação de uma rede de apoio para construção de ações coletivas que incidam, sejam no impedimento

dos empreendimentos propriamente ditos, sejam no debate nacional a respeito do modelo mineral brasileiro. Com isso, ele tem conseguido articular lutas que são travadas em diversos pontos do território e um discurso unitário sobre o modelo mineral brasileiro. Além disso, o discurso sobre soberania mineral vai de encontro ao modelo que está em curso no Brasil, que permite que grandes empresas transnacionais explorem nossos recursos naturais em demasia e ao Estado cabe assegurar as condições políticas e institucionais para que esta exploração ocorra. Portanto, esta dimensão política do movimento possibilita o desenho no cenário nacional de novas geometrias do poder, conforme apontou Massey (2008).

8.2. Discurso e geometrias de poder dos atingidos por mineração no Brasil.

Após o processo de formação inicial e de construção de suas pautas políticas, o MAM passou a “marcar presença” no debate sobre a questão mineral brasileira no Congresso Nacional e em diversos locais do país onde existem conflitos envolvendo a mineração. No seu percurso formativo algumas organizações sociais se afastaram e outras passaram a interagir com o movimento. Atualmente, representantes de 10 estados brasileiros estão articulados ao discurso do MAM, a saber: Pará, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia, Goiás, São Paulo, Espírito Santo e Distrito Federal.

Neles, diversas organizações sociais de contestação a empreendimentos minerários estabeleceram cadeias de equivalências para fomentar um debate sobre o modelo mineral brasileiro. Elas estão presentes nos seguintes municípios: Marabá, Parauapebas, Santarém e Canaã dos Carajás (PA); Viçosa, Muriaé, Miradouro, Paula Cândido, Presidente Bernardes, Mariana, Ouro Preto, Morro do Pilar, Conceição do Mato Dentro e Belo Horizonte (MG); Santa Quitéria (CE); Paulistana (PI); Caetitê, Itagibá e Santa Luz (BA); Catalão, Ouvidor e Niquelândia (GO); Colatina e Baixo Guandu (ES); além da secretaria nacional do movimento que fica em São Paulo (SP) e da sua secretaria de comunicação em Brasília (DF). Existem também ações do MAM articuladas a outros movimentos sociais em âmbito internacional, particularmente com a África do Sul, Guatemala, Canadá, Peru e Chile. Em todos estes locais, circulam, em maior ou menor grau, informações, pessoas e recursos que fomentam um debate e mobilizações sociais de contestação da atividade de mineração.

Assim, a espacialidade do MAM é uma tentativa de grafar as redes de associações deste movimento social a partir da identificação dos seus espaços de dependências (entendidos como os locais onde ele possui articulação política e ações de contestação de empreendimentos minerários) e dos espaços de engajamento (estes sendo aqueles espaços onde são realizadas campanhas, articulações discursivas e trocas de experiências entre movimentos e atingidos por mineração de forma geral), nos quais circulam, entre diversas escalas geográficas e com diferentes intensidades, pessoas, informações e recursos.

A espacialidade do movimento em questão, portanto, não tem a ver única e exclusivamente com sua atuação nos territórios onde há empreendimentos minerário. Ou seja, a espacialidade, nos termos que estamos discutindo na tese, não se trata da soma aritmética dos diversos locais impactos ou ameaçados por mineração e nos quais há atuação do MAM, ela tem relação com a articulação discursiva deste movimento e sua presença no espaço, seja através do território no sentido mais tradicional (zona), seja a partir das redes que ele estabelece com outras organizações sociais. Nestes termos, a espacialidade do MAM tem duplo objetivo: i) possibilitar a visibilização das geometrias de poder envoltas na questão mineral brasileira e, com isso, uma intensificação das ações coletivas nos locais onde ocorrem conflitos envolvendo mineração; e ii) uma articulação discursiva mais extensiva, ampliando o alcance de sua ação política em termos escalares, ora mais locais, ora mais globais.

Os espaços de dependência dizem respeito aos locais onde o MAM, de alguma forma, já possui inserção. São municípios que vivenciam as contradições do modelo mineral brasileiro e, por isso, passam a articular-se discursivamente com a pauta política deste movimento. Neles, o MAM tem feito uma série de ações para intensificar as mobilizações sociais e o debate a respeito do modelo mineral brasileiro (a exemplo do I Encontro Estadual de Atingidos por Mineração do Ceará, realizado em 2016; e de intercâmbios entre militantes de diferentes áreas do Pará, Goiás, Bahia e Ceará em áreas que estão construindo ações de resistência a empreendimentos minerários no estado de Minas Gerais, realizado em 2017). E embora o MAM tenha sido criado no estado do Pará, o que importa não é a sua datação e localização geográfica, mas os fluxos que foram sendo construídos desde sua emergência.

É claro que a intensidade dos fluxos varia, mas importa dizer que eles estão possibilitando a circulação de pessoas, informações e recursos para intensificar um debate sobre o modelo mineral brasileiro. Ou seja,

eles estão engendrando novas geometrias de poder possibilitando o encontro de distintas trajetórias sociais.

No âmbito internacional, o MAM tem estabelecido articulações discursivas com alguns países que têm a mineração como um dos grandes desafios políticos. Entre eles, circulam, em intensidades e grau diferenciados, informações e pessoas. Com isso, o MAM pretende construir uma pauta internacional de atuação, que começa a ser delineada de forma mais concreta entre Brasil, Chile e África do Sul, países em que o movimento já realizou intercâmbio e parcerias que permitiram o encontro de atingidos de diferentes nacionalidades.

Já no que tange à sua identidade política, de acordo com as análises documentais, pode-se dizer que ela é baseada nos seguintes aspectos: concepção (que engloba os objetivos, as bandeiras de luta e a composição social do movimento); e orientações gerais, linhas de atuação e estrutura organizativa.

Quanto à concepção do movimento, o quadro 9 sintetiza os pressupostos evidenciados no “Documento Base do MAM” (MAM, s/d). Nele é possível perceber que cumpre papel primordial: mobilizar a opinião pública contra o modelo de exploração mineral brasileiro; defender direitos dos atingidos; construir uma proposta alternativa para o setor mineral⁹¹; e articular no âmbito internacional uma pauta de atuação. E suas bandeiras de luta são: contra o saque dos recursos minerais brasileiros por empresas estrangeiras; defesa intransigente dos direitos das populações afetadas por empreendimentos minerários; construir territórios livres da atividade mineral; reacender a discussão sobre o processo de privatização da empresa Vale; debater mudanças nos critérios, taxas e royalties da mineração; fim da lei Kandir que dispõe sobre isenção de impostos para produtos e serviços destinados à exportação; e a conquista de terras para reassentamento de famílias expropriadas, sem perdas econômicas e sociais.

⁹¹ Segundo Silva e Andrade (2016), a reflexão sobre propostas alternativas ao modelo mineral brasileiro passa por três eixos, a saber: controle e governança do ritmo da exploração mineral no qual se pense as necessidades reais e um projeto de país, e não apenas o lucro de poucas empresas; delimitação de áreas livres da atividade da mineração, considerando outros usos possíveis do território (restrições significa dizer que não se pode minerar em todo e qualquer lugar, e que outras vivências do espaço são possíveis, inclusive outras experiências econômicas de geração de renda e emprego, para além do determinismo da mineração); e direito de consulta, consentimento e veto das comunidades locais afetadas pelas atividades mineradoras.

A composição social do MAM engloba pessoas diretamente atingidas ou ameaçadas por empreendimentos minerários, trabalhadores da mineração, garimpeiros, sindicatos, movimentos ambientalistas em geral e entidades e instituições de apoio e assessoria, tais como ONG's, universidades e institutos de pesquisa.

O quadro 10, construído a partir da análise do documento “Linhas Políticas de Atuação do MAM 2015-2016”, nos possibilita entender quais em campos de enfrentamento o movimento se faz presente e quais as suas orientações políticas gerais. Ele mostra que, em termos espaciais, deve-se priorizar o trabalho de base em distintos locais que vivenciam conflitos com o setor mineral, a organização coletiva para a contestação, a realização de AP's como forma de ampliação discursiva, a construção de planos de formação de militantes, a realização de encontros estaduais, regionais e nacionais e a viabilização de uma articulação internacional. Nesse sentido, a nosso ver, a dimensão espacial de atuação política do movimento é diversa, ora se restringindo ao âmbito local ora se expandindo para o nacional e até internacional.

Já no que diz respeito aos campos de discursividade, as linhas políticas do movimento delineadas no quadro 10 deixam eles evidentes, a saber: autonomia de partidos políticos, governos, instituições e empresas; plenária nacional sobre reforma política; Congresso Nacional a partir de articulações discursivas contestatórias do NMM; escolas e espaços de educação formal e não formal; e no âmbito jurídico, prestando assessoria às populações atingidas.

Por fim, sua estrutura organizativa também revela como a dimensão espacial faz parte da construção identitária do MAM. Ela evidencia que, além das bases, importa organizar comissões estaduais dos atingidos por mineração, mapear regiões de atuação, construir uma coordenação nacional com representantes de estados com algum tipo de atividade ligada à mineração.

Os dados apresentados nesse tópico evidenciam que o MAM emerge de uma acumulação de experiências de espoliação e exploração do setor mineral no Brasil, em especial das lutas empreendidas na Amazônia. Foi no Pará que houve a primeira identificação política com a categoria atingido por mineração, seja pelos trabalhadores do setor, seja por povos e comunidades tradicionais ou por agricultores. No entanto, mesmo que esse processo de identificação política tenha sido datado e localizado inicialmente numa região brasileira, o entendimento dos objetivos do movimento mostra que ele não é localista, mas que pretende incidir no processo político brasileiro de maneira geral, especialmente naqueles que têm a ver com as destinações e apoderações

dos recursos naturais. Isso mostra que o MAM foi construído (i) a partir de identificações sociais entre diversas categoriais (trabalhadores, quilombolas, agricultores, indígenas, etc.), (ii) possui um elemento antagônico comum e (iii) projeto político definido a longo prazo.

O capítulo mostrou que, nos últimos anos, ampliaram-se os territórios minerados no país, impulsionando dinâmicas contestatórias e de mobilizações sociais. Em meio a este contexto, não era de se estranhar que em vários locais no Brasil se multiplicassem as notícias, os conflitos e as ações coletivas de resistência à mineração, em muitos casos intensos e violentos, e que eles encontrassem um determinado discurso em comum. O MAM, nesse sentido, cumpriu papel importante, articulando diversas categoriais sociais e territórios sob a insígnia do atingido por mineração e engendrou novas geometrias de poder no que se refere ao debate sobre o modelo mineral brasileiro.

Quadro 9. Concepção do MAM quanto aos seus objetivos, bandeiras de luta e composição social.

Objetivos	Bandeiras de Luta	Composição Social
Mobilizar-se contra o atual modelo de exploração mineral;	Contra o saque dos recursos minerais brasileiros por empresas estrangeiras;	Famílias atingidas ou ameaçadas por empreendimentos minerários no país;
Defender os direitos das populações atingidas por mineração;	Defesa intransigente dos direitos dos atingidos por mineração;	Trabalhadores do setor mineral brasileiro;
Construir uma proposta alternativa sobre o modelo de exploração mineral brasileiro;	Pela construção de territórios livres da exploração mineral no país;	Garimpeiros;
Articular com movimentos semelhantes a nível internacional;	Pela reestatização da empresa Vale;	Sindicatos de trabalhadores da mineração e da indústria de transformação;
	Por mudanças nos critérios, taxas e royalties da mineração;	Movimentos ambientalistas;
	Pela revogação da lei Kandir ⁹² ;	Entidades que atuam junto a populações atingidas (ONG's, universidades, institutos de pesquisa, etc.).
	Pelo direito dos atingidos em receber áreas equivalentes de seu território em outra localidade, sem perdas econômicas e sociais.	

Fonte: Organizado pelo autor com base no Documento base do MAM (MAM, s/a).

⁹² A Lei Kandir, ou lei complementar nº87/96 de autoria do ex-deputado federal Antônio Kandir, dispõe sobre a isenção de impostos (ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) estaduais e do distrito federal a empresas nas operações relativas à circulação de mercadorias e serviços destinados à exportação.

Quadro 10. MAM: orientações gerais, linhas políticas de atuação e estrutura organizativa.

Orientações Gerais	Linhas Políticas	Estrutura Organizativa
Priorizar o trabalho de base com as populações atingidas;	Ser um movimento autônomo em relação aos partidos políticos, governos, instituições e empresas;	Organizar comitês de base, por minas ou regiões;
Organização popular na forma de comissões representativas para coordenar processos de articulação e resistências;	Mapear regiões prioritárias para atuação junto a populações atingidas por mineração;	Organizar comissões estaduais;
Envolver e potencializar a participação da juventude;	Territorializar nacionalmente o MAM;	Divisão em três grandes regionais: Amazônia, nordeste e sudeste;
Realizar assembleias populares a nível local;	Participar da plenária nacional sobre a reforma política;	Construir uma coordenação nacional com representantes de todos os estados com atividades de mineração;
Construir um plano de formação de militantes;	Participar da coalização de entidades e movimentos por mudanças no código de mineração de acordo com os interesses dos trabalhadores e da nação;	
Realizar encontros estaduais, regionais e nacionais;	Produção de materiais didáticos em diferentes níveis, para a base e para a sociedade;	
Viabilizar uma articulação internacional, em especial, na América Latina.	Assessoria jurídica para os casos em que exista espaços de luta judicial contra empresas e suas injustiças.	

Fonte: organizado pelo autor com base no documento “Linhas Políticas de Atuação do MAM 2015-2017 (MAM, s/d).

Assim, esse movimento se apresenta como um dos principais atores coletivos em um determinado campo de discursividade, e embora ele congrege uma diversidade de identidades envolta sob o manto do atingido por mineração e dialogue com outras articulações contestatórias desta atividade, sua tarefa principal reside em conseguir manter uma articulação discursiva que assuma uma separação, sempre que possível e necessário, entre distintos elementos em um dado momento. Ou seja, a identidade política do atingido por mineração no Brasil, anunciada através do MAM, deixa de ser construída exclusivamente pela sua inserção nas relações de produção do setor mineral e torna-se uma articulação, precária e contingente, que abarca, em maior ou menor grau, uma diversidade de categorias sociais, sejam elas representativas de trabalhadores do setor mineral ou de quilombolas, indígenas, ribeirinhos, agricultores, etc. E, a nosso ver, esta prática articulatória se coloca como um processo de construção hegemônica discursiva, tal como apontaram Laclau e Mouffe (2015).

A hegemonia proporcionada pelo MAM em um campo de discursividade relativo à mineração no país não pode ser vista unicamente como exaltação da diferença. Antes, sua construção exige uma identificação comum que passa por aquilo que é exterior à diversidade de “vozes” articulados pelo movimento, isto é, por um antagonista. A unidade entre os sujeitos que adentram nessa articulação discursiva não expressa, portanto, uma integração comum subjacente a uma única esfera da opressão causada pelo setor mineral (embora em determinado momento isso possa ocorrer), mas uma construção diversa a partir de distintas lutas políticas e espaciais e com diferentes demandas. Com isso, a arena da emergência da hegemonia do MAM no que tange ao campo de discursividade da mineração no Brasil é o das práticas articulatórias engendradas pelo movimento, seja entre categorias sociais diversas, seja entre territórios impactados ou ameaçados por empresas mineradoras. Nestes, os diferentes elementos articulados em torno do discurso proferido pelo MAM não são cristalizados em um momento específico, pelo contrário, são dinâmicos e contingentes.

A identidade política e espacialidade do MAM, portanto, são baseadas em um discurso construído através de práticas articulatórias que constitui e organiza as relações sociais e, com isso, sua hegemonia em um campo de discursividade é um tipo de relação política por excelência. Além disso, podemos afirmar que suas práticas articulatórias têm destaque não apenas no interior de determinados campos de discursividade, mas também entre territórios de alguma maneira

afetados por atividades minerárias. Isto é, a partir do estabelecimento de cadeias de equivalências o MAM se torna uma formação discursiva presente em diferentes pontos do espaço geográfico, possibilitando uma redefinição contínua das geometrias de poder relativas à mineração no Brasil e, assim, de sua própria espacialidade. Portanto, sua hegemonia implica, ao mesmo tempo, dominar as regras estabelecidas em um campo de discursividade e organizar as diferenças entre as demandas articuladas pelo MAM em distintos locais do país, construindo motes de fixação parcial de sentidos discursivos.

Existe uma tensão em torno de elementos políticos e espaciais que o setor mineral se apodera para dominar um grupo de pessoas e recursos naturais, mas o que o MAM pauta em suas discussões é que este processo de dominação está intimamente relacionado com o de resistência. Em outras palavras, podemos dizer que, cada vez que o setor mineral se territorializa, resistências formam-se e são nelas que estão o potencial crítico para se pensar a atividade de mineração no Brasil como um processo soberano e nacional. O desafio, portanto, está relacionado com o saber-agir entre as frestas de um projeto dominante para o território e, com isso, construir geometrias de poder baseadas em articulações discursivas de contestação.

No contexto de articulação discursiva propiciada pelo MAM, algumas vezes, as ações coletivas contestatórias à mineração tiveram sucesso (vide o caso da Campanha pelas Águas descrito no capítulo 7), o que acabou por se tornar uma ameaça à continuidade dos empreendimentos e uma preocupação permanente para as empresas do setor, sobretudo as transnacionais. Uma demonstração disso é o fato de a empresa de consultoria internacional na área de mineração *Ernest & Young* apontar causas que colocam em risco a expansão dos negócios do setor mineral nos próximos anos e, entre elas, destacou a licença social, entendida como

“(…) o aumento do ativismo de partes interessadas e políticos digitalmente conectados que precisam responder a um consenso geral. Novos desafios à mineração surgem com isso e também podem se transformar em outros problemas. As partes interessadas estão ficando mais espertas, enquanto que o sentimento antiminação continua a proliferar em um contexto de comunidade e de preocupações com as alterações climáticas” (ERNEST & YOUNG, 2014: p. 7).

Pode-se citar também a criação, especialmente por parte da empresa Vale, de um “Departamento de Segurança Empresarial”, uma verdadeira profissionalização das milícias desta empresa responsável por realizar ações de espionagem e repressão de movimentos sociais de contestação⁹³.

Acreditamos que um bom ponto de partida para pesquisas posteriores, pensando a respeito dos processos mobilizatórios e especialmente os envoltos na questão mineral brasileira, e se eles têm tido eficácia ou não, seja analisar a descrença nos que nos dominam, especial a da elite burguesa brasileira que assaltou o poder nos anos recentes. A indignação é grande diante das múltiplas opressões sofridas pelas mineradoras e pelo próprio Estado, o que pode potencializar ações coletivas direcionadas à questão mineral ou a outras questões pujantes atualmente no país.

Articular e (re)construir identidades e espacialidades de resistência é um dos desafios postos aos movimentos sociais brasileiros. Este processo (re)cria articulações em torno de um projeto territorial, baseado em redes de solidariedade, de trocas de informações, de intercâmbios de pessoas e também de recursos (políticos, econômicos e culturais). Com isso, identidades políticas e espacialidades também se modificam, e, a nosso ver, as análises realizadas nos dois últimos capítulos evidenciaram isso, particularmente no que diz respeito a movimentos sociais que atuam na questão mineral brasileira.

⁹³ Para detalhes sobre a ação de espionagem e de construção de milícias armadas pela empresa Vale, consultar reportagem no jornal “A Pública – agência de reportagem e jornalismo investigativo”, disponível em: <http://apublica.org/2013/09/abrindo-caixa-preta-da-seguranca-da-vale/>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema dos movimentos sociais se constituiu em um campo de estudos predominantemente desenvolvido e aprofundado pelas Ciências Sociais, em especial pela Sociologia Política. Por isso que, num primeiro momento do trabalho, consideramos importante resgatar as contribuições desta ciência no que tange às abordagens desse fenômeno e verificar como elas tem influenciado outros cientistas no debate. Não tivemos pretensão alguma em realizar uma síntese original, tão somente objetivamos mostrar que, desde a década de 1960, as propostas de análises sobre o tema se multiplicaram e novas perspectivas e locais de enunciação teórica emergiram.

Nos últimos anos, especialmente após intensas manifestações sociais que vem ocorrendo no Brasil e no mundo, novo interesse pela temática emerge, mas que ainda tem tido forte influência da Sociologia. Na verdade, é complicado analisar movimentos sociais sem um diálogo com sociólogos, dada a bagagem teórica, conceitual e metodológica que eles carregam. Entretanto, incorporar novos elementos analíticos é sempre muito bem-vindo e nossa trajetória geográfica nos induz a perceber que toda prática política e social está imersa em um componente espacial. Assim, da mesma forma, é difícil entender a emergência de mobilizações sociais e ações coletivas sem compreender o papel do espaço geográfico nesse processo, e foi por isso que o primeiro objetivo delineado nos conduziu a descobrir a geograficidade dos movimentos sociais, tentando entender porque o espaço importa para eles.

Ao identificar as tendências de análises geográficas sobre o tema encontramos debates que indicaram que o espaço geográfico não é mero receptáculo da ação coletiva, mas campo de disputa, luta, estratégia política e com significado cultural. A alteração de territórios e a criação de novos podem mudar as relações de poder. Com isso, percebemos que a luta dos movimentos sociais também é uma luta por “geografias”, ou seja, por formas de apropriações, representações e usos espaciais.

Mesmo que as propostas de análise dos movimentos sociais no âmbito da Geografia tenham entrado em cena tardiamente, elas têm dado grandes contribuições para os estudos a respeito da temática, inclusive subsidiando reflexões sociológicas, seja pela através da rubrica do território, seja com o conceito de escala geográfica. Tal como argumentamos na primeira parte da tese, os geógrafos se aproximaram do debate a respeito dos movimentos sociais com o apoio das teorias

sociológicas, porém, recentemente os sociólogos têm se apossado dos “debates espaciais” para ampliar suas propostas analíticas. Isso se configura como uma via de mão dupla com grande potencial de ampliar a teoria sócio-espacial crítica e o diálogo interdisciplinar.

Em maior ou menor grau, esse percurso analítico revelou que na segunda metade do século XX a tradição marxista deixou de ter tanta influência no que tange às análises dos movimentos sociais e, nesse contexto, outras abordagens teóricas começaram a despontar. Partindo desta constatação, direcionamos nossas argumentações para compreender como estas propostas tem construído suas críticas e suas proposições e, para isso, destacamos a perspectiva pós-estruturalista.

Laclau e Mouffe (2015) nos forneceram subsídios teóricos, conceituais e políticos para alargar a compreensão das ações coletivas. Mais do que isso, suas contribuições, quando aliadas às de Massey (2008), nos deram pistas para pensar a respeito da contribuição do espaço geográfico na constituição do social e do campo político. O diálogo entre estes autores se mostrou profícuo na medida em que nos habilitou a propor um caminho metodológico para apreender as ações coletivas contemporâneas. Foi assim que lançamos mão da ideia de articulação sócio-espacial dos movimentos sociais.

Essa ideia, mesmo sendo incipiente e passível de aperfeiçoamento, foi um guia para ler a constituição da espacialidade e identidade política de movimentos sociais no Brasil. O ponto de partida foi a perspectiva de que o espaço e as relações sociais são indissociáveis e que não há exterioridade entre eles. Analisar o espaço geográfico significa identificar e apreender as relações sociais e de poder que instituem leis e normas, produzem subjetividades e ordenam a produção material do substrato espacial. Em síntese, procuramos desvendar com esta compreensão as relações de poder que instituem uma determinada organização sócio-espacial e quais os conflitos ou cooperações elas tornam possíveis.

Os elementos teóricos e conceituais considerados nos guiaram para uma abordagem que entende o espaço enquanto carregado de simbologias e referências identitárias, como instrumento organizacional de determinados grupos sociais, como substrato material que visibiliza problemas e referencia demandas, como multiescalar e como representação social passível de ser cartografado.

Essa argumentação, por sua vez, nos conduziu a apontar a necessidade de uma abertura nas perspectivas teóricas e conceituais a respeito da temática em tela. E foi com esta orientação que definimos articulação sócio-espacial dos movimentos sociais.

Entretanto, para além de um instrumento heurístico, essa ideia nos habilitou a vivenciar as dinâmicas de poder das ações coletivas e suas extensões espaciais e temporais. Em outras palavras, o que ela permitiu foi: i) pensar as práticas espaciais dos movimentos sociais; ii) compreender a construção geográfica da ação coletiva e suas implicações para as mobilizações; iii) apreender as redes de associações e a construção das escalas de intervenção dos movimentos sociais; e iv) identificar a relação entre espaço e identidade política.

As possibilidades analíticas que o percurso investigativo engendrou nos pareceram importantes para um campo de estudo em processo de consolidação, particularmente no âmbito da Geografia brasileira. Elas não intencionaram assumir uma postura avaliativa ou prescritiva em relação aos movimentos sociais, mas sim desenvolver modelos analíticos capazes de apreender as condições e os mecanismos explicativos dos processos observados. E avançar nesta direção é um dos desafios que nos colocamos para pesquisas posteriores, uma vez que a ideia de articulação sócio-espacial dos movimentos sociais nos habilita compreender diversas geometrias de poder em (re)construção.

Com essa orientação teórica, e de forma mais específica, demos conta de analisar a formação de ações coletivas de contestação da atividade de mineração no Brasil. Para isso, em um primeiro momento, foi necessário identificar o antagonista dos movimentos sociais que atuam na questão mineral brasileira. Assim, mostramos que as atividades extrativas no Brasil vêm se intensificando nos últimos anos e que esta intensificação revela a importância das reservas minerais nas estratégias de competição das empresas, fundamentalmente as transnacionais; dos sistemas de transporte de minério (ferrovias, portos e minerodutos), e do monopólio da produção mineral e sua concentração territorial em alguns estados.

Nesse contexto, mostramos que o Brasil é detentor de grandes reservas minerais como de nióbio, ferro e bauxita, figurando entre os principais produtores mundiais desses minerais. Alguns deles como, por exemplo, o ferro, possui centralidade para a economia do país, e o ritmo de sua extração está intimamente relacionado com as demandas do mercado mundial, mostrando sua relevância para a geopolítica de recursos naturais, principalmente em um cenário em que grandes consumidores, fundamentalmente da China e dos EUA, direcionam suas atenções para o Brasil.

Também foi visto que a política do governo de priorizar a ampliação de superávits na balança comercial, principalmente através das atividades de mineração, tem se desdobrado em processos

conflituosos. Nesse sentido, visibilizamos um projeto político e territorial que subalterniza e oprime determinadas categorias sociais. Ou seja, a mineração no Brasil afeta significativamente povos e comunidades tradicionais, agricultores, ribeirinhos e trabalhadores do setor; e que este projeto não se caracteriza exclusivamente pelas minas, mas por toda uma gama de empreendimentos de infraestrutura que pode ser caracterizado como um grande Complexo Minerário e Industrial. Portanto, para se discutir o modelo mineral brasileiro é preciso colocar em pauta o debate sobre ordenamento territorial desta atividade como elemento antagônico primordial das populações atingidas pela mineração no Brasil, e as mudanças visibilizadas na política mineral no âmbito governamental mostram que tal projeto deve ser intensificado nos próximos anos.

Argumentamos também que o modelo mineral brasileiro está vinculado a uma ordem internacional, é intensivo em uso de recursos naturais e promove violações diversas de direitos sociais e ambientais. Nesse contexto, não era de se estranhar que houvesse a intensificação de conflitos, que, por um lado, denunciam as desigualdades ambientais da mineração e, por outro lado, apresentam possibilidades de criação de movimentos sociais e espaços de discussões sobre a questão mineral.

A Campanha pelas Águas e, com mais intensidade, o MAM são mobilizações sociais contestatórias da mineração que estão em construção no país e que são estabelecidas pelos atores sociais subalternizados e oprimidos pelo capital mineral de maneira geral, articulados em torno da identidade de atingido por mineração. Mas como esta identidade foi construída? Qual sua espacialidade? Estas foram algumas das perguntas que nos guiaram nas análises e que nos permitiram lançar a hipótese de trabalho.

As análises empíricas mostraram a necessidade de compreender os movimentos sociais através do espaço geográfico, este visto não apenas enquanto metáfora, mas como terreno específico no qual se manifestam relações de poder, sem se confundir com materialidade. Ou seja, movimentos sociais estabelecem espaços de resistências, (re)constróem políticas territoriais, usam o espaço como forma de mobilização e ampliação de sua área de atuação; movimentos sociais apoderam-se de símbolos e signos espaciais para confrontos políticos, recriam imaginários sociais a respeito de determinada contenda e, com isso, mobilizam diversas forças para a entrada em um conflito.

O elemento espacial na construção identitária da Campanha pelas Águas revelou que ele possibilita certa plasticidade à ação coletiva, sendo ora mais local, ora mais global. Assim, a nosso ver, isso revela

que movimentos sociais de enfrentamento à mineração no Brasil “jogam” com o território, seja numa perspectiva zona (em momentos estratégicos), seja com uma orientação mais reticular, vislumbrando um horizonte de luta a longo prazo em distintos pontos do espaço geográfico. A própria reformulação da Campanha pelas Águas de Viçosa para Campanha pelas Águas revelou isso.

O que estamos querendo dizer é que as análises sobre a trajetória de formação e atuação da Campanha pelas Águas mostram que nossa hipótese procede, já que o espaço é um conceito essencialmente político e o seu emprego nos estudos dos e pelos movimentos sociais possibilita desafiar e subverter o poder dominante e, com isso, engendrar resistências sociais em diversas escalas espaciais. Ou seja, uma perspectiva geográfica dos movimentos sociais ajuda a explicar os processos relativos à construção de geometrias de poder, no sentido apontado por Massey (2008).

Portanto, a importância de nossas análises mostra o potencial do espaço e da agência humana para interpretar, resistir e subverter processos dominantes engendrados pela acumulação capitalista. Isso nos parece importante para construir análises comparativas de movimentos sociais em pesquisas posteriores, levando em consideração o atual contexto político do país. Uma perspectiva espacial pode ajudar a entender não só as práticas políticas dos movimentos sociais, mas também a explicar por que e de que maneira elas emergem, e de onde, como e contra quem emergem.

Acreditamos que um movimento social estabelecido e com horizonte de luta definido a longo prazo é aquele capaz de construir sua identidade política a partir de suas necessidades e utopia. Isto é, a reflexão desenvolvida nesta tese mostra que movimentos sociais, em especial os atuantes nas questões relativas à mineração, não são meros agentes instrumentais que são estabelecidos para resolver problemas pontuais decorrentes da má distribuição de recursos (sejam eles políticos, econômicos, ambientais, etc.) via participação em projetos ou via sua institucionalização. Sua importância reside menos em ocupar espaços nas instituições públicas e mais em possibilitar democratizar o debate a respeito de uma determinada problemática junto à sociedade para, com isso, se ter controle efetivo e inverter as prioridades dos governos no que se refere aos recursos em disputa. E foi assim, para o esclarecimento desta complexa trama ao mesmo tempo social, espacial, política e ambiental, que nossas análises sobre o MAM foram direcionadas.

O Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) articula diversas categoriais sociais e territórios sob a insígnia do atingido por mineração e acaba por engendrar novas geometrias de poder no que se refere ao debate sobre o modelo mineral brasileiro. Assim, este movimento vem se espacializando e construindo sua identidade política, seja nas áreas com atividade minerárias propriamente ditas, seja nos espaços institucionais de debates sobre legislação minerária ou correlatas a ela. E isso não é feito de maneira isolada, mas em diálogo permanente com outros setores da sociedade civil, a exemplo do Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Atingidos por Barragens. É a articulação política que possibilita a construção do discurso do MAM, mesmo que em determinados momentos todos estes movimentos sociais pareçam uma única voz em um campo de discursividade.

Por fim, cabe destacar que esse trabalho nos provocou a construir “novos imaginários geográficos”, para usar os termos de Massey (2008), através dos quais novas representações espaciais foram possíveis e nos quais recortes e ordenamentos territoriais foram questionados. Não há projeto para o espaço geográfico que impeça o aparecimento do novo, de outros projetos políticos; assim, cabe a nós refletir e interrogar “o dado”, o inquestionável, o impensável, as resistências.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.
- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004a. p. 13 - 35.
- ACSELRAD, H., Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H; PÁDUA, J. A; HERCULANO, S. (orgs.). **Justiça ambiental e cidadania.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004b. p. 23 - 39.
- ACSELRAD, H; *et. al.* Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **E-cadernos ces**, nº 17, 2012. Disponível em: <http://eces.revues.org/1138#quotation>. Acessado em 12 de agosto de 2016.
- ALONSO, A. Teoria dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova.** São Paulo, nº 76. 2009. p. 49-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03>. Acessado em 12 de maio de 2015.
- ANDERSON, B. *et. al.* On assemblage and geography. **Dialogues in humam geography.** v.2, nº2, 2012. p. 171-189. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2043820612449261>. Acessado em: 03 de março de 2016.
- ANDERSON, B; MACFARLENE, C. Assemblage and geography. **AREA**, v.43, nº2. 2011. p. 124-127.
- ANDRADE, M. C. de. **Lutas camponesas no nordeste.** São Paulo: Ática, 1986.

ANTONGIOVANNI, L. L. **Território como Abrigo e Território como Recurso:** territorialidades em tensão e projetos insurgentes no norte do Espírito Santo. 2006. 173 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. **Relatório sobre os impactos socioambientais do mineroduto da Ferrous na microrregião de Viçosa-MG.** Seção Local Viçosa, Viçosa - MG, 2012. 56f. Disponível em: http://www.agb.org.br/2012/documentos/2012/relatorio_AGB_ferrous.pdf. Acesso em: 12 de março de 2103.

BARCELOS, E. *et. al.* Caravana territorial da bacia do rio Doce: mineração e territorialidades em tensão. **Revista Terra Livre**, v. 2, n. 43, 2014. p. 225-266. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/686/563>. Acessado em 08 de maio de 2017.

BEBBINGTON, A. La sostenibilidad social de los recursos rurales: apreciaciones a partir de los conflictos mineros en Latinoamérica. **Debate agrario**, v. 42, p. 31-78, 2007. Disponível em: http://hummedia.manchester.ac.uk/schools/seed/andes/publications/papers/Bebbington_DebateAgrario.pdf. Acessado em 12 de janeiro de 2017.

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia:** a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BITETI, M. de O. **O em-si-para-o-outro-para-si:** o ôntico e o ontológico como dimensões do ser geográfico. 197f. Tese (Doutorado em Geografia) Niterói-RJ, UFF, 2014.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas:** o que falar quer dizer. 2º Ed., 1º reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, P. O. **Poder Simbólico.** 2º Ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

BRANDÃO, C. R. A participação da pesquisa no trabalho popular. In, BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a. p.221-252.

BRANDÃO, C. R. Pesquisar-participar. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. 7º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.9-16.

BRANDT MEIO AMBIENTE. **ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) MINERODUTO FERROUS MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO**. Parte 4. Diagnóstico ambiental do meio socioeconômico, 2010. Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br>. Acessado em: 20 de abril de 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Código de ética e decoro parlamentar da Câmara dos Deputados**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/eticaedecoro/arquivos/Codigo%20de%20Etica%20da%20CD.pdf>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

BRASIL. **Código de Minas**. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227.htm. Acessado em 14 de abril de 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei 5.807 de 2013 Dispõe sobre a atividade de mineração, criação do Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração – ANM e dá outras providências**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=34E76E6440E5A29D65F843EAD4EC33C3.proposicoesWebExterno1?codteor=1101841&filename=PL+5807/2013. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. **Substitutivo ao Projeto de Lei 5.807 de 2013 que dispõe sobre a atividade de mineração, criação do Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração – ANM e dá outras providências**. Brasília, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental**, 1997. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>. Acessado em 12 de abril de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. p.292. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 14 de abril de 2016.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Anuário Mineral Brasileiro - principais substâncias metálicas**. 2016. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/dnpm/paginas/anuario-mineral/arquivos/dnpm_amb_2016_metalicos. Acessado em 12 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional da Mineração – 2030**. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1732821/Book_PNM_2030_2.pdf/f7cc76c1-2d3b-4490-9d45-d725801c3522. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Sumário Mineral**, 2009. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/colecoes/colecao-de-sumarios-sumario-mineral>. Acessado em 15 de agosto de 2016.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Sumário Mineral**, 2010. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/colecoes/colecao-de-sumarios-sumario-mineral>. Acessado em 15 de agosto de 2016.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Sumário Mineral**, 2011. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/colecoes/colecao-de-sumarios-sumario-mineral>. Acessado em 15 de agosto de 2016.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Sumário Mineral**, 2012. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/colecoes/colecao-de-sumarios-sumario-mineral>. Acessado em 15 de agosto de 2016.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Sumário Mineral**, 2013. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/colecoes/colecao-de-sumarios-sumario-mineral>. Acessado em 15 de agosto de 2016.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Sumário Mineral**, 2014. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/colecoes/colecao-de-sumarios-sumario-mineral>. Acessado em 15 de agosto de 2016.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Sumário Mineral**, 2015. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/colecoes/colecao-de-sumarios-sumario-mineral>. Acessado em 15 de agosto de 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Projeto de desenvolvimento integrado da região norte**. Brasília: Universa, 1997.

BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acessado em 12 de agosto de 2015.

BRINGEL, B. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 16, 2010. p. 185-215. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/122>. Acessado em 12 de agosto de 2015.

BRINGEL, B. O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 27, n. 2, p. 35-49, 2007. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4785819>. Acessado em: 27 de julho de 2015.

BRUCKMANN, M. **Ou inventamos ou erramos: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico**. 2011. 470 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2011.

BURITY, J. Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau. In: GUEDES, M. A. **Política e contemporaneidade no Brasil**. Recife, Bagaço, 1997. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/Nabuco/joan7.rtf>. Acessado em: 25 de abril de 2014.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARNEIRO, E. J. Atividades minerárias e conflitos ambientais e territoriais em Minas Gerais, Brasil: trajetória histórica. In: ZHOURI, A;

BOLADOS, P; CASTRO, E. (Orgs.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016. p. 255-277.

CARNEIRO, P. A. S; MATOS, R. E. L. Geografia Histórica da Ocupação da Zona da Mata Mineira: acerca do mito das “áreas proibidas.” **Anais do Seminário de Diamantina**, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ralfo_Matos/publication/228385125_GEOGRAFIA_HISTORICA_DA_OCUPACAO_DA_ZONA_DA_MATA_MINEIRA_ACERCA_DO_MITO_DAS_AREAS_PROIBIDAS/links/56267cff08aedae57dc61eb.pdf. Acessado em 20 de janeiro de 2017.

CARVALHO, J. M. de. Uma instituição inovadora: a Escola de Minas de Ouro Preto. **Revista Brasileira de Inovação**. Campinas-SP, n. 14, vol.2; jul/dez, 2015. p. 443-450. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/rbi/article/view/1444/775>. Acesso em 16 de agosto de 2016.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. 5º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: CASTRO; I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 8ºEd, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 117-140.

CASTRO, S. O.; MILANEZ, B. **O Novo Código da Mineração: convergências e divergências**. Relatório preliminar. Juiz de Fora: Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade, 2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/mineracaoqi/>. Acessado em 25 de janeiro de 2015.

CHRYSOSTOMO, M. I. de J; SANTOS, H. M. G. Política territorial nos sertões dos índios, século XIX. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**. 2016. p. 55-71. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273645302006>. Acessado em 20 de janeiro de 2017.

COELHO, T. P. Projeto grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. In: ZONTA, M; TROCATE, C. (Orgs.) **A Questão Mineral no Brasil**. Vol. 1. Marabá: Iguana, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo – Brasil 2015**. Goiânia-GO: CPT Nacional, 2015.

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO. **Nota do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração às audiências públicas que debatem a proposta do novo código**. Brasília, 09 de set. 2013. Disponível em: <http://www.eaacone.org/news/nota-do-comit%C3%AA-nacional-em-defesa-dos-territorios-frente-%C3%A0-minera%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0s-audi%C3%Aancias-publicas-que-debatem-o-a-proposta-de-novo-codigo/>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

CORONADO, J. P; UC, P. As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise. In: GOHN, M. da G; BRINGEL, B. M. (ORGs.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010. p. 77-94.

CORREA, R. L. Dimensões de análises das redes geográficas. In: CORRÊA, R. L. (Org.) **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 107-118.

COX, K. Spaces of dependence, spaces of engagement and politics of scale, or: looking for local politics. **Political Geography**, Vol. 17, Nº 1, 1998. p. 1-23.

DERRIDA, J; ROUDINESCO, E. **De que amanhã . . . diálogos**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

DIANI, M. The concept of social movement. **The sociological review**, v. 40, n. 1, 1992. p. 1-25. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-954X.1992.tb02943.x/abstract>. Acessado em: 02 de maio de 2015.

DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C; SILVEIRA, L. L. da (Orgs). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 11-28.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO; I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 8ªEd, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 141-164.

DINERSTEIN, A. The battle of Buenos Aires: crisis, insurrection and the reinvention of politics in Argentina. **Historical Materialism** vol. 10, n.4. 2002. p. 5-38. Disponível em: <https://link.springer.com/10.1163%2F15692060260474350?LI=true>. Acessado em 12 fevereiro de 2017.

ELOY, C. Mineração recebe investimentos de US\$ 57 bi até 2015. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 17 de abr. de 2010. Disponível em: <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2010/04/17/mineracao-recebe-investimentos-de-us-57-bi-ate-2015/>. Acessado em 17 de janeiro de 2017.

ERNEST & YOUNG. **Riscos de negócios voltados para mineração e metais 2013 a 2014**, 2014. Disponível em: [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-Business_risks_in_mining_and_metals_-_Portuguese/\\$FILE/EY-Business_risks_in_mining_and_metals_Portuguese.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-Business_risks_in_mining_and_metals_-_Portuguese/$FILE/EY-Business_risks_in_mining_and_metals_Portuguese.pdf). Acessado em 14 de abril de 2017.

FALS BORDA, O. **La ciencia y el pueblo**. Bogotá: Punta de Lanza, 1980.

FALS BORDA, O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado do papel da ciência na participação popular**. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa Participante. 7 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.42-62.)

FARIELO, D. Setor da mineração deve abrir nova fronteira de investimentos. **O Globo**. Brasília, 15 de set. 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/setor-de-mineracao-deve-abrir-nova-fronteira-de-investimentos-20114497>. Acessado em 16 de janeiro 2017.

FEATHERSTONE, D. On assemblage and articulation. **Area**, Royal Geographical Society (with the Institute of British Geographers), 2011. p. 21-30. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475->

4762.2011.01007.x/abstract?deniedAccessCustomisedMessage=&userIsAuthenticated=false. Acesso em 29 de julho de 2014.

FEATHERSTONE, D. Spatialities of transnational resistance to globalization: the maps of grievance of the inter-continental Caravan. **Transaction of the Institute of British Geographers**. 2003. p. 404-421.

FEATHERSTONE, D. Towards the relational construction of militant particularism: or why the geographies of the past struggles matter for resistance to neoliberal globalization. **Atipode**, 2005. 250-271.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra–MST: 1979–1999. Tese (Doutorado em Geografia) São Paulo, USP, 1999.

FERNANDES, B. M. Movimento Social como Categoria Geográfica. **Revista Terra Livre** nº 15. São Paulo: AGB, 2000. p. 59-85.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 6, 2005. p. 24-34.

FERNANDES, B. M; MARTIN, J. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, n. 11/12, 2004. p. 173-185. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18710>. Acessado em 12 de julho de 2015.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999. Versão 3.0. 1 CD-ROM.

FERREIRA, S. R. B. Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, povos originários e comunidades tradicionais no rio Doce. In: MILANEZ, B; LOSEKANN, C. (Orgs.) **Desastre no vale do rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 267-310.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 34-41.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 44° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2014.

GOHN, M. da G. Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: GOHN, M. da G; BRINGEL, B. M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010. p. 7-16.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10° Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GONÇALVES, C. W. P. A Territorialidade Seringueira-Geografia e Movimento Social. **GEOgraphia**, v. 1, n. 2, 2009. p. 67-88. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/19>. Acessado em 12 de janeiro de 2015.

GONÇALVES, C. W. P. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: IBAMA, 2003.

GONÇALVES, C. W. P. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVEZ, C. W. P. Apropriação da Natureza, Acumulação e Contra hegemonias nos Países do Sul. **Conferência de abertura do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Goiânia-GO, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KIKUzOwl3Po>. Acessado em 12 de abril de 2016.

GONÇALVEZ, C. W. P. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, Universidad Veracruzana, 2002. Disponível em:

<http://bbdo.no.sapo.pt/documentos/porto.pdf>. Acessado em: 2 de julho de 2015.

GRAMISC, A. **Introdução à filosofia da práxis**. São Paulo: Antídoto. 1978.

GROSSI, Y de S. **Mina de Morro Velho**: a extração do homem. Uma história da Experiência operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HAESBAERT, R. Apresentação. In: MASSEY, D. **Pelo espaço**. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 9-13.

HAESBAERT, R. Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. **Questões atuais da reorganização do território**, v. 2, 1996. p. 367-418

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, R. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 18, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/27063/14690>. Acessado em 12 de janeiro de 2016.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3ed., Petrópolis: Vozes, 1992.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Disponível em: http://faa.edu.br/portal/PDF/livros_eletronicos/psicologia/a_Identidade_Cultural_Da_Pos_Modernidade.pdf. Acesso em 13 de outubro de 2015.

HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. Cambridge: Oxford, 1996.

HOWARTH, D. Aplicando la Teoría del Discurso: el método de la articulación. **Studia Politicae**, nº5, Córdoba, 2005. p.37-88.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES ECONÔMICAS E SOCIAIS. **Código da mineração, urgência não!** Brasília, 4 de julho de 2013. Disponível em: <http://ibase.br/pt/noticias/codigo-mineracao-urgencia-nao/>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Apresentação no Congresso Internacional de Direito Minerário: áreas de interesses minerários e faixas de fronteiras**. 2010. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00000614.pdf>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Informações sobre a economia mineral brasileira 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00005836.pdf>. Acessado em 23 de janeiro de 2017.

JESSOP, B; BRENNER, N; JONES, M. Theorizing sociospatial relations. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 26. 2008. 390-401. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1068/d9107>. Acessado em: 12 de abril de 2015.

JORNAL EXAME. **Maioria dos investimentos chineses no Brasil é em metalurgia e mineração**. Rio de Janeiro, 14 abr. 2011. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/maioria-do-investimento-chines-no-brasil-e-em-metalurgia-e-mineracao/>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

JORNAL O TEMPO. **Um rastro de insatisfação: um mineroduto que passou em minha vida**. 2014. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cmlink/hotsites/especial-mineroduto>. Acessado em 12 de maio de 2015.

LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires, Nova Visión, 2000.

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. Tradução de Joanlido A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LACOSTE, Y. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, 1997.

LASCHEFSKI, K. Governança, neodesenvolvimentismo e autoritarismo difuso. In: ZHOURI, A; VALENCIO, N. (Orgs.). **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 243-276.

LASCHEFSKI, K. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, A. (org.) **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 21-60.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Blackwell: Oxford, 1991.

LEITNER, H; SHEPPARD, E; SZIARTO, K. M. The spatialities of contentious politics. **Transactions of the Institute of British Geographers**. 2008. p. 157-172. Disponível em:

LOPES, A. C. MENDONÇA, D. de; BURITY, J. A contribuição de Hegemonia e estratégia socialista para as ciências humanas e sociais. In: LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. Tradução de Joanlido A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015. p. 7-32.

LOSEKANN, C. A Política dos Afetados: os atores, os repertórios e os ideais nos recentes protestos ambientais na América Latina. **39º Encontro Anual da Anpocs**, 2015. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt14/9571-a-politica-dos-afetados-os-atores-os-repertorios-e-os-ideais-nos-recentes-protestos-ambientais-na-america-latina/file>. Acessado em 20 de novembro de 2016.

LOW, M. Spatial turn: para uma sociologia do espaço. **Tempo Social**, v. 25, n. 2, 2013.

MACFARLENE, C. Translocal assemblage: space, power and social movements. **GEOforum**, nº40, 2009. p. 561-567. Disponível em: www.elsevier.com/locate/geoforum. Acesso em 12 de outubro de 2015.

MALERBA, J. (Org.). Novo marco legal da mineração no Brasil: Para que? Para quem? 1ed. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2012, v. 1, p. 19-88. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/mineracaoqi/>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

MALERBA, J. ; MILANEZ, B. . **Um novo código mineral para quê?** Le Monde Diplomatique (Brasil), São Paulo, p. 22 – 23, 05 dez. 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/mineracaoqi/>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

MALERBA, J. Apresentação: áreas livres de mineração: por que e para quê? In: MALERBA, J. (Org.). **Diferentes formas de dizer não:** experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Rio de Janeiro: FASE. 2014. p. 9-18.

MARACCI, M. T. **Progresso da morte, progresso da vida:** reterritorialização conjunta dos Tupinikin e dos Guarani no processo de luta pela retomada de suas terras-territórios no Espírito Santo. Tese (Doutorado em Geografia), Niterói-RJ, UFF, 2008.

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagem de valoração. 1º Ed; 2º reimp. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, K. (1818-1883). **Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843.** Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2º Ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. O dezoito Brumário de Luís Bonaparte. **Obras escolhidas.** Vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d. (1852).

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, s.d. (1845).

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. **Obras escolhidas**. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d. (1848).

MASSEY, D. **Pelo espaço**. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. SP: Papirus, 2000, pp. 176-185.

MAZZETTO-SILVA, C. E. **Os cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão**. Tese (Doutorado em Geografia), Niterói-RJ, UFF, 2006.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**. Nº 17. São Paulo, 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451989000200004&script=sci_arttext. Acessado em: 12 de maio de 2015.

MENDONÇA, D. de. A noção de antagonismo na Ciência Política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da Teoria do Discurso. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, nº20, jan. 2003. p. 135-145. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a11>. Acessado em 08 de setembro de 2017.

MENDONÇA, D de. A condensação de um imaginário popular oposicionista num significante vazio: as “diretas já”. In: RODRIGUES, L. P; MENDONÇA, D. de. **Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2006. p. 146-178

MENDONÇA, D. de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº1, Brasília, jan/jul, 2009. p. 153-169.

MENDONÇA, D. de. Teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, nº43, vol. 3, set/dez, 2007. p. 249-258.

MILANEZ, B. LOSEKANN, C. Considerações finais: desafios para o Rio Doce e para o debate sobre o modelo mineral brasileiro. In:

MILANEZ, B. LOSEKANN, C. (Orgs.) **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. 1. ed. Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2016. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/desastre-do-rio-doce/>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

MILANEZ, B. **O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos**. In: MALERBA, J. (Org.). Novo marco legal da mineração no Brasil: Para que? Para quem? 1ed. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2012, v. 1, p. 19-88. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/mineracaoqi/>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Minería en Brasil: problemas, perspectivas y desafíos. In: Marco Antonio Gandarillas. (Org.). **Extractivismo: nuevos contextos de dominación y resistencias**. 1ed. Cochabamba: CEDIB, 2014, p. 133-154. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/mineracaoag/>. Acessado em 22 de junho de 2016.

MILANEZ, B; SANTOS, R. S. P. **A Rede Global de Produção (RPG) do minério de ferro**: empresas, Estado e agentes de contestação. In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013, Salvador. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013b. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/rgpferroaco/>. Acessado em 22 de junho de 2016.

MILANEZ, B; SANTOS, R.S.P. dos. **Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 10, p. 119-148, 2013a. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/mineracaoqi/>. Acessado em 22 de junho de 2016.

MILANEZ, B; *et. al.* Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale?BHP Billiton. In: ZONTA, M; TROCATE, C. (Orgs.). **A questão mineral no Brasil**. vol.2. Marabá: Editora Iguana, 2016.

MINAS GERAIS. Imprensa Oficial do Governo do Estado de Minas Gerais. Decreto de 20 de maio de 2010. **Declara de utilidade pública, para desapropriação, constituição de servidão administrativa e**

ocupação temporária, terrenos situados nos Municípios que menciona, necessários à construção do Mineroduto Ferrous, bem como de suas instalações complementares, e dá outras providências. 2010. Disponível em: <http://www.iof.mg.gov.br/index.php/?ultima-edicao.html>. Acessado em 31 de maio de 2017.

MINAS GERAIS. Ministério Público Estadual. 02ª Promotoria de justiça da comarca de Viçosa. **Procedimento Preparatório n.º MPMG-0713.12.000149-8. Dossiê Mineroduto Ferrous Resources Assunto: Violação de direitos humanos e ameaça a segurança de abastecimento de água em Viçosa. Representante: De ofício. Representado: Ferrous Resources do Brasil. Responsável pela instauração: Spencer dos Santos Ferreira Junior.** Município: Viçosa. Data de instauração: 10/05/2012.

MODENA, C. M; HELLER, L. Desastre da Samarco: aproximações iniciais. **Ciência e Cultura.** São Paulo, v. 68, n. 3. 2016. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 20 março de 2017. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300009>.

MOLINA, R. **A pesquisa-ação/investigação-ação no Brasil:** mapeamento da produção (1966-2002) e os indicadores internos da pesquisa-ação colaborativa. Tese (Doutorado em Educação) 1747f. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-25072007-150643/en.php>. Acessado em 28 de agosto de 2017.

MONTEIRO, M. de A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-207, abril, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100012&lng=en&nrm=iso. Acessado em 15 de agosto de 2016.

MONTEIRO, M. de A; COELHO, M. C. N. Mineração e entropia: notas sobre interação com processos de desenvolvimento. **Novos Cadernos NAEA,** Belém, v. 10, n. 1, p. 23-44, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/69/143>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**: estudo sobre sociedade e espaço. Vozes, 1985.

MOUFFE, C. Space, hegemony and radical critique. In: FEATHERSTONE, D; PAINTER, J. (Orgs). **Spatial politics**: essays for Doreen Massey. London: John Wiley & Sons Ltd. Published, 2013. p.21-31.

MOVIMENTO NACIONAL PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO. **Documento Básico**. s/a.

MOVIMENTO NACIONAL PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO. **Linhas políticas do MAM 2015-2016**. s/a.

NICHOLLS, W. Place, networks, space: theorizing the geographies of social movements. **Transactions of the Institute of British Geographers**. 2009. p. 78-93. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Walter_Nicholls/publication/229798896_Place_networks_space_Theorising_the_geographies_of_social_movements/links/02e7e52d564e968156000000.pdf. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

O QUE É A CAMPANHA PELAS ÁGUAS E CONTRA O MINERODUTO DA FERROUS. **BlogCampanhapelaságuas**, 2012. Disponível em: <http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br/search?updated-min=2012-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2012-08-28T10:03:00-07:00&max-results=14&start=9&by-date=false>. Acessado em 10 de outubro de 2016.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43. 2001. p. 185-206. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttext&tlnq=pt. Acessado em 20 de janeiro de 2017.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática. 1986.

OLIVEIRA, C. R. **Quem é quem nas discussões do novo código da mineração**. Comitê Nacional em defesa dos Territórios Frente à Mineração. Brasília, 2014. Disponível em: <http://ibase.br/pt/wp-content/uploads/2015/09/quem-e-quem-comite-2014.pdf>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

OLIVEIRA, M. P. de. O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania. In: SANTOS, M. *et. al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Niterói-RJ: Lamparina, 2007. p. 171-195.

ON LINE ETYMOLOGY DICTIONARY. **Assemblage**. Disponível em: <http://www.etymonline.com/index.php?term=epigraph>. Acesso em: 09 jun.2016.

ORIGÉLA, C. F. **Estudo comparativo da espacialização do MST no estado de São Paulo - 1990-2013**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Presidente Prudente-SP, UNESP, 2014.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

OSLENDER, U. Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una “espacialidad de resistência”. **Revista Scripta Nova**, vol. 6, nº 115, jun, 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-115.htm>. Acessado em 14 de março de 2017.

PEDON, N. R. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. Tese (Doutorado em Geografia), Presidente Prudente-SP, UNESP, 2009.

PEIXOTO, R. C. D. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v. 6, n. 3, dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222011000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 fev. 2017.

PENNA, P. C. V. Indústrias da mineração vão investir US\$ 64,8 bi no Brasil entre 2011 e 2015. **Folha de São Paulo**, 09 de fev. 2011. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0902201122.htm>.

Acessado em 15 de janeiro de 2017.

PINTO, C. Notas a propósito de Ernesto Laclau. **Revista de Ciências Sociais**, Montevideu, v. 15, 1999. p. 1999.

PINTO, M. S. Aspectos da história da mineração no Brasil Colonial. In: LINS, F. A. de F. (org). **Brasil 500 Anos: A construção do Brasil e da América Latina pela Mineração**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2000. p. 23-40. Disponível em:

http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/handle/cetem/692/500anos_BLOCO%20I.pdf?sequence=1. Acessado em: 16 de agosto de 2016.

PIZARRO, L. Ferrous desiste de licenciamento para mimeroduto. **O Tempo**. 11 de agosto de 2016. Disponível em:

<http://www.otempo.com.br/capa/economia/ferrous-desiste-de-licenciamento-para-mineroduto-1.1353332>. Acessado em 12 de junho de 2017.

POLETTO, E. R. A nova territorialidade dos movimentos sociais na América Latina: do ajuste neoliberal à construção de alternativas. **Anais do XII Encontro de Geógrafos da América Latina**, Montevideu, Uruguai, 2009. Disponível em:

<http://egal2009.easyplanners.info/area02/2141_Poletto_Emilio_Rafael.pdf>. Acesso em: 13 Maio 2015.

PRADO, M. A. M; COSTA, F. A. Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. **Sociedade e Estado**., Brasília , v. 26, n. 3. 2011. p. 685-720. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300013&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 20 março de 2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, J. R. A. Mineração no Brasil Pós-Colonial In: LINS, F. A. de F. (org). **Brasil 500 anos: a construção do Brasil e da América Latina pela mineração** -. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2000. p. 55-60. Disponível em:

http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/handle/cetem/692/500anos_BLOCO%20I.pdf?sequence=1. Acessado em: 16 de agosto de 2016.

REUTERS, D. L. Investimentos em mineração no Brasil alcançará US\$ 62 bi até 2014. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 de ago. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,investimento-em-mineracao-no-brasil-alcancara-us62-bi-ate-2014,592635>. Acessado em: 17 de janeiro de 2017.

ROUSE, D. N. dos S; OLIVEIRA, M. L. R; FONSECA, B. C. Conflitos ambientais na implantação do mineroduto da Ferrous: a percepção dos atores sociais sob suas causas e desdobramentos. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, 2013. p. 405-419. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/75178>. Acessado em: 19 de junho de 2015.

RUA, J. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781>. Acessado em 23 de maio 2015.

SACK, R. D. O significado da territorialidade. In: DIAS, L. C; FERRARI, M. (Orgs.) **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 63-89.

SANTOS, M. **Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4º Ed. 2º Reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, R. E. dos. **Agendas e Agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes**. Tese (Doutorado em Geografia), Niterói-RJ, UFF, 2006.

SANTOS, R. S. P. dos. **A forja do Vulcano: siderurgia e desenvolvimento na Amazônia oriental e no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia), Rio de Janeiro, UFRJ, 2010. 286f.

SANTOS, R. S. P. dos. Mineração no Brasil: por um debate amplo sobre a captura das rendas minerais. **Não Vale**, Açailândia, p. 75 – 89, 09 jun. 2013. Disponível em:

<http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/mineracaoqi/>. Acessado em 12 de outubro de 2016.

SANTOS, R. S. P; MILANEZ, B. **Neodesenvolvimentismo às avessas? Uma análise do atual modelo de desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: textos para discussão, 2014. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/modelosii/>. Acessado em 16 de outubro de 2016.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, nº 1, jan/abr, 2006. p. 109-130. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acessado em: 2 de abril de 2015.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola. 1996.

SCHERER-WARREN, I. **Redes emancipatórias**: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Appris, 2012.

SCHERER-WARREN, I. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C; SILVEIRA, L. L. da (Orgs). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. 29-50.

SCHERER-WARREN, I; REIS, M. J. Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens e sua articulação em redes. In: ROTHMAN, F. D. (Org.). **Vidas Alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa-MG: Editora UFV, 2008. p. 64-81.

SENRA, R. Novo código da mineração é escrito em computador de advogado de mineradoras. **BBC Brasil**. São Paulo, 07 de set. 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151202_escritorio_mineradoras_codigo_mineracao_rs. Acessado em 25 de janeiro de 2015.

SILVA, J. V. da; ANDRADE, M. J. G. Introdução. In: MILANEZ, B. LOSEKANN, C. (Orgs.) **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Folio

Digital; Letra e Imagem, 2016. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/desastre-do-rio-doce/>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

SILVA, S. M. V da. A Contribuição dos Estudos de Gênero para a Compreensão da Geografia do Trabalho: uma pauta para discussão. **Revista Latino-americana de Geografia e gênero**. Vol. 4, nº 2, ago, 2013. p. 106-117. Disponível em: http://177.101.17.124/index.php/rlagg/article/view/4224/pdf_87. Acessado em 12 de março de 2016.

SMITH, N. Geografía, diferencia y las políticas de escala. **Revista Terra Livre**, São Paulo, jan/jun, 2002. p. 127-146.

SOBREIRO-FILHO, J. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento**: desocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. Dissertação (Mestrado em Geografia), Presidente Prudente-SP, UNESP, 2013.

SOUZA FILHO, C. F. M. de; WANDSHEER, C. B. (orgs.). **Mineração e povos indígenas**: Brasil, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador. Curitiba: Letra da Lei, 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/338265949/Minerac-a-o-e-Povos-Indigenas>. Acessado em 12 de abril de 2017.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. L. de. Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. OLIVEIRA, M. P. *et al.* **O Brasil, a América Latina e o Mundo**: espacialidades contemporâneas, v. 2, 2008. p. 367-384

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, M. L. de. **O que pode o ativismo de bairro?** Reflexões sobre as Limitações e Potencialidades do Ativismo de Bairro à Luz de um Pensamento Autonomista. Dissertação (Mestrado em Geografia), Rio de Janeiro, UFRJ, 1988.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO; I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 8ªEd, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 77-116.

SOUZA, M. L. de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, R. de F. e. **O ouro gosta de sangue**: a mina da Passagem de Mariana (1863-1927). Belo Horizonte: O lutador, 2015.

SWYNGEDOUW, E. Globalisation or glocalisation“? Networks, territories and rescaling. **Cambridge Review of International Affairs**, 17: 1, 2004. p. 25-48. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0955757042000203632#.VARzovldX1Y>. Acesso 10 de junho de 2013.

THIOLLENT, M. Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização. **Caderno de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v.1, n.1, jan/abr. 1984. p.43-51.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 82-103.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

TROCATE, C; ZANON, M. J; VIEIRA, J. **Elementos constitutivos do MAM**. Marabá-PA: Editora Iguana, 2015.

TÚMULO, P. S. **Da contestação a conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

VAINER, C. B. Água para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 2004.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: **Anais do X Encontro Anual da ANPUR**, 2001. p.140-151. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/2147/2100>. Acesso em: 12 de setembro de 2013.

VELOSO, F. A.; VILLELA, A; GIAMBIAGI, F. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, junho, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 15 agosto de 2016.

WANDERLEY, L. J. **Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia brasileira**. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Rio de Janeiro, UFRJ. 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/08/Wanderley-2008-Conflitos-e-Movimentos-Sociais-Populares-em-%C3%81rea-de-Minera%C3%A7%C3%A3o-na-Amaz%C3%B4nia-Brasileira.pdf>. Acessado em 12 de dezembro de 2015.

WANDERLEY, L. J. *et. al.* Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socioambientais. **Ciencia e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 3, 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300011&lng=en&nrm=iso. Acessado em 25 janeiro de 2017.

WANDERLEY, L. J. M. . 'Atingidos por Mineração': Conflitos e Movimentos Socais na Amazônia Brasileira. In: **Anais do 35º Encontro anual da Anpocs**, Caxambu, 2011. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt03-15/860-atingidos-por-mineracao-conflitos-e-movimentos-sociais-na-amazonia-brasileira/file>. Acessado em 19 de março de 2016.

WANDERLEY, L. J. Movimentos sociais em áreas de mineração na Amazônia brasileira. **e-cadernos CES**, 17, 2012. p. 56-84. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos17/03.Luiz%20Jardim.pdf>. Acessado em 23 de maio de 2016.

ZHOURI, A. *et al* . O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 68, n. 3. 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252016000300012&script=sci_arttext. Acessado em 12 de novembro de 2016.

ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 11-31.

ZHOURI, A; ROTHMAN, F. D. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potenciais. In: ROTHMAN, F. D. (Org.). **Vidas Alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa-MG: Editora UFV, 2008. p. 122-167.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESPACIALIDADE E IDENTIDADE POLÍTICA DOS ATINGIDOS POR MINERAÇÃO NO BRASIL

Pesquisador: Leila Christina Duarte Dias

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 46044915.5.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.257.719

Apresentação do Projeto:

Projeto de tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, do aluno Lucas Magno, sob orientação da Profa. Dr. Leila Christina Duarte Dias. Pretende-se compreender como foi (ou está sendo) construída a identidade política dos atingidos por mineração no Brasil a partir da análise da constituição do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (CNTFM). Em termos metodológicos, o projeto envolverá quatro etapas que são complementares: levantamento de dados secundários junto ao Ministério de Minas e Energia (dados disponíveis em site), definição da amostra e população a ser entrevistada, análise documental e observação participante. Serão selecionados 10 participantes de diferentes atuações envolvidas na área de mineração. As entrevistas serão transcritas e submetidas à análise de discurso.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Compreender, no contexto da acumulação por espoliação, a constituição de movimentos sociais que surgem a partir de mobilizações locais, porém articuladas em redes regionais e nacionais, e, com isso, explicar a espacialidade contemporânea relativa ao uso, apropriação e domínio dos recursos naturais no Brasil.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R. Desembargador Vítor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANÓPOLIS
Telefone: (48)3721-8094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 1.257.719

Objetivo Secundário:

- Descrever o projeto de ordenamento territorial preconizado pelo setor mineral, seus impactos socioambientais e os conflitos por ele ocasionado;
- Interpretar o processo de construção do CNTFM e da categoria "atingido por mineração" no Brasil;
- Mapear distintas territorialidades envolvidas nos conflitos com empreendimentos minerários no Brasil;
- Examinar as articulações políticas construídas por diferentes atores sociais frente a um projeto hegemônico de ordenamento territorial;
- Delinear a narrativa escalonada dos atingidos por empreendimentos minerários no Brasil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os pesquisadores relatam que há a possibilidade de as empresas mineradoras que atuam na região abordarem os participantes da pesquisa requisitando alguma informação a respeito do projeto, bem como pressionando os mesmos de alguma maneira para não participarem da pesquisa ou se recusarem a darem informações. Embora remota, essa possibilidade existe e pode, de alguma maneira, amedrontar os participantes da pesquisa e se retirarem da mesma em qualquer fase do desenvolvimento do projeto, envolvendo até cooptação de lideranças comunitárias.

Benefícios:

Compreensão dos impactos socioambientais da atividade de mineração na região onde os participantes residem; informar os mesmos dos seus direitos no que tange ao processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos minerários; entender o cenário político e econômico que envolve a mineração no âmbito nacional e estadual; possibilidade de articulação política com outros participantes da pesquisa para garantir direitos

sociais no que se refere à participação no debate envolvendo as discussões do Novo Código da Mineração; e qualificar o debate envolvendo a categoria "atingido por mineração" no país.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É um projeto bem escrito, com metodologia consoante com os objetivos. Tem relevância social e acadêmica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os pesquisadores apresentaram:

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R. Desembargador Vítor Lima, nº 222, sala 401
 Bairro: Trindade CEP: 88.040-400
 UF: SC Município: FLORIANÓPOLIS
 Telefone: (48)3721-8094 E-mail: oep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 1.257.719

- Folha de rosto;
- Projeto preenchido na Plataforma Brasil;
- Projeto detalhado;
- Roteiro de entrevistas;
- Termo de anuência da coordenação de Pós-Graduação em Geografia
- Termos de anuência das sete instituições das quais os participantes serão selecionados
- TCLE adequado de acordo com a Resol 466/2012

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Os pesquisadores responderam às pendências satisfatoriamente.

Pela aprovação

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_528883.pdf	20/09/2015 09:59:35		Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTAS.pdf	19/08/2015 18:03:39	Lucas Magno	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CORRIGIDO.pdf	19/08/2015 18:02:37	Lucas Magno	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACOES.pdf	19/08/2015 17:16:55	Lucas Magno	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.docx.doc	07/08/2015 11:54:15		Aceito
Outros	PB_XML_INTERFACE_REBEC.xml	11/06/2015 18:42:55	Leila Christina Duarte Dias	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_corrigida.pdf	11/06/2015 18:42:33		Aceito
Outros	PB_XML_INTERFACE_REBEC.xml	11/06/2015 10:29:47	Leila Christina Duarte Dias	Aceito
Outros	Decalração Coordenador PPGG.pdf	11/06/2015 10:26:02		Aceito

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, n° 222, sala 401
Bairro: Trindade CEP: 88.040-400
UF: SC Município: FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-8094 E-mail: oep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 1.257.719

Projeto Detalhado / Brochura	PROJETO FINAL.pdf	31/05/2015 19:45:25		Aceito
Investigador				
Outros	ROTEIRO DE ENTREVISTAS.docx	30/05/2015 15:36:30		Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 05 de Outubro de 2015

Assinado por:
Washington Portela de Souza
(Coordenador)

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade CEP: 88.040-400
UF: SC Município: FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADO ÀS COORDENAÇÕES DE MOVIMENTOS/ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

PROJETO: “Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil”.

Esta é uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, de responsabilidade do doutorando Lucas Magno e sob a orientação da Prof(a). Leila Christina Duarte Dias (PPGG/UFSC).

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COORDENAÇÃO MAM OU ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome entrevistado (a):

Idade:

Município:

Local de residência:

Cargo/trabalho:

1 – COMO E QUANDO SE TORNOU MILITANTE DO MAM OU “ORGANIZAÇÃO SOCIAL”? POR QUE?

2 – O QUE É O MAM OU “ORGANIZAÇÃO SOCIAL” E COMO (E QUANDO) ELE SURTIU?

3 – QUAIS AS PRINCIPAIS DEMANDAS DO MAM OU ORGANIZAÇÃO SOCIAL?

4 – EM QUAIS ESTADOS DA FEDERAÇÃO TÊM ORGANIZAÇÃO DOS ATINGIDOS POR MINERAÇÃO OU ORGANIZAÇÃO SOCIAL?

5 – O ESPAÇO GEOGRÁFICO É CONSTANTEMENTE ANUNCIADO COMO UM ELEMENTO DA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DO ATINGIDOS POR MINERAÇÃO, A EXEMPLO DO COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO. NESSE SENTIDO, PERGUNTO: COMO FOI CONSTRUÍDA (OU ESTÁ SENDO) A IDENTIDADE DO ATINGIDO POR MINERAÇÃO NO BRASIL E QUAL O PAPEL DO TERRITÓRIO NAS MOBILIZAÇÕES E NO TRABALHO DO MOVIMENTO? (CONSIDERAR PERÍODOS ANTERIOR E POSTERIOR À TRAGÉDIA/CRIMA DE MARIANA-MG)

6 - COMO FOI (OU ESTÁ SENDO) CONSTRUÍDA A BASE DO MAM OU “ORGANIZAÇÃO SOCIAL” NOS LOCAIS ONDE HÁ ATIVIDADE MINERÁRIA? EM OUTRAS PALAVRAS, PODEMOS DIZER QUE HÁ UMA DIVERSIDADE DE CATEGORIAIS SOCIAIS SOB O “MANTO” DO ATINGIDO POR MINERAÇÃO (TRABALHADORES DA MINERAÇÃO, COMUNIDADES RIBEIRINHAS, INDÍGINAS, QUILOMBOLAS, MULHERES, ETC.), COMO TEM SIDO ARTICULAR ESSA DIVERSIDADE TOMANDO COMO REFERÊNCIA A IDENTIDADE “ATINGIDO POR MINERAÇÃO”?

7 – DE QUE MODO É A ARTICULAÇÃO E A COMUNICAÇÃO E INTERNACIONALMENTE?

8 –EM QUE MEDIDA E ASPECTOS O COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO SE DIFERENCIA E SE CONFUNDE COM O MAM OU “ORGANIZAÇÃO SOCIAL”?

9 – APÓS A TRAGÉDIA/CRIME DA SAMARCO EM MARIANA-MG FOI VISIBILIZADA UMA QUESTÃO MINERAL NO PAÍS. QUAL A ANÁLISE DO MAM OU “ORGANIZAÇÃO SOCIAL” A RESPEITO DA QUESTÃO APÓS ESSE EVENTO? HOUVE ALGUM GANHO POLÍTICO?

10 – COMO ESTÁ SENDO VISIBILIZADA A QUESTÃO MINERAL BRASILEIRA A NÍVEL INTERNACIONAL APÓS A TRAGÉDIA/CRIME DA SAMARCO?

11 – COMO FOI E TEM SIDO O DEBATE E A PARTICIPAÇÃO DO MAM OU “ORGANIZAÇÃO SOCIAL” NAS DISCUSSÕES REFERENTES AO NOVO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO E AO PLANO NACIONAL DA MINERAÇÃO? E COMO ESTÁ SENDO A PARTICIPAÇÃO DO MAM OU “ORGANIZAÇÃO SOCIAL” NO COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO?

12 – PARA O MAM OU “ORGANIZAÇÃO SOCIAL”, QUAL O PAPEL DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE PESQUISA NO DEBATE SOBRE A QUESTÃO MINERAL BRASILEIRA?

13 - QUAIS OS DESAFIOS PARA O MAM OU “ORGANIZAÇÃO SOCIAL” FRENTE AO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO NACIONAL E INTERNACIONAL?

MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADO ATINGIDOS POR MINERAÇÃO

PROJETO: “Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil”.

Esta é uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, de responsabilidade do doutorando Lucas Magno e sob a orientação da Prof(a). Leila Christina Duarte Dias (PPGG/UFSC).

ROTEIRO DE ENTREVISTAS ATINGIDOS

1-INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome entrevistado (a):

Idade:

Município:

Local de residência:

Cargo/trabalho:

2- CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS

1. Conte um pouco de sua trajetória de vida?
2. Diante dessa trajetória, como você se define: agricultor familiar agroecológico, camponês, quilombola, mulher/agricultora, etc.?
2. Qual a importância de ser “*essa identidade*”?
3. Qual a importância para a região onde morar ser “*essa identidade*”?
4. A partir dessa identificação, acessa políticas públicas? Quais (PRONAF/ATER/PNAE, etc.)?
5. Quais entidades regionais contribuem para a afirmação dessa identidade? Como?
6. Quais entidades estaduais? E federal? Como?

3-A IDENTIDADE DE “ATINGIDO POR MINERAÇÃO”/EVENTO

1. O que é ser atingido por mineração em sua opinião? (Mineração de quê? – delimitar o empreendimento).
 - 1.1 Atingido por mineração é só o proprietário da terra diretamente? Por quê?
2. Você se considera, além de “*essa identidade*”, também atingido por mineração? Por quê?
 - 2.1. Como é que você se sente enquanto “*essa identidade*” e “atingido por mineração”? Dá para separar? Por quê?

3. Como e quando houve a ameaça da mineração na região? (ano, ações iniciais da empresa, reuniões, etc.).
4. Como foi a reação inicial das pessoas afetadas por esses empreendimentos?
5. A partir daí o que foi feito para impedir a mineração?
6. Houve uma ação conjunta das pessoas nesse sentido, ou foram mais ações pontuais e individuais? Quais ações? (Local, regional, estadual, nacional).
7. Participa de fóruns de discussão ou de reuniões que discutem o “atingido por mineração”? Quais? Quem participa ou articula a construção desses espaços de debate?
8. Depois que volta desses espaços (reuniões, fóruns, etc.), como você se sente?
 - 8.1. Quais ações você tenta propor no âmbito local a partir dessa participação?
 - 8.2. Quem participa delas, o que você sente? Eles “compram a briga”?
9. No dia a dia, as pessoas “conversam” sobre essa problemática? Qual a importância disso?
10. O que mudou na sua vida quando assumiu de fato que era “atingido por mineração”?

4-A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO PARA ESSA IDENTIFICAÇÃO

1. O que a mineração pode afetar (impactar) no seu cotidiano? (tocar nos grupos de base CEB's)
2. Você se sente ligado de alguma forma com o território? Por quê?
3. Qual a importância de lutar contra a mineração?
4. Como “*essa identidade*” é apresentada na luta e nos espaços de enfrentamento das empresas de mineração?
5. Qual a importância do território para “*essa identidade*”?
 - 5.1. E para a de “atingido por mineração”?
6. Quando participa dos espaços de debate (reuniões, fóruns, etc.), você fala sobre seu lugar? Como e por quê?
7. O seu lugar que é atingido por mineração, de alguma forma, estaria ligado com outros lugares na mesma situação? Como você vê essa ligação?

5-REDES PARA (RE)EXISTÊNCIA

1. Quais ações são articuladas para “ligar” dois ou mais lugares atingidos por mineração?
2. Quem faz essa articulação? Como?
 - 2.1. Quando você participa desses espaços de articulação, quando retorna, tenta articular algo no âmbito local? O quê?

3. Em sua opinião, quem são as entidades que mais atuam contra a mineração na região? Por que?
4. E no âmbito estadual e federal, quem está à frente dessa luta?
5. Como você fica sabendo das reuniões? (Internet, telefone, seminários que participa, etc.).
6. Quando você participa de espaços em outros lugares (Brasília, Bélgica, etc) como você percebe as diferentes lutas no país contrárias à mineração? Isso fortalece sua luta no seu lugar?
7. Qual a importância disso?

6-NARRATIVA ESCALAR: ARTICULAÇÃO E EQUIVALÊNCIAS:

1. Quais atores (MAB, MST, CPT, Mov. Quilombola, MMM, etc.) participam das reuniões contrárias a mineração no local?
2. E no âmbito estadual, são as mesmas? Quais outras participam?
 - 2.1. Quais as falas desses movimentos nessas reuniões?
 - 2.2. Como você vê a ligação da luta da Igreja, da MMM ou do Mov. Negro com a luta contra a mineração?
3. Quando esses movimentos sociais falam, de alguma forma a fala deles contribui para você pensar novas atividades em sua região?
4. Participou no âmbito federal de alguma ação?
 - 4.1. Qual?
 - 4.2. Como foi?
5. Há um discurso (água, agricultura, mulher, negritude, etc.) que é privilegiado nessa articulação?
 - 5.1. Qual a importância dele?

7-AÇÕES COLETIVAS CONTRÁRIAS AO AVANÇO DA MINERAÇÃO

1. Quais ações de resistência você participou?
2. Como são articuladas essas ações?
3. Elas dão resultados positivos? Quais?
4. E quais os desafios que ainda vê para resistência?

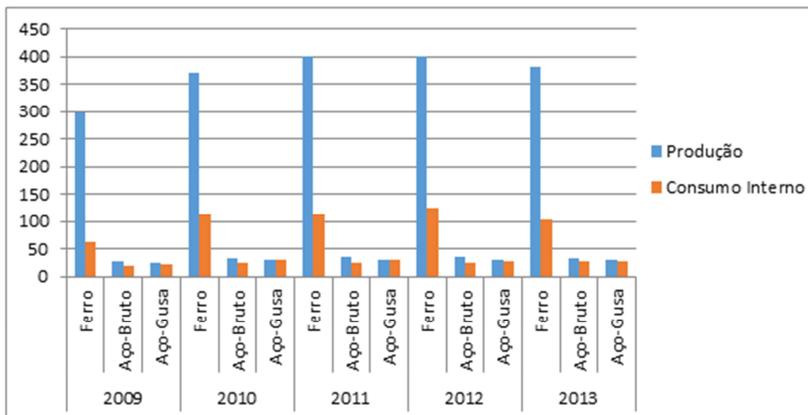
8-ALTERIDADE: O ANTAGONISMO:

1. Quem é a mineração no Brasil?
2. Como ela se articula?
3. Como eles se apresentam nos espaços públicos (qual discurso)?

Obs: nesta parte terei mais informações a partir dos dados secundários.

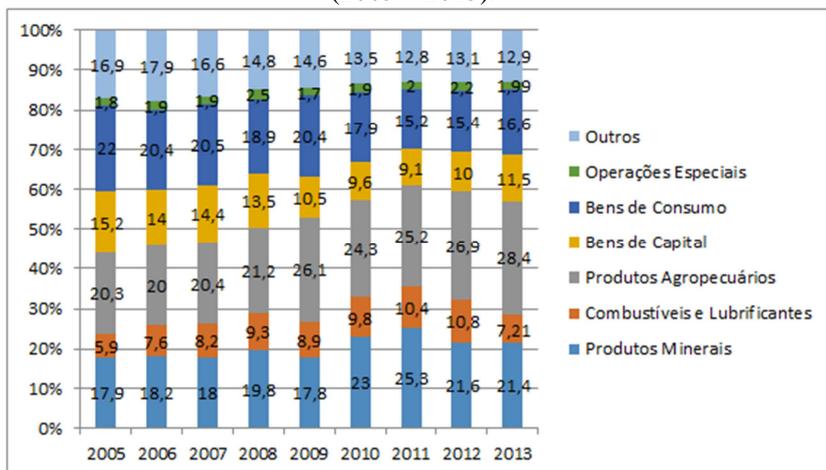
APÊNDICES

Gráfico 9. Produção e consumo interno de Metais Ferrosos no Brasil entre 2009 e 2013.



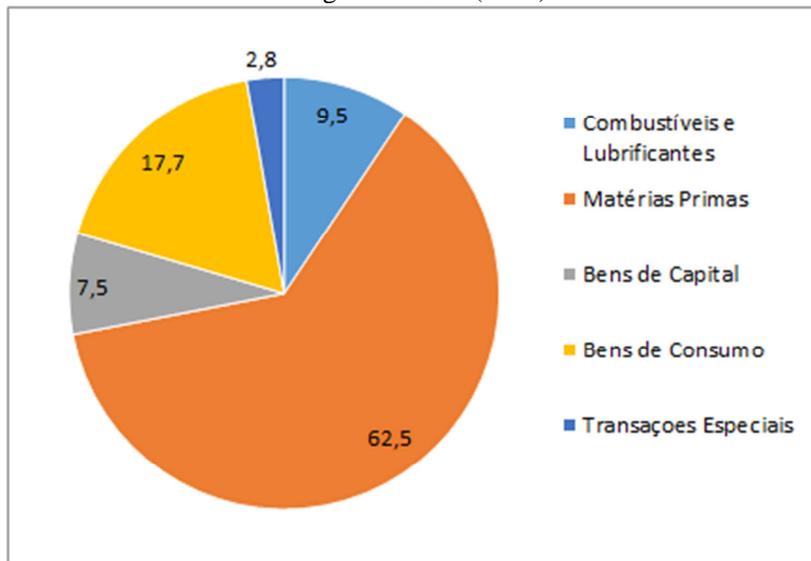
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do MME/DNPM/Sumários Minerais, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

Gráfico 9. Brasil: evolução (%) das exportações por categoria de uso (2005 – 2013).



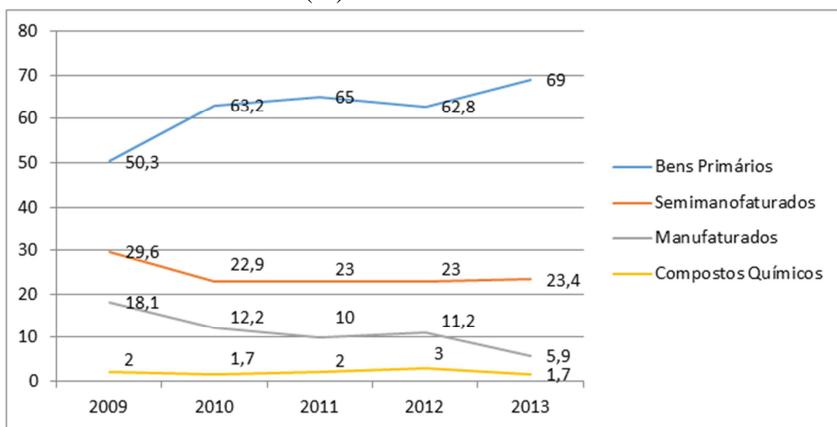
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do MME/DNPM/Sumários Minerais, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

Gráfico 10. Composição (em %) das Exportações Brasileiras por Categoria de Uso (2014).



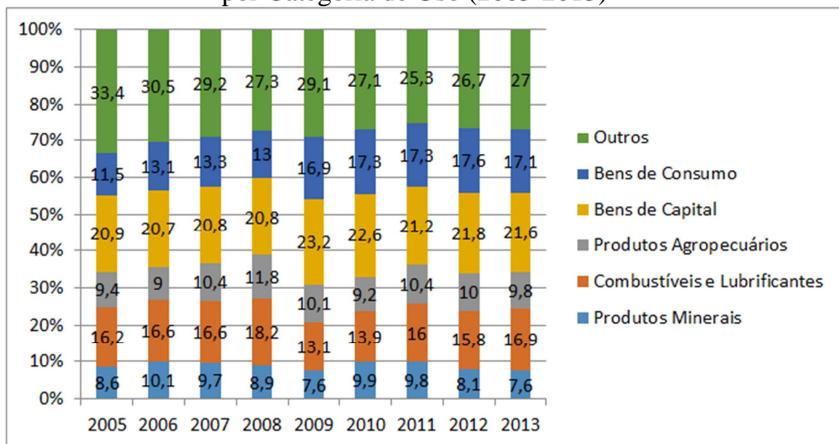
Fonte: MME/DNPM/Sumário Mineral, 2015.

Gráfico 11. Composição das Exportações do Setor Mineral Brasileiro (%) - 2009 a 2013.



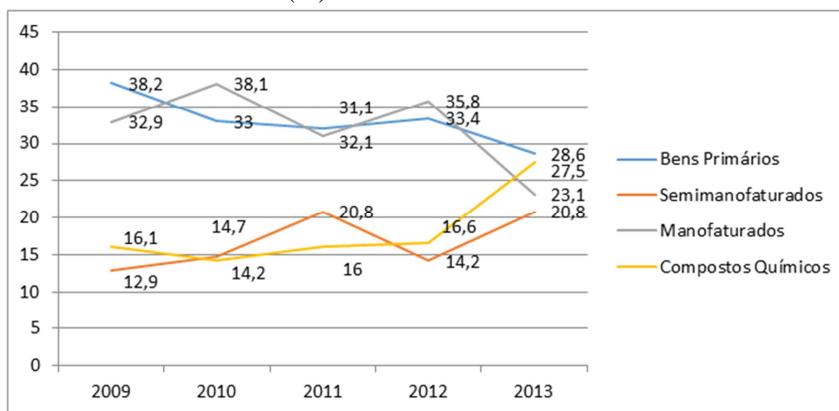
Fonte: MME/DNPM/Sumários Mineraias, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

Gráfico 12. Evolução da Participação (%) das Importações Brasileiras por Categoria de Uso (2005-2013)



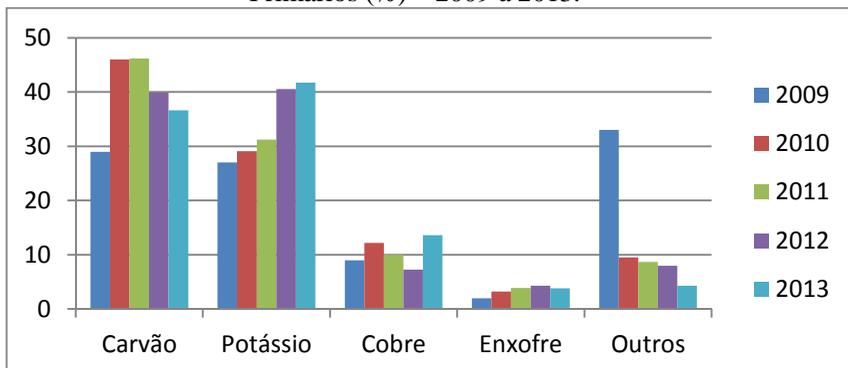
Fonte: MME/DNPM/Sumários Mineraiis, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Gráfico 13. Composição das Importações do Setor Mineral Brasileiro (%) entre 2009 e 2013.



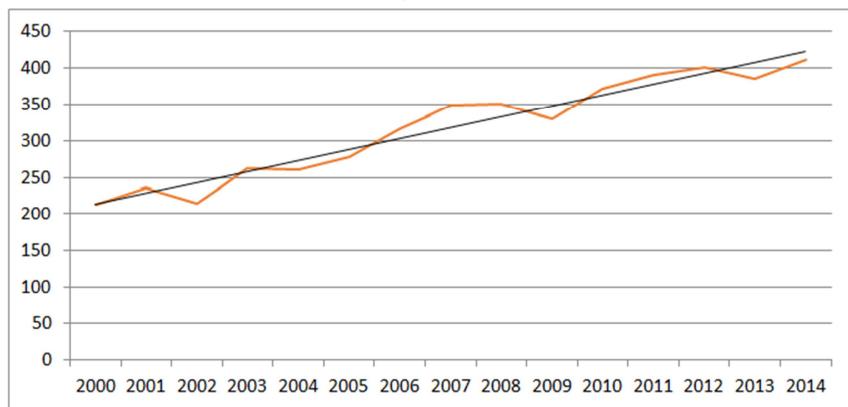
Fonte: MME/DNPM/Sumários Mineraiis, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

Gráfico 14. Composição das Importações Brasileiras de Bens Minerais Primários (%) – 2009 a 2013.



Fonte: MME/DNPM/Sumários Mineraiis, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

Gráfico 15. Brasil: produção de minério de ferro (Mt) entre 2000 e 2014.



Fonte: IBRAM, 2015; DNPM/Sumários Mineraiis, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.